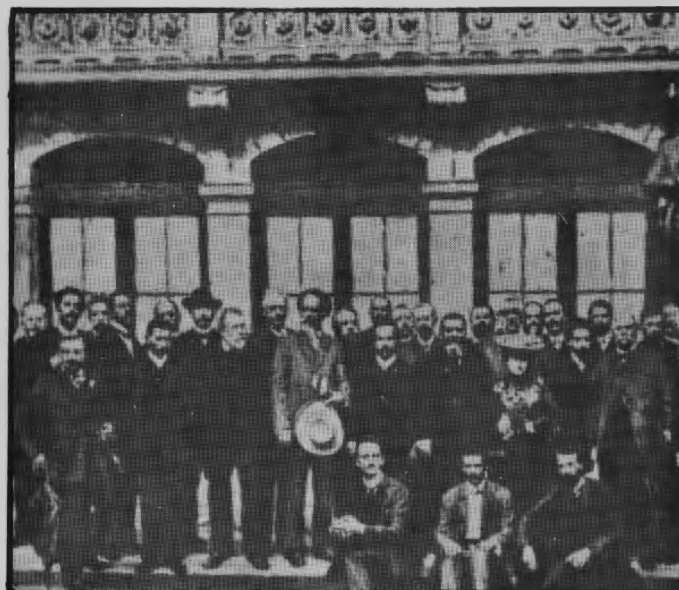


Eric J. Hobsbawm

**Franco Andreucci • Eric J. Hobsbawm • Oskar Negt
Hans-Josef Steinberg • Marek Waldenberg
Irving Fetscher • Massimo L. Salvadori**

Paz e Terra



HISTÓRIA DO MARXISMO

2

O Marxismo na Época da Segunda Internacional

HISTÓRIA DO MARXISMO

Projeto de Eric J. Hobsbawm, Georges Haupt, Franz Marek,
Ernesto Ragionieri, Vittorio Strada, Corrado Vivanti

I

O marxismo no tempo de Marx

II

O marxismo na época
da Segunda Internacional

III

O marxismo da Terceira
Internacional

IV

O marxismo hoje

HISTÓRIA DO MARXISMO

II

O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira parte)

Rosemary Done Soares

Coleção PENSAMENTO CRÍTICO
Vol. 46

Ficha Catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

- H58 História do marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional / Eric Hobsbawm ... [et al.]; tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
(Coleção Pensamento crítico: v. 46)

Tradução de: Storia del Marxismo, II: il Marxismo nell'età della seconda Internazionale

1. Socialismo – História I. Hobsbawm, Eric II. Série

81-0716

CDD - 335.409
CDU - 330.85(091)

EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial
Antonio Candido
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

Franco Andreucci – Eric J. Hobsbawm – Oskar Negt
Hans-Josef Steinberg – Marek Waldenberg
Irving Fetscher – Massimo L. Salvadori

HISTÓRIA DO MARXISMO
II
O Marxismo na Época
da Segunda Internacional
(Primeira parte)

Tradução de
Leandro Konder
e Carlos Nelson Coutinho

3.^a EDIÇÃO



PAZ E TERRA

Copyright © by Giulio Einaudi Editore

Título do original em italiano:

*Storia del Marxismo: II - Il marxismo nell'età della
Seconda Internazionale*

Capa: Mario Roberto Corrêa da Silva

Foto: Congresso da Internacional Socialista,
Stuttgart, 1907.

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua São José, 90 - 11.º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 221-4066

Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia - São Paulo - SP
Tel.: 223-6522

que se reserva a propriedade desta tradução

1989

Impresso no Brasil

Printed in Brazil



SUMÁRIO

Nota da edição brasileira	11
Apresentação	13

X *FRANCO ANDREUCCI*

A difusão e a vulgarização do marxismo	15
1. Kautskismo e "marxismo da Segunda Internacional" ..	16
2. A afirmação do marxismo e o encontro com o movimento operário	25
3. A geografia do marxismo	35
4. O marxismo, a formação dos quadros e a propaganda	44
5. Marx, uma leitura difícil	56

ERIC J. HOBSBAWM

A cultura européia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX	75
1. A área de irradiação do marxismo	76
2. Uma periodização da época da Segunda Internacional	78
3. A influência do marxismo sobre as ideologias e os movimentos	81
4. Influências do marxismo sobre os intelectuais	86

5. Relações entre marxismo e cultura não marxista	101
6. O marxismo e as vanguardas culturais	111

OSKAR NEGΤ

O marxismo e a teoria da revolução no último Engels	125
1. A necessidade de uma resposta estratégica às novas exigências do movimento operário de massas	126
2. Necessidade e limites do "objetivismo"	134
3. Lei do valor e revolução: o problema do impulso revolucionário	147
4. Origens políticas da dialética da natureza	167
5. Crítica da economia política do capital. A economia política da força de trabalho e o desenvolvimento que lhe faltou. Problemas da subjetividade revolucionária	178

HANS-JOSEF STEINBERG

O partido e a formação da ortodoxia marxista	201
--	-----

MAREK WALDENBERG

A estratégia política da social-democracia alemã	223
1. "A revolução não é algo que possa ser feito"	226
2. Gradualismo e alianças nas concepção revisionista	240
3. As hipóteses revolucionárias da esquerda	244
4. Renovação moral e mito no pensamento dos sindicalistas revolucionários	247
5. Insuficiências históricas e estratégias inadequadas	252

IRING FETSCHER

Bernstein e o desafio à ortodoxia	257
1. A tática do partido e a oposição dos "jovens"	258
2. A crítica burguesa a Marx e a defesa da ortodoxia marxista por Bernstein	267
3. A revisão do marxismo em Bernstein	273
4. Para a crítica do revisionismo de Bernstein	286
5. A resposta da esquerda: Rosa Luxemburgo e a <i>Neue Link</i>	291

MASSIMO L. SALVADORI

Kautsky entre ortodoxia e revisionismo	299
--	-----

1. Marxismo e darwinismo	301
2. O conhecimento histórico como arma revolucionária ..	308
3. A batalha ideológica de Kautsky desde os anos 80 até a polêmica anti-revisionista	313
4. O caminho para o poder	323
5. Estratégia do desgaste e superimperialismo	329
6. "Não existe socialismo sem democracia". Kautsky depois de 1914	335

Nota da edição brasileira

O presente volume é uma continuação da *História do Marxismo*, idealizada por Eric J. Hobsbawn, Georges Haupt, Franz Marek, Ernesto Ragionieri, Vittorio Strada e Corrado Vivanti. A primeira parte – *O Marxismo no Tempo de Marx* – foi lançada no Brasil por esta editora em 1979, numa tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Como a segunda parte (*O marxismo na época da Segunda Internacional*) tem quase mil páginas na edição italiana, foi preciso dividi-la em três volumes na edição brasileira: este é apenas o primeiro, os outros dois virão em seguida.

Nos próximos volumes, poderão ser lidos ensaios de Oskar Negt (Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo), Andrzej Walicki (Socialismo russo e populismo), Vittorio Strada (O “marxismo legal” na Rússia), Israel Getzler (Georgi Plekhânov: a danação da ortodoxia), Vittorio Strada (A Polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905), Jutta Scherrer (Bogdânov e Lênin: o bolchevismo na encruzilhada), Massimo L. Salvadori (A Social-democracia alemã e a revolução russa de 1905; o debate sobre a greve de massas e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente), Andrzej Walicki (O Marxismo polonês entre o Séc. XIX e o Séc. XX), Valentino Gerratana (Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália).

lia), Gregorio de Paola (Georges Sorel, da metafísica ao mito), Andrew Arato (A Antinomia do marxismo clássico: marxismo e filosofia), András Hegedus (A Questão agrária), René Galissot (Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário), Franco Andreucci (A Questão colonial e o imperialismo) e Madeleine Reberieux (O Debate sobre a guerra).

Apresentação

A experiência cuja história este trabalho se dispõe a reconstituir começa, de fato, nos anos que vêem a formação dos partidos que aderem àquela que mais tarde seria chamada de Segunda Internacional. As premissas dessa história estão indicadas no primeiro volume: o marxismo se difunde e cria raízes no movimento operário; no confronto imediato com a realidade, ele se organiza como teoria do socialismo, ou até – conforme uma célebre definição daquela época – como “ciência” do socialismo, cujas outras manifestações, geralmente consideradas “utopias”, foram, então, no mais das vezes, absorvidas ou marginalizadas. Essa “ciência”, que se realiza na análise e na interpretação da história, torna-se, assim, ela mesma, uma *praxis* criadora de história.

Se esse processo de crescimento e difusão assume dimensões mundiais, como mostram claramente os dois ensaios que abrem o presente volume, seu centro propulsor se acha na Alemanha: a social-democracia alemã cresce impetuosamente, impõe-se como “partido-guia” – para usarmos uma expressão de Georges Haupt – da Segunda Internacional. O primeiro grupo de ensaios concentra-se exatamente no exame dos problemas cruciais com que se defrontou essa formação política em sua luta para firmar-se, bem como no exame da contribui-

ção de alguns de seus maiores expoentes à elaboração do marxismo como doutrina revolucionária da classe operária, a começar pela grande sistematização de Engels nos últimos vinte anos de sua vida.

Um segundo núcleo de ensaios * está centrado sobre os problemas que se apresentaram em uma outra grande área de desenvolvimento do marxismo, a Rússia, uma área que atraiu a atenção nos debates internacionais, quer por sua situação excepcional em relação à Europa industrializada, quer pelo irrompimento da primeira revolução ocorrida num país inteiro em presença de um partido operário marxista (a revolução de 1905). Em outros ensaios subseqüentes, serão observados determinados casos de desenvolvimento do marxismo em função da sua penetração em diversos contextos nacionais específicos. Finalmente, outro grupo de estudos examinará as grandes questões que o marxismo teve de enfrentar no seu crescimento como teoria revolucionária, sobretudo em seguida às transformações do mundo capitalista. E a segunda parte da obra se encerrará com abordagem do problema da guerra (de 1914-18), em torno do qual se formam talvez os maiores contrastes entre as posições dos expoentes da social-democracia europeia e em consequência do qual se dá o naufrágio da Segunda Internacional.

Georges Haupt e Ernesto Ragionieri deram importantes contribuições ao projeto e à organização dessa segunda parte da *História do Marxismo*; nem é preciso dizer o quanto o falecimento deles foi sentido na realização deste volume, que não pôde aproveitar a ajuda direta que eles lhe teriam prestado. Seguindo as indicações que ambos nos deixaram e em perfeita coerência com as formulações enunciadas no prefácio geral da obra, achamos justo que pontos de vista diversos e às vezes contrastantes se exprimissem claramente nos vários ensaios. Se a orientação dos estudiosos aos quais pedimos colaborações é, em geral, simpática ao marxismo, não quisemos, entretanto, impor simplificações ao estudo de questões tão complexas como as aqui tratadas, que consideramos acharem-se ainda em aberto, sob vários aspectos; não entendemos ser correto prejudicar a abordagem delas submetendo-as a um tratamento uniforme, ou – pior – recorrendo a uma ortodoxia, cujos estragos os próprios ensaios que reunimos encarregam-se de elucidar.

* Constantes de outro volume, a ser publicado em breve por esta editora (nota da edição brasileira).

FRANCO ANDREUCCI

A difusão e a vulgarização do marxismo

“Creia-me, nós não fomentamos o ódio” – diz Ernest Everhard, o protagonista de *O Tacon de Ferro* – “dizemos apenas que a luta de classes é uma lei da evolução social. Não somos responsáveis por ela. Não é uma invenção nossa. Limitamo-nos a explicá-la, como Newton explicava a lei da gravidade”.¹

A idéia do incontrolável processo da luta de classes, sustentado pelo ritmo surdo e contínuo da necessidade histórica, é uma das que encontram maior acolhida na cultura socialista da época da Segunda Internacional. Como muitos outros princípios que tinham brotado do marxismo, ela não se circunscreveu jamais aos poderosos batalhões da social-democrata alemã. A fórmula de Jack London parece estar muitos anos-luz afastada da estrutura fria e rigorosamente pensada das idéias de Marx e Engels: em sua formulação elementar, a tese parece empobrecer a rica relação, regulada pela dialética, entre a liberdade e a necessidade. No entanto, após uma viagem longa e tortuosa, ela tinha conseguido chegar até à nebulosa baía de San Francisco. A expansão e o empobrecimento, a ampliação e a sistematização, tais parecem ser os

1. J. LONDON, *Il tallone di ferro*, Milão, 1975, p. 35.

dois extremos da experiência do marxismo no final do Séc. XIX e no começo do novo século.

Da sua expansão, da sua saída da Europa central na direção dos confins extremos do velho continente, bem como na direção da América do Norte, à América do Sul, ao Oceano Pacífico, à Ásia, à Austrália e às regiões africanas do império otomano, o marxismo não teria extraído, no entanto, nenhum enriquecimento? Se o léxico, no primeiro impacto provocado pela ampliação da alfabetização, se contrai; se a sintaxe se empobrece e a linguagem se simplifica – os sinais, as palavras, não conquistam, talvez, destinos mais amplos em seu encontro com um número de homens cada vez maior?

É a tomada de consciência desse núcleo de contradições que pode constituir, provavelmente, o ponto de partida de qualquer história do marxismo na época da Segunda Internacional, desde que ela pretenda escapar às provocações grosseiras ou refinadas e queira evitar a polêmica ideológica.

1. *Kautskismo e "marxismo da Segunda Internacional"*

"Marxismo da Segunda Internacional" ou "marxismo na época da Segunda Internacional"? A questão não é terminológica e nem puramente formal: às duas expressões correspondem duas categorias diferentes e também dois modos diversos de entender e reconstituir a história do marxismo. Vejamos por que.

É difícil dizer quando e onde surgiu a expressão "marxismo da Segunda Internacional"; mas não estaremos longe da verdade se supusermos que a origem dela está nos anos da primeira guerra mundial (ou então nos anos que se seguiram imediatamente a eles) e está nas páginas dos marxistas europeus – pense-se, antes de qualquer outro, em Lênin – que tinham rompido com a Internacional (que, então, ainda não se chamava segunda) após o dia 4 de agosto de 1914. Foi nesse período que nasceu a ordem e a hierarquia das Internacionais, tais como hoje as conhecemos – a Primeira, a Segunda e a Terceira – no curso de uma luta política e ideológica marcada pela disposição de edificar continuidades e fraturas no âmbito das tradições do movimento operário internacional. Foi nesse período que se lançou, entre a Terceira Internacional, ainda não nascida, mas já convocada, e a Primeira, uma ponte que permitia ao marxismo retornar à pureza de suas origens, por cima do pântano da Segunda Internacional.

Aí se acha, pois, uma das origens da vinculação entre o termo "marxismo" e a expressão "Segunda Internacional", em meio a polémicas violentas e apaixonadas, uma passionalidade que raramente falta às vicissitudes do movimento operário e que com frequência acaba

por influenciar também as reflexões dos historiadores. Mas ainda tem mais: foi nesse período que alguns marxistas – os da Terceira Internacional – negaram drástica e peremptoriamente a outros marxistas (os da Segunda Internacional, no passado ou no presente) o próprio direito de se definirem como marxistas. Surgiram definições caricaturais; e surgiram as aspas em torno da palavra “marxismo” quando ela aparecia ligada à Segunda Internacional. “Marxistas” – entre aspas – passaram a ser os pseudomarxistas, os marxistas da boca para fora, na melhor das hipóteses os ex-marxistas, ou, no emprego mais ofensivo do termo, os renegados. Struvistas ou brentanistas. Em alguns casos, a definição era mais complexa e mais antiga: a palavra se referia aos marxistas vulgares ou aos marxistas ortodoxos (e o elenco poderia continuar). Foi nesse quadro que nasceu o kautskismo, uma espécie de abreviação ou simplificação da expressão “marxismo da Segunda Internacional”.

Tais polêmicas já tinham acontecido no passado: para não citar outros casos menos clamorosos, basta-nos lembrar a polêmica sobre as teses de Bernstein, a discussão sobre o revisionismo, em cujas fases mais agudas reencontraremos uma contraposição violenta e polêmica entre marxistas. Mas o que distinguia o debate do pós-guerra dos debates anteriores era o fato de que ele se travava no curso de uma fratura irremediável e dramática, em meio a uma polêmica em que eram vibrados todos os golpes e que cindia o movimento operário internacional em dois grandes troncos: social-democratas e comunistas.

Kautsky e Bernstein, embora ligados por uma profunda amizade, também não se tinham poupado violentas flechadas, inclusive pessoais, e tinham rompido relações. No fundo, porém, no âmbito daquela “liberdade de crítica” que era uma das normas das relações internas da social-democracia alemã, continuaram a militar no mesmo partido; e as tribunas das suas polêmicas eram as revistas e os jornais mais ou menos “oficiais”. Aliás, eles se reconciliaram, depois. Mas que possibilidades podiam haver para que o “renegado” Kautsky e Lênin, o responsável pelo terror soviético, viessem a se reconciliar num futuro mais ou menos remoto?

Ainda há outro elemento que diferencia das precedentes as polêmicas da guerra e do pós-guerra em torno da Segunda Internacional e da sua “vulgata marxista”: os ataques contra ela provinham de áreas diversas e eram substancialmente concêntricos, ao passo que a dimensão objetivamente negativa do balanço político da Segunda Internacional impedia-a de defender facilmente, em bloco, suas tradições.

Os críticos da Segunda Internacional e da tradição marxista que dela se pretendia fazer derivar eram muito mais numerosos do que po-

diam ser os seus defensores; e a tarefa dos críticos era bem mais fácil que a dos defensores. Excetuadas umas poucas e cansadas defesas feitas por obrigação, não foi possível salientar nem mesmo no interior do movimento operário socialista uma relação de estrita continuidade com a Segunda Internacional. As tradições mais vivas do marxismo não comunista no período entre as duas guerras – pense-se na revista de Hilferding e no austromarxismo – situaram-se menos no plano da continuidade e mais no plano da inovação; se continuidade havia, ela era o resultado de uma seleção muito atenta no âmbito das tradições da Segunda Internacional.

O kautskismo surgiu, portanto, como um conceito polêmico. Procuremos descobrir suas conotações. Conhece-se a diferença de tom – que é acompanhada por profundas modificações de orientação política – na caracterização feita por Lênin, antes e depois da guerra, do quarto de século que, na história do movimento operário, precedeu a falência do dia 4 de agosto. Referindo-se ao período histórico situado entre os anos setenta do Séc. XIX e a revolução russa de 1905, Lênin escreveu em 1913:

Por toda parte estão se formando partidos socialistas, de base proletária, que aprendem a se servir do parlamentarismo burguês, a criar sua imprensa cotidiana, suas instituições educativas, seus sindicatos, suas cooperativas. A doutrina de Marx alcança uma vitória completa e se difunde em extensão.²

Seis anos depois, situando na história do movimento operário a nova internacional comunista, escreveu:

A Segunda Internacional (1889-1914) foi a organização internacional do movimento operário, que se desenvolvia em extensão, mas não sem um temporário rebaixamento do nível revolucionário, não sem um temporário fortalecimento do oportunismo, o que levou ao vergonhoso colapso dela... A Segunda Internacional foi a época da preparação do terreno para uma difusão ampla, de massas, do movimento, em um bom número de países.³

O tema da extensão, da expansão geográfica, está presente em ambas as formulações. Na segunda, contudo, desapareceu qualquer referência ao marxismo. Isso se explica com o fato de que, durante toda a guerra, Lênin tinha liderado uma luta sem trégua contra “os senhores Plekhânov, Kautsky e similares”, que tinham “envilecido e desnaturado o marxismo”. Lênin estabelecia uma distinção, que teria

2. LENIN, *Opere*, vol. 17, p. 562.

3. LENIN, *Opere*, vol. 29, p. 280.

vasta mas rápida ressonância, entre o patrimônio organizativo da Segunda Internacional em geral, e da social-democracia alemã em particular, e a traição dos chefes oportunistas. A “deformação” do marxismo, pela qual Kautsky era responsabilizado, era identificada na atenuação, primeiro, e depois no aberto repúdio do caráter revolucionário do marxismo. No âmbito de uma série de avaliações de caráter predominantemente político – ou que ao menos tinham o seu centro na relação entre o marxismo e a prática política da social-democracia internacional – Lênin tendia a sublinhar as conotações ideológicas (mas também sociais) das principais correntes do socialismo no período da Segunda Internacional: os oportunistas, isto é, tanto os que partiam das premissas do revisionismo bernsteiniano como os independentes delas, tinham desenvolvido uma política marcada pelo pragmatismo reformista; a “esquerda”, da qual os bolchevistas eram os máximos representantes; e finalmente os “ortodoxos”, entre os quais se destacava Kautsky, que tinham chegado pouco a pouco à apostasia, no início da guerra ou ligeiramente antes dela. A distinção tinha uma história às suas costas, mas só com as polêmicas da guerra é que ela, por assim dizer, se cristalizou definitivamente.

O kautskismo, para Lênin, seria algo muito semelhante àquilo que os marxistas de esquerda holandeses tinham chamado de “radicalismo passivo”; ele levava “a substituir o marxismo revolucionário pelo ecletismo da teoria, pelo servilismo e pela impotência em face dos oportunistas, na prática”.⁴ O kautskismo devia inclusive ser considerado o “produto social das contradições da Segunda Internacional”, um exemplo “extremamente típico e claro do modo pelo qual o reconhecimento verbal do marxismo conduziu, na prática, à sua transformação em struvismo ou em brentanismo”.⁵

É nessas bases – consolidadas pelo *Imperialismo*, por *Estado e Revolução* e pelo opúsculo polêmico contra o “renegado” Kautsky – que se desenvolve toda a polêmica com Kautsky e com a Segunda Internacional, do lado dos marxistas soviéticos e da Internacional comunista. Stálin, nas aulas que deu em 1924 na Universidade Sverdlov, sublinhava como os oportunistas da Segunda Internacional (a triplíce distinção de Lênin já tinha sido esquecida e os “ortodoxos” tinham se tornado “oportunistas”) haviam “soterrado as idéias geniais de Marx e Engels sobre a tática e sobre a estratégia”, baseando sua ação política nos seguintes “dogmas teóricos”: “o proletariado não pode nem deve tomar

4. LENIN, *Opere*, vol. 21, p. 286.

5. LENIN, *Opere*, vol. 21, p. 285.

o poder se não constitui a maioria...; o proletariado não pode conservar o poder se não dispõe previamente de uma quantidade suficiente de quadros já preparados...; o método da greve geral política não pode ser aceito pelo proletariado".⁶

Tratava-se exclusivamente – ou, ao menos, predominantemente – de contestações concernentes à esfera da política, e que nunca chegaram a prefigurar no kautskismo a categoria que chegou aos nossos dias e que se veio configurando progressivamente como ideologia da integração, fusão de darwinismo e marxismo, etc. Stálin reprovava à chamada teoria das forças produtivas de Kautsky de acarretar “a subestimação do elemento subjetivo”, porém sua crítica não se ampliava a ponto de abranger as dimensões mecanicistas daquele marxismo. Ao contrário: é significativo observar que essa crítica foi feita, primeiro, por defensores do marxismo de Kautsky ao marxismo soviético. Discutindo sobre o livro de Bukhárin a respeito do materialismo histórico, um dos maiores representantes da Segunda Internacional, Emile Vandervelde, expressava a opinião de que, enquanto o marxismo de Kautsky era um marxismo “avançado”, o de Bukhárin era “um marxismo em retrocesso, simplificado ao extremo, reduzido a um esquema”. Citando uma passagem de Bukhárin a propósito das perspectivas da revolução (“não podemos prever, por enquanto, a data em que esse acontecimento ocorrerá... ignoramos a velocidade dos processos sociais, mas podemos já indicar a direção deles”), Vandervelde comentava, ironicamente: “Quando os trabalhos da Universidade Sverdlov estiverem mais adiantados, poderão traduzir as leis em cifras; e, como para os eclipses da lua, poderão anunciar a data em que se verificará um evento”.⁷ Não se tratava somente da retomada de alguns cavalos de batalha que tinham sido os de Bernstein, em suas fórmulas do final do século, mas também de uma manifestação da polêmica movida pela social-democracia entre as duas guerras contra a construção de uma nova “ortodoxia” marxista-leninista, reivindicando o caráter aberto e democrático da ortodoxia kautskiana.

Mas o kautskismo, a ortodoxia, o centrismo, o “marxismo da Segunda Internacional”, tal como o conhecemos hoje, tal como os historiadores atuais o discutem, (e agora, já desde há algum tempo, não só os historiadores), embora tenha nascido no coração daquelas polêmicas entre a social-democracia e o comunismo, que giravam em torno da “traição” de 4 de agosto de 1914 e da Revolução de Outubro (polêmicas que em grande parte amplificavam e radicalizavam contraposições

6. STALIN, *Questioni del leninismo*, Moscou, 1948, p. 19-20.

7. E. VANDERVELDE, *Le Marxisme a-t-il fait faillite?*, Bruxelas, 1928, pp. 54 e 60.

originadas na primeira década do nosso século), embora tenha aparecido naquele período, não provém de nenhum dos dois contendores.

A maior parte dos juízos formulados sobre o "marxismo da Segunda Internacional" e sobre o kautskismo tal como hoje o entendemos e tal como ele vem sendo amplamente discutido a partir do final dos anos 50 nos vem de alguns marxistas dos anos situados entre as duas guerras, de marxistas que só em parte podem ser enquadrados em um dos dois grandes campos em confronto: Korsch, Lukács, Rosenberg, Gramsci.

Antes de todos, Korsch. Pondo em evidência as analogias existentes entre a "velha ortodoxia marxista de Kautsky" e "a nova ortodoxia marxista do marxismo russo", que brigavam pela posse do "anel verdadeiro", pela "herança do marxismo entendido corretamente", Kautsky definiu o caráter do kautskismo como "ideologia da social-democracia alemã e dos partidos operários não alemães dominados ideologicamente por ela na Segunda Internacional".⁸ Tratava-se da instauração de uma relação entre a prática política e o marxismo que não era mais uma relação simplificada, como nas equações sumárias de Stálin, mas encontrava sua razão de ser na formação e no desdobramento de uma ideologia de partido. Uma ideologia de partido – acrescentava Korsch – que tinha rompido a unidade originária do marxismo: a seu ver, a transformação do marxismo em ideologia da social-democracia alemã tinha dado lugar à decomposição do marxismo em uma série de elementos que viviam por conta própria: a teoria do valor, o materialismo histórico, a teoria da luta de classes, teriam sido de vez em quando subordinados a fins práticos, reduzidos a ramificações de um corpo tornado irreconhecível. Korsch reconhecia os aspectos contraditórios, e portanto também positivos, do encontro do marxismo com o movimento operário. Afirmava:

Pode-se dizer que o "recebimento do marxismo", aparente e ideológico, mediante a ortodoxia marxista e especialmente o kautskismo, por parte do movimento operário alemão e internacional dos anos 70, 80 e 90 do século XIX, significou, nas condições objetivas e subjetivas de então, efetivamente, um enorme progresso para o desenvolvimento da consciência de classe do movimento operário moderno.⁹

Isso não modificava, todavia, o fato de que o marxismo no seu conjunto, descontadas algumas raras exceções que confirmavam a re-

8. K. KORSCH, *Marxismo e filosofia*, Milão, 1970, pp. 9 e 11.

9. K. KORSCH, *Il Materialismo storico. Anti-Kautsky*, Bari, 1971, p. 145.

gra, se havia empobrecido e se tornara, exatamente, “marxismo da Segunda Internacional”, um marxismo “vulgar”, grosseiramente mecanicista, evolucionista, distanciado da filosofia, mera explicação da necessidade das leis do desenvolvimento histórico, freqüentemente traduzido em termos de cientificismo positivista.

Arthur Rosenberg ampliou ulteriormente o conjunto dos problemas suscitados por Korsch e procurou dar uma resposta às questões gerais da relação entre a doutrina de Marx e Engels, de um lado, e de outro o marxismo da Segunda Internacional. Cumpria colocar em evidência, antes de mais nada, uma real “infidelidade” política do radicalismo negativo da Segunda Internacional à *Realpolitik* revolucionária de Marx e Engels. A perspectiva da revolução se empobrecera numa política que levava em conta sobretudo as exigências profissionais dos operários da indústria, que subestimava os problemas das alianças políticas e sociais e que, finalmente, cristalizara numa série de “princípios” a doutrina de Marx e Engels. Mas ainda havia outro ponto: em seu encontro com o movimento operário, o marxismo tinha passado por vários filtros. Os aparelhos dos partidos não eram neutros: eles refletiam a psicologia coletiva de amplos setores operários e acabavam por buscar no marxismo apenas instrumentos de propaganda diretamente utilizáveis na luta política imediata. No marxismo, os funcionários do movimento operário europeu

encontraram os instrumentos para uma aguda crítica da ordem capitalista existente, a prova de porque no sistema capitalista os operários eram sempre explorados e como nenhuma mudança dessa realidade fundamental era possível enquanto a ordem social capitalista não fosse substituída pela socialista. O marxismo mostrava aos operários europeus da indústria a importância da classe deles e a tarefa histórica que lhes cabia, no presente e no futuro.¹⁰

Mas ao mesmo tempo esse marxismo difuso, traduzido em termos de ideologia de partido, “tinha perdido todos os seus elementos revolucionários e prático-políticos”, transformara-se numa espécie de religião.

Alguns anos antes, preso no cárcere fascista, Antonio Gramsci fora ainda mais longe, e se havia interrogado sobre as formas daquele marxismo que tinham chegado até ele, nos anos da sua juventude, e que ele tinha combatido com tanto ardor nas fileiras do Partido Socialista Italiano. Quais eram as fontes da filosofia do “prato popular”?

10. A. ROSENBERG, *Democrazia e socialismo. Storia politica degli ultimi centocinquanti anni (1789-1937)*, Bari, 1971, p. 269.

Através de que mecanismos a filosofia da praxis tinha adquirido um aroma determinista e fatalista? Gramsci escrevia:

Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança. "Fui momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha em meu favor, a longo prazo, etc." A vontade real se traveste num ato de fé, numa certa racionalidade da história.¹¹

Em meados dos anos trinta, quando começa uma pausa na reflexão histórica sobre o marxismo (que só seria retomada duas décadas mais tarde), grande parte dos problemas relativos ao marxismo da Segunda Internacional já se achava sobre a mesa: o papel de Kautsky, do kautskismo, da social-democracia alemã na derrota da Segunda Internacional, a redução do marxismo à ideologia de partido, a relativa paralisia do marxismo teórico, o conúbio com o darwinismo e mais genericamente com o positivismo, dando lugar a uma versão mecanicista e determinista do marxismo.

Após 1956, uma parte daqueles problemas e também uma parte daqueles pontos de vista foram retomadas e ampliadas. Erich Matthias, a quem muitos reprovaram com razão o fato de ter apresentado mal o problema da função "integradora" do kautskismo como ideologia da social-democracia alemã, teve o mérito de reabrir a discussão.¹² A partir de então, os estudos de história do marxismo, ligados a um novo desenvolvimento da historiografia dedicada ao movimento operário e a uma retomada da reflexão teórica marxista, ingressaram num período particularmente fecundo. Investigações globais, não mais vinculadas necessariamente às injunções imediatas da luta política, fizeram-se acompanhar de estudos específicos, daquelas pacientes pesquisas que Stálin, em 1931, invocando alguns "axiomas", entendia que não deviam sequer ser iniciadas.¹³

Os resultados, no terreno específico do marxismo da Segunda Internacional, não se fizeram esperar; foram seguidos por um útil traba-

11. GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, edição crítica do Instituto Gramsci, Torino, 1975, p. 1388.

12. E. MATTHIAS, *Kautsky e il kautskismo. La funzione dell'ideologia nella socialdemocrazia tedesca fino alla prima guerra mondiale*. Bari, 1971. Quando surgiu (1957), esse livro suscitou vivas polémicas. Uma lúcida crítica em H. J. STEINBERG, *Sozialismus und deutsche Sozialdemokratie. Zur Ideologie der Partei vor dem 1. Weltkrieg*, Hannover, 1967, pp. 75 e seguintes.

13. STALIN, *Questioni del leninismo*, cit., pp. 427-440.

lho de publicação de fontes e documentos. Suscitaram-se questões cada vez mais ricas e numerosas, que se referiam aos mecanismos concretos através dos quais o marxismo tornara-se ideologia de partido; foram sondados os jogos profundos das "influências"; procurou-se recolocar sobre seus próprios pés a relação entre o marxismo e o movimento operário, na busca das origens do marxismo da Segunda Internacional, no exame da formação dos jovens intelectuais da geração de Kautsky, de Plekhânov e de Bernstein; reviu-se o lugar do marxismo nas ideologias coletivas do século XIX; reconstituiu-se, ao menos no vértice, a expansão e a geografia do marxismo. Situado numa encruzilhada entre a história das idéias e a história do movimento operário, o marxismo da época da Segunda Internacional acabou por interessar aos historiadores de ambos os campos, fazendo-os convergir, chegando então a oferecer aos nossos olhos uma imagem que, se ainda conserva numerosas sombras, foi, no entanto, bastante elucidada.¹⁴

Voltemos, então, à questão inicial: "marxismo da Segunda Internacional" ou "marxismo na época da Segunda Internacional"? Ernesto Ragionieri, um dos maiores estudiosos da questão, dava, em 1965, a seguinte definição do marxismo da Segunda Internacional:

Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se, em geral, uma interpretação e elaboração do marxismo que reivindica um caráter científico para a sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas.¹⁵

É sem dúvida uma fórmula rica e sugestiva, que registra todos os elementos daquele marxismo. Porém, na época da Segunda Internacional, existia realmente apenas o "marxismo da Segunda Internacional"? Há quinze anos, a definição se apresentava como caracterização fecunda e por isso contribuiu para fazer avançar os estudos, ampliou os horizontes, colocou questões novas. Existia, de fato, um bloco de pensamentos tão compacto e homogêneo? Kautsky e Bernstein, Lênin e Rosa Luxemburg, Plekhânov e Max Adler, todos eles podem ser re-

14. Os resultados mais significativos podem ser vistos em E. RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani, 1875-1895*, Milão, 1961; idem, *Il Marxismo e l'Internazionale*, Roma, 1968; G. HAUPT, *La II Internazionale*, Firenze, 1973; idem, *L'Internazionale Socialista della Comune a Lenin*, Torino, 1978; HOBBSBAWM, "La Diffusione del Marxismo (1890-1905)", em *Studi Storici*, 1974; H. J. STEINBERG, *Sozialismus...*, cit.

15. E. RAGIONIERI, *Il Marxismo e l'Internazionale*, cit., p. 47.

conduzidos a um modelo único? Houve, certamente, elementos de unidade, de analogia e de relativa homogeneidade; contudo, o desenvolvimento dos nossos conhecimentos não nos permite mais observar todo o marxismo do período da Segunda Internacional de um ângulo único.¹⁶

À consideração das diferenças entre os “protagonistas” acrescentam-se também novas curiosidades acerca de diversos níveis de expansão e coagulação do marxismo. A própria relação com o movimento operário, com os trabalhadores, com os militantes, com a mentalidade de grandes grupos sociais, conheceu novas solicitações e sugestões. Reduzir a referência à Segunda Internacional a uma simples determinação cronológica e falar em “marxismo da época da Segunda Internacional” em lugar de “marxismo da Segunda Internacional”, no entanto, não significa muito, se essa mudança de tom não for acompanhada pela vontade de rejeitar a imagem daquele marxismo como bloco indiferenciado de pensamento; ou – o que é mais importante – se essa mudança de tom não se completar com a tentativa de descobrir a natureza multiforme daquele marxismo.

2. *A afirmação do marxismo e o encontro com o movimento operário*

Um dos aspectos mais recordados e menos conhecidos do marxismo na época da Segunda Internacional é o da sua vulgarização, da sua simplificação, da sua redução a esquema ideológico elementar. Concentrada na figura dos grandes intérpretes, atenta à dinâmica dos grandes debates políticos, a curiosidade dos historiadores quase nunca se aventurou no labirinto do marxismo coletivo.

Em um quarto de século, o marxismo – nascido numa área geográfica relativamente limitada e no âmbito de um movimento político e social ainda em busca de sua definitiva identidade – torna-se o credo de milhões de homens, a arma teórica da social-democracia internacional; percorre caminhos sinuosos e longuíssimos até conquistar uma dimensão planetária. As vias da sua afirmação foram também, contudo, as da sua sistematização; os mecanismos da sua difusão acabaram por empobrecer o seu patrimônio originário. Foi um processo de dimensões extraordinariamente amplas, uma daquelas raras ocasiões nas quais um conjunto de idéias – em geral escritas em livros de leitura

16. Veja-se a límpida síntese de A. ZANARDO, *Il Marxismo*, na *Storia delle idee politiche, economiche e sociali*, direção de L. Firpo, volume 5, Torino, 1972, pp. 411-550.

nada fácil – encontrou-se com um grande movimento social em ascensão, que manifestava uma poderosa demanda de ideologia.

Procuremos explicar como isso efetivamente se passou.

Um primeiro elemento de reflexão nos é fornecido pelos modos e formas como o marxismo se encontrou com o movimento operário. O papel da social-democracia alemã tem merecido com frequência o maior interesse e a maior dedicação dos historiadores. Isso é justo, pois a influência do grande partido alemão exerce uma importante função niveladora no próprio mecanismo da formação do movimento operário moderno, que se constitui entre os anos 70 e 80 do século passado a base da formação de modernos partidos social-democráticos.¹⁷

Diversos foram, na Europa, os tempos da industrialização; diversos os ritmos e as características em que ela se verificou em cada país. Apesar dessas diferenças, contudo, o processo de formação dos partidos social-democráticos se concentrou substancialmente nos aproximadamente quinze anos que vieram da metade dos anos 70 ao final dos anos 80. As motivações objetivas do processo foram, certamente, gerais, na medida em que ele se realizou em meio a uma profunda depressão econômica que golpeou entre 1873 e 1896 toda a economia mundial: as formas anteriores de existência do movimento operário, associações culturais, sociedades de socorro mútuo, corporações sindicais e toda uma riquíssima variedade de núcleos associativos que reunia os trabalhadores das novas indústrias junto com os trabalhadores das velhas manufaturas foram impelidas em direção a formas de unificação, seja pela formação de estados nacionais, seja pelo desenvolvimento industrial, seja, finalmente, pela piora geral das condições de vida e de trabalho em toda a Europa.¹⁸

Três foram os períodos nos quais se desdobrou, com uma diversa série de conseqüências, a influência da social-democracia alemã: um primeiro, menos conhecido, de 1875 até o finzinho da década; um segundo situado entre as leis anti-socialistas, entre 1878 e 1890; e um terceiro, depois da vitória de 1890, se estende até o final do século, marcado pela discussão sobre o revisionismo, em seguida à qual uma progressiva internacionalização das formas de existência do movimento operário foi acompanhada por certo declínio da influência alemã.

17. RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani*, cit.; G. HAUPT, *L'Internazionale Socialista*, cit., pp. 185-232; veja-se também o recente volume de C. WEILL, *Marxistes russes et socialdemocratie allemande, 1898-1904*, Paris, 1977. Há uma vastíssima literatura sobre o assunto.

18. G. HAUPT, "Le Origini dell'organizzazione operaia in Europa: partiti e sindacati", em *Movimento operaio e socialista*, 1978, pp. 175-208.

A primeira fase é assinalada pela influência e pela atração exercidas pelo programa de Gotha, que, apesar das críticas de Marx, teve grande prestígio no movimento operário, quer por seu conteúdo doutrinário, que recolhia as experiências mais avançadas no terreno do socialismo, quer – sobretudo – porque num mundo relativamente limitado como o mundo socialista internacional, ainda fortemente marcado pelas polêmicas e divisões que acompanharam o fim da Primeira Internacional e portanto ávido de encaminhamentos tendentes à unidade, o programa de Gotha aparecia exatamente como um programa unitário, saído de um congresso de unificação. À base dele se modelaram muitos partidos que tinham nascido antes da outra grande contribuição dada pela social-democracia de língua alemã à elaboração programática dos partidos social-democráticos, quer dizer, antes do programa de Hainfeld, da social-democracia austríaca, e antes do programa de Erfurt (cuja repercussão foi muito maior), da social-democracia alemã. O programa de Gotha, sobre cuja influência pouco se sabe hoje, foi o modelo do Socialist Labor Party norte-americano e do Partido Socialista Dinamarquês, na Europa. Contudo, se for medida pela difusão de seu primeiro ponto (“o trabalho é a fonte de toda riqueza e de toda civilização”), sua influência é tão ampla que dificilmente pode ser definida.

Com o começo das leis anti-socialistas, depois de 1878, os conteúdos da influência da social-democracia alemã se deslocaram para outro plano: por um lado, seu papel de modelo e seu prestígio cresceram paralelamente aos êxitos eleitorais, que davam a medida da oportunidade, para o movimento operário, da luta pela democracia, da luta política, mesmo em condições que limitavam as liberdades democráticas; por outro lado, a mudança mais significativa consistiu no fato de que o seu grupo dirigente e uma parte considerável de seus escritores e intelectuais se deslocaram para Zurique, ponto de referência para inúmeros jovens intelectuais e estudantes provenientes de todos os países e particularmente do império russo, dos países balcânicos e danubianos, bem como da Itália e até dos Estados Unidos.¹⁹

Foi então que – propriamente – nasceu o marxismo. Nasceu nas revistas do partido, que eram dirigidas por Kautsky e Bernstein; nasceu na troca de cartas entre Bebel e Engels, nasceu na ampliação dos conhecimentos e das traduções de textos de Marx, nasceu nas polêmicas contra outras “escolas” socialistas, como o populismo ou o socialismo de Estado.

19. Embora se refira a um período anterior, consulte-se J. M. MEIJER, *Knowledge und Revolution. The Russian colony in Zurich (1870-73)*, Amsterdam-Assen, 1956.

Influenciar a emigração política ou os centros de concentração dos intelectuais revolucionários foi uma das boas oportunidades que a social-democracia alemã teve. Publicava-se na época, em Zurique, o *Sozialdemokrat*, que depois era ilegalmente distribuído em toda a Alemanha, onde quer que os jovens "marxistas" da social-democracia alemã tivessem contatos. Estabeleceu-se um equilíbrio tão hábil entre a atividade legal desenvolvida na Alemanha pelas organizações eleitorais e pelo grupo parlamentar, e a atividade publicística ilegal organizada no exterior que, com as eleições de 1890, a social-democracia alemã tornou-se o partido político mais forte, quanto ao número de votos: caíram as leis anti-socialistas, o novo imperador começou a pensar que a "questão social" afinal não era uma fantasia e o velho Bismarck acabou por pagar com sua demissão a virada que parecia estar se verificando na vida interna do império. Entre 1890 e o final do século está situado o período da maior expansão na influência da social-democracia alemã, na influência das idéias que ela representava: todos os partidos socialistas criados após essa data declararam expressamente que assumiam os modos de ser, o programa e a doutrina da social-democracia alemã.²⁰

A discussão sobre o revisionismo constitui a primeira cesura importante na história do marxismo, de sua difusão e expansão através da social-democracia alemã. Ela teve, antes de mais nada, um significado e efeitos profundos no interior do movimento operário e dos partidos socialistas, não somente europeus: diminuiu a atenção dedicada ao marxismo em uma série de países, sobretudo na área latina (por exemplo, Itália e França), com base numa rejeição das ênfases doutrinárias que derivavam da discussão.²¹ Além disso, precipitou uma fratura entre um setor "ortodoxo" e um heterodoxo, fratura na qual os problemas sociais, econômicos e políticos dos primeiros anos do nosso século encontrariam uma ampla base ideológica para a política reformista que uma nova geração de dirigentes assumiria e sustentaria até a guerra e, depois, no pós-guerra. Por outro lado, a discussão sobre o revisionismo teve outros efeitos, em diversos países: lançou, para a opinião pública culta de todo o mundo, os temas do debate marxista, estendendo ulteriormente e modificando os termos de uma difusão e de uma vulgarização do marxismo que ultrapassava os limites da sua relação com o movimento operário.

20. B. TARTAKOWSKI, *Die Grundfragen des Marxismus in den Programmen der sozialistischen Parteien der siebziger bis neunziger Jahre des 19. Jahrhunderts*, em *Revolutionäres Parteiprogramm, revolutionäre Arbeitereinheit*, Berlim, 1975, pp. 515-546.
21. F. ANDREUCCI, "Il Partito socialista italiano e la II Internazionale", em *Studi Storici*, 1977, pp. 50 e seguintes.

Mas uma influência, um prestígio internacional, uma capacidade de determinar ou ao menos de solicitar um processo complexo e articulado como a formação de uma ideologia do movimento operário moderno não são possíveis se o conteúdo dos êxitos políticos e organizativos não corporifica uma doutrina, um conjunto de idéias, um fundamento teórico. Adolf Wagner, o prestigiado “socialista da cátedra”, prevenia os participantes do congresso das comunidades evangélicas de setembro de 1892, observando como a social-democracia alemã, em seu programa de Erfurt, fruto de uma longa e complexa elaboração, tinha, por assim dizer, fundamentado cientificamente suas reivindicações e estava em condições de justificar suas exigências invocando as mais recentes e importantes tendências da ciência moderna. Wagner dizia:

Na sua parte teórica e de princípios, o novo programa é, pela forma e pelo conteúdo, uma redução sintética da teoria materialista de Marx sobre as leis de desenvolvimento da sociedade moderna, com a tendência a extrair dessa teoria conclusões práticas, justificando assim as conseqüentes reivindicações.²²

De fato, o programa de Erfurt não circulou apenas como documento político, mas como sùmula da doutrina marxista, dos resultados a que ela chegara. Fora redigido após longuíssimas discussões e complicadíssimos entendimentos no interior do partido, com base nas opiniões dos mais autorizados representantes do marxismo: Engels, Kautsky, Bebel, Liebknecht. Do trabalho resultara uma série de fórmulas que ilustravam, ainda que de maneira apodítica, as tendências do capitalismo, dominadas pela intensificação das contradições, e indicavam ao proletariado a meta (o socialismo) que ele alcançaria, com base numa “necessidade natural”, isto é, um conjunto de férreas leis de desenvolvimento.

Não só o texto do programa como também o comentário de Kautsky circulou no mundo inteiro: só no período que precedeu a primeira guerra mundial, ele foi traduzido em ao menos dezesseis línguas; apresentava-se, substancialmente, como uma paráfrase dos últimos capítulos (aqueles que têm um caráter mais propriamente “histórico”) do primeiro livro do *Capital*.

Nas origens dessa fase “paulina” da experiência do marxismo, foi decisivo o papel desempenhado pelo velho Engels; tanto que, na periodização da história do marxismo, costuma-se fazer coincidir o início

22. A. WAGNER, *Das neue Sozialdemokratische Programm*, discurso, publicado em Berlim, 1892.

da difusão não com a origem canônica da Segunda Internacional (1889) e sim com o ano da morte de Marx (1883), quando começa o período de doze anos em que Engels atuou sozinho.²³ São demasiadamente conhecidas as observações de Gustav Mayer sobre a vivacidade do velho Nestor da social-democracia; não tem sentido reproduzi-las aqui. Vale a pena, no entanto, sublinhar ao menos dois problemas: por um lado, a questão da fidelidade de Engels ao marxismo tal como ele se tinha desenvolvido no período que precedera a morte de Marx (o que, substancialmente, quer dizer fidelidade ao marxismo de Marx); por outro, os aspectos práticos da atividade de Engels, conscientemente dirigida para a afirmação e a difusão da doutrina que era dele e de Marx.

O que se escreveu sobre o primeiro aspecto consumiu verdadeiros rios de tinta; procurou-se corresponder à vontade de criar uma fratura entre Marx (o "verdadeiro" marxismo) e Engels (o vulgarizador e simplificador) ou então à vontade de sustentar uma unidade perfeita e a qualquer custo.²⁴ É difícil dizer quando se constituiu semelhante contraposição, porém é certo que ela só começa a ter maior repercussão com a discussão sobre o revisionismo. A propósito da teoria do colapso do capitalismo, por exemplo, Woltmann intervinha no congresso de Hannover da social-democracia alemã (em 1899), observando que não havia indício dela em Marx, que ela aparecia "em Engels e nos chamados marxistas".²⁵ A discussão, que já na época não era muito promissora, ligada como estava a polémicas de natureza diversa, provocou na história dos debates sobre o marxismo inúmeras "solicitações" aos textos, inúmeras contraposições dogmáticas. Embora não se possa dar uma resposta satisfatória a um problema tão complexo, é provável que a opinião mais inteligente seja a dos que chamaram a atenção para o fato de que, independentemente da vontade de Engels, os tempos da sua velhice eram diversos da época em que ele e Marx haviam trabalhado juntos. A demanda de ideologia, de legitimação do movimento operário, era muito mais sensível entre 1883 e 1895 do que tinha sido nos doze anos precedentes.

O outro problema, o da atividade prática do velho Engels pela difusão do marxismo, foi objeto de discussões menores. Como demonstrou Racionieri, nos anos 80 do século passado, num ambiente determinado e relativamente restrito (alguns intelectuais alemães que eram

23. RAGIONIERI, *Il Marxismo e l'Internazionale*, cit., p. 126-162.

24. G. STEDMAN JONES, *História do Marxismo*, vol. 1, pp. 377 e seguintes da edição brasileira.

25. *Protokoll über die Verhandlungen des Parteitag der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands*, Berlim, 1899, p. 148.

militantes ou dirigentes da social-democracia), expressou-se a plena consciência não só da existência de uma "escola" marxista, original, diferente de outras tendências do socialismo, como também um conjunto de elementos: um corpo de doutrina, um programa político, um partido, uma orientação cultural.

Kautsky, Bernstein, Bebel e Liebknecht, desse ponto de vista, com características diversas e de maneiras diferentes, desempenharam um papel decisivo. Todos foram diretamente influenciados por Engels. Mas a sua correspondência – dispomos de quase 1200 cartas dos anos da formação do marxismo, e é lícito supor que as cartas escritas tenham sido bem mais numerosas – abordava praticamente todos os ângulos do mundo e se exprimia em conselhos, sugestões, esclarecimentos; tudo no âmbito da vontade de apresentar uma imagem unitária do marxismo, da sua história e do seu conteúdo teórico. Em seus escritos e nas numerosíssimas introduções às novas edições ou traduções de obras suas ou de Marx, bem como na preparação do segundo e do terceiro volume do *Capital*, Engels empenhou-se em oferecer ao movimento socialista em ascensão a imagem das relações complexas que a doutrina de Marx tinha com suas próprias "fontes", a idéia da continuidade e da ruptura nas relações existentes entre o marxismo e as grandes batalhas de 1848, nas relações existentes entre o marxismo e a filosofia clássica alemã.²⁶

Só em parte, porém, a afirmação e a difusão do marxismo permaneceram, por assim dizer, sob o controle de Engels. Os "clássicos" passaram a ser lidos com um olho atento para a utilização prática deles; as partes históricas do *Capital*, mais fáceis de serem simplificadas, começaram a ter uma vida própria; as sínteses e os manuais alcançaram uma receptividade extraordinária. Nem tudo aquilo que Engels queria que fosse lido foi realmente lido. A própria insistência de Engels, tão freqüente no final da sua vida, no combate a uma leitura simplificada do materialismo histórico indica como tal leitura se tinha tornado comum, como se disseminavam as interpretações "vulgares". Engels teve uma lúcida compreensão disso; e, como ele, muitos contemporâneos. A propósito da vulgarização da teoria do valor, Antonio Labriola observava, polemicamente:

O pior é que os efeitos de críticas grosseiramente erradas se fizeram sentir na própria cabeça dos socialistas, especialmente na dos jovens intelectuais que entre os anos 70 e 80 aderiram à causa do prole-

26. L. LONGINOTTI, "Friedrich Engels e la 'rivoluzione di maggioranza' ", em *Studi Storici*, 1974, pp. 769-827.

tariado. Muitos dos fogosos renovadores do mundo daquela época (e na Alemanha a coisa ficou mais clara, porque deixou marcas nas polêmicas do partido e na literatura de propaganda) proclamaram-se adeptos das teorias marxistas, assumindo como próprio o marxismo mais ou menos inventado pelos adversários. O caso mais paradoxal de todo esse equívoco está em que as correntes de ilações fáceis, como costuma acontecer com os neófitos, misturando coisas velhas a coisas novas, acreditaram que a teoria do valor e do sobrevalor, tal como ela é apresentada, simplificada, em exposições didáticas, contivesse, *hic et nunc*, o cânone prático, a força impulsionadora, inclusive a força moral, e a legitimidade jurídica de todas as reivindicações proletárias.²⁷

E Thomas Kirkup, autor de um manual de grande sucesso sobre o socialismo, punha em evidência, alguns anos antes, como “a obra histórica de Marx”, “colocada a serviço de uma poderosa e apaixonada propaganda”, teria sido modificada e corrigida pelas próprias formas em que vinha sendo utilizada.²⁸ Esse problema – ao qual teremos ocasião de voltar – poderia ser ilustrado com milhares de exemplos.

Nos últimos vinte anos do Séc. XIX, o marxismo se encontra, pois, com as exigências práticas do movimento operário. todos os aromas fatalistas, mecanicistas, deterministas, são aspirados e espremidos pela “filosofia da praxis” dos partidos socialistas, dos publicistas da imprensa do partido, dos propagandistas. Nasce a “triade” do marxismo: a concepção materialista da história, a teoria do valor, a luta de classes. Nos mesmos anos, aromas de conteúdo similar – e com um centro de gravidade um pouco anterior – hauriam forças na filosofia monista, nas sínteses de obras de Haeckel, Darwin e Spencer.

A relação do marxismo com a cultura positivista é, sem dúvida, ao lado de seu encontro com o movimento operário, o outro ângulo a partir do qual pode ser lido com facilidade o conjunto dos processos da sua simplificação cientificista. Talvez nenhuma frase ou nenhuma expressão, entre as empregadas para definir Marx, tenha tido tanto sucesso como aquela que foi pronunciada por Engels no cemitério de Highgate; e nenhuma terá sido tão comprometedora. “Marx” – disse Engels, naquela ocasião – “descobriu as leis do desenvolvimento da história humana, tal como Darwin descobriu as leis de desenvolvimento da natureza orgânica”. Era, em todo caso, uma frase que interpretava o espírito do tempo, refletia uma atmosfera difusa: Spencer, Dar-

27. A. LABRIOLA, *La Concezione materialistica della storia*, Bari, 1965, p. 200 (trata-se da carta a Sorel de 10-5-1897).

28. T. KIRKUP, *A History of socialism*, Londres, 1900, p. 163 (mas a primeira edição é de 1892).

win, Haeckel eram constantemente ligados a Marx. Acreditava-se e se tratava de uma convicção bastante generalizada, de um conjunto de formulações que pareciam decorrer do senso comum – que “Spencer, Darwin e Haeckel (tivessem) dado à ciência social, através da doutrina evolucionista do desenvolvimento, a base, o método científico e correto”.²⁹ Quem pensava assim não era só um velho militante como Edouard Vaillant, mas também um jovem professor universitário, estudioso de criminologia e autor de um livrinho de imenso sucesso, lido no mundo inteiro, *Socialismo e ciência positiva*, cujo sugestivo subtítulo era: *Darwin, Spencer, Marx*.³⁰

Positivismo e marxismo: nessa relação estão contidas muitas das contradições, das tensões, muitos dos problemas da “adaptação” da doutrina de Marx e de Engels. O marxismo e o positivismo tinham algo em comum? E o que poderia existir em comum era um dado interno ou exterior às duas correntes de pensamento? Existiam pontos de contato entre o monismo naturalista de Haeckel e a dialética de Marx e de Engels? Kautsky, no final dos anos 70, quando estava se tornando marxista, após uma entusiástica adesão a Darwin e Haeckel, sustentava ter encontrado no monismo de Haeckel uma “concepção unitária do mundo”.

Essa inclusão da sociedade num esquema monista – observou-se – fornecia a solução para as contradições sociais entre dominadores e dominados, entre capitalistas e trabalhadores, entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores braçais. Com a resolução de todas as contradições e dualismos, a infelicidade se afasta do mundo. Essa seria a estrada do “progresso da humanidade na direção do “objetivo final”, na direção do “puro comunismo”, a busca de todos os problemas do ser.”

Kautsky e os jovens intelectuais da sua geração que se aproximavam do socialismo procuravam nas ciências sociais, como em Marx e Engels, uma concepção geral e unitária do mundo, uma doutrina que

29. M. DOMMANGET, *Edouard Vaillant, un grand socialiste (1840-1915)*, Paris, 1956, p. 290.

30. O livro de E. FERRI, *Socialismo e scienza positiva (Darwin, Spencer, Marx)*, Roma, 1894, teve numerosas traduções e um imenso êxito: saiu não só em francês (Paris, 1896), em alemão (Leipzig, 1895) e em inglês (Londres, 1896, com sucessivas reimpressões; New York, 1900; depois Chicago, 1909), mas também em holandês (Amsterdã, 1899) e em sueco (Estocolmo, 1903), entre outros.

31. W. HOLZEUER, *Karl Kautskys Werk als Weltanschauung*, Munique, 1972, pp. 19-20.

estivesse em condições de proporcionar uma verdadeira filosofia da história, no sentido mais próprio da expressão.

Max Beer, um dos mais inteligentes colaboradores marxistas da imprensa social-democrática alemã, recorda ter-se aproximado com paixão de Lassalle, antes de aproximar-se das obras de Marx e Engels; e isso ocorrera não só pelo fascínio exercido pelo belo estilo clássico alemão e pelo idealismo hegeliano encontrável nos textos de Lassalle, mas sobretudo porque Beer estava em busca de uma chave que pudessem ligar “a idéia do movimento da classe operária e as tendências da história”: Lassalle parecia dar-lhe “um ponto de vista sistemático do desenvolvimento histórico da vida moderna”.³²

O *Anti-Dühring* e, mais ainda, os capítulos publicados separadamente com o título *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (que se dirigiam a um público do qual Marx e o próprio Engels conheciam bem o desejo de “enciclopedismo”, de “síntese”, um público que “com pouco trabalho quer aprender rapidamente a opinar sobre tudo”) acabaram por desempenhar um papel de “sistematização” que não estava propriamente na vontade do autor.³³

Portanto, o encontro com o movimento operário numa fase subalterna e o encontro quotidiano com o darwinismo foram dois elementos que puderam dar à filosofia da praxis – retomemos, ainda uma vez, a observação de Gramsci – “um ‘aroma’ ideológico imediato”, uma “forma de religião e de excitante (mas à maneira dos estupefacientes)”.³⁴

Cumpre-nos acrescentar, contudo, um terceiro elemento. As “escolas socialistas” não marxistas entraram todas, após a Comuna de Paris, numa crise da qual não mais saíram (o que se deu – conforme assinalaram Marx e Engels – num processo de deslocamento do centro de gravidade da história do movimento operário da França para a Alemanha); porém não é menos verdade que o marxismo se viu compelido a viver, a coexistir com o “socialismo eclético”, com um amálgama de ideologias socialistas de variada proveniência, que iam desde o lassalismo até o blanquismo, desde o proudhonismo até o anarquismo.

É possível distinguir nitidamente o marxismo do socialismo eclético? Do ponto de vista do conteúdo, não há dúvida de que é. O mar-

32. M. BEER, *Fifty Years of International Socialism*, N. York, 1935, p. 57.

33. Vejam-se as penetrantes observações de V. Gerratana em sua introdução a F. ENGELS, *Anti-Dühring*, Roma, 1968 (pp. XVIII e seg.).

34. GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1388.

xismo apresenta-se com características muito próprias, diferentes, originais: ele é o “socialismo científico”, distingue-se de qualquer outra escola pela tríade doutrinária de que se compõe, constituída pela luta de classes, pela concepção materialista da história, pela teoria do valor. Mas essa distinção, que pode ser feita no terreno da fisionomia doutrinária, não é tão fácil no plano da difusão, da expansão geográfica do marxismo. De fato, o marxismo trilha estradas habitadas por muitas idéias, com as quais se choca e se combina, em um quadro marcado por relações extremamente complexas. Procuremos, então, percorrer os caminhos do marxismo em sua difusão, tentemos acompanhá-lo nos percursos extraordinariamente amplos feitos pelas ideologias socialistas em sua propagação.

3. *A geografia do marxismo*

Em ligação com o movimento operário, processaram-se mudanças profundas nos ritmos, nas linhas gerais e nos próprios instrumentos tradicionais da difusão e da circulação das idéias, que sofreram uma aceleração rápida e conheceram uma nova, febril eficiência.³⁵

O partido político de tipo social-democrático, de inspiração marxista – nos limites e com as características a que nos referimos tinha em si ao menos dois elementos capazes de incidir diretamente sobre os mecanismos da circulação das idéias: tinha uma vocação de massa, isto é, considerava uma de suas principais tarefas a de conquistar o maior número possível de adesões, e considerava que o instrumento principal para isso era a propaganda e a afirmação das idéias de que era portador. Todos os instrumentos da difusão das idéias da carta impressa à propaganda oral – foram retirados do acaso de uma proliferação voluntarista e submetidos a instituições conscientemente organizadas que os coordenavam. Porém o partido tinha uma segunda vocação, que incidia não sobre a intensidade e sim sobre a extensão da propaganda: o internacionalismo. A consciência da substancial unidade dos destinos do gênero humano – do ângulo particular do proletariado – apoiada na idéia da universalidade do socialismo, apoiada na certeza de que qualquer sociedade podia ser analisada e situada num determinado grau do desenvolvimento histórico, completava-se com a visão da classe operária entendida como sujeito internacional da revolução social, de modo que os caminhos da difusão abriam naturalmente para um horizonte mundial.

35. HOBBSBAWN, *La Diffusione del Marxismo*, cit.

Em sua difusão, o marxismo – como mostrou Hobsbawn – trilhou caminhos tortuosos e complicados, valeu-se de veículos múltiplos, alcançou rincões no mundo inteiro, não sem submeter-se a filtros e mediações, que contribuíram para simplificar ou modificar algumas de suas implicações. Quase nunca se desenvolveram, como veremos, traduções “nacionais”, “criativas”, do marxismo (conforme viria a ocorrer no período da Terceira Internacional). O marxismo que era exportado era principalmente aquele que era elaborado na social-democracia alemã e que, assumindo as formas a que já nos referimos, apresentava-se como uma doutrina apta a proporcionar uma chave para enquadrar algo no desenvolvimento histórico da civilização, porém era inepta para “aplicação” ao estudo das relações econômicas, sociais e políticas na particularidade delas; era um marxismo que podia explicar em que “etapa” do desenvolvimento social se achava um determinado país, mas não ajudava a compreender as dimensões originais de cada experiência singular. Arrancado ao terreno onde se haviam desenvolvido suas raízes, o marxismo que é levado para a América Latina, para a Austrália, para a China ou para a Grécia é um marxismo “pobre”, um conjunto de conceitos extremamente gerais; ou, até mesmo, uma mera terminologia.

A área de onde partiu essa expansão é a da Europa central e em particular a da Alemanha; seu núcleo cronológico se encontra nos últimos vinte anos do Séc. XIX, mas possui começos significativos na segunda metade dos anos 70 e prolongamentos nos primeiros anos do Séc. XX. O marxismo se expandia através de um processo de circulação de homens e de idéias; realizava longas viagens, sobretudo, nas páginas da imprensa social-democrática alemã; por isso, começou por disseminar-se na área multinacional de língua alemã, situada entre a Europa latina e a Europa eslava, limitada ao norte pelo Báltico e ao sul pelos Alpes (estendendo-se na direção sudeste, ao longo do Danúbio). Aproveitando a influência da cultura alemã, que cresceu depois de 1870, o marxismo avançou não só na direção do Ocidente como na direção do Oriente, ao sul e ao norte, na Rússia, nos países balcânicos e escandinavos.

Mas a imprensa marxista, por sua vez, acompanhava as linhas de circulação dos homens. Nos 30 ou 40 anos que precedem a guerra de 1914, os homens passam a se deslocar com rapidez, utilizam meios eficientes de uma rede de transportes que não respeita mais nenhum obstáculo. Deslocam-se imensas massas humanas: a emigração é um dos primeiros e mais altos preços pagos ao desenvolvimento do capitalismo. Há migrações do campo para a cidade, das grandes áreas agrícolas para as áreas industrializadas ou em vias de industrialização; há

migrações de um continente para outro. Mas há também fluxos de emigração política, cujas linhas podem ser facilmente discernidas: os emigrantes buscam países que garantam uma democracia sólida e estável. E há as viagens individuais, que constituem um objeto de estudo difícil, de reconstituição quase impossível: é o turismo cultural que tende cada vez mais a se afastar das tradições aristocráticas do "grand tour" e a aproveitar os bem informados guias Baedeker.

Os primeiros encontros significativos se dão num ambiente predominantemente intelectual, nos grandes centros europeus que acolhem a emigração política. Destinatários privilegiados da mensagem marxista da social-democracia alemã foram os exilados russos, "revolucionários errantes, agentes de propagação das idéias socialistas pelo mundo"; Georges Haupt dedicou a eles uma página magistral:

Componentes de um fenômeno amplo e complexo de circulação das idéias no século XIX, os proscritos russos no exterior, por sua ação, inscreveram-se na maior parte dos casos no sistema de comunicações de um ambiente socialista limitado a um mundo no qual existiam ligações fortes por cima das fronteiras e no qual os exilados políticos das diversas nacionalidades exerciam uma influência subterrânea... Em torno de tais centros, agrupam-se colônias russas, sobretudo nas cidades universitárias, onde é sensível a presença de estudantes da Europa oriental. Eles fundam seus clubes, suas sociedades de ajuda mútua, criam suas salas de reunião, suas bibliotecas, tipografias e jornais; se constituem numa subcultura, à qual o exilado político dá o tom.³⁶

São os grupos russos de Zurique, entre os quais se contam quase todos aqueles que, na fase declinante do populismo, mantiveram relações epistolares com Marx e Engels, e que nos anos 80 viviam em contato quase diário com os redatores do *Sozialdemokrat*; mas são também os estudantes de outras universidades européias, nas quais o marxismo penetra por canais acadêmicos cada vez mais abertos.³⁷

É importante, igualmente, o papel desempenhado pela emigração de pequenos grupos de operários alemães especializados, como os que estiveram em Budapest e em Milão nos anos 80.³⁸ Como veremos, quando falarmos dos veículos da difusão e da vulgarização do marxis-

36. G. HAUPT, "Rôle de l'exil dans la diffusion de l'image de l'intelligentsia révolutionnaire", em *Cahiers du monde russe et soviétique*, 1978, n° 3, p. 237.

37. B. BRACHMANN, *Russische Sozialdemokraten in Berlin, 1895-1914. Mit Berücksichtigung der Studentenbewegung in Preussen und Sachsen*, Berlin, 1961.

38. G. L. JARAY, *La Question sociale et le socialisme en Hongrie*, Paris, 1909, p. 196; RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani*, cit., pp. 121 e seg.

mo, em pouco tempo ele alcança uma discreta popularidade também na França, na Itália, na Bélgica e na Holanda. As idéias já circulavam com rapidez, ao menos com rapidez maior que a dos processos econômicos e sociais: por isso, numa primeira fase, a geografia do marxismo coincide com uma certa geografia de intelectuais e não com a geografia – muito mais restrita – do movimento operário organizado.

A imagem de um marxismo ancorado nos sólidos batalhões da social-democracia alemã é, pois, substancialmente limitada à área do movimento operário da Europa ocidental; é uma imagem parcial. Conforme já dissemos várias vezes, uma das características da difusão do marxismo na época da Segunda Internacional é exatamente a da circulação planetária. Cumpre-nos, por conseguinte, deslocar a nossa atenção para fora dos três núcleos do socialismo europeu: o alemão, o eslavo e o latino.

Fora da Europa, o centro mais rico e dinâmico na circulação das idéias marxistas estava nos Estados Unidos. Livros e idéias chegaram em sucessivas ondas migratórias, às vezes na própria língua do intelectual emigrado; os numerosos intelectuais se interessam pelo socialismo, que se difunde na Europa; e os Estados Unidos são, além disso, o núcleo de um conjunto de relações que se abrem amplamente para o Pacífico. É em New York e em Chicago que a maior parte dos textos marxistas da época da Segunda Internacional é traduzida para o inglês, língua falada por várias dezenas de milhões de homens e que alcança Tóquio, Shangai e Sidney. Trata-se de um marxismo *sui generis*, fortemente marcado pela convivência com correntes do socialismo utópico popular, inseparavelmente misturado com Bellamy e Gronlund, um marxismo que custa a difundir-se através das obras de Marx e de Engels, comprimido nas dimensões das vulgarizações manualísticas. Na Austrália, no Japão, na China, encontramos os exemplos mais significativos desse tipo de difusão.

Na Austrália, Marx e o marxismo chegam sobretudo por meio da literatura socialista norte-americana. Alguns exilados alemães que tinham emigrado para a Austrália depois de 1848 haviam conhecido pessoalmente Marx e Engels, porém – à parte o fato de que suas recordações só podiam se referir a uma época prematura, na qual o “marxismo” ainda não existia – as relações que haviam tido com eles eram, em geral, tumultuadas. Através da América, ao menos a partir do final do século, a imagem do marxismo que vinha para a Austrália se confundia com a do socialismo eclético. Num necrológico, Marx era definido como “um socialista de Estado” que “pleiteava o controle do Estado sobre todas as indústrias”; e sua personalidade era esboçada num retrato típico: “Como lógico, Marx foi um dos homens mais claros e

penetrantes que já empunharam uma pena; era, contudo, demasiado frio para excitar o entusiasmo".³⁹ Em 1891, um dos dirigentes do movimento operário australiano, W. G. Higgs, interrogado pela *Royal Commission on Strikes*, mostra que conhece Marx somente através do texto americano de *The Cooperative Commonwealth*, de Gronlund:

P – O Sr. diz que é socialista. Os socialistas pertencem a uma única escola?

R – Penso que os socialistas modernos pertencem a uma única escola.

P – Pode indicar um escritor conhecido que represente o ponto de vista que o Sr. defende?

R – Vejo Karl Marx, que acredita na cooperação de Estado, como aquele que está mais próximo de nós.⁴⁰

Harry Holland, um dos dirigentes socialistas da Nova Zelândia, nunca tinha passado da primeira página do *Capital*, talvez por receio de uma enxaqueca ("para estudar Marx, é preciso envolver a cabeça com tiras de pano molhadas em água fria"), mas lera Darwin, Engels, Ferri; e em 1912 comparou sua própria concepção materialista da história ("as leis, os costumes, a educação... são determinadas pelas condições econômicas, ou, em outras palavras, pela classe dominante, que governa, que o sistema econômico coloca no prosicênio em cada período determinado") com a de Antonio Labriola, que pôde ler na edição Kerr.⁴¹

Na Ásia, também, o marxismo penetrou em épocas distintas e de maneiras diversas: na época da Segunda Internacional ele só conseguiu criar raízes nos dois países independentes, não reduzidos ao estado de colônias, que dispunham de uma tradição cultural sólida e autônoma, baseada na existência de instituições e grupos de intelectuais: o Japão e a China. Esses dois, além disso, eram os dois países nos quais a economia, a sociedade e a política mostravam sinais de uma vivacidade extraordinária: núcleos urbanos que se industrializavam na China, uma industrialização intensiva e ampla no Japão, bem como o nascimento e o desenvolvimento em ambos de movimentos nacionais reformadores ou socialistas.

Os Estados Unidos, a Rússia e a Alemanha são, nessa ordem, os países dos quais chegam ao Japão as primeiras notícias sobre o socia-

39. Citado em H. MAYER, *Marx, Engels and Australia*, Melbourne-Camberra-Sidney, 1964, p. 149.

40. *The Australian Labor Movement, 1850-1907*, Sidney, 1960, p. 54.

41. P. J. O'FARRELL, *Harry Holland militant socialist*, Camberra, 1964, p. 85.

lismo (e o Japão, por sua vez, funcionará como mediador para levá-las à China).⁴² Há, inicialmente, interesse pelas fascinantes figuras dos heróis populistas, que cedo circulam no Japão.⁴³ Mas há, em seguida, o peso dos manuais norte-americanos – sobretudo Ely e Bliss⁴⁴ – que oferecem as fontes para as primeiras sínteses japonesas, como a de Kotoku, que teve um êxito notável. Kyuichi Tokuda, que viria a tornar-se secretário-geral do partido comunista japonês, recorda a impressão que lhe produziu *A Essência do Socialismo*, quando, em 1910, aos dezesseis anos, a teve nas mãos: “Impressionavam-me a cada página, com particular evidência, expressões como ‘Marx disse’ ou ‘Engels disse’”.⁴⁵ E há, finalmente, o papel desempenhado por alguns grandes vultos, como Sen Katayama, que assegura ao nascente movimento operário japonês uma riquíssima rede de relações, que chega às próprias fontes do marxismo.⁴⁶

No que concerne à China, a afirmação de Mao – de que os chineses não conheciam Marx antes da Revolução de Outubro – corresponde, ao menos em parte, à realidade. O nome de Marx só aparece na imprensa chinesa no final do século passado, depois que se haviam consolidado as influências socialistas filtradas pelas missões cristãs. “O líder de todos esses operários” – diz-se num artigo de 1899 – “é o famoso inglês Makse (Marx). As teorias de Makse afirmam que o poder dos ricos se estenderá a todos os cinco continentes, atravessando todas as fronteiras”.⁴⁷ O ponto mais alto da difusão foi alcançado após o começo do nosso século, com a intensificação da influência japonesa, especialmente no período da publicação do *Jornal do Povo*. Foi então que os textos de Marx começaram a ser diretamente citados e suas teorias passaram a ser efetivamente conhecidas. Zhu Zhi-xin, que pode ser considerado o primeiro marxista chinês, cita e discute trechos de Marx (talvez provenientes de manuais americanos) nos quais se expressa o núcleo da concepção materialista da história.⁴⁸

42. M. BERNAL, *Chinese Socialism to 1907*, Ithaca-Londres, 1976.

43. W. HAROCHI, “I narodniki e i giapponesi”, em *Rivista Storica Italiana*, 1977, pp. 334-375.

44. R. T. ELY, *French and German Socialism in modern times*, New York-Londres, 1903 (a primeira edição é de 1883); W. D. P. BLISS, *A Handbook of Socialism*, Londres-New York, 1895.

45. R. SWEARINGEN e P. LANGER, *Red Flag in Japan International Communism in action*. Cambridge (Mass.), 1952, p. 108.

46. H. KUBLIN, *Asian Revolutionary. The Life of Sen Katayama*, Princeton, 1964.

47. BERNAL, *Chinese Socialism*, cit., p. 37.

48. *Idem*, p. 126.

A difusão do marxismo na América Latina veio diretamente da Europa, sobretudo da Itália e da Alemanha. Também nesse caso, contudo, ao menos no início, o marxismo foi um produto de importação que custou a criar raízes próprias e ficou, até o começo do século XX, ancorado na cultura positivista do tipo da de Ferri. Carlos Altamirano escreveu:

As idéias marxistas começaram a se difundir em alguns países da América Latina (Argentina, Uruguai, Chile) no último terço do Séc. XIX. Essa difusão permaneceu inicialmente limitada a círculos restritos de operários e intelectuais, como parte do processo mais vasto de difusão de ideologias de tipo socialista que acompanhava o desenvolvimento capitalista de tais sociedades. Só por volta do final do século é que se formaram alguns grupos definitivamente marxistas, que aplicavam os princípios do materialismo histórico à análise da política local. Foi o caso do grupo que animava o periódico *El Obrero*, na Argentina, e do grupo do Clube de Propaganda Socialista de Cuba, orientado por Carlos Balino, companheiro de Martí na luta pela independência cubana.⁴⁹

No fim do século, o nome de Marx tinha, então, feito a volta ao mundo; suas idéias, no entanto, tais como se acham formuladas em suas obras, circulavam em áreas mais limitadas. Como os fluxos migratórios, os livros podem ser acompanhados em seus tortuosos caminhos. Foi o que fez Bert Andréas com o *Manifesto Comunista*, proporcionando-nos uma riquíssima informação sobre seus percursos e êxitos.⁵⁰ As traduções das obras de Marx e Engels, como as dos marxistas que a opinião pública identificava como representantes autorizados deles (Kautsky, Plekhânov, Labriola, Lafargue, Bebbel, Liebknecht), cobrem, apesar dos percalços, uma área de dimensões extraordinariamente amplas. O mesmo pode ser dito, em outro âmbito, da imprensa inspirada nessas idéias: há historietas curiosas sobre a difusão da revista *Neue Zeit* nos mais remotos rincões de exílio da Sibéria. Menos conhecido é o fato de que a principal revista marxista norteamericana, a *International Socialist Review*, depois de ter percorrido a longa estrada de Chicago a Vancouver, atingia os buscadores de ouro do Klondike, os colonos das novas terras do Alaska, indo mesmo além do estreito de Bering, quase fechando o círculo da difusão planetária.

Ao lado desses caminhos trilhados pelo papel impresso e pelos grandes fluxos migratórios, outro veículo da circulação das idéias é o

49. VÁRIOS AUTORES, *El Marxismo en America Latina*, B. Aires, 1972, p. 7.

50. B. ANDREAS, *Le Manifeste Communiste de Marx et Engels. Histoire et bibliographie: 1848-1918*. Milão, 1963.

das grandes viagens individuais, dos deslocamentos que militantes socialistas realizaram na época da Segunda Internacional de um continente para outro: fossem essas viagens périplos organizados com objetivos especificamente políticos – como ocorreu com Liebknecht ou com o casal Aveling na América em 1886⁵¹ – ou fossem deslocamentos situados nas fronteiras da aventura, elas deixaram marcas profundas em algumas biografias, na influência das idéias. Ferri, o grande representante do marxismo europeu, segundo a imagem que dele circulava nas duas partes do continente americano deixou uma péssima impressão com seu ciclo de conferências latino-americanas e constituiu grave motivo de distúrbio para o socialismo argentino, ameaçado por correntes antimarxistas de esquerda e de direita.⁵² Sneevliet, empregado de uma companhia comercial, levava com ele, quando desembarcou do porto de Semarang, na Indonésia, a cultura marxista da social-democracia holandesa.⁵³ Florence Kelley Wischnewsky, tradutora de numerosos textos marxistas e uma das correspondentes americanas de Engels, viajou pela Europa e se deteve em Zurique.⁵⁴ Trocou idéias e opiniões sobre o marxismo com o professor Richard T. Ely, outro intelectual norte-americano que teve uma rica experiência de estudos na Europa; ambos contribuíram para difundir os novos conceitos. Verificaram-se, também, viagens de alemães: Vollmar, antes de tornar-se o representante da direita reformista na social-democracia alemã, desenvolveu uma importante função na difusão dos “princípios” marxistas, por ocasião de suas viagens à Itália, durante os anos 70;⁵⁵ mais tarde, foi diversas vezes a Estocolmo (era casado com uma sueca) e também ali deixou a sua marca.⁵⁶ E tudo isso sem falar da vida fascinante do Dr. Russel, de quem Wada Haroki escreveu uma biografia apaixonante.⁵⁷

Além disso, por curioso que possa parecer, há outras viagens, viagens organizadas, autênticas excursões de grupos de operários que vi-

51. H. H. QUINT, *The Forging of American Socialism. Origins of the modern movement*. Indianópolis-New York-Kansas City, 1953, pp. 30 e seg.

52. Num debate público com Juan B. Justo, Ferri tinha chegado até a afirmar que, nas condições econômicas do país, o partido socialista argentino não tinha razão de ser (*Bulletin du Bureau Socialiste International*, 1913, nº 10, p. 15; FERRI, *El Partido Socialista en la República Argentina*, Buenos Aires, 1909).

53. A. C. BRACKMANN, *Indonesian Communism, a History*, N. York, 1963, p. 4.

54. D. R. BLUMBERG, *Florence Kelley. The Making of a Social Pioneer*. New York, 1966, especialmente pp. 36-121.

55. RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca* ..., pp. 100 e seg.

56. R. HIBERLE, *Zur Geschichte der Arbeiterbewegung in Schweden*, Iena, 1925, p. 33

57. HAROCHI, “I narodniki e i giapponesi”, cit., pp. 360-373.

nhum em peregrinação aos santuários da social-democracia alemã, ver as fontes de suas idéias; algumas dessas excursões foram organizadas por De Man no âmbito de sua atividade como dirigente da *Centrale d'éducation ouvrière* do partido belga. De Man escreveu a Kautsky nos seguintes termos:

Nossa intenção, com essas viagens, é a de fazer propaganda de maneira adequada não só da tendência alemã nos sindicatos como também da tendência alemã (isto é, marxista) no movimento operário.⁵⁸

Começa a aparecer, especialmente na imprensa do movimento operário, mas também em setores mais amplos, uma elementar iconografia de Marx e Engels. Sobretudo de Marx. Embora um jovem pintor italiano que viria a se tornar um dos grandes nomes da pintura do Séc. XX, Carlo Carrà, tenha dedicado a Friedrich Engels seu primeiro retrato, no começo do século, é principalmente a fisionomia de Marx que vai se tornando familiar. Já nos anos da Comuna de Paris, quando os grandes semanários ilustrados europeus haviam publicado a bela litografia feita a partir da foto tirada por Wunder em Hannover, a imagem de Marx – popularíssima no movimento operário – entrara nos salões da pequena burguesia européia. Raramente, Marx aparecia sozinho.⁵⁹ Se, no dia 1.º de maio de 1901, o círculo operário de São José do Rio Pardo exibiu um grande retrato de Marx por ocasião de sua própria inauguração,⁶⁰ nos cartões de recordação dos congressos da social-democracia alemã – símbolos, convenhamos, de peso bem maior – Marx dividia o primeiro plano com Lassalle. No congresso de unificação dos ex-blanquistas de Vaillant com o partido de Guesde, a sala era dominada pelos retratos de Marx e de Blanqui.⁶¹ Se não nos fixarmos exclusivamente na iconografia européia e americana (nesta última, Marx se entroniza mais facilmente sozinho), verificaremos que Marx fez sua aparição também na China: em 1909, um jornal de Shanghai dedicava a Marx, como fundador do socialismo moderno, a honra de um retrato; os olhos, ligeiramente alongados, faziam-no parecer um

58. P. DODGE, *Beyond Marxism: the faith and works of Henrik De Man*, 's Gravenhage, 1966, p. 31.

59. Podia-se comprar, contudo, o belo retrato de Marx por Otto Friedrich (60 por 75 cm), especialmente destinado aos locais de reunião. Local de venda: a Wiener Volksbuchhandlung. Ver H. SCHROTH, *Verlag der Wiener Volksbuchhandlung Eine Bibliographie*. Viena, 1977, p. 16.

60. V. CHACON, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, p. 284.

61. DOMMANGET, *Edouard Vaillant*, cit., p. 192.

filósofo oriental.⁶² Só depois da Revolução de Outubro é que se afirmaria, com a frequência conhecida hoje, o binômio com Engels; e logo seria seguido por Lênin e, em seguida, Stalin. Engels, aliás, nunca foi muito famoso. Lembremo-nos de que, quando Florence Kelley Wischnewetsky propôs a um editor a publicação de um texto de Engels, ouviu como resposta: “Quem? Aquele que foi enforcado em Chicago?”.⁶³

Ao longo dos caminhos da sua difusão, que o marxismo empreendia numa forma já amplamente influenciada por seu encontro com o movimento operário da Europa central, ele se modificava e se simplificava ainda mais. Os instrumentos e testemunhos desse fenômeno foram as atividades práticas e propagandísticas do movimento socialista. Os comícios, as conferências, a luta política no dia a dia, os jornais, tornaram-se – numa fase na qual o movimento operário já tinha construído todos os seus eficazes aparelhos – os meios de difusão do marxismo.

4. *O marxismo, a formação dos quadros e a propaganda*

Desde as suas origens, a “questão social” tinha sido intimamente vinculada à questão da educação operária. Em toda a Europa, da Saxônia ao Piemonte, mesmo quando as primeiras associações operárias eram dirigidas por empresários ou liberais, católicos ou protestantes, a atividade educativa era uma das mais intensamente exercidas. Analfabetos, camponeses, homens para os quais ler e escrever não representava uma necessidade imediata, eram introduzidos na vida urbana, ou simplesmente em pequenos centros manufatureiros, entravam na fábrica, utilizavam máquinas que não eram complexas mas de qualquer maneira eram de uso menos intuitivo que os utensílios agrícolas. Deviam aprender a ler e a escrever. A educação operária, nas primeiras fases do associacionismo, corresponde a essa necessidade, elemento de um programa de “salvação” da alma do operário de todos os perigos da vida pobre nas cidades. Apesar dos esforços das associações operárias e das intervenções legislativas dos Estados na promoção da alfabetização universal, um dos principais fatores da educação operária foi o próprio movimento operário. Em primeiro lugar, porque há um componente imediatamente educativo na militância política:

62 A notícia está no artigo “Karl Marx in China”, *Berliner Tageblatt*, 29-12-1909. O jornal pode ser consultado na coleção *Die Sozialistische Bewegung in Asien*, no Arquivo de Estado, em Potsdam.

63. BLUMBERG, *Florence Kelley*, cit., p. 87.

aprende-se a ouvir discursos, intervenções, conferências, e se aprende também a fazer intervenções, a discutir. Em segundo lugar – e esse é o ponto que nos interessa, aqui, mais de perto – o próprio partido político promove iniciativas educacionais, organiza cursos e escolas.

Como em outros aspectos, também neste a Alemanha foi um caso muito especial. Engels, que mais de uma vez havia concitado o partido alemão a defender sua “theoretische Überlegenheit” (superioridade teórica), elogiou Bebel e Liebknecht pela capacidade que eles mostravam na direção da luta de classes do proletariado nas três grandes frentes: da política, da economia e da cultura. “A posse da arma da ciência aparecia ao movimento operário como pré-requisito natural da sua própria luta pela emancipação. São conhecidas as palavras pronunciadas por Liebknecht em fevereiro de 1872: “Se renunciamos à luta, à luta política, renunciamos à educação, ao saber”. A exigência do estudo é, em geral, uma constante no movimento operário de inspiração marxista.

Hermann Gorter explicava nestes termos a finalidade do seu livrinho – dirigido explicitamente aos operários – sobre o materialismo histórico:

A social-democracia não dirige apenas uma luta econômica e política. Não. Ela conduz também uma luta de idéias, defende uma concepção do mundo contra as classes proprietárias. O operário que deseja contribuir para derrotar a burguesia e levar sua própria classe ao poder deve superar dentro da sua cabeça que lhe foram inculcadas desde a juventude pela Igreja e pelo Estado. Não basta que ele se inscreva no partido e no sindicato. ⁶⁶

Os modos e formas dessa política cultural tornaram-se, afinal, objeto de reflexão e de estudo. Através da mediação da propaganda socialista, realizava-se, em termos de massa, o encontro concreto, prático, entre o marxismo e os operários. ⁶⁷ Os resultados, conforme tentaremos mostrar, foram, sumariamente, dois: uma redução escolástica do marxismo; uma tradução fideísta dele.

64. F. ENGELS, *La Guerra dei contadini in Germania*, Roma, 1949, pp. 24-25.

65. W. LIEBKNECHT, *Wissen ist Macht, Macht ist Wissen*, discurso pronunciado em 5-2-1872, Hottingen-Zurique, 1884, p. 44.

66. *Der historische Materialismus. Für Arbeiter erklärt von Hermann Gorter*. Tradução do holandês por Anna Pannekoek, prefácio por Karl Kautsky. Stuttgart, 1920, p. 13.

67. Além do belo livro de M. PERROT, *Les Ouvriers en Grève. France, 1871-1890*, Paris, 1974, leia-se o ensaio de Y. LEQUIN “Classe ouvrière et idéologie dans la région lyonnaise à la fin du XIXe. siècle”, em *Le Mouvement Social*, 1969, nº 69, pp. 3-21 (a revista, aliás, dedica ao tema constante atenção).

Gramsci – a quem se devem algumas das páginas mais penetrantes sobre a fenomenologia dessa dimensão ideológica do marxismo – deixou-nos uma imagem de excepcional vivacidade a respeito da relação entre a doutrina do socialismo científico e o homem do povo, o proletário que se aproxima do socialismo, do marxismo:

Imaginemos... a situação intelectual de um homem do povo; ele formou para si mesmo opiniões, convicções, critérios de discriminação, normas de conduta. Uma pessoa que sustente um ponto de vista contrastante com o dele, na medida em que seja intelectualmente superior, saberá defender suas razões melhor do que ele, levará vantagem no plano lógico, etc. Deverá por isso o homem do povo mudar suas convicções? Por não saber como fazer prevalecer sua posição na persuasão imediata? Mas então poderia lhe acontecer de ter que mudar de posição a cada dia, isto é, a cada vez que encontrasse um adversário ideologicamente superior. Em que elementos se apóia, então, sua filosofia? Em que se baseia especialmente sua filosofia na forma que para ele tem maior importância: a das normas de conduta? O elemento mais importante é, sem dúvida, de caráter não racional, da fé. Mas fé em quem, em que coisa? Especialmente no grupo social ao qual pertence, na medida em que pensa difusamente como ele; o homem do povo pensa que, sendo tantos, não podem estar basicamente errados, como a argumentação da pessoa adversária pretende fazer crer; pensa que ele, pessoalmente, não é capaz de sustentar e desenvolver suas próprias razões à altura da contendora, porém está convencido de que no seu grupo há quem poderia fazê-lo, até melhor do que a adversária; recorda mesmo ter ouvido expor de maneira ampla e coerente as razões de sua fé, em termos que o deixaram convencido. Não recorda os argumentos, concretamente, não poderia repeti-los, mas sabe que existem, porque já lhes ouviu a convincente exposição. Ter sido convencido uma vez de maneira fulgurante é a razão permanente de aferrar-se à convicção, ainda que ela não saiba mais defender-se com argumentos.⁶⁸

Do esforço de argumentar eram incumbidos precisamente os quadros intermediários, os propagandistas, os agitadores, que os partidos socialistas estavam empenhados em formar.

O desenvolvimento da “política cultural” do movimento operário permaneceu limitado, contudo, a uma cultura subalterna e improvisada, caracterizada pelo cientificismo, pelo mito primitivo do progresso, por um gosto pela informação indiferenciada e eclética que era típica de muitas “universidades populares” e das “cátedras ambulantes”.⁶⁹ A passagem de uma cultura de tipo enciclopédico a escolhas

68. GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1390-1391

69. M. G. ROSADA, *Le Università popolari*, Roma, 1975.

conscientes nunca se verificou de modo decisivo, mas uma transformação começou a se realizar quando, com o desenvolvimento do partido político, com seu crescimento, se colocou o problema da formação dos quadros.

Também nesse terreno, como no da propaganda oral e no da educação operária, a social-democracia alemã tinha a fama de ser o partido melhor e mais bem organizado. Não era uma fama usurpada. Desde os anos 70, antes mesmo das leis anti-socialistas, existia toda uma rede de instituições culturais (muitas delas constituíram até os núcleos originários da organização política), círculos de leitura, bibliotecas operárias, cátedras ambulantes, que garantiam aos operários social-democratas a possibilidade de elevar seus conhecimentos, de aperfeiçoar sua consciência política. E – o que é mais significativo – existiam formas de atividade especificamente dedicadas à formação de agitadores e propagandistas.

Em Hamburgo, em 1877, existia um curso anual desse tipo que previa duas aulas semanais de economia política, história e língua alemã. O mesmo acontecia em Leipzig, onde era muito forte – e continuou a sê-lo mesmo durante os doze anos das leis anti-socialistas – a tradição da *Arbeiterbildungsverein* (União da Educação Operária), dirigida desde 1869 por Bebel, entidade que dispunha em sua sala de leitura de 64 jornais e revistas.⁷⁰ Até o começo do nosso século, entretanto, tratava-se mais de uma série de atividades e iniciativas coordenadas no plano local. Foi o congresso de Iena (em 1905) que decidiu a unificação nacional das atividades culturais e de formação de quadros; um ano mais tarde, nasceu a seção central para a cultura e nasceu também – o que nos interessa mais de perto – a escola do partido. Os professores (entre os quais Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Anton Pannekoek, Heinrich Cunow e Franz Mehring) davam cursos de economia política, de história econômica, de materialismo histórico, de história do socialismo, de história do desenvolvimento social, para um público selecionado de militantes que já ocupavam postos de responsabilidade no partido (dos 52 alunos do curso de 1906, 40 eram jornalistas ou responsáveis de organizações sindicais ou partidárias; em 1911, a proporção era de 80 para 101) e a idade média deles se situava entre 26 e 35 anos.⁷¹

Avaliando os resultados dessa atividade de formação de quadros, os contemporâneos divergiram; entre outras coisas porque a atividade

70. D. FRICKE, *Die deutsche Arbeiterbewegung, 1869-1914. Ein Handbuch über ihre Organisation und Tätigkeit im Klassenkampf*, Berlim, 1976, p. 485.

71. *Idem*, pp. 498-502.

da escola se desenvolvia num período no qual a luta de tendências no interior da social-democracia alemã se tornara particularmente intensa. Uma parte dos alunos – que pertenciam a uma geração estranha ao processo de formação do marxismo – foi “conquistada” por Rosa Luxemburg e Franz Mehring para o marxismo “ortodoxo”; outra parte, contudo, talvez a mais consistente, recebeu só uma sumária correção para as tendências pragmáticas e reformistas, que surgiam como traços ideológicos característicos dos jovens dirigentes social-democráticos.

Dos centros de formação de quadros políticos preparados para a propaganda oral, os da social-democracia alemã são, sem dúvida, os mais conhecidos; porém não são os únicos. No outono de 1910, Vandervelde pediu ao jovem De Man que participasse de um novo programa de educação popular. Através dos financiamentos de Ernest Solvay, que sempre foi muito pródigo no apoio às iniciativas do partido operário belga, Vandervelde tinha obtido fundos para criar uma “Centrale d'Education Ouvrière”.⁷² O programa se dispunha, entre outras coisas, a superar a atividade cultural tradicional, típica da maior parte dos partidos socialistas. De Man explicava:

Não se trata, conforme se fazia em diversas universidades populares, de falar um dia da descoberta do polo norte, outro dia da fauna na ilha de Java, depois sobre a filosofia de Spinoza, sobre os anéis de Saturno, sobre os costumes na Polinésia e sobre os crimes da Inquisição.⁷³

Na origem da constituição da “Centrale”, a seu ver, existiam dois motivos:

Um motivo utilitarista, derivado da necessidade direta de dirigentes capazes para a organização, mas também do desejo difuso de educação por parte dos operários mais inteligentes; e um motivo teórico-propagandístico, de proveniência externa, por parte de dirigentes que queriam constituir um contrapeso para as vulgarizações superficialmente materialistas e para o aburguesamento do movimento. O primeiro motivo era expressão da Bélgica e do proletariado; o segundo era externo, não só porque era desenvolvido por intelectuais marxistas, mas também porque tomava como modelo o centro educativo da socialdemocracia alemã e sua ideologia.⁷⁴

72. E. VANDERVELDE, *Le Parti ouvrier belge (1885-1925)*, Bruxelas, 1925, pp. 420 e seg.

73. *Idem*, p. 423.

74. DODGE, *Beyond Marxism*, cit., p. 30.

A social-democracia russa também dispunha de escolas de partido. Se não eram tão eficientes como as alemãs, eram ao menos tão prestigiosas, considerados os nomes de seus professores. Jutta Scherrer proporciona uma imagem muito rica das escolas de Capri e de Bolonha, criadas e dirigidas por Bogdânov, objeto de intensas polêmicas com Lênin, que organizou, por sua vez, a de Longjumeau, perto de Paris.⁷⁵ Os programas eram lidos e aprovados por Kautsky; entre os professores destacavam-se o próprio Bogdânov, Lunatchárski, Górkí e Pokróvski. Em Capri, o curso se compunha de 140 aulas, das quais cem eram dedicadas a matérias históricas e econômicas. Das 166 aulas do curso de Bolonha, a história e a economia ocupavam mais de 80% do tempo. A escola tinha como objetivo a preparação de "revolucionários profissionais", em condições de se tornarem bons propagandistas. Nas aulas de propaganda, pedia-se "a cada estudante que trabalhasse um capítulo do livro *As Doutrinas Econômicas de Marx*, escrito por Kautsky, completando-o com outras fontes... para fazer dele uma aula de propaganda". A propósito dessa atividade, Trótski escreveu:

Um intelectual adquire hábitos metodológicos elementares na escola secundária. Seja ela como for, a escola disciplina o cérebro. E isso dá ao intelectual, dentro do partido, enormes vantagens em relação ao operário. Este último, colocado diante de certos problemas, sente-se nu, indefeso; o caos dos fatos o confunde. Por que? Porque lhe falta método. Nessa direção, exatamente, é que a escola deve concentrar todos os seus esforços. Dado o método ao operário, ele adquirirá a plenitude dos conhecimentos... O partido precisa de trabalhadores intelectuais: a escola pretende oferecê-los ao partido.⁷⁶

Tais iniciativas – que, além de formar quadros políticos, tinham frequentemente o objetivo de proporcionar instruções gratuita aos desfavorecidos – verificavam-se também em zonas mais periféricas do movimento socialista. Julian Marchlewski, conhecido sob o pseudônimo de Karski, tinha fundado em 1889 a liga dos operários poloneses, em cujo programa estava prevista "a educação dos operários através da consciência de seus interesses de classe", "a criação de círculos culturais e a publicação (legal) de opúsculos", "a formação de quadros de agitadores que devem sair dos 'círculos marxistas' dos intelectuais".⁷⁷

75. J. SCHERRER, *Les Ecoles du parti de Capri et de Bologne: la formation de l'intelligentsia révolutionnaire*, artigo publicado em *Cahiers du monde russe et soviétique*, 1978, nº 3, pp. 259-284. Consulte-se também o seu ensaio sobre Bogdânov e Lênin na presente *História do Marxismo*.

76. Cit. por J. SCHERRER, em *Les Ecoles du parti...*, p. 259.

77. U. HAUSTEIN, *Sozialismus und nationale Frage in Polen*, Colônia-Viena, 1969, pp. 60 e seg.

No Canadá, num clima sectário, dominado por um veemente obreirismo, a adesão ao partido era freqüentemente mediatizada por um exame oral sobre marxismo. Justificava-se a medida pela preocupação de dispor de militantes capazes de fazer propaganda. "É do meio dessa gente" - afirmava-se - "que devem sair os escritores e oradores; se não souberem o que dizem, serão presa fácil para o adversário".⁷⁸

A New York Socialist School, uma das centenas de escolas socialistas existentes nos Estados Unidos, mas uma das poucas cujo programa impresso chegou até nós, organizava cursos dominicais de seis anos.⁷⁹ As aulas, de aproximadamente duas horas, eram cerca de 30 por ano, e os cursos se desenvolviam em três níveis: primário, elementar e intermediário. As matérias básicas eram a história, a economia, a ética, a higiene social, a cultura física, a música, a poesia e a expressão. Ao último nível correspondia um aumento das matérias histórias e uma certa tendência à abordagem de experiências contemporâneas. O texto-base para o curso final, *The Class Struggle*, era a tradução norte-americana de uma ampla síntese do *Programa de Erfurt*, de Kautsky. Na bibliografia recomendada (112 títulos) avultavam os textos marxistas: ia-se do *Capital* à *Guerra Civil na França*, da *Origem da Família* ao *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, do *Direito à Preguiça* de Lafargue à *Revolução Social* de Kautsky.

O marxismo era o centro, o elemento ideológico unificador desse conjunto de atividades culturais e de formação de quadros que interessava, de maneiras diversas, a todo o movimento socialista. O próprio fato de ser lecionado em cursos cujos fins eram explicitamente práticos, ideológicos, propagandísticos, conferia ao marxismo formas de simplificação e vulgarização. Oddino Morgari, um dos maiores dirigentes do partido socialista italiano, querendo ensinar aos agitadores e oradores operários a "arte da propaganda socialista", dava os seguintes conselhos:

Leiam antes de mais nada um resumo qualquer de Darwin e de Spencer, que fornecerá a quem deseja estudar a direção geral do pensamento moderno; depois, chegará Marx para completar o "trio formidável", completando dignamente o evangelho dos socialistas contemporâneos.⁸⁰

78 A. ROSS McCORMACK, *Reformers, Rebels and Revolutionaries The western Canadian Radical Movement, 1899-1919*, Toronto-Buffalo, 1968, p. 68.

79 D. S. GREENBERG, *Socialist Sunday School Curriculum*, N. York, 1913.

80 Cit. por R. MICHELS, em *Storia del Marxismo in Italia*, Roma, 1908, p. 102. E um vulgarizador norte-americano do marxismo escrevia: "Um homem que leu Wallace e Darwin está pronto para ler Marx e Engels" (Robert RIVES LA MONTE, *Socialism positive and negative*, Chicago, 1907, p. 20).

Entre outras coisas, é significativo o conselho de aproximar-se dos autores pela leitura de resumos.

Os anti-socialistas da época – no âmbito de uma postura psicológica que sempre leva o reacionário a dizer ao operário que não se deixe convencer pela propaganda – reprovavam, com frequência, aos propagandistas marxistas o primitivismo e a simplificação. A. Bécheaux, por exemplo, escreveu:

Proceder através de afirmações, simplificar, suprimir qualquer dificuldade, é um método que atrai. Lembro-me de ter escutado uma vez o Sr. Lafargue, genro e discípulo de Marx, explicar a um auditório operário por que o rico se torna cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. Ele dizia: quando um operário trabalha dez horas para seu patrão, a experiência prova que ele só recebe remuneração por cinco horas, enquanto o período excedente aumenta continuamente o lucro dos capitalistas.⁸¹

A palavra falada e a tradição oral, a conferência e o comício, parecem ter desempenhado, na propagação do marxismo dentro do universo dos trabalhadores, um papel mais destacado que o da palavra escrita. Não é possível, entretanto – ou melhor, não é fácil – achar comprovações disso. Forçados ao silêncio, os operários do século XIX frustram o historiador que busca testemunhos diretos, obrigam a investigação historiográfica a peripécias complicadas para reconstituir o mundo das idéias deles: só nos é possível ter uma idéia de como a classe operária ouvia o marxismo através de fontes indiretas, que dificilmente correspondem plenamente ao que delas espera a nossa curiosidade. Alguns elementos, todavia, podem ser mencionados.

As palestras socialistas – tanto as feitas por Bernstein, nos anos 80, no olimpo da social-democracia alemã, que era o segundo andar do Café Kessler em Zurique, como as feitas por Enrico Ferri em Siena, bem no começo do nosso século – apoiavam-se em bases argumentativas bastante genéricas, nos princípios e no programa, no modo de existir e de lutar da social-democracia, mesmo quando enfrentavam problemas políticos particulares (na maior parte das vezes, contudo, o tema era “o que é o socialismo” ou então “quem são e o que querem os socialistas”).

Florence Kelly Wischnewetsky, antes de escrever a Engels, antes de estudar e traduzir textos marxistas para o inglês, compareceu a uma palestra de Bernstein sobre as tarifas protecionistas de Bismarck e

81. A. BÉCHEAUX, *Les Ecoles socialistes. Marxisme, reformisme, syndacalisme*, Paris, 1912, pp. 24 e 29.

aprendeu o programa marxista da social-democracia alemã, o princípio da solidariedade internacional da classe operária, o conceito da luta de classes e a economia política marxista. Foi naquela ocasião – lê-se – que, sentada ao lado de dezenas de operários e artesãos, ela “aceitou a filosofia do socialismo”.⁸²

Não é possível para o historiador reconstituir a microfenomenologia da vida social do passado. Ela não pode reconstituir, por exemplo, as conversas de Kautsky e Bebel nos intervalos do congresso de Dresden, o que eles disseram um ao outro sobre as posições revisionistas de Bernstein. No fundo, porém, semelhante necessidade não existe. Dispomos de trocas de opiniões em forma de cartas e podemos imaginar que não diferem muito da vivacidade e do conteúdo das conversas pessoais. O grande problema da reconstituição da história dos milhares de caminhos trilhados pela propaganda marxista está na tradição oral, sobre a qual possuímos apenas indicações esparsas. Eva Broido, por exemplo, uma revolucionária russa que passou longos períodos da sua juventude em Berlim, fala das suas visitas à livraria Vorwaerts, dos volumes que folheava, de suas conversas com o camarada Paetzl, que dirigia então a livraria.⁸³ Podemos imaginar que, entre os livros, estariam *As Doutrinas Econômicas de Marx*, de Kautsky, ou a mais recente edição do programa da social-democracia; sabemos, pelo que ela mesma conta, que ficou impressionada com a *História do Socialismo* e com o livro de Bebel sobre *A Mulher e o Socialismo*. Podemos conjecturar sobre os efeitos produzidos por tais leituras em suas opiniões políticas e culturais. O que nos escapa, entretanto, é o papel desempenhado pela propaganda oral, pela orientação que um homem maduro dava a uma jovem emigrada: qual o peso da sua autoridade, em que medida ou em torno de que ele terá sido capaz de modificar as opiniões dela?

Em certa medida, contudo, podemos imaginar, na observação de toda uma geração de intelectuais, de grandes massas de operários, camponeses ou homens comuns das cidades, como terão atuado, em geral, os mecanismos quotidianos da formação intelectual e política, as leituras, as conversas, as palestras, a participação nas eleições e em outras manifestações políticas, e mesmo o jogo insondável das influências pessoais na formação e consolidação das opiniões. Em tal sentido, um exemplo pode ser esclarecedor. Daniel De Leon, considerado o grande representante norte-americano da ortodoxia marxista na época

82 BLUMBERG, *Florence Kelley*, cit., pp. 39-40.

83 E. BROIDO, *Memoirs of a Revolutionary*, Londres-New York-Toronto, 1967, p. 11.

du Segunda Internacional, advogado, era um orador notável. Suas conferências, e até seus discursos em comícios, eram impressos e distribuídos em centenas de milhares de exemplares. Em muitos desses impressos nos deparamos com as formulações elementares nas quais o marxismo era traduzido. De Leon explicava a luta de classes nos seguintes termos:

Vocês acham que, quanto mais o capitalista engorda, tanto mais engordará também o operário? Ou não lhes parece, com base na própria experiência de vocês, que quanto mais o capitalista enriquece tanto mais pobre fica o operário? Que quanto mais ricas e luxuosas são as casas dos capitalistas tanto mais pobres e humildes são os casabres dos trabalhadores? Não lhes parece que, quanto mais a mulher do capitalista leva uma vida feliz, quanto mais os filhos do capitalista podem estudar em boas escolas e podem se divertir, tanto mais pesa a cruz que a mulher do operário é obrigada a carregar, tanto mais os filhos do operário são excluídos das escolas e privados dos folguedos da infância? Não é essa a experiência de vocês? (Vozes de todo o auditório: "é isso mesmo!". Aplausos). O ponto decisivo, que une todas essas realidades significativas, é o insuprimível conflito entre a classe operária e a classe capitalista, uma luta de classes pela existência. Nenhum discurso de qualquer político hábil pode superar essa luta; nenhum professor capitalista, nenhum perito em estatísticas oficiais, pode passar por cima dela; nenhum capitalista pode ocultá-la; nenhum empulhador do trabalho pode controlá-la; nenhum organizador de reformas pode contorná-la. Ela aparece em todas as partes e de mil maneiras... Desmoraliza os planos e esquemas daqueles que gostariam de negar sua existência ou ignorá-la. É uma luta incessante que só se concluirá ou pela submissão total da classe operária ou pela abolição da classe capitalista.

Às vezes ingênua, às vezes bastante simplista, a propaganda socialista tocava, entretanto, todas as teclas daquilo que viria e ser chamado mais tarde de "comunicações de massa". No final de 1909, podia se ler na *International Socialist Review* o seguinte anúncio publicitário: "*The Class Struggle* (A Luta de Classes). Novo jogo socialista. Bom para o divertimento. Ótimo para a propaganda". Texto que prosseguia: "Esse jogo se joga da mesma maneira que o *backgammon*. Há um tabuleiro com diversas casas, um caminho que desce por uma coluna e sobe por outra, do capitalismo ao socialismo. Joga-se com um dado e tantas peças quantos forem os jogadores. Cada jogador lança o dado e avança tantas casas quantas forem indicadas pelo dado. Diversas ca-

sas, porém, assinalam eventos da luta de classes: alguns, favoráveis aos operários, facilitam avanços para o jogador; outros, favoráveis ao capital, obrigam o jogador a recuar. O jogo ajuda, assim, os jovens a compreender os interesses opostos que estão presentes na luta de classes".⁸⁵ Infelizmente, não pudemos localizar nenhum exemplar do tabuleiro para ver quais os eventos indicados como centrais no caminho da luta de classes. O jogo tem, contudo, algo de manualístico, constitui mais um exemplo na formação de uma subcultura, de uma integração negativa, na qual se enfatiza o tema "radical" da luta de classes.

Ao lado da luta de classes, o materialismo histórico era, juntamente com a teoria do valor, o outro grande tema da simplificação. Aconselhando a leitura de uma série de textos marxistas, entre os quais Labriola, o editor norte-americano Charles H. Kerr fundamentava suas sugestões com os seguintes argumentos:

Que diferença existe entre bons e maus? Por que há cerca de dois mil anos os maiores filósofos do mundo consideravam boa a escravidão? Por que em 1850 a escravidão era legal em Virgínia e ilegal em Massachussets? Por que a maior parte dos operários detesta os fura-greves? Perguntas desse tipo só podem ser respondidas de modo inteligente por pessoas cujas cabeças não tenham sido recheadas com as idéias sobre moral ensinadas nas igrejas. Só podem ser respondidas à luz de um descobrimento de Marx que nós, socialistas, chamamos de determinismo econômico ou concepção materialista da história. Os nomes podem soar de maneira difícil, porém a teoria em si mesma é tão clara e explica tudo com tanta clareza que vocês vão ficar maravilhados.⁸⁶

O caso da América do Norte, situada longe do centro de formação e difusão do marxismo e do movimento operário, pode parecer um caso muito particular, ligado a uma situação peculiar, caracterizada entre outras coisas pela ausência de um marxismo teórico consistente (com a única exceção de Louis Boudin). Na realidade, esse marxismo sumário e fideísta foi um eficientíssimo instrumento de propaganda, conforme reconheceram todos os contemporâneos, dentro e fora do movimento operário. É interessante observá-lo diretamente nos protagonistas. Intervindo nos animados debates do congresso de Viena, da social-democracia austríaca (no qual se discutiam modificações a serem feitas no programa de Hainfeld, texto-base do partido por mais de vinte anos), Heller se assusta e se sente completamente desamparado

85. O jogo era produzido por Charles H. Kerr e a propaganda se fazia na *International Socialist Review*.

86. C. H. KERR, *What Socialism is*, Chicago, s/d (mas é de 1913).

quando nota que a maior parte do seu partido é favorável ao abandono da tese da "miséria crescente". Ele pergunta, aflito:

Mas, então, o que queremos? Se as pessoas, na maioria, não estão perdendo o que possuem, se a concentração do capital não está crescendo, se o medo de serem precipitadas nas camadas inferiores não estimula as camadas médias à luta e não as exaspera, então, devo perguntar: não foi inútil todo o trabalho que realizamos até agora? Os princípios do nosso programa não constituem uma pura e simples argumentação: eles são a fonte viva da nossa força. Pergunto aos companheiros que fora daqui se empenharam na agitação, na luta política ou sindical, se, nos momentos de pessimismo ou depressão, eles não acham conforto exatamente no tão desprezado "fatalismo", exatamente nos princípios, que não são senão a fundamentação científica da necessidade do socialismo.⁸⁷

Um estudioso francês de ciências sociais, Jean Bourdeau, comentando a organização da escola da social-democracia alemã, procurava entender e explicar – refletindo observações de Sombart – o motivo do êxito extraordinário do marxismo entre os operários, da receptividade encontrada por ele no meio do proletariado:

É preciso levar em conta a sua mentalidade, a sua situação de dependência do ponto de vista econômico, mas politicamente livre e soberana; o contraste sempre presente entre a sua pobreza e o luxo ou a riqueza que o circundam nas cidades; as privações da sua velhice, a insegurança da sua vida nos períodos de depressão ou desemprego. É preciso, ao mesmo tempo, considerar que essas grandes massas operárias, concentradas nas fábricas e nas oficinas, arrancadas à terra em que nasceram, desenraizadas, destituídas de tradição e base própria, homens e mulheres sempre juntos, no trabalho, nas associações, nos comícios, nos cafés, nas bibliotecas populares, com todas as facilidades de transporte e aproximação, é preciso considerar – repito – que essas massas operárias ignoram o individualismo e levam, por assim dizer, uma existência coletiva. Essas massas estão penetradas pelo espírito revolucionário, que forma a atmosfera geral do nosso tempo, um tempo no qual a religião, a propriedade, a família, tudo é questionado. Essas massas estão imbuídas da fé em mudanças próximas e bruscas, à base dos prodigiosos descobrimentos e aplicações da ciência.⁸⁸

Era nesse mundo que entravam os jornais, os livros e os folhetos que difundiam as idéias do marxismo.

87. *Protokoll über die Verhandlungen des Gesamtparteitages der Sozial-demokratischen Arbeiterpartei in Oesterreich*, Viena, 1901, p. 117.

88. J. BOURDEAU, *Entre deux servitudes*, Paris, 1910, pp. 68-69.

5. Marx, uma leitura difícil

Em comparação com os incertos destinos da tradição oral, é certamente mais fácil a reconstituição – aliás, tão obscura pelos pesquisadores quanto a outra – do processo de difusão do marxismo através do papel impresso. Em sua rede de circulação das idéias, o papel viajava com maior facilidade que os homens; e tinha uma vantagem sobre eles: seu conteúdo era mais simples de traduzir. Acompanhar a atividade de algumas editoras, observar as colaborações em algumas grandes revistas, investigar o terreno (ainda completamente virgem) dos manuais socialistas significa reconstruir uma *koiné* cultural, um mundo de idéias, de paixões, de interesses, que ao menos à primeira vista revela uma singular homogeneidade.

As iniciativas editoriais dedicadas à publicação de textos socialistas, de obras de Marx e Engels, de escritos de vulgarização e de manuais de marxismo compõem um fascinante capítulo da história do movimento operário internacional. No centro de uma intensa atividade de divulgação e difusão do “socialismo marxista” – como se dizia frequentemente, na época – achavam-se, antes de quaisquer outras, as editoras ligadas às organizações de partido. Enganar-se-ia quem considerasse esse tipo de ação cultural prerrogativa exclusiva da social-democracia alemã. É certo que o partido de Bebel foi, desde bem cedo, extraordinariamente ativo nesse campo: desde a “Internationale Bibliothek” do editor Dietz até a mais modesta “Sozialdemokratische Bibliothek” (que à diferença da primeira, foi publicada no exílio), pode ser recolhida toda uma série de títulos marxistas que circularam mundo afora; havia textos de Marx e Engels, mas sobretudo de seus discípulos mais conhecidos, como Kautsky, Bebel, Liebknecht, Lafargue, Aveling e Dietzgen.⁸⁹

Na Alemanha, o partido social-democrático tornou-se em 1897 coproprietário da editora Dietz e, em 1906, acabou por assumi-la integralmente como propriedade sua. Em outros países, a situação era diferente, as relações entre as editoras e os partidos eram mais complexas: editores independentes, zelando cuidadosamente por sua autonomia, abrem de bom grado sua programação às publicações socialistas; outros, aproveitando o *boom* das ciências sociais e do interesse pelo so-

89. FRICKE, *Die deutsche Arbeiterbewegung*, cit., pp. 480-485; F. SCHAAF, artigo sobre a “biblioteca social-democrática” em *Marxismus und deutsche Arbeiterbewegung Studien zur sozialistischen Bewegung im letzten Drittel des 19. Jahrhunderts* (Deutsche Akademie der Wissenschaften, Zentralinstitut für Geschichte), Berlim, 1970, pp. 431-484.

cialismo na virada do século, publicam obras de sucesso garantido; e, finalmente, os exilados políticos (sobretudo os russos, mais uma vez) fundam suas pequenas editoras, de vida intensa e frequentemente efêmera.

É uma editora de partido, a Eglantine, de Bruxelas, que, além de publicar os textos de Vandervelde e De Brouckère, traduz o *Manifesto Comunista*, Kautsky e Otto Bauer.⁹⁰ São independentes a Sonnenschein, de Londres, em cujo catálogo, na metade dos anos 90, se achavam entre outros *Student's Marx* (livrinho de Aveling), *O Capital*, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (Engels), o *Ferdinand Lassalle* de Bernstein, escritos de Lafargue, Hyndman e muitos de Bax;⁹¹ a Giard et Vrière, de Paris, que, além de publicar *Le Mouvement Socialiste* e *Le Devenir Social* mantinha a "Bibliothèque socialiste internationale", dirigida por Alfred Bonnet, que contava em 1914 com os seguintes títulos: *História do 'tradeunionismo'*, do casal Webb, *A Questão Agrária*, de Kautsky, *O Capital*, de Marx, *A Política Agrária do Partido Socialista*, de Kautsky, *O Problema Agrário do Socialismo*, de Augé-Leribé, o *Anti-Dühring*, de Engels, *Os Princípios Socialistas*, de Deville, a *Miséria da Filosofia*, de Marx, o *Socialismo na Bélgica*, de Destrée-Vandervelde, *Socialismo e Filosofia*, de Labriola, *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, de Marx, *O Socialismo e a Agricultura*, de Gatti, os *Discursos e Capital e Trabalho*, de Lassalle, os *Ensaios sobre a Concepção Materialista da História*, de Labriola, a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, o *Ensaio sobre a Propriedade*, de Tarbouriech, e *Proudhon e a Propriedade*, de Berthod.⁹²

Na Itália, ao lado de Luigi Mongini, editor e administrador do partido socialista, pululam numerosas editoras empenhadas na "difusão da cultura a preços módicos".⁹³

Entre as múltiplas iniciativas dos marxistas russos, vale a pena recordar a "Biblioteca do socialismo contemporâneo", fundada em Genebra em 1883 pelo grupo de Plekhânov, Akselrod, Deitch e Zassúlitch; e em Petersburgo, na própria Rússia, passando pelas malhas de

90. VANDERVELDE, *Le Parti ouvrier belge*, cit., pp. 436-437.

91. Os títulos são extraídos da bibliografia de R. T. ELY, *Socialism. An examination of its Writers. Its strength and its weakness, with suggestions for social reform*. New York-Boston, 1894.

92. *Extrait du catalogue général des ouvrages des fonds, bibliothèques, collections et revues édités par M. Giard & Brière, 1913-1914*, Paris. Também o catálogo da Alcan é de grande interesse.

93. M. G. ROSADA, *Biblioteca popolare e politica culturale del PSI tra Ottocento e Novecento*, artigo publicado em *Movimento operaio e socialista*, 1977, nº 2-3, p. 266, nota.

uma censura obtusa (que permitia a entrada de Marx mas proibia a de Carlyle), a editora de Olga Alexandrovna Popova, que publicou o "Novoe Slovo" e também patrocinou uma nova edição do *Capital*, *A Crise Agrária e o Mercado Mundial* (de Parvus) e *A Democracia Industrial*, do casal Webb, em tradução de Lênin.⁹⁴

O fenômeno era parte das próprias formas de existência do movimento operário, tinha um caráter extremamante amplo, e provavelmente não houve país no qual não se verificasse um esforço editorial conscientemente voltado para a difusão do socialismo e do marxismo.

Nos anos 90, a Australian Federation of Labor criou uma coleção de literatura socialista "na qual Marx e Bellamy eram a Bíblia e Shakespeare para os novos adeptos".⁹⁵ No Japão, em seu único ano de existência, a "Imprensa do cidadão" não só publicou o *Manifesto* e *A Mulher e o Socialismo* como, através de um acordo comercial, contribuiu para difundir literatura marxista em língua inglesa, na maior parte proveniente do editor Kerr, de Chicago.⁹⁶ Na China, Liang Ki-chao recolheu em 1901 fundos de alguns comerciantes chineses no Japão para constituir uma "Livraria para a difusão do conhecimento", que publicava traduções de textos japoneses sobre socialismo e marxismo (só em 1904 foram 187 traduções).⁹⁷

Nos Estados Unidos, a International Library Publishing Company, de New York, tinha em seu catálogo no começo do século a coleção "The Best Socialist Literature": dos 24 títulos, 4 eram de Marx (*O Dezoito Brumário*, *A Questão do Oriente*, *Trabalho Assalariado e Capital* e *A Guerra Civil na França*) 6 eram de autores marxistas ou considerados como tais (Deville, Lafargue, Hyndman e Ferri), ao passo que os demais eram de Lassalle, Lissagaray, Blatchford, Sue, Jacoby, Webb e Tom Mann.⁹⁸

Um caso muito especial é o do editor Charles H. Kerr, de Chicago, ao qual se deve em grande parte a difusão do marxismo nos Estados Unidos e na área de influência da cultura norte-americana. Um relatório policial elaborado sob os auspícios do senado do Estado de New York em 1920, sobre o "radicalismo revolucionário" (num período caracterizado por violentas iniciativas reacionárias), dizia que a empresa de Kerr era a maior editora socialista americana e "provavel-

94 R. KINDERSLEY, *The first Russian Revisionists. A study of 'legal Marxism' in Russia* Oxford, 1962, pp. 75 e 82-83.

95 A. S. LEDGER, *Australian Socialism*, Londres, 1919, p. 35.

96 BERNAL, *Chinese Socialism*, cit., p. 86.

97 *Idem*, p. 94.

98 Títulos extraídos da publicidade constante dos primeiros anos da *International Socialist Review*.

mente a maior editora socialista do mundo".⁹⁹ Filho de um professor de grego da Universidade de Wisconsin, Charles H. Kerr fundou sua pequena editora em 1886 e só no final do século é que começou a publicar literatura socialista. Se todos os editores socialistas tivessem deixado depoimentos como os de Kerr, seria possível hoje termos uma idéia muito mais precisa das atividades propagandísticas do socialismo: editor da *International Socialist Review*, que publicava escritos dos maiores marxistas europeus e mantinha contatos firmes com os *muckrackers* socialistas americanos, Kerr não só redigiu diversos opúsculos ilustrando a atividade da editora como se reservava um espaço para informações editoriais em cada número da revista.¹⁰⁰ O quadro proporcionado pelo conjunto das atividades da empresa é o de uma obra apaixonada e generosa: uma cooperativa sustentada em grande parte por intelectuais marxistas norte-americanos do Socialist Party, com uma vastíssima área de influência que ia do Canadá à Austrália, estendendo-se a toda a Ásia oriental; um catálogo de centenas de opúsculos e livros cujo conteúdo abarcava praticamente todo o socialismo e o marxismo da época da Segunda Internacional.¹⁰¹

O *American Journal of Sociology*, que a Universidade de Chicago começou a publicar em 1895, ainda sob a influência de Veblen e estimulada por um vivo interesse pelas ciências sociais, acompanhava as publicações de Kerr com inteligente curiosidade. Um dos diretores da revista, C. R. Henderson, resenhando em 1905 a tradução do texto de Engels sobre *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, observava:

É interessante notar que uma discussão de filosofia da história seja publicada como documento de propaganda para operários em Chicago. Seria instrutivo acompanhar sua venda e descobrir suas influências.¹⁰²

A venda andou bem e no ano seguinte A. W. Small punha em evidência "a campanha educativa que os socialistas marxistas estão desenvolvendo".¹⁰³

99. *Revolutionary Radicalism. Its history, purpose and tactics with an exposition and discussion of the steps being taken and required to curb it*, relatório apresentado em 24 de abril de 1920 no Senado do Estado de New York, vol. 2, Albany, 1920, p. 1441.

100. Além de uma rubrica permanente ("Publisher's Department"), que aparecia em quase todos os números de revista, Kerr escreveu *What to read about socialism* (Chicago, s/d), *Socialist songs with music* (Chicago, 1901) e o já citado *What Socialism is*.

101. Há uma reimpressão da *International Socialist Review* feita por Greenwood em 1968, com uma breve introdução de H. G. Gutman.

102. *The American Journal of Sociology*, vol. 10, 1904-5, p. 841.

103. *Idem*, vol. 12, 1906-7, p. 564.

É a editora de Kerr que lança a primeira tradução inglesa de todos os três livros do *Capital*,¹⁰⁴ enquanto L. Boudin publica a síntese mais interessante do pensamento de Marx;¹⁰⁵ Kerr divulga Antonio Labriola, Liebknecht, Lafargue, Kautsky.¹⁰⁶ Kerr difunde igualmente todos os opúsculos de propaganda socialista, Bliss, Vail, Simons, numa das atividades editoriais mais ricas e contraditórias de todo o período da Segunda Internacional.¹⁰⁷

O tema das traduções nos introduz num outro capítulo ignorado da história do marxismo: o mundo povoado por grandes, médios e pequenos intelectuais que dedicaram uma parte considerável de suas vidas ao estudo e à tradução de Marx e Engels. É um mundo rico e variado. Dele fazem parte, embora não em regime de tempo integral, alguns dirigentes do movimento operário internacional: eles consideraram necessário proporcionar aos militantes de seus países a possibilidade de lerem diretamente os textos dos "fundadores do marxismo". Às vezes podiam extrair pequenas vantagens econômicas de seu conhecimento das línguas, ou então, se publicavam revistas ou jornais, como freqüentemente acontecia, podiam ao menos evitar as despesas com o pagamento de tradutores. Deles é que se pode dizer que leram diretamente os clássicos, ainda que nem sempre tenham aproveitado duradouramente as idéias lidas. São os Turati, os Justo, os Branting, os Iglesias, os De Leon. A maior parte dos tradutores, contudo, pertence a outra categoria: personagens de segundo plano, freqüentemente vivendo em condições econômicas modestas, como Martignetti (que teve uma comovente correspondência com Engels),¹⁰⁸ colocam à disposição do movimento socialista seus conhecimentos e seu tempo livre, longe do mundo acadêmico e da direção prática do movimento. São Ernest Untermann, que completou para Kerr a tradução do *Capi-*

104. O primeiro livro tinha sido traduzido para o inglês pela primeira vez em 1883. Kerr publicou o segundo em 1907 e o terceiro em 1909.

105. L. B. BOUDIN, *The theoretical system of Karl Marx in the light of recent criticism*, Chicago, 1907.

106. Eis algumas das obras publicadas por ele na primeira década do nosso século: A. LABRIOLA, *Essays on the materialistic conception of history* e *Socialism and Philosophy*; P. LAFARGUE, *The Evolution of property, Social and philosophical studies* e *The Right to be lazy*; K. KAUTSKY, *The Class struggle, The Social revolution. Ethics and materialistic conception of history. The High cost of living*; W. LIEBKNECHT, *Memoirs of Karl Marx* e *Socialism: what it is and what it seeks to accomplish*, bem como *No Compromise, no political trading*.

107. Testemunha disso, curiosa e eloquente, é o opúsculo *What to read on socialism*, que é, de fato, um catálogo comentado.

108. RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca...*, cit., pp. 192-219.

tal em inglês (e que na realidade era financiado pelo filho do filósofo Dietzgen, que queria dar a Kerr os direitos autorais da tradução ¹⁰⁹), Axel Danielsson, Florence Kelley Wischnewetsky, Robert Rives La Monte. E são também os muitos exilados e emigrados da Europa balcânica e do império russo, que traduzem artigos e escritos curtos de Marx ou de Engels, colocam-nos em pacotes de fundo duplo e mandam-nos para a pátria. ¹¹⁰

O mercado desses editores (ou, ao menos, de alguns deles) era vastíssimo; e, como acontece ainda hoje com as editoras de partido, era um mercado seguro. Dispomos de algumas cifras relativas à difusão da imprensa periódica e elas podem nos dar uma medida dela: nos Estados Unidos, em 1913, a *International Socialist Review* vendia 42.000 exemplares e o conjunto da imprensa periódica socialista ultrapassava os dois milhões; ¹¹¹ na Alemanha – onde em 1912 34,7% dos eleitores eram assinantes da imprensa do partido – só o *Vorwaerts* tinha 165.000 assinantes e a *Neue Zeit* (sempre em 1912) tinha 10.300. ¹¹²

Mas esses livros, essas revistas, esses artigos, que eram lidos pelos intelectuais e pelos funcionários do partido, pelos que “precisavam” lê-los, será que eram lidos também pelos operários? Algumas pesquisas pioneiras nos ajudam a responder a essa pergunta. A *Neue Zeit* dava conta periodicamente, de modo sumário, das leituras dos operários alemães. Hans-Josef Steinberg conseguia ler nos números o que eles diziam e nos deu uma imagem muito rica do mundo cultural dos operários social-democratas. ¹¹³ Em quase todas as bibliotecas examinadas na metade dos anos 90 há uma boa representação de textos marxistas: o livro mais lido, em números absolutos, é *A Mulher e o Socialismo*, de Bebel; embora Kautsky e Liebknecht sejam lidos, a preferência, depois de Bebel, é concedida a textos que tenham algo a ver com o darwinismo, como *A Teoria de Darwin*, de Edward Aveling, que foi, aliás, o primeiro volume da “Internationale Bibliothek” do editor Dietz. Dos “clássicos do marxismo” mal se notava a sombra: circulavam o *Anti-Dühring* de Engels e uns poucos exemplares do *Capital*. E era significativa a direção assumida pelos interesses dos leitores: em 1891, os livros científicos (na ordem: ciências sociais, ciências natu-

109. *International Socialist Review*, vol. 10, 1909-10, pp. 91-92.

110. BLUMBERG, Florence Kelley, cit., p. 38.

111. J. WEINSTEIN, *The Decline of socialism in America, 1912-1925*, New York-Londres, 1967.

112. FRICKE, *Die deutsche Arbeiterbewegung*, cit., pp. 407, 421 e 429.

113. STEINBERG, *Sozialismus...*, cit., pp. 129-142.

rais, história e filosofia) constituem 44,6% dos livros emprestados e os restantes se distribuem, no âmbito de distinções que nos deixam sempre inevitavelmente insatisfeitos, entre vários tipos de "literatura" e "amenidades".

Em Milão, cidadela do reformismo italiano, uma estatística de 1910 oferece índices interessantes: ao todo foram requisitados 264.180 livros, na imensa maioria tomados de empréstimo nas horas livres do trabalho; só uma pequena parte das leituras era realizada nas bibliotecas (56.795). Os leitores eram quase todos ou operários (44,7%) ou estudantes (32%), porém o número global de leitores assinalados (201.799) mostra que bem poucos, após uma primeira leitura, aventuravam-se à experiência de uma segunda. Entre os livros, a literatura destinada a "divertir" (De Amicis, Zola, Tolstoi, Sue, Victor Hugo, Górkki, Ibsen e outros) era preferida (48,7%) aos textos científicos (Ciccotti, Lombroso, Loria, Mantegazza, Sergi e outros); os textos científicos, no entanto, superavam (com 28,7%) os "clássicos" (5,5%).¹¹⁴ A Marx e a Engels não é feita nenhuma referência.

Num horizonte de leituras tão incerto, existem, no entanto, elementos que nos permitem avaliar a força da circulação da literatura marxista. Podemos identificar alguns *best sellers* do marxismo, puxando o cortejo de idéias. Antes de qualquer outro, o livro de Bebel *A Mulher e o Socialismo*, que entre 1879 (ano do seu aparecimento) e 1913 teve 53 edições e foi traduzido, conforme dados incompletos de Schraepler, em onze idiomas (e, o que é mais significativo, teve cinco edições em inglês antes de 1918, oito russas e duas holandesas).¹¹⁵ De Kautsky, eram particularmente conhecidos dois textos: *As Doutrinas Econômicas de Karl Marx* (25 edições, traduções em 11 línguas até 1913) e o *Programa de Erfurt* (umas vinte traduções, entre parciais e integrais, antes de 1914).¹¹⁶ De Lafargue, *A Evolução da Propriedade* teve no mínimo sete edições inglesas; e o *Direito à Preguiça* foi traduzido em italiano, em inglês, em alemão, e teve numerosas reimpressões.¹¹⁷ As múltiplas (e úteis) bibliografias sobre o marxismo que foram publicadas na época da Segunda Internacional poderiam também

114. ROSADA, *Biblioteche popolari...*, cit., pp. 276-283.

115. E. SCHRAEPLER, *August-Bebel-Bibliographie*, Düsseldorf, 1962.

116. W. BLUMENBERG, *Karl Kautskys Literarisches Werk. Eine Bibliographische Untersuchung*, s Gravenhage, 1960.

117. Lafargue tem sido incrivelmente pouco estudado na historiografia sobre o marxismo. Sobre ele, leia-se C. WILLARD, "Paul Lafargue e la critica della società borghese", em *Annali dell'Istituto G. G. Feltrinelli*, 1973, pp. 514-527.

confirmar, se a confirmação fosse necessária, a amplitude da circulação dos textos marxistas.

Detivemo-nos, até agora, na extraordinária difusão do marxismo. Uma difusão ligada, sobretudo, à ampliação do conhecimento das obras de Marx e Engels. Neste ponto se coloca para nós, entretanto, uma outra questão: *qual* Marx e *qual* Engels?

A pergunta é legítima. A edição completa das obras de Marx e Engels que está sendo gradualmente publicada em Moscou e em Berlim (Marx-Engels-Gesamtausgabe) poderá talvez proporcionar-nos um aparato bibliográfico que nos permitirá dar uma resposta satisfatória a essa pergunta. Os trabalhos preparatórios dessa edição crítica poderão dar uma contribuição a esse capítulo da história da cultura moderna que é a história do que aconteceu com as obras de Marx e Engels. Nós que dispomos, hoje, de edições fidedignas, que conhecemos quase tudo que Marx e Engels escreveram, temos certamente dificuldade para imaginar como se passaram as coisas num período em que os textos, por várias e complexas vicissitudes, tiveram um destino bastante controvertido. Antes de mais nada, os textos foram desmembrados e adaptados às exigências da época. Os próprios autores, aliás, mais do que a um "sistema" vinculado a um patrimônio literário uno e compacto, tinham dado vida àquilo que muitos contemporâneos acharam necessário definir como "um complexo de doutrinas". E a expressão não é só de Labriola.

Vejam *O Capital*. O segundo e o terceiro livro do trabalho de Marx não tiveram, no movimento operário, uma influência comparável à do primeiro. Rosa Luxemburgo nos deixou uma passagem na qual fica muito claro como as condições de existência do movimento operário acabaram por privilegiar o primeiro livro. Não se tratava apenas da época da edição:

O terceiro livro do *Capital*, do ponto de vista científico, deve ser considerado, sem dúvida, apenas como o complemento da crítica marxista do capitalismo. Sem o terceiro livro, não podemos compreender a lei dominante da taxa de lucro, a divisão da mais-valia em lucro, juro e renda, o efeito da lei do valor no interior da *concorrência*. Mas – e esse é um aspecto decisivo – todos esses problemas, por importantes que sejam do ponto de vista teórico, são bastante indiferentes do ponto de vista da luta de classes prática. Para esta, o grande problema teórico era o *surgimento da mais-valia*, isto é, a explicação científica da *exploração*, bem como a *tendência* à socialização no processo de produção; e era a explicação científica dos *fundamentos objetivos da transformação socialista*. Ambos os problemas estavam resolvidos já no primeiro livro, que deduz a "expropriação dos expropriadores" como resultado final inevitável da produção de mais-

valia e da progressiva concentração dos capitais. Com isso, as efetivas necessidades teóricas do movimento operário estavam, em suas grandes linhas, satisfeitas. Como se processa a divisão da mais-valia entre os distintos grupos de exploradores e quais as modificações que a concorrência na produção acarreta nessa divisão são questões que não apresentavam nenhum interesse imediato para a luta de classes do proletariado. Por isso, o terceiro livro do *Capital* permanece até agora, em geral, para o socialismo, um capítulo que não foi lido.¹¹⁸

Entre o aparecimento do primeiro livro do *Capital* e a publicação do segundo por Engels, em 1885, colocou-se toda a ampla fase de formação dos partidos socialistas na Europa e, com ela, a primeira afirmação do marxismo no movimento operário; por tal razão, todos os compêndios e sínteses de divulgação do *Capital* foram, na realidade, resumos do primeiro livro. E mesmo do primeiro livro, na divulgação, eram enfatizadas algumas partes, aquelas que eram mais diretamente ligadas às exigências da luta política do movimento operário. Na metade dos anos 80, por exemplo, a fundamentação de uma ideologia anticolonialista na social-democracia alemã apoiava-se sobre os capítulos 24 e 25 do primeiro livro do *Capital*, dedicados à “chamada acumulação originária” e à “teoria moderna da colonização”, manifestando-se uma tendência a lê-los como se fossem uma história do capitalismo, atribuindo-se a eles uma ampla autonomia: “¹¹⁹ tratava-se de uma leitura “histórica” da doutrina de Marx (muitos haviam definido *O Capital* como “a história do capital”; e os capítulos “históricos” apareciam muitas vezes em publicações independentes); de um lado, era uma leitura marcada por uma significativa carga de anticientificismo, mas de outro ela acabava por isolar um determinado aspecto do *Capital*, abrindo caminho para interpretações deterministas.

Para ser interpretado, contudo, *O Capital* precisava, antes, ser lido. E as fontes, nesse ponto, unanimemente, informam que bem poucos realmente chegaram a lê-lo. Não é difícil prever qual teria sido o resultado do inquérito que Alfonso De Pietri Tonelli queria realizar no meio dos socialistas italianos para saber quantos deles conheciam Marx: a maior parte, segundo Michels, “contentava-se em suas leituras com encontros fugazes, esporádicos, quase fortuitos”.¹²⁰ Provavel-

118. R. LUXEMBURG, “Ristagno e progresso nel marxismo”, em *Scritti scelti*, seleção de L. Amodio, Torino, 1975, pp. 227-228.

119. F. ANDREUCCI, “Engels, la questione coloniale e la rivoluzione in Occidente”, em *Studi Storici*, 1971, pp. 437-479 (especialmente pp. 464-466).

120. R. MICHELS, *Storia critica del movimento socialista italiano. Dagli inizi fino al 1911*. Firenze, s/d (mas é de 1921), pp. 135-136. Nesse livro, Michels torna a abordar os temas dos seus ensaios de 1906 e 1907 (*Storia del marxismo in Italia*).

mente seria mais difícil prever o resultado de um inquérito semelhante no plano internacional. Mas há um vasto anedotário a respeito.

Friedrich Stampfer, que entrou em contato com o marxismo através de Kautsky, pediu uma vez numa biblioteca operária *O Capital* e verificou que apenas as vinte primeiras páginas do volume tinham sido abertas com espátula, as demais permaneciam virgens.¹²¹

Na América do Norte, o líder do Socialist Party, Eugene V. Debs, confessava que Marx deixava-o frio e declarava preferir a leitura de Kautsky.¹²² William Morris, sobre cujo conhecimento das obras de Marx há opiniões controvertidas, disse certa feita que tinha se declarado marxista para dar-se importância; e a propósito da sua leitura do *Capital* falou:

Procurei... estudar o aspecto econômico do socialismo e até enfrentei Marx, porém devo confessar que, se apreciei plenamente a parte histórica do *Capital*, meu cérebro conheceu o medo do caos, ao ler a parte puramente econômica dessa grande obra.¹²³

Ao menos no que concerne aos quadros intermediários do movimento operário e aos dirigentes afastados da experiência social-democrática alemã, é provável que se deva dar uma resposta negativa à pergunta polêmica de Antonio Labriola:

Fora da esfera dos amigos e dos colaboradores, dos discípulos fiéis e dos seguidores próximos, os escritos de Marx e Engels foram inteiramente lidos por alguém?

Mas Labriola enfrentava também o problema da *unidade* da obra de Marx e Engels:

Tais escritos terão sido alguma vez, *todos*, objeto de comentários e fonte de ilações por parte de pessoas situadas fora do campo formado em torno da tradição da social-democracia alemã, em torno dessa tradição de trabalho de aplicação e explicação em que pontificava durante anos a *Neue Zeit*, revista indispensável das doutrinas do partido?¹²⁴

Por outro lado, a definição do *Capital* como bíblia e catecismo do movimento operário também devia ter uma origem real. O fato era que o sucesso, a receptividade, não se referia tanto à obra de Marx em

121. STEINBERG, *Sozialismus...*, cit., p. 137.

122. McALLISTER COLEMAN, *Eugene V. Debs. A man unafraid* New York, 1930, pp. 168-169.

123. P. MEIER, *La Pensée utopique de William Morris*, Paris, 1972, p. 295.

124. LABRIOLA, *La Concezione materialistica della storia*, cit., p. 185.

si mesma, às suas "abstrações matemáticas e silogísticas", como à sua tradução "em linguagem comum". Adolfo Posadas, estudioso madrilenho do socialismo, e que não era marxista, formulava explicitamente esse problema e procurava dar-lhe uma solução:

Meu problema parte do pressuposto da grande popularidade da obra de Marx, considerando:

- 1) que ela não é integralmente conhecida;
- 2) que a parte conhecida foi lida há pouco tempo;
- 3) que não é clara e é de difícil leitura e compreensão;
- 4) que é literariamente pouco atraente;
- 5) que foi e continua a ser objeto de tantas interpretações tanto que hoje não é fácil dizer o que é realmente *O Capital*, como é igualmente difícil explicar cientificamente as doutrinas de que se compõe o pensamento de Marx; o materialismo histórico, a luta de classes, a mais-valia, etc.

Até agora não se encontra na história uma popularidade tão grande e universal como a do *Capital* de Marx. Basta conversar com os nossos operários para convencer-se disso. Claro que eles não o leram. Como poderiam ler uma obra com tais proporções e características? Mas *sabem* dela. Estão informados. Discutem usando argumentos que refletem, com maior ou menor fidelidade e pureza, a doutrina do *Capital*.¹²⁵

A explicação de fenômeno pode ser proporcionada pelos fatores de difusão do marxismo evocados nas páginas precedentes. É preciso, no entanto, nesse caso, acrescentar mais um fator: os manuais, as sínteses, as vulgarizações explícitas. Na verdade, parece quase incompreensível que se tenham perdido tantas informações sobre a imponente massa de manuais, compêndios explicativos, material de propaganda (ou até de crítica) que o marxismo veio suscitando dos anos 70 até a primeira guerra mundial. Excetuados os resumos do *Capital*, os poucos textos lembrados pelos historiadores que se dedicam à reconstituição do socialismo e do marxismo na época da Segunda Internacional podem ser contados nos dedos de uma mão; Schäffle, De Laveleye, Hunter, Walling e Compère-Morel. No entanto, houve centenas de textos desse tipo e a *Neue Zeit*, entre outras, lhes dedicava resenhas sempre atentas: lembremos os alemães Winterer e Cathrein, o *Dicionário* de Hugo e Stegmann (que contém uma afetuosa biografia de Marx), os franceses Bêcheaux, Bourdeau e Naudier, os ingleses Rae e

125. A. POSADAS, *Socialismo y reforma social*, Madrid, 1904, pp. 82-83.

Kaufmann, a selva de vulgarizadores norte-americanos (como Ely, Bliss, Spargo Skelton e Cross), o holandês Quack, etc.¹²⁶

Se alguém tivesse aceito o convite feito há mais de vinte anos num ensaio de Hobsbawn no sentido de examinar os críticos vitorianos do "doutor Marx", teria podido entrar em contato com uma massa de textos de vulgarização cujo centro é o resumo do marxismo.¹²⁷ Tais textos podem ser sumariamente agrupados em quatro grandes categorias: a primeira, que é a mais conhecida, é a das sínteses, paráfrases e comentários explicitamente vinculados ao *Capital*, em geral redigidos por marxistas (talvez seja menos conhecido o *Marxian Economics*, de Ernest Untermann),¹²⁸ ou das vulgarizações – na maioria, de inspiração marxista – de aspectos específicos da doutrina; à segunda pertenceriam todas as grandes sínteses históricas dedicadas ao socialismo, sobretudo do ponto de vista do movimento operário; a terceira compreende os ensaios de ambição crítica e proveniência acadêmica consagrados ao socialismo, mas sobretudo ao marxismo, considerado sua expressão mais conseqüente, ensaios cujo objetivo é a refutação da teoria do valor ou do "determinismo econômico" (nesse âmbito se acham, embora possuam uma perspectiva particular, os críticos católicos, como Cathrein); à quarta correspondem os numerosíssimos manuais de divulgação de tipo "jornalístico", como "o socialismo do homem comum", "o socialismo numa explicação fácil" ou "o socialismo do sentido comum". O elenco poderia ser ampliado, entretanto, com outras espécies de divulgação, algumas das quais tiveram enorme sucesso, como a transposição da luta de classes na literatura (Jack London, Upton Sinclair),¹²⁹ ou as utopias literárias (Bellamy).¹³⁰ Não é fácil determinar as motivações básicas dos manuais dedicados à explicação do socialismo e do marxismo, porém talvez possamos enxergar neles três origens genéricas: uma intenção anti-socialista imediatamente política, como no caso de Schöffle e Cathrein; uma crítica "científica",

126. São centenas de manuais e escritos de vulgarização. Impossível citá-los. Veja-se a bibliografia que os próprios manuais indicam. Exemplo: CROSS, *The essentials of socialism*, N. York, 1912.

127. HOBSBAWN, "Il dottor Marx e i critici vitoriani" (1956), depois incluído em *Studi di storia del movimento operaio*, Torino, 1972.

128. E. UNTERMAN, *Marxian Economics. A popular introduction to the three volumes of Marx's 'Capital'*, Chicago, 1907.

129. K. B. BECKER, *Die Muckrakers und der Sozialismus*, Berna-Frankfurt/Main, 1974.

130. O livro de Bellamy foi um dos mais lidos; sobre seu êxito internacional, leia-se *Edward Bellamy Abroad. An American Prophet's Influence*, New York, 1962.

como no caso dos estudiosos ingleses e dos socialistas da cátedra; e uma vontade puramente informativa.

A necessidade de dispor de uma literatura de caráter manualístico sobre o marxismo era explicitamente sentida também pelos dirigentes socialistas e, de modo mais geral, por quem se colocasse entre a vontade de difundir o marxismo e a militância política. Florence Kelley, que já citamos várias vezes, embora polemizasse violentamente contra “a primeira popularização da economia de Marx, escrita pelo socialista Laurence Gronlund”, a *Cooperative Commonwealth*, uma obra “desgraçada e ‘popular’ a qualquer custo”, acabava por propor a Engels exatamente a questão da divulgação manualística:

Sinto-me constantemente embaraçada em face da falta de literatura socialista em inglês. Dispomos do *Capital* e da *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, mas precisamos de outras obras científicas menores, como o *Do Socialismo Utópico*, a *Origem da Família* e outras, trabalhos que não sejam nem opúsculos populares propagandísticos nem volumes pesados cuja compreensão exija preparação. Precisamos de livretos densos, que possam ser manejados por jovens medianamente instruídos e não necessariamente providos de uma preparação especial na direção da pesquisa econômica.

Pouco tempo depois, convencida por Engels a dedicar-se ela mesma à redação de uma obra do tipo que lhe parecia necessário, Florence Kelley redigiu um opúsculo amplamente baseado no *Capital*, mas no fim aconselhou seus leitores a completarem sua cultura socialista através dos textos de Engels e de Marx, da *Ancient Society* de Morgan, de *A Mulher e o Socialismo* (Behel) e também do livro de Gronlund.¹³¹

Ainda que os manuais provenientes do movimento operário tivessem, sobretudo na América do Norte, certa consistência, a maior parte provinha do campo adversário. Na área geográfica e cronológica de origem – especialmente na Alemanha e na França dos anos 70, sob o impacto da Comuna de Paris nesta e do avanço socialista naquela – isso era fácil de constatar: predominavam os Schäffle, os De Laveleye, as publicações dos “socialistas da cátedra”.

Depois de 1890 se verifica uma autêntica mudança, surgem centenas de obras de divulgação cuja inspiração é favorável e a bibliografia sobre Marx e Engels se enriquece, passa a contar com escritos cada vez mais elaborados. É nesses anos que o marxismo penetra nas universidades, num processo que participa do aumento do interesse geral pelas

131 BEUMBERG, Florence Kelley, cit., p. 57.

ciências sociais: realizam-se cursos sobre o socialismo e sobre a social-democracia, ministrados por Thorstein Veblen na Universidade de Chicago, por Bertrand Russel na London School of Economics, por Wagner em Berlim, por Durkheim em Paris. Os maiores estudiosos de ciências sociais, de Sombart a Pareto, e as grandes revistas sociológicas internacionais dedicam amplo espaço ao socialismo e ao marxismo. Os manuais e escritos de vulgarização constituem um eco pobre mas vivo desse interesse, muitas vezes mesclados a uma feroz aversão pelo socialismo. No começo do século, o rio de papel impresso tornou-se um autêntico mar.

Dois temas privilegiados de discussão são a teoria do valor e o materialismo histórico: são apresentados, interpretados e refutados em uma incrível quantidade de versões. O materialismo histórico teria razão no redimensionamento do papel das grandes personalidades na história, mas se arriscava a fazer-nos perder de vista a dimensão ética da existência. Ou então ele não seria uma teoria equivocada na interpretação do passado, mas falharia na análise do presente e tornar-se-ia anticientífico em sua pretensão de prever o futuro. A teoria do valor, por sua vez, é geralmente discutida à base da crítica marginalista. Trata-se, comumente, de um tipo de apresentação do marxismo que procede segundo o esquema triádico: materialismo histórico, teoria do valor, luta de classes. Opera-se, contudo, um isolamento dos três termos; e se acaba por oferecer uma imagem da política, da teoria econômica e da interpretação da história como três campos separados. No texto do Hughan se lê:

A doutrina marxista compreende uma teoria da história e um sistema de economia pura, com ilações extraídas de ambos no terreno da presente situação da sociedade. Ambos podem existir ou deixar de existir separadamente; não há nada em comum entre eles, exceto o fato de Marx tê-los elaborado, os dois.¹³²

Na esteira da grande discussão internacional sobre a concepção materialista da história – à qual se deve entre outras coisas a fama internacional de Antonio Labriola, e que acabou por interessar a círculos acadêmicos acima de qualquer suspeita de simpatias pelo socialismo – o materialismo histórico tornou-se, afinal, uma simples contribuição científica de Marx à cultura moderna; só quando, fora da ciência, alguns o aplicavam à sociedade contemporânea, pretendendo ana-

lisá-la à luz dos princípios dele, é que ele se tornava uma doutrina socialista. Isolada, por sua vez, a teoria do valor aparecia como uma simples fórmula aritmética, no âmbito de um "sistema de economia pura" (no qual, como bem observou Lucio Colletti, realizava-se uma "adulteração profunda do conceito de *economia*").¹³³

Com frequência, porém, mesmo os textos mais hostis são generosos em amplos reconhecimentos: reconhece-se que o marxismo deu uma base científica às reivindicações socialistas, superou todas as formas de socialismo utópico ao ponto de anular-lhes a própria tradição e, sobretudo, reconhece-se que Marx criou um movimento, conseguiu reunir em torno de suas doutrinas milhões de homens. A ingênua aritmética do socialismo universal levava Robert Hunter em 1907 a contar os votos socialistas em 7.434.616.¹³⁴

O círculo – afirmava T. Edwin Brown – se fechava. Dos princípios de 1789 e da filosofia de Hegel libertara-se uma força que tinha permitido a Marx, "o Melanchton da reforma social", emancipar, como Moisés, seu povo da escravidão capitalista, dirigindo-o para a terra de Canaã do socialismo:

O filósofo alcançou seu objetivo. Os princípios abstratos que poucos podiam compreender filtraram-se através de todas as malhas da sociedade, até que a ira dos necessitados traduziu-os em linguagem comum e ameaçadora, fazendo deles o grito de guerra das massas ignorantes e desesperadas. A dona de casa de Chicago e o filósofo de Iena dão-se as mãos.¹³⁵

Assim, às vésperas da primeira guerra mundial, o marxismo tinha alcançado as donas de casa de Chicago, grupos de intelectuais chineses, numerosos estudantes de todos os países e, sobretudo, milhões de operários no mundo inteiro. Esses operários não tinham lido Marx, porém discutiam usando argumentos que provinham das suas obras. Não conheciam *O Capital*, mas sabiam que podiam assumir seus próprios destinos, tomando-os nas mãos: através do partido e do marxismo, tinham conquistado formas de consciência mais elevadas, embora se tratasse de um marxismo pobre, reduzido a esquemas, transformado em argumentação para discussões que não se aprofundavam.

133 O tema está desenvolvido em especial nas páginas XXX e seguintes da introdução de Colletti ao livro de Bernstein *I Presupposti del socialismo e i compiti della social-democrazia*, Bari, 1968.

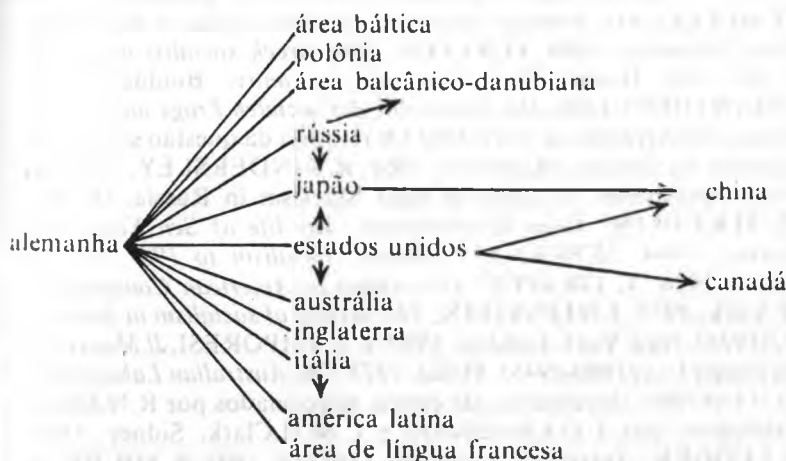
134 R. HUNTER, *Socialists at work*, New York, 1908, p. 322.

135 T. EDWIN BROWN, *Studies in modern socialism and labor problems*, New York, 1896, p. 29

Voltamos, então, à observação inicial: expansão e empobrecimento, difusão e esquematização, ampliação e sistematização. A contradição está na própria história, não se pode desfazê-la. Está no fato de que o marxismo, na época da Segunda Internacional, tinha inaugurado um capítulo novo e original na história das idéias e das lutas sociais; um capítulo cujos desdobramentos iminentes não se fariam no sentido dos esquemas e previsões dos marxistas de então; mas exatamente esse período de extensão do marxismo e do movimento operário é que – para retomarmos uma expressão de Lênin – tornaria possível pela primeira vez experimentar ou percorrer os caminhos da revolução.

Quadro

A geografia do marxismo.



FONTES:

Em geral: HOBSBAWM, *La Diffusione del marxismo (1890-1905)*, em *Studi Storici*, 1974, pp. 241-269; *Geschichte der Arbeiterbewegung* (História do movimento operário), informe do Congresso Internacional de historiadores do movimento operário realizado em Linz nos dias 14 e 15 de setembro de 1973, publicado em Viena (IX Linzer Konferenz).

Para os diversos países, individualmente considerados: R. HERBERLE, *Zur Geschichte der Arbeiterbewegung in Schweden* (Contri-

buição à história do movimento operário na Suécia), Iena, 1925; C. MARTINET, *Le Socialisme en Danemark*, Paris, 1893; L. BLJT, *The Origins of Polish socialism. The history and ideas of the first Polish Socialist Party (1878-1886)*, Cambridge, 1971; U. HAUSTEIN, *Sozialismus und nationale Frage in Polen* (O Socialismo e a questão nacional na Polônia), Koeln-Wien (Colônia-Viena), 1969; G. STROBEL, *Die Partei Rosa Luxemburgs, Lenin und die SPD* (O Partido de Rosa Luxemburgo, Lênin e o SPD), Wiesbaden, 1974; T. SÜLE, *Sozialdemokratie in Ungarn. Zur Rolle der Intelligenz in der Arbeiterbewegung, 1899-1910* (A Social-democracia na Hungria. Sobre o papel da intelectualidade no movimento operário), Koeln-Graz, 1967; G.L.JA-RAY, *La Question Sociale et le socialisme en Hongrie*, Paris, 1909; J. ROTHSCILD, *The Communist Party of Bulgaria. Origins and development (1883-1936)*, New York, 1959; A. DEAC, *Engels si Romania*, Bucuresti, 1970; N. COPOIU, *Socialismul european si miscarea muncitoreasca si socialista din Romania (1835-1921)*, Bucuresti, 1971; W.D.MCLELLAN, *Svetozar Markovic and the origins of Balkan Socialism*, Princeton, 1964; G.B.LEON, *The Greek socialist movement and the first World War. The road to unity*, Boulder, 1976; B.P.MANTHOPULOS, *Die Geschichte der sozialen Frage und des Sozialismus in Griechenland, 1821-1861* (A História da questão social e do socialismo na Grécia), Hannover, 1961; R.KINDERSLEY, *The first Russian Revisionists. A study of legal Marxism in Russia*, Oxford, 1962; H.KUBLIN, *Asian Revolutionary. The life of Sen Katayama*, Princeton, 1964; M.BERNAL, *Chinese Socialism to 1907*, Ithaca-Londres, 1976; T. DRAPER, *The origins of American Communism*, New York, 1957; J.WEINSTEIN, *The decline of socialism in America (1912-1925)*, New York-Londres, 1967; C.CAMPONESI, *Il Marxismo teorico negli Usa (1900-1945)*, Milão, 1973; *The Australian Labor movement, 1850-1907*, documentos da época, selecionados por R.N.Ebbels e publicados por L.G.Churchward e C.M.H.Clark, Sidney, 1970; A.St.LEDGER, *Australian Socialism*, Londres, 1909; R.MICHELS, *Storia del Marxismo in Italia*, Roma, 1909; C.TSUZUKI, *H.M.Hyndman and british socialism*, Oxford, 1961; R.CHALLINOR, *The origins of British Bolshevism*, Londres, 1977; DIVERSOS AUTORES, *El Marxismo en America Latina*, Buenos Aires, 1972; J.RATZER, *Los marxistas argentinos del 90*, Cordoba, 1969; L.PAN, *Justo y Marx. El Socialismo en la Argentina*, Buenos Aires, 1964; V.CHACON, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965 (há uma segunda edição, de 1981); J.W.F.DULLES, *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*, Austin-Londres, 1973 (há edição brasileira); M.DOM-MANGET, *L'Introduction du marxisme en France*, Lausanne, 1969;

C.WILLARD, *Le Mouvement socialiste en France (1893-1905): les guesdistes*. Paris, 1965; J.DESTRÉE-E.VANDERVELDE, *Le Socialisme en Belgique*, Paris, 1898; E.VANDERVELDE, *Le Parti ouvrier belge*, Bruxelles, 1925.

ERIC J. HOBSBAWN

A cultura européia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX

As histórias do marxismo têm geralmente definido seu campo de pesquisas por exclusão: o âmbito delas é delimitado por uma fronteira além da qual se situam aqueles que são considerados *não marxistas* (e, com base em critérios ideológicos e políticos, tanto os marxistas doutrinários como os antimarxistas declarados tendem a ampliar ao máximo essa categoria). Mesmo os historiadores mais compreensivos e ecumênicos têm adotado uma separação nítida entre "marxistas" e "não marxistas", reservando sua atenção para os primeiros, embora se disponham a considerá-los uma corrente tão variada e abrangente quanto possível. De fato, essa distinção é necessária; se ela não existisse, uma história específica do marxismo não teria razão de ser e talvez nem fosse possível. No entanto, esses historiadores têm sido frequentemente levados a conceber a história do marxismo exclusivamente como história do desenvolvimento da genuína ideologia marxista e do debate travado no interior dela, desprezando toda uma área de "irradiação" do marxismo, cuja importância é grande, conquanto não seja facilmente determinável. Semelhante área não pode ser subestimada pelos historiadores do mundo moderno e nem pode ser considerada uma coisa diferente e separada dos movimentos marxistas. Uma história do "darwinismo" não pode se limitar aos cientistas que aderiram

às concepções de Darwin e a alguns biólogos, mas deverá necessariamente considerar – ainda que marginalmente – a utilização de idéias, metáforas ou mera terminologia darwinista que passou a fazer parte do universo intelectual de pessoas que nunca se ocuparam da fauna das ilhas Galápagos ou das precisas modificações a que a teoria da seleção natural foi submetida por parte da genética moderna. Da mesma forma, a influência de Freud estendeu-se muito além das várias escolas psicanalíticas e das divergências entre elas, chegando a envolver numerosas pessoas que talvez nunca tenham lido sequer uma linha do fundador da psicanálise. Na realidade, Marx, tal como Darwin e Freud, faz parte do limitado número de pensadores que, com suas idéias, passaram a fazer parte, de um modo ou de outro, da cultura geral do mundo moderno. E, no que se refere ao marxismo, sua influência sobre a cultura começou a se fazer sentir na época da Segunda Internacional.

1. *A área de irradiação do marxismo.*

A grandiosa expansão dos movimentos operários e socialistas cujo ponto de referência era o nome de Marx verificou-se nos últimos dois decênios do século XIX, determinando uma ampla difusão das teorias do próprio Marx (ou que eram consideradas teorias dele), tanto no interior de tais movimentos como fora deles. No interior deles, o “marxismo” – sobre a origem e o desenvolvimento desse termo, veja-se o que escreveu Georges Haupt¹ – entrou em competição com outras ideologias da esquerda e, em vários países, ao menos oficialmente, desbancou-as. Fora deles, o impacto da “questão social” e a crescente pressão dos movimentos socialistas chamaram eficazmente a atenção para as idéias de Marx, cuja originalidade de pensamento e estatura intelectual eram indiscutíveis, de modo que o nome dele passava a ser cada vez mais identificado com o socialismo.

Apesar das tentativas polêmicas de demonstrar que Marx podia ser facilmente refutado e que ele não tinha dito muito mais do que os primeiros socialistas e críticos do capitalismo (ou que os tinha plagiado), os mais sérios entre os estudiosos não marxistas raramente cometeram erros tão elementares como esses.² Dentro de certos limites, a

1 G. HAUPT, “Marx e o marxismo”, em *História do Marxismo*, ed. Paz e Terra, vol. I, pp. 347-375.

2 Para as fontes inglesas, E. J. HOBBSBAWN, *Studi di storia del movimento operaio*, Torino, 1978, pp. 279 e seguintes; um importante ponto de vista alemão em R. STAMMLER, “Materialistische Geschichtsauffassung”, em *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 1900, 2a. ed.

análise marxista chegou até a ser utilizada e integrada a análises não marxistas, como no caso de alguns economistas ingleses dos anos 80, que, conscientes das limitações da teoria malthusiana ortodoxa sobre o desemprego, voltaram-se, com um interesse geralmente positivo, para a teoria de Marx a respeito do "exército industrial de reserva".³ Naturalmente, um comportamento isento como esse podia se verificar com maior facilidade em países como a Inglaterra, nos quais o movimento operário tinha, então, escassa consistência. Onde o movimento operário era mais forte, sentia-se uma necessidade mais forte de combatê-lo, recorrendo à artilharia pesada dos intelectuais acadêmicos; ou então havia maior urgência na necessidade de compreender-lhe a exata natureza e as razões da influência que ele exercia. De tais exigências nascem, na metade e no final dos anos 90, na Alemanha e na Áustria, obras científicas de grande valor, como *Das Ende des Marxschen Systems* (O Fim do sistema de Marx), de Böhm-Bawerk (1896), *Wirtschaft und Recht nach des materialistischen Geschichtsauffassung* (Economia e Direito segundo a Concepção Materialista da História), de Rudolf Stammler, ou *Die Arbeiterfrage* (A Questão dos Trabalhadores), de Heinrich Herkner (1896).⁴

Uma terceira forma de influência do marxismo fora dos movimentos operários e socialistas manifestou-se através dos estudiosos semimarxistas, ou ex-marxistas, que proliferaram cada vez mais após a "crise do marxismo" ocorrida no final dos anos 90. Nesse período, encontramos com frequência o marxismo como etapa momentânea da evolução política e intelectual de muitos homens e mulheres; e, como sabemos, em geral quem passa por essa etapa fica de algum modo marcado por ela. Para nos darmos conta do peso que essa primeira geração de ex-marxistas dos últimos vinte anos do século XIX teve na vida cultural e intelectual da época, basta-nos recordar personalidades como Croce e Gentile, na Itália; Struve, Berdiaev e Tugan-Baranovski, na Rússia; Sombart e Michels, na Alemanha; e, no campo não acadêmico, Bernard Shaw, na Inglaterra. Aos ex-marxistas, devemos acrescentar aqueles que, em número crescente, embora relutassem em romper os vínculos com o marxismo, tendiam a desligar-se daquela que estava sendo elaborada como uma ortodoxia cada vez mais precisa (como é o caso de muitos intelectuais "revisionistas" alemães). E, por fim, devemos acrescentar também os que, sem serem marxistas, eram

3. HOBBSBAWN, *Studi*, cit., pp. 282 e seg.

4. Uma boa resenha da literatura disponível em "Marx", por K. DIEHL, no já citado *Handwörterbuch*.

atraídos por alguns aspectos das idéias de Marx, sobretudo por se terem aproximado da esquerda socialista.

Em maior ou menor medida, essas formas de irradiação do marxismo são encontráveis, na época, onde quer que se tenham desenvolvido movimentos operários e socialistas, quer dizer, na maior parte da Europa e em algumas áreas de outros continentes, habitadas sobretudo ou ao menos amplamente por europeus que tinham emigrado. Em contrapartida, pode-se dizer que tais formas não existiam fora do raio de expansão desses movimentos, com a única exceção, talvez, e marginal, do Japão.⁵ Não há nenhuma prova de influências marxistas nos movimentos pré-revolucionários ocorridos na Índia por volta de 1914, apesar da influência exercida por grupos de intelectuais não só ingleses como também russos (e no entanto a base social de onde provinham os terroristas bengaleses de 1914 veio a mostrar-se, em seguida, notavelmente receptiva em relação ao marxismo). Também não há provas de influências marxistas no mundo islâmico, na África situada abaixo do Sahara ou na América do Sul (ressalvada a exceção do cone sul, caracterizado por uma maciça imigração européia). Podemos, portanto, deixar de lado essas áreas na abordagem do nosso tema.

Por outro lado, a irradiação do marxismo foi particularmente ampla e importante em alguns países europeus, nos quais – pode-se dizer – todo o pensamento social, independentemente de suas conexões políticas com o movimento operário e socialista, foi marcado pela influência de Marx. No que concerne a esses países, Marx, mais do que um perigo para as ideologias burguesas constituídas (quase completamente ausentes), pode ser considerado um dos principais “fundadores” do pensamento político e social: uma referência obrigatória em qualquer análise da sociedade e de suas transformações. Era esse o caso de muitos países da Europa oriental (a começar pela Rússia tsarista), nos quais, naquela época, não era possível ignorar Marx, que passara a constituir parte integrante do tecido da vida intelectual. Isso não significa – é claro – que todos aqueles que, de um ou de outro modo, sofreram sua influência se considerassem ou pudessem ser considerados marxistas, em qualquer sentido específico da palavra.

2. *Uma periodização da época da Segunda Internacional*

Embora o período aqui examinando abarque pouco mais de um quarto de século, ele não pode ser considerado uma unidade indifere-

⁵ Sobre o marxismo japonês, leia-se o ensaio de H. MIZUTA, na terceira parte da presente *História do Marxismo*.

ciada: devemos, de fato, distinguir nele ao menos três fases. Uma primeira fase abrange os anos 80 e o começo dos anos 90; caracteriza-se pelo nascimento de uma série de partidos socialistas e operários de orientação mais ou menos marxista, caracteriza-se sobretudo pelo avanço realizado pelos movimentos efetuados nos primeiros cinco ou seis anos de vida da Internacional. O que é mais importante nessa fase não é tanto a força organizativa, eleitoral ou sindical dos movimentos socialistas e operários (embora em diversos casos tal força tenha sido notável), mas o súbito irrompimento deles na cena política de seus respectivos países e no plano internacional (através de iniciativas como a da comemoração festiva do dia 1º de maio); e também é de excepcional importância a impressionante onda de esperanças (às vezes carregadas de utopia) que se espalhou pela classe operária, em conexão com os referidos movimentos. O capitalismo estava em crise, seu colapso parecia iminente, embora os acontecimentos que assinalavam o fenômeno não fossem analisados e nem ordenados na forma específica de uma teoria. Tanto a penetração do marxismo nos movimentos operários (o partido social-democrático alemão adotou-o, oficialmente, em 1891) como a sua irradiação positiva ou negativa fora dos movimentos realizaram progressos extraordinários em vários países.

A segunda fase data de meados dos anos 90, quando se tornou evidente a retomada da expansão capitalista em escala mundial. Nos países onde existiam, os movimentos de massa socialistas e operários continuaram a se desenvolver em ritmo acelerado, apesar de algumas flutuações e reflexos; em determinados países, nessa mesma fase, surgiram movimentos de massa ou outros movimentos organizados em bases mais ou menos permanentes. Por outro lado, nos países nos quais esses movimentos eram legais, ficava cada vez mais claro que o objetivo imediato deles não era nem a revolução nem a transformação radical da sociedade. A "crise no marxismo",⁶ que observadores situados do lado de fora tinham começado a notar sobretudo a partir de 1898, não se limitava ao debate sobre a significação que deveria ter para o marxismo o fato de o capitalismo manter-se fecundo e mostrar sua vitalidade (o debate "revisionista"); era, também, consequência do aparecimento de grupos com interesses muito diversos no interior daquilo que até pouco antes aparecia como fonte unívoca do socialismo (re-

6. Convém recordarmos que a expressão originalmente empregada por Masaryk em 1898 era exatamente "a crise no marxismo"; no curso do debate sobre o revisionismo ela se transformou, como notou imediatamente Labriola, em "crise do marxismo". Veja-se E. SANTARELLI, *La revisione del marxismo in Italia*, Milão, 1977, p. 310.

cordemos as cisões ocorridas nos movimentos da Áustria, Polônia e Rússia). Tudo isso modificava profundamente tanto a natureza dos debates internos do marxismo e dos movimentos socialistas como a influência do marxismo fora deles.

A terceira fase é inaugurada pela revolução russa de 1905 e seu encerramento pode ser situado em 1914. É uma fase caracterizada pela reanimação de amplas ações de massa – primeiro na esteira da revolução de 1905 e, em seguida, nas agitações operárias dos anos que precederam a primeira guerra mundial – e a tais ações correspondeu uma reativação da esquerda revolucionária, tanto no interior dos movimentos marxistas como fora deles (sindicalismo revolucionário). Ao mesmo tempo, continuavam a crescer as dimensões dos movimentos operários de massa organizados: entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos social-democráticos, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, quase duplicaram, passando de 3 para quase 6 milhões, enquanto os social-democratas, com 30 ou até 40% dos votos, tornavam-se os maiores partidos existentes na Alemanha, na Finlândia e na Suécia.

Naturalmente, aumentava o interesse pelo marxismo também fora dos movimentos socialistas. A esse propósito, podemos observar que na revista de Max Weber – *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* – foram publicados somente 4 artigos sobre o tema entre 1900 e 1904, mas entre 1905 e 1908 o assunto mereceu 15 artigos. Na Alemanha, o número de teses de doutorado sobre o socialismo, a classe operária e temas análogos passou de 2 ou 3 nos anos 90 para uma média de 4 no período de 1900 a 1905, subiu para 10 no período de 1905 a 1909 e chegou a 19,7, em média, no período de 1909 a 1912.⁷

Como nos anos que precederam a primeira guerra mundial o movimento revolucionário não se identificava exclusivamente com o marxismo e se constituíram como competidores o sindicalismo revolucionário e outras formas mais ou menos definidas de rebeldia radical, é extremamente difícil determinar a influência do marxismo sobre seus simpatizantes em potencial e sobre seus opositores. Pode-se dizer que tal influência se distribuiu, de uma forma ou de outra, com maior amplitude que no passado, não só pelas obras dos ex-marxistas (cada vez mais numerosos) como também pelas de todos aqueles que procuravam definir suas posições em relação ao marxismo.

7. Esses números não incluem os sindicatos dos Estados Unidos, para os quais os primeiros dados são de 1909. W. WOYTINSKY, *Die Welt in Zahlen*, 1926, vol. 2, p. 102.

8. HOBBSBAWN, "La diffusione del marxismo", em *Studi Storici*, 1972, nº 2.

3. A influência do marxismo sobre as ideologias e sobre os movimentos

Neste ponto, se queremos determinar com maior precisão a influência do marxismo, devemos considerar outras duas grandes variáveis, além daquela representada pelas dimensões numéricas e pela conseqüente presença política dos partidos operários e socialistas. As duas outras variáveis referem-se à apuração das seguintes questões: em que medida tais partidos eram marxistas; em que medida o marxismo exercia uma atração sobre aqueles que, mais do que quaisquer outros, tendem a se interessar pelas teorias, quer dizer, uma atração sobre os intelectuais.

Quanto ao primeiro problema, os partidos operários poderiam ser classificados em três tipos: *a*) partidos oficialmente identificados com o marxismo ou decididos a sê-lo; *b*) ligados a outras ideologias de caráter revolucionário, ou análogas, de tipo socialista; *c*) essencialmente não socialistas. A grande maioria dos partidos que integravam a Segunda Internacional, sob a liderança da social-democracia alemã, pertencia ao primeiro tipo (embora a hegemonia do marxismo ofuscasse mas não suprimisse a presença de outras matrizes ideológicas). Em alguns movimentos, como no francês, chegavam a predominar tradições revolucionárias locais mais antigas, algumas delas apenas coloridas pela influência marxista. E em alguns países, a esquerda socialista prevalecia avassaladoramente nos partidos, ao passo que em outros ela competia com outras ideologias e movimentos.

Existiam, contudo, notáveis possibilidades para a influência marxista penetrar nas ideologias de esquerda que com ela competiam (excetuadas algumas delas, de caráter predominantemente nacionalista), não só por força do valor simbólico da ligação existente entre os marxistas e o maior teórico do socialismo como, sobretudo, em função da debilidade das análises teóricas dos males da sociedade feitas pelos representantes das ideologias que competiam com o marxismo: eram, de fato, pouco aprofundadas as idéias que eles defendiam quanto aos caminhos a serem seguidos pelos revolucionários e quanto à construção do futuro, após a revolução (nesse último item, quando existiam, as idéias eram bastante vagas).

As principais ideologias que podem nos interessar aqui, para os fins que pretendemos atingir, além daquelas que apresentam um caráter fundamentalmente nacional (e que, por sua vez, em certa medida, se infiltraram no marxismo), são o anarquismo e o sindicalismo revolucionário (o segundo é em parte derivado do primeiro), bem como as tendências populistas e, naturalmente, a tradição radical jacobina, em particular na sua forma revolucionária. Mas uma certa atenção, a par-

tir da metade dos anos 90, deve ser dedicada também ao socialismo reformista, deliberadamente não marxista, cujo principal centro intelectual era constituído pela Fabian Society, na Inglaterra. Embora tenha tido dimensões limitadas, sua influência no plano internacional estava destinada a tornar-se digna de nota, não só através de alguns personagens estrangeiros que viveram durante algum tempo na Inglaterra – entre os quais cumpre destacarmos Eduard Bernstein – como também em função das ligações culturais que existiam entre a Inglaterra e a Holanda ou os países escandinavos. Contudo, embora essa irradiação do socialismo fabiano seja interessante, trata-se de um fenômeno demasiado limitado para que, neste ponto, nos detenhamos a examiná-lo.⁹

A tradição radical jacobina permaneceu amplamente impermeável à penetração do marxismo, mesmo que (e talvez exatamente por causa disso) seus expoentes mais revolucionários parecessem sempre demasiado propensos a homenagear um grande nome revolucionário e a se identificarem com as causas ligadas a tal nome. Dessa situação deriva o fenômeno singular do escasso desenvolvimento que o marxismo teve na França. Até os anos trinta do nosso século, muitos dos intelectuais mais conhecidos do partido comunista francês não podem ser seriamente considerados como teóricos marxistas, ainda que naquele período vários deles (mas não todos) começaram a se considerar como tais. A revista ideológica do partido, *La Pensée*, fundada em 1938, tem até hoje o subtítulo de “revista do racionalismo moderno”. O anarquismo, ao contrário, apesar da notória hostilidade entre Marx e Bakunin, assimilou amplamente a análise marxista, excluindo alguns pontos específicos de controvérsia entre os dois movimentos. Isso não é surpreendente, já que, até a exclusão dos anarquistas da Internacional (ocorrida em 1896, e em certos países mais tarde), frequentemente não se podia traçar no interior do movimento revolucionário uma nítida linha de separação entre eles e os marxistas, de vez que uns e outros eram expressões da mesma matriz de revolução e de esperança.

Maiores eram as divergências teóricas entre o marxismo ortodoxo e o sindicalismo revolucionário. Este recusava do marxismo não só a concepção da organização e do Estado como o inteiro sistema da análise histórica, identificado em Kautsky e tido pelos sindicalistas revo-

⁹ Os maiores expoentes da Fabian Society se afastaram da teoria marxista – que no começo tinha exercido alguma influência sobre círculos limitados da ultra-esquerda inglesa – no final dos anos 80. Uma clara influência marxista, no entanto, ainda pode ser notada em algumas partes dos *Fabian Essays*, nos quais se manifestavam as opiniões do grupo, especialmente no capítulo escrito por William Clarke.

lucionários como determinismo histórico ou até fatalismo, na teoria, e reformismo, na prática. Deve-se dizer que o sindicalismo revolucionário exercia certa atração sobre os intelectuais propensos à supervalorização dos aspectos ideológicos; entre eles, porém, sobretudo entre os mais jovens, muitos estavam impregnados de influências marxistas, quando menos porque alguns provinham diretamente do marxismo. Assim, as teorias de Sorel puderam ser definidas, com muita naturalidade, como “neomarxistas” por um jovem estudioso inglês, rebelde, colocado numa posição exterior em relação às escolas européias.¹⁰ Na realidade, o protesto deles não era tanto contra a análise marxista em si mesma e sim contra o evolucionismo e as “incrustações positivistas e naturalistas” com as quais – segundo uma expressão do jovem Gramsci, em 1917¹¹ – a social-democracia estava prejudicando o marxismo; ou então era contra a curiosa mistura de Marx com Darwin, Spencer e outros pensadores positivistas, amálgama que freqüentemente passava por ser o marxismo. De fato, no Ocidente, a maioria dos marxistas da primeira geração (por exemplo, os nascidos por volta de 1860) provinham de outras posições ideológicas: para eles, o marxismo, embora fosse uma teoria nova e original, incorporava-se às demais teorias da esquerda radical, e só se distinguia por um pouco mais de radicalismo e pela identificação específica com o proletariado.

A situação era muito diferente na Europa oriental, onde (também com a exceção parcial do nacionalismo) o marxismo tinha conseguido um enraizamento bem mais profundo como explicação das transformações sociais que se processavam no século XIX. Num primeiro momento, ele não teve peso efetivo; mas depois se estendeu à Rússia e em seguida a outros países da Europa oriental, graças à influência dos intelectuais russos, antes mesmo de se poder falar em tais países de movimentos operários genuínos, antes de neles formar-se uma classe operária e antes de neles nascerem ideologias burguesas de alguma importância e significação. Se na Rússia Marx conseguiu ter um número de leitores relativamente amplo mais rapidamente do que em qualquer outro país, isso ocorreu porque ali existia um círculo de intelectuais, não necessariamente artífices da revolução social, mas observadores que reconheciam nas teorias dele a análise mais aguda e a crítica mais eficaz da economia capitalista, que começava a se firmar na Rússia, e que eles, mesmo combatendo e desejando evitar ou substituir, procuravam antes de mais nada compreender.

10. G. D. H. COLE, *The World of Labour*, Londres, 1913, p. 167.

11. A. GRAMSCI, “La rivoluzione contro il ‘Capitale’”, em *Scritti giovanilli*, Torino, 1958, p. 150.

Os primeiros marxistas russos eram populistas, porém não deve ser esquecido um certo número de "economistas acadêmicos, decididamente anti-radicais, que no entanto aceitavam tanto a terminologia como o método da análise econômica marxista".¹² Como ideologia, encarada em si mesma, o marxismo se afirmou na Rússia com a tese de que o progresso do capitalismo naquele país era historicamente irreversível, que o capitalismo não poderia ser vencido por forças exteriores a ele, incapazes de lhe fazerem oposição eficaz (como os camponeses), mas só por forças criadas por ele mesmo e destinadas a sepultá-lo. Quer dizer: a Rússia, como outros países, teria de passar pela experiência do capitalismo.

Portanto, na Rússia, paradoxalmente, o marxismo – além de constituir uma teoria alternativa em relação à posição revolucionária anticapitalista dos populistas (que no entanto haviam assimilado diversas análises marxistas sobre o capitalismo) – proporcionou certa justificação à missão histórica do capitalismo, numa postura que pode ser considerada de certo modo anômala na atmosfera ideológica geral do país. O marxismo representou, assim, a base para o curioso fenômeno dos "marxistas legais", que ressaltaram as realizações históricas positivas do capitalismo, abandonando a perspectiva de derrubá-lo. Entre o final do Séc. XIX e o começo do Séc. XX, chegou-se a uma espécie de reconciliação com a burguesia, "por parte de um restrito grupo de estudiosos que, se tivessem vivido na Europa central ou ocidental em lugar da Rússia, certamente se sentiriam muito mais à vontade declarando-se liberais e não marxistas. Contudo, embora as posições dos populistas, dos marxistas e dos "marxistas legais" fossem divergentes, os três grupos partilhavam da mesma análise fundamental da natureza do capitalismo, derivada dos escritos de Marx e desenvolvida a partir deles. Se deixarmos de lado a massa dos camponeses analfabetos e as tentativas marginais (como a de Tolstoi) de colocá-los no centro de alguma forma de elaboração crítica, verificaremos que a esquerda russa, quaisquer que tenham sido seus programas e ideologias, foi profundamente marcada em seu desenvolvimento pela influência de Marx.

Fora do mundo anglo-saxão, os movimentos operários de qualquer dimensão que se mantiveram predominantemente não socialistas

12 R. PIPES, "La teoria dello sviluppo capitalistico in P. B. Struve", em *Storia del marxismo contemporaneo*, Instituto Feltrinelli, Milão, 1973, p. 485. Edição brasileira da editora Muro.

13 A. GERSCHENKRON, *Il problema storico dell'arretratezza economica*, Torino, 1965, p. 61.

foram exceções. Na Inglaterra, porém, como na Austrália e, em menor medida, nos Estados Unidos, os movimentos operários não socialistas tiveram um notável desenvolvimento. Mas o marxismo também não deixou de exercer alguma influência em tais movimentos. Mesmo se tratando de uma influência bem menor que aquela verificada na Europa continental, não nos convém subestimarmos a penetração de idéias marxistas no Novo Mundo, através da emigração em massa de alemães, russos e homens de outros países, de cuja bagagem cultural o marxismo era componente ideológica.¹⁴ O mesmo fenômeno da influência pode ser observado no movimento de oposição e crítica ao *big business*, que levou, nos Estados Unidos, a um período de agudas tensões e fermentos sociais, tornando certo número de intelectuais radicais particularmente receptivos à crítica socialista do capitalismo (ou, ao menos, interessados nessa crítica). Lembremo-nos de Thorstein Veblen e, além dele, de alguns economistas progressistas de grande audiência, como Richard Ely (1854-1943), que “provavelmente exerceu uma influência maior que a de qualquer outro sobre a economia americana nesse período de excepcional importância para o seu desenvolvimento”.¹⁵ É por essa razão que os Estados Unidos, apesar da escassa elaboração no país de um pensamento marxista autônomo, tornaram-se um importante centro de difusão dos textos e da influência do marxismo. E essa difusão se processou não só na direção dos países do Pacífico (a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão) como também na direção da própria Inglaterra, onde, por volta da primeira década do novo século, grupos restritos de ativistas do movimento operário recebiam grande parte da literatura que utilizavam – não só obras de Marx e Engels, como também de Dietzgen – do editor Charles H. Kerr, de Chicago.¹⁶

Mas os movimentos operários não socialistas pareciam não representar qualquer perigo sério para a hegemonia intelectual dos grupos

14. Numa escala mais limitada, a emigração predominantemente política de grupos restritos de intelectuais (homens e mulheres) provenientes de países da Europa oriental contribuiu para difundir idéias marxistas em países que não eram receptivos a elas. Por exemplo, Charles Rappoport, na França, e Theodore Rothstein, na Inglaterra. G. HAUPT, “Le rôle de l'exil dans la diffusion de l'image de l'intelligentsia révolutionnaire”, em *Cahiers du monde russe et soviétique*, 1978, nº 3, pp. 325-250.

15. Veja-se o verbete “Richard T. Ely” na *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, 1968.

16. HOBBSBAWN, revista *Studi Storici*, 1974, pp. 251-252. Conhece-se o papel desempenhado pelos cavaleiros do trabalho, na Bélgica, pelo marxista Daniel De Leon na Inglaterra e, mais tarde, pelo grupo Industrial Workers of the World (sindicalistas revolucionários) em diversas partes do mundo.

dominantes, de modo que os expoentes de tais grupos não se defrontaram com o problema de combater-lhe a influência com especial urgência. Na primeira década do nosso século, o debate sobre o socialismo, de fato, foi muito menos intenso do que nos vinte anos seguintes. Isso explica o conteúdo substancialmente não político das discussões que se desenvolviam no começo do século no interior do restrito grupo de intelectuais de Cambridge que constituíam o clube (secreto) geralmente conhecido como "Os Apóstolos" (H. Sidgwick, Bertrand Russell, G. E. Moore, Lytton Strachey, E. M. Forster, John Maynard Keynes, Rupert Brooke, etc.). É verdade que Sidgwick elaborou uma crítica de Marx e que Bertrand Russell, de um ângulo próximo ao dos fabianos nos anos 90, escreveu um livro sobre a social-democracia alemã; também é verdade que as últimas gerações de estudantes que precederam 1914 começavam a se mover na direção do socialismo (na sua forma não marxista, ressalve-se); porém o mais ilustre dos economistas desse círculo – referimo-nos a J. M. Keynes (1883-1946) – não só não mostrou nesse período interesse por Marx e pelo debate econômico em torno de Marx como parece nem sequer tê-lo conhecido.¹⁷

4. Influências do marxismo sobre os intelectuais

O segundo fator que nos permite avaliar a influência do marxismo nesse período é o uso dele por parte dos intelectuais da classe média enquanto grupo, independentemente das dimensões dos movimentos operários dos diversos países. Naqueles anos existiam fortes movimentos operários que praticamente não envolviam intelectuais e não exerciam sobre eles atração alguma. Era o que ocorria por exemplo na Austrália, apesar de estar no poder um governo trabalhista desde 1904 (e talvez ocorresse porque naquele continente os intelectuais fossem escassos). Também o movimento operário espanhol, vigoroso, predominantemente anarquista, não conseguiu atrair muitos intelectuais no seu país. Por outro lado, conhecemos organizações revolucionárias marxistas essencialmente limitadas aos ambientes dos estudantes universitários, embora nos melhores dias da Segunda Internacional esse

17 Vale a pena observar, no entanto, que a escola dos economistas britânicos que mais se interessaram por Marx nos anos 80 e 90 era integrada por estudiosos que ficaram em minoria na época da famosa "batalha dos métodos". Veja-se J. A. SCHUMETER, *Storia dell'analisi economica*, Torino, 1960, p. 1000-1002. Expulsos das cátedras de economia, eles se dedicaram aos estudos de história econômica e à elaboração de programas de reforma social, ou então ingressaram na administração pública. Os estudiosos de Cambridge ficaram do lado dos vencedores.

fenômeno fosse relativamente raro. Sabemos, também, que alguns movimentos socialistas, como o russo, eram predominantemente compostos de intelectuais, provavelmente porque os obstáculos que se colocavam para o nascimento legal de grandes partidos operários eram imensos. Em outros países, contudo, como a Itália, constatamos igualmente que a influência do socialismo sobre os intelectuais e professores universitários foi particularmente marcante, ao menos por um certo período.

Não podemos, aqui, abordar em profundidade o problema da sociologia dos intelectuais como grupo e nem podemos discutir a questão de saber se eles constituíam um estrato em si mesmo (a *intelligentsia*), embora tais problemas fossem muito debatidos pelos marxistas. Em todos os países existiam grupos de homens – e, em menor medida, de mulheres – que tinham tido algum tipo de instrução universitária, e o nosso tema reside em boa parte no apelo exercido neles pelo socialismo e pelo marxismo. Nos debates que se travavam na social-democracia alemã, aqueles que nós hoje chamamos de “intelectuais” eram habitualmente designados como *Akademiker*, ou seja, eram pessoas que tinham diploma. A respeito disso, são necessárias duas observações. Em muitos países, entre as pessoas que exerciam uma profissão, fazia-se uma clara distinção entre aquilo que os alemães denominam *Kunst* (todas as artes) e o que eles chamam de *Wissenschaft* (todo o mundo do saber e da ciência), ainda que para ambas a área de recrutamento estivesse nas classes médias. Pois bem: na França, o anarquismo, que nos anos 90 atraía um número considerável de “artistas” (no sentido mais amplo do termo) tinha um eco bastante fraco junto aos *universitaires*. Limitamo-nos, por ora, a assinalar a diferença, sem aprofundá-la; mais adiante examinaremos as relações entre o marxismo e as artes. Em segundo lugar, cumpre distinguir entre os países nos quais uma minoria de intelectuais ocupava posições destacadas nos partidos e movimentos socialistas, enquanto a maioria dos intelectuais ficava fora deles (como acontecia, por exemplo, na Alemanha e na Bélgica) e os países nos quais os termos “intelectuais” e “intelectuais de esquerda” eram quase sinônimos, ao menos no que se refere aos jovens (como na Rússia). Naturalmente, os movimentos socialistas, em sua maioria, deram posição de destaque em suas direções aos intelectuais (Vitor Adler, Troelstra, Turati, Jean Jaurès, Brating, Vandervelde, Rosa Luxemburgo, Plekhânov, Lênin, etc.) e entre eles, quase que com exclusividade, recrutaram seus teóricos.

Não há muitos estudos comparativos sobre o comportamento político dos estudantes e docentes universitários europeus desse período, e menos ainda quanto à mais ampla gama profissional que abran-

gia a maior parte dos intelectuais adultos. Por isso, nossa avaliação da atração exercida pelo socialismo e pelo marxismo sobre esses grupos só pode ser indutiva.¹⁸ Todavia, no conjunto, parece possível afirmar com algum fundamento que semelhante atração só foi notável em uns poucos países, geralmente situados na periferia da área capitalista mais desenvolvida.

Na península ibérica, a maior parte dos intelectuais permaneceu fixada em posições radicais e anticlericais. Isso talvez explique porque os expoentes da "geração de 1898", que promoveu uma renovação da Espanha, em seguida às derrotas militares (Unamuno, Baroja, Maeztu, Ganivet, Valle-Inclán, Machado, etc.), embora não fossem liberais, não aderiram sequer ao socialismo.

Na Inglaterra, os intelectuais eram predominantemente liberais, de diversas tendências, e se sentiram bem pouco atraídos pelo socialismo. Mais facilmente se pode observar certa inclinação nesse sentido num setor mais marginalizado, constituído pelas donas de casa da classe média que tinham alguma instrução e constituíam parte relevante da Fabian Society (bem como correspondiam ao modelo jornalístico da "nova mulher", nos anos 80 e 90). Um movimento de estudantes socialistas dotado de alguma consistência só começou a se delinear às vésperas da primeira guerra mundial. Muitos dos intelectuais da Fabian Society pertenciam à camada profissional dos "homens que se fizeram por si mesmos", provenientes da classe operária, mas sobretudo da pequena burguesia (Bernard Shaw, Webb, H. G. Wells, Arnold Bennett).¹⁹ Na realidade, o teórico mais interessante da esquerda na Inglaterra — J. A. Hobson — não era um socialista fabiano e sim um liberal progressista, que se aproximou tanto das tendências da Europa continental que chegou a sofrer a influência de Marx (em seu *Development of modern capitalism*) e chegou até a influenciar os marxistas (com seu *Imperialism*). Pode-se concluir que os intelectuais marxistas ingleses foram, tanto pelo número como pelo peso cultural, negligenciáveis (com a exceção de William Morris, ao qual voltaremos).

A tradição revolucionária francesa exerceu, certamente, uma influência maior sobre os intelectuais daquele país; já que ela incluía uma componente socialista autóctone, também a influência do socialismo se fez sentir, embora com freqüência o socialismo valesse apenas

18. Uma avaliação desse tipo foi tentada por Michels, que notou a relativa hostilidade dos médicos na Europa ocidental ao socialismo (com exceção da Itália e da França). R. MICHELS, *La sociologia del partito politico nella democrazia moderna*, Bolonha, 1966, pp. 353-354.

19. HOBBSBAWN, *Studi*, cit., pp. 298 e seg.

como símbolo circunstancial das opiniões de esquerda (Michels observou que, ao contrário do que se deu em outros países, nos quais o apego ao socialismo era duradouro, cinco dos seis deputados socialistas que foram eleitos em 1893, na França, em 1907 não só tinham abandonado o socialismo como tinham se tornado anti-socialistas).²⁰ Também devemos lembrar que um ultra-radicalismo juvenil fazia parte da tradição burguesa. E não é difícil descobrir tendências socialistas entre os intelectuais franceses; algumas instituições de prestígio, como a Ecole Normale Supérieure, tornaram-se um terreno fértil para sementes socialistas ou socializantes a partir dos anos 90, especialmente durante o caso Dreyfus. No entanto, uma genuína influência de Marx – ou mesmo do partido socialista guesdista, que se proclamava marxista – era relativamente limitada.²¹ Não há muito que dizer da atração exercida pelo marxismo sobre os intelectuais franceses, nessa época. De fato, antes de 1914, as obras de Marx e Engels disponíveis em francês eram bem poucas, em comparação com as edições em língua inglesa (nelas incluídas as publicações norte-americanas), e nem podem ser comparadas com as edições alemãs, italianas e russas.²²

Os ambientes intelectuais e acadêmicos alemães, apesar do liberalismo que tinham manifestado em 1848, estavam profundamente ligados ao império guilhermino nos anos 90 e eram, em geral, decididamente hostis ao socialismo. As exceções eram constituídas pelos intelectuais judeus, dos quais cerca de 20% a 30% – segundo estimativa não documentada feita por Michels em 1907²³ – simpatizavam com a so-

20. MICHELS, *La sociologia*, cit., p. 153.

21. Entre os numerosos *normaliens* que se tornaram socialistas nesse período, o único socialista guesdista de relevo era Bracke-Desrousseaux, fino estudioso de literatura clássica e tradutor de Marx. Leia-se H. BOURGIN, *De Jaurès à Léon Blum*, Paris, 1938.

22. O velho guesdista A. ZEVAES, em *De l'introduction du marxisme en France*, Paris, 1947, observou que a tradução do primeiro livro do *Capital*, "à l'époque, passa à peu près inaperçue". Quanto ao *Manifesto Comunista*, à parte as publicações feitas na revista dos guesdistas e sua inclusão num livro burguês de documentação sobre o socialismo, só foi publicado como volume independente em 1895 (reimpresso em 1897), para depois chegar à bem cuidada edição do professor universitário C. Andler em 1901. A primeira edição francesa da *Guerra Civil na França* é de 1900, a do *Dezoito Brumário* é de 1891, a das *Lutas de Classe na França* é de 1900. Algumas traduções foram publicadas na segunda metade dos anos 90: *A Miséria da Filosofia*, 1896; *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1899; *Valor, Preço e Lucro*, 1899. E *Revolução e contra-revolução na Alemanha* em 1901. É significativo o fato de que o segundo e o terceiro livro do *Capital* tenham sido traduzidos não na França e sim na Bélgica (ZEVAES, op. cit.). Bem pouco se publicou entre 1902 e 1914.

23. MICHELS, *La sociologia*, cit., pp. 357-358.

cial-democracia. Entre 1889 e 1909, enquanto as universidades francesas tiveram trinta e uma teses sobre o socialismo, a social-democracia e Marx, a comunidade acadêmica alemã, que era muito mais vasta, teve apenas onze.²⁴ O marxismo e a social-democracia preocupavam os intelectuais e os acadêmicos alemães, porém não despertavam simpatias entre eles. Além disso, há documentação que comprova que, entre os que se aproximavam do marxismo, ao menos nos últimos anos que antecederam 1914, eram mais numerosos aqueles que manifestavam tendências moderadas ou revisionistas do que os de esquerda (a organização dos estudantes socialistas alemães, por exemplo, foi porta-bandeira do revisionismo). É compreensível, portanto, que o partido social-democrático alemão apresentasse uma composição predominantemente proletária, talvez mais do que qualquer outro partido socialista de massas.²⁵ Outra indicação de que a atração do marxismo sobre os intelectuais alemães foi relativamente modesta parece encontrar-se, também, no fato de que vários dos teóricos mais influentes do partido social-democrático alemão eram de origem estrangeira: Rosa Luxemburgo era de origem polonesa, Kautsky e Hilferding provinham do império austro-húngaro, Parvus era nascido na Rússia.

Entre os países menores do norte da Europa ocidental, a Bélgica e os países escandinavos viram o aparecimento de partidos operários de massa, relativamente vastos e fortes, que oficialmente se identificavam com o marxismo (embora na Bélgica o partido operário se ampliasse incorporando antigas tradições locais de esquerda). No meio dos escandinavos, os dinamarqueses parecem ter mostrado por Marx um interesse maior que o dos noruegueses e suecos. Na Noruega, excluídos alguns médicos e pastores protestantes, os dirigentes do partido eram geralmente operários. Na Suécia, como aliás em todos os países escandinavos (incluído o forte movimento finlandês), o movimento operário não produziu teóricos importantes e nem deu contribuição significativa aos debates da Internacional. Talvez nos ambientes artísticos desses países tenha sido maior a atração exercida pelo socialismo (ou pelo anarquismo), porém no conjunto, entre os intelectuais escandinavos, o socialismo aparece sobretudo como uma espécie de extensão, de ampliação à esquerda, do radicalismo democrático e progressista típico daquela parte da Europa, talvez com uma ênfase particular no plano da reforma da cultura e da moral sexual. Se há uma figura repre-

24 HOBBSBAWN, revista *Studi Storici*, 1974, p. 245.

25 R. MICHELS, "Die deutsche Sozialdemokratie", em *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1906, nº 23, pp. 471-559.

sentativa da esquerda teórica dos intelectuais suecos é a do economista Knut Wicksell (1851-1926), que foi radical, republicano, ateu, feminista, neomaltusiano, porém não aderiu ao socialismo.

O papel desempenhado pela Holanda e pela Bélgica na cultura européia foi, provavelmente, mais importante naqueles anos do que em qualquer outro período depois do século XVII. No partido operário belga, predominantemente proletário, tiveram uma presença marcante intelectuais e universitários, na maioria provenientes do ambiente acadêmico racionalista de Bruxelas: Vandervelde, Huysmans, Destree, Hector Denis, Edmond Picard, e – mais à esquerda – De Brouckère. Tanto o partido, porém, como seus expoentes intelectuais estavam à direita da média do movimento internacional e só aproximativamente podem ser considerados marxistas.²⁶ Não fosse o contexto em que se encontrava e no qual atuava, podemos nos perguntar se Vandervelde se teria considerado marxista. Como observa G. D. H. Cole, ele

ingressara no movimento socialista numa época na qual o marxismo, na sua forma social-democrática alemã, constituía de tal modo a avançada do socialismo na Europa ocidental que, para um socialista continental que tivesse aspirações à liderança política, especialmente a nível internacional, não era só quase necessária como era também natural a aceitação do esquema marxista que então prevalecia, bem como a adaptação a ele do seu próprio pensamento.

Acrescentemos que isso ainda era mais verdadeiro quando se tratava de um partido operário de massa de um país pequeno. De qualquer maneira, pode-se dizer que a influência do marxismo sobre os intelectuais belgas não foi particularmente notável.

A Holanda, ao contrário, embora não tivesse um movimento operário cujo peso político fosse comparável ao do belga, foi o país da Europa ocidental no qual a influência do socialismo entre os intelectuais parece ter tido maior importância no plano cultural; e nela, paralelamente, o papel dos intelectuais no movimento operário foi particularmente destacado. O partido social-democrático holandês foi frequentemente descrito, com ironia, como um partido de estudantes, pastores protestantes e advogados: por fim, como aconteceu também em outros países, prevaleceram os operários qualificados, mas o peso da tradição

26. Na prática, não houve nesse período uma efetiva correspondência, no verdadeiro sentido da palavra, entre Engels e os dirigentes socialistas belgas. A única carta de Engels a Vandervelde (1894) está escrita em tom formal.

27. G. D. H. COLE, *Storia del pensiero socialista*, Bari, 1972, III, t. 2, p. 155.

nal divisão do país em grupos confessionais (calvinistas e católicos, além de um forte grupo laico, cada um formando um bloco político que “mordia” em diferentes classes) deixou num primeiro momento menos espaço que em outros lugares para a formação de um partido de classe. Ao que parece, há relação entre essa situação e a acentuada expansão da cultura laica. Num primeiro momento, o partido se apoiou sobretudo em dois setores relativamente atípicos: os trabalhadores agrícolas da Frísia (com características de marginalidade territorial e especificidade nacional) e os cortadores de diamantes de Amsterdam. Nesse pequeno movimento, intelectuais como Troelstra (1860-1930), um frísio que se tornou o principal líder moderado do partido, ou Hermann Gorter (1864-1927), notável figura de literato que liderava a ala esquerda, revolucionária, juntamente com a poetisa Henriette Roland-Holst e com o astrônomo A. Pannekoek (1873-1969), acabaram por desempenhar papéis de um destaque imenso, desproporcionado. O que surpreende, todavia, não é só o peso que os intelectuais tiveram na vida do partido ou o aparecimento de alguns estudiosos marxistas notáveis no campo das ciências sociais (como a criminologista W. Bongers); é também, e sobretudo, o relevo internacional assumido por um grupo de intelectuais holandeses de ultra-esquerda, que, apesar das analogias e ligações com Rosa Luxemburgo, não foram atingidos por influências da Europa oriental. Em outras palavras: o caso holandês, de dimensões limitadas, é de certo modo anômalo na perspectiva geral da Europa ocidental.

O forte partido social-democrático austríaco apresenta características de abnegada militância e marcada identificação com o marxismo, entre outras razões pela íntima amizade pessoal entre seu líder, Victor Adler (1852-1918), e o velho Engels. A Áustria foi, na realidade, o único país onde se desenvolveu uma escola marxista com características nacionais marcantes: o austromarxismo. A monarquia dos Habsburgos constituía uma área na qual a presença do marxismo na cultura geral era inegável e na qual a atração exercida pela social-democracia sobre os intelectuais não foi um fenômeno marginal. No entanto, a ideologia elaborada por eles foi profunda e fatalmente influenciada pela “questão nacional”, pelo mesmo complexo de problemas que, por sua vez, determinaria o destino daquela monarquia. É significativo que os marxistas austríacos tenham sido os primeiros a analisar sistematicamente essa questão.²⁸

28. Embora evidente, o problema nacional era subestimado pelos socialistas da Europa ocidental, inclusive pelos marxistas (Veja-se o ensaio de R. GALISSOT, “Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário”, num próximo volume desta se-

Os intelectuais pertencentes a nacionalidades que, no interior da monarquia, não desfrutavam de autonomia, como os tchecos, tendiam a manifestar seu nacionalismo lingüístico, ou então se sentiam parte de regiões que ainda deveriam ser "libertadas" por outro país, ao qual ansiavam por juntar-se (Romênia, Itália). Mesmo quando sofriam a influência do socialismo, o elemento nacional acabava por prevalecer (como no caso dos "socialistas populistas", que deixaram o partido socialista austríaco no final dos anos 90 para formarem um partido essencialmente tcheco, de caráter pequeno burguês e radical). Os nacionalistas radicais, por sua vez, embora tivessem consciência dos problemas suscitados pelo marxismo, permaneceram substancialmente imunes à influência dele: um dos mais ilustres intelectuais tchecos desse período, Thomas Masaryk (1850-1937), adquiriu fama internacional com um estudo sobre a Rússia e uma crítica do marxismo.

Antes de considerar os intelectuais das duas culturas dominantes no império austro-húngaro – a cultura alemã e a magiar – convém dedicar certa atenção a outra minoria, de características relativamente anômalas, que é a cultura hebraica, cujo papel, no período que estamos examinando, é essencial para a compreensão da influência do marxismo na vida cultural (em sentido amplo) sob a monarquia dos Habsburgos. A tendência geral das minorias judaicas da classe média européia-ocidental era a da assimilação cultural e política, que era largamente permitida: tornaram-se ingleses judeus como Disraeli, tornaram-se franceses judeus como Durkheim; outros judeus se tornaram italianos e muitos outros se tornaram alemães. Na Áustria, nos anos 60 e 70 do século passado, virtualmente todos os judeus de língua alemã se consideravam alemães, isto é, se sentiam cidadãos de uma Grande Alemanha unida e liberal; mas o fato de a Áustria ter sido excluída da unificação bismarckiana da Alemanha e o aparecimento de um anti-semitismo popular por volta do final dos anos 70, juntamente com a crescente chegada de imigrantes provenientes da Europa oriental e culturalmente ainda não assimilados, as próprias dimensões assumidas pela comunidade hebraica, tudo isso tornou impossível a manutenção da situação anterior. À diferença do que ocorria na França, na

gunda parte da *História do Marxismo*). Assim, o partido operário não prestou atenção ao problema flamengo, na Bélgica, muito provavelmente porque seu bastião era Gand. Nas 48 páginas de bibliografia que concluem o livro *Le socialisme en Belgique*, de Vandervelde e Destrée (Paris, 1903), não há nada sobre esse tema. Os movimentos nacionais-regionais eram considerados essencialmente burgueses ou pequeno-burgueses e de escassa importância política.

Inglaterra, na Itália ou na Alemanha, os judeus do império austro-húngaro não constituíam uma ínfima minoria na população: eram 8 a 10% dos habitantes de Viena, 20 a 25% dos habitantes de Budapest (entre 1890 e 1910). A situação dos intelectuais judeus – e os judeus eram sem dúvida aqueles que melhor sabiam aproveitar as possibilidades do sistema de ensino²⁹ – chegava a ser, assim, uma situação *sui generis*.

Na Hungria, a assimilação dos judeus continuou a ser ativamente promovida nos quadros da política de magiarização, e os judeus se empenharam em aproveitá-la, embora não tenham podido se integrar completamente. Em certo sentido, a situação deles era comparável àquela em que se encontrariam mais tarde, no Séc. XX, os judeus da África do Sul: eram aceitos como parte da nacionalidade dominante quando comparados aos não magiares (na África do Sul, quando comparados aos não brancos), porém não podiam ser plenamente identificados com ela por força de sua elevada concentração e em virtude de sua “especialização” social. Na realidade, o papel deles na social-democracia húngara – que mostrou escasso interesse pelos problemas teóricos e atuou em condições de repressão moderada – não foi importante. Todavia, na primeira década do Séc. XX, fortes correntes social-revolucionárias começaram a exercer influência no movimento estudantil, e isso contribuirá para levar os judeus a uma ação significativa na esquerda húngara após a revolução de 1917. É significativo, no entanto, o caso de Gyorgy Lukács (1885-1971), o marxista húngaro mais conhecido no exterior: embora fosse socialista ao menos desde 1902 e se mantivesse em contato com Erwin Szabo (1877-1918), que era o mais destacado intelectual marxista anarco-sindicalista, Lukács não deu nenhum sinal de interesse pelos problemas teóricos do marxismo antes de 1914.

A parte austríaca da monarquia dos Habsburgos marginalizou os judeus antes da parte húngara e o fez de modo mais claro. A diferença do que acontecia entre os magiares, ela dispunha de uma ampla reserva de intelectuais não judeus de língua alemã e nela recrutava os quadros para as funções superiores no aparelho administrativo e no apa-

29 Na Hungria, em 1910, 22% dos judeus do sexo masculino tinham 4 anos de instrução secundária e 10% tinham completado 8 anos de instrução secundária: eram porcentagens respectivamente três e duas vezes mais altas que as de qualquer outra comunidade religiosa do império. Ver V. KARADY e I. KEMENY, “Les juifs dans la structure de classes en Hongrie”, em *Actes de la recherche en Sciences sociales*, 1978, nº 22, p. 35. Sobre os judeus na passagem do Séc. XIX ao Séc. XX é sempre útil o livro de A. RUPPIN, *Gli ebrei d'oggi dall'aspetto sociale*, Torino, 1922.

relho acadêmico (dois campos que freqüentemente coincidiam). A “escola austríaca” de economia, criada após 1870, era integrada por estudiosos entre os quais – com a exceção dos irmãos Mises – havia bem poucos judeus: Menger, Wieser, Bohm-Bawerk e, mais jovens, Schumpeter e Hayek. Além disso, o nacionalismo da “Grande Alemanha”, ao qual tinham aderido muitos judeus, acabou por se aproximar com muita freqüência (embora nem sempre) do anti-semitismo.³⁰ Em tal situação, os judeus se viram sem um centro de agregação e sem canal adequado para sua lealdade como cidadãos e suas aspirações políticas. O socialismo tornou-se, assim, uma alternativa possível; foi a opção de Victor Adler, imitado somente, contudo, por uma minoria entre seus contemporâneos jovens. E a social-democracia austríaca permaneceu até 1938 apaixonadamente ligada à idéia da Grande Alemanha.

Num segundo momento, outra alternativa foi o sionismo – criação de um intelectual vienense ultra-assimilado, T. Herzl – mas com menor força de atração. O desenvolvimento de um forte movimento operário, sobretudo entre os trabalhadores de língua alemã, capaz de mobilizar amplas massas, exerceu certamente atração sobre os intelectuais (e não se deve esquecer que, em Viena como em outros lugares, ele foi o único movimento de massas a combater a política anti-semita dos partidos dominantes). Apesar disso, a maioria dos intelectuais judeus austríacos não se inclinou pelo socialismo: passou a desenvolver uma intensa atividade cultural, marcada por relações pessoais, freqüentemente resultando numa evasão da política ou em uma análise introspectiva da crise da sua civilização. Os nomes que nos vêm à mente quando falamos da cultura austríaca (sobretudo vienense) desse período não são, em primeiro lugar, os dois socialistas: são Freud, Schnitzler, Karl Kraus, Schonberg, Mahler, Rilke, Mach, Hofmannstahl, Klimt, Loos, Musil. E sobre os intelectuais católicos ainda era menor a influência do socialismo.

Por outro lado, nas cidades maiores, e particularmente em Viena e em Praga, a social-democracia – ou seja, no plano intelectual, o marxismo – torna-se parte irrenunciável da experiência dos jovens intelectuais, como se pode observar no quadro ambiental da média burguesia culta vienense (predominantemente judaica), tal como ele se apresen-

30. Em Viena, o demagógico partido cristão-social, que conquistou a prefeitura nos anos 90, era violentamente anti-semita; mas seu dirigente máximo, Lueger, era cauteloso na escolha de seus objetivos: “Sou eu que decido quem é judeu e quem não é”.

ta, cheio de vivacidade, no romance de Arthur Schnitzler, *Die Weg ins Freie* (1908). Isso explica como a social-democracia austríaca chegou a ter tantos intelectuais marxistas e desenvolveu um grupo de "austro-marxistas": Karl Renner, Otto Bauer, Max Adler, Gustav Eckstein, Rudolf Hilferding, além do fundador da ortodoxia marxista, Karl Kautsky, e de um robusto grupo de professores universitários marxistas (as universidades austríacas não realizaram contra eles a sistemática discriminação verificada na Alemanha). Entre estes últimos, recordamos Karl Grunberg, Ludo M. Hartmann e Stefan Bauer, que fundaram em 1893 a revista que, mais tarde, com o título de *Vierteljahrsschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, tornou-se a mais abalizada das publicações de história social e econômica em língua alemã (e perdeu, por fim, sua conotação socialista originária). De sua cátedra vienense, Grunberg fundou em 1910 o *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* (comumente chamado *Grunberg-Archiv*), que inaugurou o estudo científico do movimento socialista e especialmente marxista. Por sua vez, a social-democracia austríaca se caracterizava por uma imprensa particularmente cheia de vida e por uma insólita abertura para os interesses culturais: embora não apreciasse muito Schönberg, ela foi uma das poucas instituições que ajudaram esse revolucionário da música a sobreviver, como diretor do coro operário.

"Provavelmente em nenhum outro país podem ser encontrados tantos socialistas entre os cientistas, estudiosos e escritores mais famosos", observou, a propósito da Itália, um escritor norte-americano no começo do século.³¹ Aliás, têm sido freqüentes as observações a respeito do papel excepcionalmente destacado que os intelectuais desempenharam no movimento socialista italiano e a respeito da poderosa atração que o marxismo exerceu sobre eles, ao menos nos últimos anos do Séc. XIX. Numericamente, sua presença não foi tão marcante – menos de 4%, em 1904³² – e também não há dúvida de que os socialistas eram minoritários entre os jovens estudantes burgueses no começo dos anos 90. Mas – ao contrário do que acontecia com os professores e estudantes predominantemente conservadores das universidades alemãs e austríacas – o socialismo italiano freqüentemente se irradiou (como em Torino) a partir dos ambientes progressistas das universidades italianas, cuja influência era grande tanto no plano acadêmico como no plano político (ao passo que o socialismo dos universitários

31. R. HUNTER, *Socialists at Work*, New York, 1908.

32. MICHELS, *La sociologia*, cit., p. 366.

franceses acompanhou o movimento, em lugar de promovê-lo). Outra diferença: enquanto o socialismo dos *universitaires* franceses era predominantemente não marxista, o marxismo exerceu tal atração sobre os intelectuais italianos que, durante algum tempo, o marxismo italiano pareceu algo como um molho servido sobre a salada cultural basicamente positivista, evolucionista e anticlerical da classe média da Itália. E não se tratava apenas de um movimento de revolta juvenil; entre os que aderiram ao socialismo marxista italiano achavam-se homens maduros e definidos: Antonio Labriola nascera em 1843, Lombroso em 1836, o escritor De Amicis em 1846 (ao passo que a geração típica dos dirigentes da Internacional nascera entre os decênios 50 e 60 do século passado). Qualquer que seja a nossa avaliação sobre o marxismo ou sobre o socialismo marxistizante que prevalecia entre os intelectuais italianos, não pode haver dúvida quanto ao profundo interesse deles pelo marxismo. Mesmo os antimarxistas mais polêmicos (alguns, como Croce, eram ex-marxistas) levavam isso em conta: o próprio Pareto fez uma apresentação para um volume de excertos do *Capital*, selecionados por Lafargue (Paris, 1894).

Podemos, legitimamente, falar dos intelectuais italianos como de um *tutto uno*, na medida em que, apesar do exasperado localismo do país e das diferenças entre o norte e o sul, a comunidade intelectual era nacional (embora fosse, em geral, muito receptiva às influências culturais estrangeiras, especialmente francesas e alemãs). Seria, contudo, menos correto procurar caracterizar em termos nacionais as relações entre o socialismo dos intelectuais e o movimento operário, exatamente por causa do peso que tinham, neste último, as diferenças regionais. Em certos aspectos, a relação entre os intelectuais e o movimento socialista e operário no norte industrial (Milão, Torino) era comparável à relação existente, digamos, na Bélgica ou na Áustria, enquanto em Nápoles a situação era bastante diversa, bem como era diversa na Sicília. A peculiaridade do caso italiano estava no fato de que ele não correspondia nem ao modelo social-democrático marxista ocidental nem ao modelo da Europa oriental. Seus intelectuais não eram uma *intelligentsia* dissidente e revolucionária. Um indício dessa diferença se encontra no rápido refluxo da onda de entusiasmo pelo marxismo (que culminara no início dos anos 90) e, muito mais, no deslocamento dos intelectuais socialistas para a ala reformista e revisionista do partido socialista depois de 1901, bem como, por outro lado, na falta de uma corrente de oposição à esquerda, marxista, como aquelas cuja existência pode ser constatada na Alemanha e na Áustria.

Os intelectuais italianos, como grupo, adequaram-se ao modelo europeu ocidental típico da época: integravam a classe média e, nas

condições desta, chegavam a ter boas posições; depois da crise de 1898, foram aceitos pelo sistema, mesmo quando eram socialistas militantes. Havia, certamente, boas razões para a adesão deles ao socialismo nos anos 90; razões ainda mais fortes do que na Bélgica, se pensarmos na evolução política da Itália a partir do *Risorgimento*, nas condições de extrema miséria dos operários e dos camponeses, na explosão de grandes revoltas de massa nos anos 80 e 90, motivos todos que se vinham a fortalecer no ímpeto generoso da rebeldia juvenil. Ao mesmo tempo, não só não havia discriminação forte contra os intelectuais socialistas como tais, cujo socialismo era aceito como extensão compreensível de opiniões progressistas e republicanas, mas também se verificava que os modelos de vida privada e profissional desses intelectuais não diferiam substancialmente dos modelos dos intelectuais não socialistas. Felice Momigliano (1866-1924), por sua adesão ao partido socialista em 1893, teve durante alguns anos aborrecimentos na sua carreira de professor nas escolas secundárias; em seguida, porém, no seu *curriculum* de professor universitário e na sua atividade literária (à parte os conteúdos dela), há bem pouco que o diferencie de seus colegas professores não socialistas, com precedentes mazzinianos e acentuados interesses intelectuais. No máximo, podemos formular a hipótese de que, se não fosse socialista, teria conseguido antes a cátedra universitária.

Em suma, no Ocidente, a maior parte dos intelectuais socialistas dispunha, na pior das hipóteses, daquilo que Max Adler definiu como uma "imunidade pessoal e a possibilidade de desenvolver livremente seus próprios interesses espirituais".³³ Isso não acontecia com a *intelligentsia* de tipo russo, que provinha amplamente das "classes abastadas", mas se distinguiu muito nitidamente por sua definição essencialmente revolucionária: a pequena nobreza e a classe dos funcionários, "em sua maioria, não podem ser incluídas na categoria dos intelectuais", declarava peremptoriamente Petsechônov em 1906.³⁴ A vocação profunda da *intelligentsia* russa e a reação do regime e da sociedade por ela combatidos impediam o tipo de integração "ocidental", quer ela se manifestasse em termos subjetivos e idealistas, como faziam os populistas, quer os intelectuais viessem a ser considerados um estrato social em si, questão muito debatida na esquerda russa do co-

33. M. ADLER, *Il socialismo e gli intellettuali*, Bari, 1974, p. 203.

34. A. V. PETSECHÔNNOV, citado por M. ACOUTURIER em "L'intelligentsia vue par les publicistes marxistes", *Cahiers du monde russe et soviétique*, 1978, nº 3, pp. 251-252.

meço do nosso século. O desenvolvimento exatamente naqueles anos do proletariado e de uma burguesia mais consciente de sua força complicou a situação. Uma parte cada vez mais consistente da *intelligentsia* parecia passar a pertencer à burguesia – “também na Rússia, como na Europa ocidental, a *intelligentsia* está se dividindo; e uma parte dela, a parte burguesa, está se colocando a serviço da burguesia e se confundindo definitivamente com ela”, observava Trótski³⁵ – de modo que a natureza ou até a própria existência do estrato social em si não mais apareciam claramente. De qualquer maneira, o próprio caráter desse debate indica a profundidade da diferença que havia entre a Europa ocidental e os países dos quais a Rússia era o exemplo mais destacado. Na Europa ocidental talvez não fosse possível sequer discutir sobre a hipótese – levantada pelo revolucionário russo-polonês Machaïski entre 1898 e 1906 e sustentada por alguns de seus comentadores – segundo a qual os intelectuais constituíam um grupo social que tendia a usar uma ideologia revolucionária para substituir a burguesia no poder com o apoio do proletariado e, depois, explorar por sua vez os trabalhadores.³⁶

O papel central desempenhado pelo pensamento de Marx como inspirador da análise da sociedade russa de então e a influência profunda e capilar exercida pelo marxismo sobre a *intelligentsia* dispensam maiores comentários. Todas as posições da esquerda, quaisquer que fossem a natureza e a inspiração delas, se definiram em relação ao marxismo, fenômeno de tão grande importância que até os movimentos nacionalistas lhe sentiram a influência. Na Geórgia, os mencheviques se tornaram algo como o “partido nacional” da região; o Bund – o partido que mais se assemelhava a uma organização política nacional dos judeus no império russo – era fortemente marxista; o próprio movimento sionista, de dimensões relativamente modestas, mostra inequivocamente influências análogas. Os fundadores de Israel, que chegaram à Palestina com a “segunda Aliyah”, às vésperas da revolução russa de 1905, traziam com eles as ideologias revolucionárias russas, que teriam inspirado a estrutura e a ideologia da comunidade sionista.

A presença do marxismo se fez sentir inclusive nas populações que pareciam mais refratárias à sua influência: aquele que se tornou o mais convicto paladino do nacionalismo polonês foi, significativamente, o partido socialista polonês, filiado à Segunda Internacional; dentro de certos limites, era um genuíno partido operário; assumindo tais

35. L. TROTSKY, cit. por ACOUTURIER, “L’intelligentsia”.

36. ACOUTURIER, *idem*.

posições, ele obrigou os expoentes da mais antiga tradição marxista a se organizarem num partido rival, mais declaradamente marxista, que veio a ser a social-democracia "do reino da Polônia e da Lituânia" (Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches). Uma divisão análoga se verificou na Armênia, com os *dashnaki*, que no entanto se consideravam ligados à Segunda Internacional. Os intelectuais russos que tinham cortado as amarras que os ligavam às tradições seculares de seu povo nunca conseguiram escapar a alguma modalidade de influência do marxismo.

Com isso, é claro, não queremos dizer que eles fossem todos marxistas, que tenham continuado a sê-lo; e nem que, quando o foram, estivessem de acordo uns com os outros a respeito da doutrina e de sua rígida interpretação. De modo algum! Na Rússia, como nos demais países, após a onda do início dos anos 90 (que assinalou o brusco declínio do populismo e a momentânea convergência da maior parte das ideologias revolucionárias e progressistas num marxismo genérico), as divergências e divisões tornaram-se particularmente agudas e talvez pela primeira vez tenha começado a se desenvolver uma *intelligentsia*, inclusive num certo sentido não política, nitidamente anti-marxista. No entanto, também essa *intelligentsia* saía de um cadinho no qual inevitavelmente entrara em contato com o marxismo e de certa maneira lhe sofrera a influência.

A influência do marxismo sobre os intelectuais do sul da Europa oriental foi muito limitada, tanto pela escassez de intelectuais de qualquer tipo nos países mais atrasados (como ocorreu em parte da península balcânica) como pela resistência à influência russa ou alemã, como acontecia na Grécia e, em certa medida, na Romênia, de onde se preferia olhar para Paris.¹⁷ Foi limitada igualmente pelas dificuldades existentes para a formação de um movimento operário ou camponês de algum peso (como se viu na Romênia, onde um grupo isolado de intelectuais socialistas entrou rapidamente em crise depois dos anos 90) e pelo vigor de ideologias nacionalistas, suas rivais, como talvez se tenha verificado na Croácia. O marxismo penetrou em alguns desses países na esteira da influência populista (como sucedeu sobretudo na Bulgária) e através das universidades suíças, autênticos centros de mobilização revolucionária, onde se concentravam e misturavam estudantes do dissenso político da Europa oriental. Com exceção do búlgaro, *O Capital* não foi traduzido para nenhuma língua do sul da Europa oriental antes de 1914. Todavia, nas condições de atraso geral des-

17 Embora Constantin Dobrogeanu-Gherea, o dirigente socialista e teórico mais original, fosse um emigrado russo, marxista-populista. Ver G. HAUPT, *L'Internazionale socialista dalla Comune a Lenin*, Torino, 1978, pp. 199 e seg.

que talvez, o próprio fato de o marxismo ter conseguido de algum modo penetrar neles e ter chegado até os mais remotos vales da Macedônia talvez seja mais significativo que a modéstia da sua presença (modéstia que não abrange a Bulgária, mais sujeita à influência russa).

3. *Relações entre marxismo e cultura não marxista*

Qual foi, então, a influência do marxismo sobre a cultura e sobre a instrução, conforme as diferenças nacionais e regionais? Mas talvez convenha alertar para o fato de que a pergunta, feita nestes termos, está mal formulada: o que nos dispomos a examinar é a interação entre o marxismo e a cultura não marxista (ou não socialista) e não a medida em que o primeiro influenciou a segunda. Não se pode ignorar a influência que as idéias não marxistas exerceram sobre o marxismo: elas foram atacadas e condenadas como "corruptoras" por parte dos marxistas mais rigorosos, como mostra a polêmica de Lênin contra a "kantianização" da filosofia marxista e a penetração do "empiriocriticismo" de Mach. Procuremos compreender essas objeções: afinal, se Marx tivesse querido ser kantiano, não teria tido dificuldade em sê-lo; além disso, não há dúvida de que a tendência para substituir Hegel por Kant na filosofia marxista se identificava com frequência, embora nem sempre, com o revisionismo. Contudo, não é tarefa do historiador, neste contexto, decidir qual era o marxismo "correto" e qual o "errado", qual era o marxismo "puro" e qual o "deturpado". Mais importante que isso: essa tendência à penetração recíproca de idéias marxistas e não marxistas constitui uma das melhores provas da presença do marxismo na cultura geral das classes cultas. De fato, é exatamente quando o marxismo se torna uma presença mais forte na cena intelectual que se torna mais difícil manter uma separação rígida e precisa entre idéias marxistas e não marxistas, já que umas e outras operam num mesmo universo cultural, que as engloba todas. Do mesmo modo, nos anos 60 do século XX, a tendência que se manifestou numa parte da esquerda no sentido de combinar Marx com o estruturalismo, com a psicanálise, com a econometria, etc., prova, entre outras coisas, a forte atração que o marxismo exercia sobre os intelectuais universitários naqueles anos. Um processo oposto se verificava, no início do século, na Inglaterra: os economistas que ensinavam nas universidades escreviam como se Marx não tivesse existido, enquanto a economia marxista, confinada ao âmbito de pequenos grupos de militantes, vivia em completa separação da economia não marxista, sem contatos ou confrontos com ela.

Naturalmente, também é verdade que os grandes partidos marxistas da Internacional, apesar da tendência a formularem uma doutrina

marxista ortodoxa em contraposição ao revisionismo e a outras heresias, estavam atentos a não negar legitimidade também às interpretações heterodoxas nas discussões internas do movimento socialista. Nessa atitude, não havia apenas a preocupação de, enquanto corpo político prático, salvaguardar a unidade do partido (o que implicava, para partidos de massa, a aceitação de uma considerável variedade de opiniões teóricas); havia igualmente a exigência de formular análises marxistas em campos ou sobre questões não tratados adequadamente – ou simplesmente não tratados – nos textos clássicos, como, por exemplo, a “questão nacional”, o imperialismo e outros problemas. Sobre tais assuntos não era possível nem o recurso à autoridade dos textos e nem juízos apriorísticos do tipo “o que ensina o marxismo”. Por isso, a gama do debate no campo marxista era extraordinariamente ampla. De resto, uma separação rígida, capaz de promover uma exclusão recíproca entre marxismo e não marxismo, só viria a se tornar possível por meio de uma delimitação igualmente rígida da ortodoxia marxista e – como os acontecimentos posteriores se encarregaram de comprovar – por meio da proibição de fato da heterodoxia, instituída por um poder de Estado ou por uma autoridade de partido. A primeira das duas soluções não era possível e a segunda (a da autoridade de partido) não era posta em prática ou era apenas relativamente eficaz. A crescente influência das idéias marxistas fora do movimento era, portanto, acompanhada por uma certa influência das idéias originadas da cultura não marxista no interior do movimento: eram duas faces da mesma moeda.

Sem formularmos um juízo sobre a natureza ou o significado político do fenômeno: como podemos avaliar a simples presença do marxismo na cultura geral do período situado entre 1890 e 1914? Era uma presença certamente modesta no campo das ciências naturais, ainda que o marxismo tenha sido fortemente influenciado por elas, em particular pela biologia evolucionista de Darwin. Marx mal tinha abordado as ciências naturais em seus escritos, e as páginas que Engels dedicara a elas tinham, no máximo, valor de divulgação científica para o movimento operário. Desde 1895, a *Dialética da Natureza*, de Engels, era considerada tão pouco compatível com os desenvolvimentos das ciências que Riazánov a excluiu da edição das obras completas de Marx e de Engels e só mais tarde a publicou, pela primeira vez, num dos volumes editados à margem da edição geral pelo Marx-Engels-Archiv. Na época da Segunda Internacional não houve nada que pudesse ser comparado ao intenso interesse suscitado pelo marxismo em muitos cientistas nos anos 30 do século XX. Além disso, não há nenhum traço de radicalismo político, em geral, entre os cientistas da-

aquele período, que constituíam um exíguo grupo de estudiosos, na maioria dos casos alemães, atuando no campo da química e da medicina. Isso não significa, é claro, que nos ambientes científicos dos países ocidentais não fosse possível encontrar algum socialista, como por exemplo entre aqueles que provinham de instituições cuja orientação era de esquerda, como a *Ecole Normale Supérieure* (pense-se no jovem Paul Langevin). Havia cientistas que entravam em contato com o marxismo, como o biólogo estatístico Karl Pearson,³⁸ e depois seguiam em outra direção ideológica bastante diversa. Os marxistas, por seu lado, embora desejassem encontrar darwinianos que fossem socialistas, não conseguiram descobrir muitos.³⁹ A principal tendência política que conseguira alguma difusão entre os biólogos (predominantemente anglo-saxões) era a eugênica neomaltusiana, que na época era considerada em certa medida de esquerda, porém na realidade era completamente estranha – se não hostil – ao socialismo marxista.

No máximo, pode-se dizer que os cientistas formados na Europa oriental, como Maria Skłodowska-Curie, e talvez os que estudaram ou trabalharam nas universidades suíças, amplamente influenciadas pela *intelligentsia* radical da Europa oriental, conheciam Marx e as discussões sobre o marxismo. O jovem Einstein, que, como se sabe, tinha se casado com uma colega iugoslava que estudava em Zurique, estava em contato com esse ambiente. No entanto, se fizermos um balanço, esses contatos entre ciências naturais e marxismo devem ser considerados relativamente biográficos e marginais, carecem de relevância histórica.

Muito diferente era a situação relativa à filosofia e, ainda mais, concernente às ciências sociais. O marxismo não podia deixar de suscitar profundas interrogações entre os filósofos e discussões entre os cientistas sociais. Onde a influência de Hegel era forte, como na Itália e na Rússia, o debate se tornou intenso. Na ausência de um vigoroso movimento marxista, os filósofos hegelianos ingleses, na maior parte concentrados em Oxford, mostraram pouco interesse por Marx, embora alguns deles se orientassem na direção de reformas sociais. A Alemanha, terra de filósofos, era, nesse período, acentuadamente não hegeliana, e não apenas em função das relações filosóficas entre He-

38. Dois artigos sobre *Socialism and Darwinism* publicados na *Neue Zeit* em 1897-1898. Veja-se também o verbete "K. Pearson" no *Dictionary of Scientific Biographies*, New York, 1974, nº 448.

39. *Neue Zeit*, 1891, nº 1, pp. 171 e seg.: "Ein Schüler Darwins als Verteidiger des Sozialismus".

gel e Marx.⁴⁰ Para discutir os temas hegelianos, a revista *Neue Zeit* teve de recorrer a estudiosos russos, como Plekhânov, na falta de social-democratas alemães que tivessem aquele tipo de experiência filosófica.

Já a importante escola neokantiana, por seu lado, não só influiu substancialmente, conforme dissemos, sobre alguns marxistas alemães (os revisionistas e os austromarxistas, por exemplo), como suscitou interesse e simpatia na social-democracia (conforme se vê claramente em Vorlaender, *Kant und der Sozialismus*, Berlim, 1900). Entre os filósofos, por conseguinte, a presença marxista é inegável.

No campo das ciências sociais, os economistas ficaram completamente hostis a Marx e o neoclassicismo marginalista das escolas dominantes (a austríaca, a anglo-escandinava e a ítalo-suíça) tinha, claramente, bem poucos pontos em comum com a economia política de Marx. Os austríacos dedicaram muito tempo a refutá-la (Menger, Böhm-Bawerk), enquanto os anglo-escandinavos se desinteressaram totalmente dela após os anos 80, quando alguns deles tinham chegado à conclusão de que a economia política de Marx estava errada.⁴¹ Isso não significa, no entanto, que a presença de Marx não fosse percebida. O expoente mais brilhante da escola austríaca, Josef Schumpeter (1883-1950), preocupado com o destino histórico do capitalismo, enfrentou desde o início da sua carreira científica o problema de encontrar uma alternativa para a interpretação marxista do desenvolvimento econômico (sobretudo em *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, 1912). Todavia, a deliberada delimitação do campo da economia acadêmica por parte das novas ortodoxias tornou difícil enfrentar os grandes problemas macro-econômicos, como os do desenvolvimento e das crises. Vale a pena observar como o interesse dos estudiosos italianos pelo socialismo (mesmo de um ponto de vista estritamente não marxista ou antimarxista) levou à demonstração – em polémica com o austríaco Mises, que sustentava o contrário – de que uma economia marxista era teoricamente possível. Pareto já afirmava que uma impossibilidade, no caso, não era teoricamente fundada, antes da publi-

40. Leia-se G. von BELOW na *Historische Zeitschrift*, 1898, nº 81, p. 241: "Os historiadores, salvo raras exceções insignificantes, repeliram o esquema evolucionista hegeliano, como aliás qualquer outro sistema dogmático rígido. Do mesmo modo, eles não mostram nenhuma simpatia pelo esquema evolucionista materialista".

41. Eles tinham inclusive contribuído a convencer os principais expoentes da Fabian Society da validade da ortodoxia econômica; por isso, a nova London School of Economics, fundada pelos fabianos nos anos 90, tornou-se uma campeã da economia ortodoxa, opondo-se também à heterodoxia não marxista.

ração do ensaio fundamental de Barone – *Il Ministro della produzione nello Stato collettivo* (1908) – que provocou um eco digno de nota no debate econômico do período que se seguiu àquele que ora examinamos.

Pode-se notar alguma influência, ou ao menos algum estímulo, exercido pelo marxismo sobre a escola (ou corrente) “institucional” da economia norte-americana, que era então bastante difundida em seu país, onde a orientação energeticamente progressista e reformista de muitos economistas levava-os a acolher favoravelmente as teorias econômicas mais críticas em face do sistema da grande empresa (R. T. Ely, a escola de Wisconsin e, sobretudo, Thorstein Veblen).

A economia como disciplina separada das outras ciências sociais quase não existia na Alemanha, onde predominava a influência da “escola histórica” e se sentia o peso do conceito de “*Staatswissenschaften*” (ciências do Estado). Por isso, o impacto do marxismo – isto é, o impacto da compacta realidade representada pela social-democracia alemã – sobre a economia não podia ser enfrentado isoladamente. Não precisamos lembrar que na Alemanha do *Kaiser Wilhelm* as ciências sociais assumiam uma orientação acentuadamente antimarxista, embora os velhos liberais, que tinham polemizado pessoalmente com Marx (Lujo Brentano, Schäffle),⁴² parecessem mais empenhados na controvérsia do que a escola de Schmoller, mais orientada no sentido prussiano. O *Schmoller's Jahrbuch* não publicou nenhum ensaio sobre Marx até 1898, ao passo que Schäffle, em sua revista *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaften*, reagiu à ascensão da social-democracia com uma série de artigos (sete, entre 1890 e 1894), antes de se calar sobre o assunto. Em geral, conforme já se observou, o interesse dedicado na Alemanha pelos estudiosos de ciências sociais ao marxismo cresceu paralelamente ao fortalecimento da social-democracia.

Na Alemanha, além de manterem distância quanto a uma ciência econômica autônoma, as ciências sociais desconfiavam também de uma sociologia especializada (considerada produto francês ou inglês) e com propensões acentuadas para a esquerda.⁴³ Na realidade, a socio-

42. Desde 1870, os dois tratavam dessa questão. Curiosamente, o livro de A. E. SCHÄFFLE, *Quintessenz des Sozialismus* (primeira edição em 1874), foi considerado uma exposição substancialmente imparcial do socialismo e foi utilizado fora da Alemanha com introdução objetiva ao tema.

43. E. GOTHEIN, “Gesellschaft und Gesellschaftswissenschaften”, em *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 1924 (2a. ed.), p. 207. Veja-se também H. BECKER e H. E. BARNES, *Social Thought from Lore to Science*, 1961 (3a. ed.), III, p. 1009: “Muitíssimos acadêmicos italianos parecem identificar a sociologia com as doutrinas do material histórico”.

logia, como disciplina autônoma, só começou a se firmar na Alemanha nos últimos anos que precederam a guerra mundial (1909). No entanto, se observarmos as obras dos sociólogos daquele tempo, constatamos que, qualquer que fosse a autocaracterização deles, a influência de Marx já era – e continuaria a ser – sensível em seus trabalhos. Gothein⁴⁴ não duvidava de que Marx e Engels – cuja contribuição às ciências sociais era mais convincente que a de Quételet e “mais lógica e coerente” que a do próprio Comte – tinham aberto o caminho mais fecundo para os estudos de ciências sociais. Em 1912, no final do período que estamos estudando, Albion Small, um dos mais respeitados sociólogos norte-americanos, avaliava desse modo o papel do marxismo:

Marx foi um dos poucos pensadores verdadeiramente grandes na história das ciências sociais... Não creio que Marx tenha acrescentado às ciências sociais uma única fórmula que seja decisiva, nos termos que ele lhe conferiu; estou igualmente convencido, porém, de que, no juízo conclusivo da história, Marx terá nas ciências sociais um lugar análogo àquele que reconhecemos a Galileu nas ciências físicas.⁴⁵

A influência do marxismo foi, sem dúvida, favorecida pelo radicalismo político de muitos sociólogos que, marxistas ou não, estavam próximos dos movimentos social-democráticos, conforme aconteceu na Bélgica. Leon Winiarski – cujas teorias, hoje esquecidas, dificilmente poderiam ser definidas de algum modo como marxistas – publicou na *Neue Zeit* (1891, nº1) um ensaio sobre o socialismo na Polônia russa. A influência direta que Marx exerceu sobre estudiosos não marxistas pode ser ilustrada pelo fato de se acharem entre os fundadores da sociedade alemã de sociologia nomes como os de Max Weber, Ernst Troeltsch, Georg Simmel e Ferdinand Tönnies, a propósito de quem já se disse: “parece claro que a resoluta exposição feita por Marx dos aspectos mais negativos da concorrência exerceu uma influência ... só excedida pela de Thomas Hobbes”.⁴⁶ A revista de Weber, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, foi talvez a única publicação alemã de ciências sociais aberta à colaboração de escritores próximos ao socialismo, influenciados por ele ou inclinados a dar-lhe apoio.

Não há muito que dizer sobre a eclética mistura de marxismo e positivismo, nem sobre a polêmica antimarxista desenvolvida pela so-

44. GOTHEIN, *Handwörterbuch*

45. A. SMALL, “Socialism in the light of social science”, em *American Journal of Sociology*, maio de 1912, pp. 809-810.

46. BECKLER-BARNES, *Social Thought*, cit., p. 889. Também F. TÖNNIES, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, 1926, pp. 55, 80-81, 163 e 249.

ciologia italiana, russa, polonesa e austríaca; digamos apenas que tudo isso era uma prova da presença de Marx. Ainda teríamos menos a dizer a respeito de países culturalmente mais afastados e nos quais sociologia e marxismo eram praticamente sinônimos, como se verificava entre os poucos estudiosos sérvios. Mencione-se, contudo, a fraqueza notável, se bem que não surpreendente, da presença marxista na França. Embora os ambientes da sociologia francesa, fortemente republicanos e "dreyfusards", tendessem à esquerda, e muitos colaboradores jovens da revista *Année sociologique* tenham se tornado socialistas, uma certa influência marxista (bastante discutível) só poderia ser reconhecida – e mesmo assim, depois de 1914 – no caso de Halbwachs (1877-1945).

Tanto se fizemos uma leitura retrospectiva da história intelectual dos cientistas que vieram a ser reconhecidos como os pais da sociologia moderna, como se nos limitarmos a examinar a sociologia mais influente dos últimos vinte anos do século passado (Gumplowicz, Ratzenhofer, Winiarski, etc.), em ambos os casos constataremos a presença marcada, indiscutível, do marxismo. O mesmo se pode dizer quanto ao que hoje chamamos de ciência política. A teoria política tradicional do "Estado", desenvolvida nesse período especialmente por filósofos e juristas, não era, certamente, marxista; no entanto, conforme já tivemos ocasião de dizer, o desafio filosófico lançado pelo materialismo histórico era imperioso, foi reconhecido como tal e suscitou numerosas respostas. A investigação concreta do modo como a política se realizava na prática e as pesquisas realizadas em novos campos de estudo, como os movimentos sociais e os partidos políticos, estava destinada a sofrer mais diretamente a influência das concepções de Marx. Não queremos dizer, certamente, que os teóricos deviam necessariamente recorrer a Marx para explicar os mecanismos que atuavam no período em que o nascimento da democracia política e dos partidos populares de massa transformava numa questão de aguda relevância prática a luta de classes e a direção política das massas (ou a resistência das massas a tal direção). Ostrogorski (1854-1919), por exemplo, caso excepcional para um russo, não mostra nenhum sinal de influência de Marx. Também não se vê influência de Marx num Tocqueville, num Bagehot ou num Bryce. Mas a doutrina de Gumplowicz, segundo a qual o Estado é sempre o instrumento pelo qual uma minoria domina a maioria, teoria que talvez tenha tido alguma influência sobre Pareto e Mosca, é, de algum modo, uma teoria derivada de Marx. No caso de Sorel e Michels, a presença de Marx também está fora de discussão. Não há muito mais a ser dito sobre esse campo de estudos, que na época era bem mais restrito do que seria, com os ulteriores desenvolvimentos que teve.

Se a sociologia foi inegavelmente influenciada por Marx, a historiografia acadêmica oficial, ao contrário, especialmente nos países ocidentais, empenhou toda a sua força em proteger-se contra incursões marxistas. Tratava-se de uma defesa não só contra a social-democracia e a revolução como contra as ciências sociais, em geral. Ela negava as "leis" históricas, negava o primado de forças diversas das da política e das idéias, negava a evolução através de uma série de estágios predeterminados e punha em dúvida a legitimidade de qualquer generalização histórica. "O problema de fundo" – afirmava o jovem Otto Hinze – "é sempre a antiga e controvertida questão relativa à possibilidade de que os 'fenômenos históricos' tenham uma regularidade de leis".⁴⁷ Ou, conforme se dizia, em termos menos prudentes, numa resenha sobre um livro de Labriola: "a história não é e não pode ser senão uma disciplina descritiva".⁴⁸

Portanto, o inimigo não era só Marx, mas qualquer invasão das ciências sociais no campo histórico. Nos áperos debates que se travaram na Alemanha em meados dos anos 90, e que tiveram alguma repercussão internacional, o adversário a ser derrotado não era Marx: eram as teorias de Karl Lamprecht, a historiografia que se inspirava em Comte, ou, com evidente tom de suspeição, qualquer história econômica (tanto as que tendessem a explicar a história política a partir da evolução sócio-econômica como, afinal, quaisquer outras).⁴⁹ Mas, ao menos na Alemanha, podia-se perceber que o marxismo estava muito presente nas preocupações dos que criticavam a historiografia "coletivista", na medida em que se baseava essencialmente numa "concepção materialista da história".⁵⁰ Por seu lado, Lamprecht (apoiado por historiadores mais jovens, como R. Ehrenberg, cuja obra *Zeitalter der Fugger* foi submetida a ataques análogos), afirmava que o acusavam de "materialismo" apenas para poderem identificá-lo com o marxismo. Como a *Neue Zeit*, embora o criticasse, asseverava que ele

47. "Über individuelle und kollektivistische Geschichtsauffassung", *Historische Zeitschrift*, 1897, nº 78, p. 60.

48. *Historische Zeitschrift*, 1890, nº 64, p. 258.

49. Veja-se a nota sobre o positivista Breysig em *Historische Zeitschrift*, 1897, nº 78, p. 522. Também G. von BELOW, na mesma revista, 1891, nº 65, p. 294.

50. "Die neue historische Methode", *Historische Zeitschrift*, 1898, nº 81, pp. 265-266: Lamprecht "recusou solenemente a acusação de materialismo. É verdade que ele não é marxista, mas ninguém o acusou de sê-lo. Sua concepção da história, contudo, é materialista. Certamente, ele não atribui motivações econômicas a tudo, porém os marxistas também não afirmam que as causas econômicas produzam em tudo efeitos imediatos: muitas vezes eles admitem que os motivos imediatos sejam políticos ou religiosos".

"tinha se aproximado do materialismo histórico" mais do que qualquer outro historiador burguês, Lamprecht não conseguiu convencer seus colegas antimarxistas de que as suspeitas deles eram infundadas: os colegas concluíram que "talvez ele tenha aprendido com Marx mais do que os discípulos deste gostariam de admitir."⁵¹

Seria estreito enxergar influências marxistas apenas entre os poucos historiadores declaradamente marxistas, sobretudo considerando que alguns deles seriam deixados de lado como propagandistas que, no plano historiográfico, seriam pouco qualificados.⁵² As influências do marxismo devem ser buscadas, como no campo da sociologia, nos autores que passavam a enfrentar as mesmas questões que Marx, ainda que não optassem pelas mesmas soluções; quer dizer, devem ser buscadas entre os historiadores que procuravam integrar o campo da história narrativa, política, institucional e cultural no quadro mais amplo das transformações sociais e econômicas. Alguns deles eram historiadores acadêmicos ortodoxos, embora a influência de Lamprecht apareça claramente no belga Henri Pirenne, bastante distanciado de qualquer forma de socialismo,⁵³ que assumiu abertamente a defesa de Lamprecht na *Revue Historique* (1897).⁵⁴

A história econômica e social – profundamente diversa da historiografia tradicional – era o campo mais receptivo; e os historiadores mais jovens, pouco simpáticos ao árido conservadorismo dominante, começaram a se sentir mais à vontade nessa área de especialização. Na Alemanha, conforme já vimos, a primeira revista de história econômica e social se deveu a uma iniciativa de estudiosos marxistas (predomi-

51. BELOW, *HZ*, 1891, nº 65, p. 65, p. 262. Sobre as influências marxistas em Lamprecht, leia-se também L. LOCLÈRE, "La théorie historique de M. Karl Lamprecht" na *Revue de l'Université de Bruxelles*, 1899, pp. 575-599.

52. Para a crítica a Kautsky, ver *Historische Zeitschrift*, 1897, nº 79, p. 305. As obras marxistas mais sérias, no entanto, não se deixavam descartar assim tão facilmente. O jurista Jellinek elogiou as pesquisas pioneiras de Bernstein sobre os *Levellers* e sobre os *Diggers*, movimentos igualitaristas da época da revolução inglesa do Séc. XVII. E Robert Pöhlmann, muito hostil ao socialismo moderno e ao comunismo, não pôde deixar de exprimir seu respeito por *Il tramonto della schiavitù nel mondo antico* (O ocaso da escravidão no mundo antigo), de E. CICCOTTI (1895), admitindo a contribuição dada pelo marxismo a esse trabalho e reconhecendo que estudos daquele tipo faziam progredir o conhecimento da antiguidade (*Historische Zeitschrift*, 1899, nº 82, p. 110). Pöhlmann escreveu muito sobre o socialismo e sobre o comunismo; ele parece não ter conhecido o marxismo até 1893, mas em 1897 já o conhecia certamente bastante.

53. BRYCE LYON, *Henry Pirenne*, Gand, 1974, pp. 128 e seg.

54. H. PIRENNE, "Une polémique historique en Allemagne", em *Revue Historique*, 1897, nº 2, pp. 56-57.

nantemente austríacos). Na Inglaterra, George Unwin, o mais brilhante pesquisador de história econômica dessa geração, conquanto se dispusesse a refutar Marx, estava convencido de que "Marx procurava chegar ao tipo correto de história. Os historiadores ortodoxos ignoram todos os fatores mais significativos do desenvolvimento da humanidade".⁵⁵ Também não devemos subestimar a influência exercida pelos historiadores russos, profundamente impregnados de marxismo populista: Kareiev e Louchitski, na França; e Vinográdov, na Inglaterra.

Por fim, o marxismo se inseria numa tendência geral a integrar a história nas ciências sociais, na disposição a salientar o papel fundamental dos fatores sociais e econômicos também nos acontecimentos políticos e intelectuais.⁵⁶ A partir do momento em que o marxismo era reconhecido na prática como a teoria mais ampla, eficaz e coerente a operar nessa direção, sua influência não podia deixar de crescer, ainda que não fosse possível distingui-lo nitidamente das demais teorias. Exatamente porque Marx proporcionava para a ciência da sociedade uma base mais séria que a elaborada por Comte (entre outras coisas porque abrangia uma sociologia do conhecimento que já exercia "uma grande influência, embora subterrânea" sobre autores não marxistas, como Max Weber), alguns observadores mais agudos perceberam que o verdadeiro desafio à historiografia tradicional não vinha, digamos, de um Lamprecht, mas de Marx mesmo.

Nem sempre é possível determinar ou definir a efetiva influência do marxismo sobre o pensamento não marxista. Há uma vasta zona cinzenta na qual essa influência era inegável e crescente, mesmo quando era negada por razões políticas tanto pelos marxistas como pelos não marxistas. Pode-se indagar se aqueles que resenhavam Labriola na *Historische Zeitschrift* concordavam com o ponto de vista marxista quando sustentavam que o ensaísta italiano "se aproximava das concepções da historiografia burguesa mais do que outros expoentes mais jovens da teoria socialista", ou diziam que ele, "como é notório, é a expressão de um materialismo moderado".⁵⁷ Parece evidente que eles não pensavam em nenhuma convergência desse tipo, já que recusavam tanto Labriola como Marx. No entanto, é exatamente nessa zona cinzenta – na qual os não marxistas admitiam que não podiam estar em

55. Vejam-se os *Studies in Economic History*, editados por R. H. Tawney em Londres, 1927.

56. HOBBSBAWN, "Karl Marx's Contribution to Historiography", revista *Diogenes*, 1968, nº 64.

57. E. KLEBS, *Historische Zeitschrift*, 1899, nº 82; A. VIERKANDT, *HZ*, 1900, nº 84.

total desacordo com os marxistas – que deve ser localizada a maior parte da influência marxista sobre os estudiosos não marxistas e sobre a cultura não marxista, em geral. Se no momento da morte de Marx essa influência era muito escassa, principalmente porque Marx era pouco conhecido e pouco lido fora dos círculos da *intelligentsia* da Europa oriental, por volta de 1914 ela já tinha se tornado bastante grande. Em vastas regiões da Europa, eram poucas as pessoas cultas que ignoravam sua existência; e alguns aspectos da sua teoria já tinham se tornado de domínio público.

6. O marxismo e as vanguardas culturais

Falta-nos abordar o problema, ainda mais geral, das relações entre o marxismo e as artes, particularmente com as vanguardas culturais, que exatamente nesse período desempenhavam um papel de importância crescente. Entre os dois fenômenos não há nenhuma conexão necessária ou lógica, na medida em que a tese de que o que é revolucionário em arte deve sê-lo também na política se baseia num quiproquó semântico. Por outro lado há, ou havia, com frequência, uma relação existencial, pois tanto os social-democratas como as vanguardas artísticas e culturais se achavam de algum modo marginalizados, contestando a ortodoxia burguesa ou sendo repelidos por ela; e isso para não falar dos jovens e, muito frequentemente, das condições de relativa pobreza de muitos expoentes da vanguarda e da chamada *bohème* artística. Tanto os social-democratas como as vanguardas eram, em certa medida, obrigados a uma coexistência não reciprocamente apreciada entre eles e deles com outros dissidentes da moral e do sistema de valores da sociedade burguesa. Os movimentos políticos minoritários revolucionários ou “progressistas” atraíam não só as habituais franjas da heterodoxia cultural e os experimentadores de modos de vida alternativos (vegetarianos, espiritualistas, teósofos, etc.), como também mulheres independentes e emancipadas, que desafiavam os conformismos sexuais, bem como jovens de ambos os sexos que não haviam encontrado seu caminho na sociedade burguesa, os rebeldes que se sentiam excluídos ou desejavam exprimir sua revolta da maneira mais ostensiva. Em suma, as heterodoxias se superpunham. São todos ambientes familiares aos historiadores da cultura; o pequeno movimento socialista britânico dos anos 80 oferece numerosos exemplos dessa superposição. Eleonor Marx não era só uma militante marxista como era também uma mulher livre, empenhada numa atividade profissional, repelia a convenção do casamento, traduzia Ibsen e atuava como atriz diletante. Bernard Shaw era um militante

socialista de orientação marxista, escritor autodidata, feroz adversário dos conformistas, crítico musical e teatral, defensor da vanguarda artística e cultural (Wagner, Ibsen). O movimento de vanguarda *Arts-and-crafts* (artes e ofícios), entre cujos expoentes se contavam William Morris e Walter Crane, sentiu-se atraído pelo socialismo (marxista); no mesmo ambiente se moviam as vanguardas da liberação sexual, o homossexual Edward Carpenter e o campeão da liberação sexual em geral, Havelock Ellis. Oscar Wilde, embora a ação política não fosse o seu campo, foi fortemente atraído pelo socialismo e escreveu um livro sobre o assunto.

Felizmente para essa coexistência das vanguardas com o marxismo, Marx e Engels tinham escrito bem pouco especificamente sobre a arte e publicado ainda menos. Os primeiros marxistas, por conseguinte, não se prendiam em sua orientação a uma doutrina rígida. Marx e Engels não tinham mostrado nenhuma simpatia pelas vanguardas posteriores aos anos 40. Ao mesmo tempo, a ausência nos clássicos de um corpo doutrinário estético compelia os marxistas a criá-lo. Os critérios mais óbvios na arte de então que a social-democracia podia aceitar (nunca houve dúvida quanto à aceitação da arte clássica) eram a representação da realidade da sociedade capitalista de modo francamente crítico, a preferência por uma atenção particular aos trabalhadores e, melhor ainda, quando cabia, a expressão da adesão às lutas deles. Isso não implicava necessariamente propensão pela vanguarda: escritores e pintores tradicionais, consagrados, podiam facilmente ampliar o campo de seus temas ou de suas simpatias sociais. De fato, na pintura, foi possível se observar uma guinada para a ilustração de cenas da vida industrial, representação de operários e camponeses, às vezes cenas de lutas proletárias (como em *Greve*, de H. Herkomer). Em geral, eram artistas moderadamente progressistas, afastados da vanguarda (Liebermann, Leibl). Mas esses fenômenos não requerem, aqui, uma discussão especial.

Esse tipo de estética socialista não colocava problemas especiais para as relações entre o marxismo e as vanguardas nas duas últimas décadas do Séc. XIX. Era uma época dominada, ao menos no que concerne à literatura narrativa, por escritores realistas com fortes interesses sociais e políticos (ou que podiam ser considerados como tais). Alguns deles eram cada vez mais influenciados pela ascensão do movimento operário, interessavam-se crescentemente pelos problemas específicos dos trabalhadores. Os marxistas não tiveram dificuldade no acolhimento favorável, em tais bases, dos grandes romancistas russos (cuja descoberta no Ocidente se deve em ampla medida aos "progressistas"), dos dramas de Ibsen e de outros produtos da literatura escan-

dinava (Hamsun e Strindberg, embora a inclusão do nome deste último hoje possa parecer surpreendente), mas sobretudo dos escritores da escola que foi definida como “naturalista”, que se haviam ocupado aberta e vigorosamente dos aspectos negativos da realidade capitalista e aos quais os artistas tradicionais pareciam dar as costas (Zola e Maupassant, na França; Hauptmann e Sudermann, na Alemanha; Verga, na Itália). O fato de que tantos “naturalistas” fossem, de fato, propagandistas políticos e sociais, e o fato de que alguns, como Hauptmann, se aproximassem da social-democracia⁵⁸ facilitavam, evidentemente, a aceitação dessa “escola” pelos marxistas. Naturalmente, os ideólogos do marxismo estavam muito atentos para a distinção entre a séria consciência socialista e o mero comprazimento ante a morbidez. Mehring, escrevendo sobre o naturalismo por volta de 1892-1893, acolheu-o favoravelmente, considerando-o um sinal de que “a arte começa a sentir o capitalismo em seu próprio corpo”. Traçou, então, entre o naturalismo e o impressionismo, um paralelo que na época seguramente era menos singular do que pode nos parecer hoje.

Desse modo, com efeito, podemos facilmente explicar o prazer (de outro modo inexplicável) que os impressionistas... e os naturalistas extraem de todos os subprodutos mais imundos da sociedade capitalista; elas vivem e trabalham em meio a essa imundície e, movidos por um instinto obscuro, não poderiam exprimir um protesto mais enérgico e mais capaz de fustigar aqueles que os atormentam.⁵⁹

Mas esse – acrescentava – era no máximo o primeiro passo na direção de uma “verdadeira arte”. Todavia, a *Neue Zeit*, aberta à colaboração dos “modernos”,⁶⁰ resenhava ou publicava escritos de Hauptmann, Maupassant, Korolenko, Dostoiévski, Strindberg, Hamsun, Zola, Ibsen, Bjornson, Tolstoi e Górkí. O próprio Mehring admitia que o naturalismo alemão se orientava na direção da social-democracia, embora acreditasse que “os naturalistas burgueses tenham uma mentalidade tão socialista como os socialistas feudais tinham uma mentalidade burguesa; nem mais, nem menos”.⁶¹

Outro ponto de contato significativo era aquele que existia entre o marxismo e as artes figurativas. Certo número de artistas com cons-

58. Os dramas de HAUPTMANN, *Die Weber* (Os Tecelões) e *Florian Geyer* eram francamente engajados no plano sócio-político e foram muito apreciados exatamente como tais.

59. *Gesammelte Schriften und Aufsätze*, Berlim, 1930, vol. 2, p. 107.

60. Veja-se *Was wollen die Modernen, von einem Modernen*, 1893-1894.

61. MEHRING, *op. cit.*, p. 298.

ciência social descobriram a classe operária como tema e foram, assim, atraídos pelo movimento operário. Neste, como em outros campos da vanguarda cultural, foi particularmente importante o papel dos *países baixos*, seja pela situação deles de cruzamento das influências francesas, inglesas e, de certo modo, alemãs, seja – no que concerne à Bélgica – pela presença de uma classe operária especialmente explorada e oprimida. Como já se disse, o papel desses países na cultura internacional foi central, nessa época (bem mais destacado que no século precedente): sem a contribuição deles não se pode compreender nem o simbolismo, nem a *art nouveau* (ou, mais tarde, a arquitetura moderna), nem a pintura de vanguarda que se seguiu à dos impressionistas. Nos anos 80, o belga Constantin Meunier (1831-1905), integrante de um grupo de artistas próximos ao partido operário belga, abriu caminho para aquela que depois se tornaria a “iconografia operária” tradicional: trabalhadores musculosos de peito nu, mães e mulheres proletárias marcadas pelo sofrimento (as explorações de Van Gogh no mundo dos pobres só foram conhecidas mais tarde). Os críticos marxistas, como Plekhânov, observaram com a habitual cautela essa ampliação dos temas pictóricos ao mundo das vítimas do capitalismo, mesmo quando essa tendência ia além da mera documentação ou da expressão de uma comisseração social. Mas o fato é que esses artistas, interessados antes de mais nada por seus temas, representaram uma ponte entre o mundo deles e os ambientes nos quais se discutia o marxismo.

Um vínculo mais eficaz e direto com o socialismo se estabeleceu através das artes aplicadas e decorativas. Tratava-se de uma ligação imediata e consciente, sobretudo no movimento inglês *Arts-and-crafts*, cujo maior expoente, William Morris (1834-1896), se tornou marxista à sua maneira e deu notável contribuição teórica e prática à transformação social da arte. Esse conjunto de tendências artísticas tomava como ponto de partida não o artista individual e isolado, mas o artesão; e expressava seu protesto contra a redução pela indústria capitalista do operário-artesão criativo a mero “executor”; seu objetivo principal não era a produção de obras de arte individuais, idealmente criadas para serem contempladas no isolamento, mas o quadro inteiro da vida cotidiana, como aldeias, cidades e casas de moradia. Acontece, porém, que, por razões econômicas, o mercado principal de seus produtos acabou por ser o da burguesia culturalmente mais curiosa e o dos profissionais: um destino análogo àquele que tinham e continuaram a ter, em seguida, os que pretendiam fazer um “teatro popular”.⁶²

62 Por idênticas razões, nunca se conseguiu desenvolver uma ópera “popular”, apesar de algumas tentativas feitas nessa direção: o compositor operístico “revolucioná-

Na realidade, o movimento *Arts-and-crafts* e o ulterior desenvolvimento que ele teve na *art nouveau* abriram caminho para aquele que viria a tornar-se o primeiro estilo de vida burguês confortável no século XIX: "vilas" e "cottages" suburbanos ou semi-rurais (um estilo que, em versões variadas, foi favoravelmente acolhido por comunidades burguesas de recente extração e matrizes provincianas, desejosas de dar expressão a uma identidade cultural própria, de Bruxelas a Barcelona, de Glasgow a Praga, passando por Helsinque). Também é verdade que as ambições sociais dos artistas-artesãos e dos arquitetos dessa vanguarda não se limitaram a satisfazer as exigências das classes médias e deram impulso a tendências fecundas na arquitetura moderna e na planificação urbanística, nas quais o elemento utópico-social é evidente. E muitas vezes esses pioneiros do "movimento modernista", como W. R. Lethaby (1857-1931), Patrick Geddes e os criadores das cidades-jardins, provinham dos ambientes socialistas e progressistas ingleses. Também na Europa continental, os expoentes desse movimento eram muito ligados à social-democracia: Victor Horta (1861-1947), o grande arquiteto da *art nouveau* belga, projetou a "Maison du Peuple" de Bruxelas (1897), em cuja "seção artística" H. Van de Velde – que mais tarde se tornou uma figura chave para o desenvolvimento do movimento moderno na Alemanha – fez uma conferência sobre William Morris. H. T. Berlage (1856-1934), socialista e pioneiro da arquitetura moderna holandesa, projetou a sede do sindicato dos lapidadores de diamantes em Amsterdam (1899).

O fato essencial é que naquele momento convergiam a nova política e a novidade nas artes. Mas talvez ainda seja mais significativo o fato de que o núcleo de artistas que deram início ao movimento (na maioria ingleses) e promoveram essa revolução nas artes aplicadas não só sofreu influência direta do marxismo (como se vê em William Morris) como – com Walter Crane – forneceu ao movimento social-democrático boa parte do vocabulário iconográfico corrente no plano internacional. William Morris, por seu lado, havia elaborado uma aguda análise das relações entre arte e sociedade, de um ângulo que ele considerava marxista, embora possamos enxergar nele a influência dos pré-rafaelitas e de Ruskin. É bastante estranho, contudo, que o pensamento ortodoxo marxista sobre a arte tenha ficado completamente impermeável a esses desenvolvimentos. Os escritos de William Morris,

rio" Gustave Charpentier imaginou uma heroína de ópera pertencente à classe operária (*Louise*, 1900) e alguns elementos de "verismo" podem ser encontrados em certas óperas desse período, como a *Cavalleria rusticana* (Mascagni).

até hoje, ainda não conseguiram espaço nos grandes debates marxistas sobre a arte (se bem que, nestes últimos tempos, começaram a ser melhor conhecidos e a encontrar válidos apoios no campo marxista).⁶³

Vínculos tão manifestos não existiram, nos anos 80 e 90, entre o marxismo e outro importante grupo de vanguarda, aquele que podemos designar aproximativamente como simbolista (ainda que muitos poetas simbolistas tenham tido simpatias revolucionárias ou socialistas). Os simbolistas franceses, como muitos dos novos pintores desse período, no começo dos anos 90, tendiam freqüentemente para o anarquismo (ao passo que os velhos impressionistas eram tendencialmente apolíticos, salvo exceções isoladas, como Pissaro). Presumivelmente, isso não acontecia em função de objeções de princípio contra Marx (já que "a maior parte dos jovens poetas" que se tinham convertido "às doutrinas da revolta, fossem elas as de Bakunin ou as de Marx"⁶⁴, teria com certeza seguido qualquer promissora bandeira de rebelião); acontecia porque os dirigentes socialistas franceses, até o aparecimento de Jaurès, não conseguiram despertar suas simpatias. O filisteísmo pedante dos guesdistas, em especial, dificilmente poderia tê-los atraído. E os anarquistas, por seu lado, não só mostravam um interesse bem maior pela arte como tiveram, entre seus primeiros militantes, pintores e críticos de valor, como Félix Fénéon.⁶⁵

Na Bélgica, no entanto, o partido operário atraiu os simbolistas, quer porque nele militavam também rebeldes de inclinações meio anarquistas, quer porque no seu grupo dirigente, proveniente da classe média culta, se achavam homens explicita e ativamente interessados pela arte. Jules Destrée escreveu sobre o socialismo e a arte, e publicou um catálogo das litografias de Odilon Redon; Vandervelde freqüentava poetas. Maeterlink permaneceu no partido até 1914. Verhaeren chegou a tornar-se quase o poeta oficial dele. Os pintores Eekhoud e Khnopff trabalharam na "Maison du Peuple". Na verdade, o simbo-

63. I. P. THOMPSON, *William Morris. Romantic to Revolutionary*, Londres, 1955 (nova edição em 1977); P. MEIER, *La pensée utopique de William Morris*, Paris, 1972.

64. Stuart Merrill, citado em E. W. HERBERT, *The Artist and Social Reform in France and Belgium, 1855-1898*, New Haven, 1961, p. 100, nota.

65. Entre os assinantes da revista anarquista *La Révolte*, em 1894, encontramos Alfonse Daudet, Anatole France, Huysmans, Lecomte de Lisle, Mallarmé, Loti e os expoentes do teatro de vanguarda, Antoine e Eugène-Poe. Nenhuma revista socialista da época podia se orgulhar de ter entre seus leitores uma constelação análoga de personalidades. Contudo, um velho anarquista como o poeta Gustave Kahn era um grande admirador de Marx, favorável à unidade de todos os homens de esquerda (HERBERT, *The Artist and Social Reform*, p. 110).

ismo florescia em países nos quais não existiam teóricos marxistas (como Plekhânov) prontos a condená-lo; as relações entre a revolta artística e a revolta política eram, assim, bastante cordiais.

Até o final do século, vê-se que houve um vasto terreno comum tanto às vanguardas culturais e às expressões artísticas das minorias rebeldes como à social-democracia, cada vez mais influenciada pelo marxismo. Os intelectuais socialistas que se haviam tornado dirigentes dos novos partidos eram jovens e se mantinham em contato com os gostos da vanguarda: mesmo os mais antigos, como Victor Adler (1852) e Karl Kautsky (1854), tinham menos de 40 anos em 1890. Adler, freqüentador do café Griensteidl, centro de artistas e intelectuais em Viena, não só cultivava apaixonadamente a literatura e a música clássica como era uma grande admirador de Wagner (como Plekhânov e Bernard Shaw, ele enxergava em Wagner implicações "socialistas" e revolucionárias, muito mais do que se costuma enxergar hoje), admirava entusiasticamente também o seu amigo Gustav Mahler e foi um dos primeiros a dar caloroso apoio a Bruckner; como quase todos os socialistas da sua geração, admirava Ibsen e Dostoiévski e se emocionava profundamente com a poesia de Verhaeren, de quem traduziu a obra lírica.⁶⁶

Boa parte dos "naturalistas", dos simbolistas, e muitos expoentes de outras escolas de vanguarda da época se aproximaram do movimento operário e (excetuada a França) da social-democracia. Tais simpatias, contudo, nem sempre duravam muito: o escritor austríaco Hermann Bahr, que assumia a condição de portavoz dos "modernos", afastou-se do marxismo no final dos anos 80, ao passo que o grande "naturalista" Hauptmann evoluiu na direção do simbolismo, corroborando as reservas teóricas dos críticos marxistas. Também a cisão de socialistas e anarquistas produziu seus efeitos, já que alguns artistas (em especial no campo das artes figurativas) sempre se tinham sentido atraídos pela rebeldia pura dos anarquistas. Todavia, os "modernos" continuaram a se sentir à vontade nos ambientes próximos do movimento operário; e os marxistas – ao menos os que eram homens de cultura, – nos ambientes dos "modernos".

Por razões que ainda não foram suficientemente esclarecidas, esses vínculos se romperam, num certo período. Podemos formular algumas hipóteses quanto aos motivos. Em primeiro lugar, conforme ficou demonstrado pela "crise no marxismo" (final dos anos 90), era

impossível manter a convicção de que o capitalismo na Europa ocidental estivesse à beira do colapso e o movimento socialista às vésperas do triunfo revolucionário. Intelectuais e artistas que tinham sofrido a atração de um movimento operário genérico, vagamente definido pela atmosfera de grandes esperanças, de confiança e também de expectativas utópicas que ele alimentava, passavam a se achar em face de um movimento incerto quanto às suas próprias perspectivas futuras e dilacerado por contrastes internos cada vez mais marcados pelo sectarismo. Análoga fragmentação ideológica estava presente, igualmente, na Europa oriental: uma coisa era simpatizar com um movimento no qual todas as correntes pareciam convergir numa direção geral marxista, como aconteceu no princípio dos anos 90 (ou, no socialismo polonês, antes da divisão entre nacionalistas e antinacionalistas); outra coisa era ser obrigado a escolher entre grupos rivais e reciprocamente hostis de revolucionários e ex-revolucionários.

No Ocidente, além disso, os novos movimentos se tornaram cada vez mais institucionalizados, mergulhados numa política cotidiana, bem pouco fascinante aos olhos dos artistas e dos escritores; numa política que se traduzia em práticas reformistas e deixava a perspectiva da revolução futura entregue a alguma versão da fatalidade histórica. E, com freqüência, os partidos de massa institucionalizados, desenvolvendo seu próprio universo cultural, eram sempre menos propensos a favorecer expressões artísticas que o público operário dificilmente compreenderia ou aprovaria. É verdade que os associados das bibliotecas operárias alemãs tendiam cada vez mais a trocar os livros políticos pela literatura narrativa de ficção; mas também liam menos poesia e literatura clássica e o escritor mais popular entre eles era um certo Friedrich Gerstaecker, autor de aventuras folhetinescas, muito distanciado das vanguardas.⁶⁷ Não surpreende que, em Viena, Karl Kraus, que por sua própria orientação de dissidente no plano da cultura e no da política tinha se aproximado inicialmente da social-democracia, se afastasse dela na primeira década do nosso século. Ele criticava os social-democratas por não promoverem com suficiente seriedade uma elevação do nível cultural dos operários e não foi favorável à grande campanha pelo sufrágio universal, lançada pelo partido (e que, afinal, teve êxito).⁶⁸

67 H. J. STEINBERG, *Sozialismus und deutsche Sozialdemokratie*, Hannover, 1967, pp. 132-135.

68 CAROLINE KOHN, *Karl Kraus*, Stuttgart, 1966, pp. 65-66.

A esquerda revolucionária da social-democracia, que no começo era relativamente marginal no Ocidente, e as tendências sindicalistas-revolucionárias ou anarquistas pareciam se encontrar, então, em melhores condições para atrair a vanguarda cultural de orientação radical. Depois de 1900, os anarquistas, em particular, achavam sua base social (salvo em alguns países latinos) em círculos de *bohémiens*, em grupos de trabalhadores autodidatas, em áreas do subproletariado, em suma, nas diversas Montmartres do mundo ocidental: um ambiente que se reconhecia na subcultura daqueles que recusavam tanto o modo de vida "burguês" como os movimentos de massa organizados, inassimiláveis quer por estes quer por aquele.⁶⁹ Mas essa revolta individualista e antinômica não se contrapunha à revolução social. Frequentemente ela só esperava uma ocasião para poder ligar-se a um movimento insurrecional e revolucionário; e efetivamente se mobilizou em massa, depois, contra a guerra e a favor da revolução russa. O soviete de Munique, em 1919, foi talvez o momento de maior afirmação política para esses grupos. No entanto, na realidade como na teoria, eles tinham dado as costas ao marxismo: Nietzsche, um pensador que, por razões óbvias, era profundamente malquisto pelos marxistas e demais social-democratas (apesar de seu ódio pelo "burguês"), tornou-se um *guru* característico dos anarquistas e rebeldes anarcóides, como também do dissenso cultural da classe média apolítica.

Por outro lado, o próprio radicalismo cultural dos desenvolvimentos da vanguarda no início do século afastava-a do movimento operário, cujos membros permaneciam tradicionais em seus gostos, apegados às linguagens bem conhecidas e aos códigos simbólicos de comunicação que exprimiam os conteúdos das obras de arte. As vanguardas dos últimos vinte ou vinte e cinco anos do século passado ainda não tinham rompido com essas linguagens, mesmo quando as sacudiam: com um pequeno esforço de adaptação, era perfeitamente possível "entender" aproximativamente Wagner, os impressionistas e até muitos simbolistas. A partir do início do Séc. XX, porém (e talvez o Salão de Outono de 1905 em Paris assinala o ponto de ruptura nas artes figurativas), a situação mudou.

Os dirigentes socialistas – inclusive os da última geração, nascida depois de 1870 – não conseguiam mais manter-se em contato com a vanguarda. Rosa Luxemburgo precisou se defender da acusação de

69. Para o anarquismo austro-alemão, veja-se G. BOTZ, G. BRANDSTETTER e M. POLLAK, *Im Schatten der Arbeiterbewegung* (À sombra do movimento operário), Viena, 1977, pp. 83-85.

não apreciar os “escritores modernos”; embora fosse bem próxima da vanguarda nos anos 90 (por exemplo, dos poetas naturalistas alemães), confessou que não compreendia Hofmannsthal e que nunca tinha ouvido falar de Stefan George.⁷⁰ Mesmo Trótski, que se orgulhava de manter-se em íntimo contato com as novas modas culturais (em 1908 ele escreveu uma ampla análise de Frank Wedekind para a *Neue Zeit* e fez resenhas de algumas exposições de arte), parecia – excetuada a literatura russa – não ter muita familiaridade com aquilo que os jovens mais “avançados” considerariam vanguarda entre 1905 e 1914. Tal como Rosa Luxemburgo, ele sublinhava e desaprovava o extremo subjetivismo das vanguardas; a capacidade delas, para usar palavras de Rosa, de exprimir um “estado de alma” e nada mais que isso (“e não é possível formar seres humanos com estados de alma”).⁷¹ Diferentemente de Rosa Luxemburgo, no entanto, ele se dispôs a elaborar uma interpretação marxista das novas tendências de revolta subjetiva e da “lógica puramente estética”, segundo a qual “a revolta contra o academismo se transformou naturalmente em revolta da forma artística contra o conteúdo, como fato indiferente”.⁷² Trótski atribuía o fenômeno à novidade da existência nos enormes aglomerados urbanos modernos e, mais especificamente, considerava-o expressão dessa experiência por parte dos intelectuais que viviam nas modernas Babilônias. Sem dúvida, tanto Rosa Luxemburgo como Trótski pagavam tributo aos preconceitos sociais particularmente fortes da teoria estética russa, mas em última análise refletiam uma posição geral dos marxistas, quer ocidentais, quer orientais. Havia socialistas que se interessavam em particular pelas artes e queriam estar a par das tendências mais recentes, chegando a desenvolver certo gosto por algumas das inovações, no plano individual, como pessoas; porém a questão era: em que medida tais interesses podiam vincular-se às convicções e atividades dos socialistas como tais?

Não era só uma questão de idade (se bem que poucos entre os nomes consagrados da Internacional tivessem menos de 30 anos em 1910; e muitos eram homens de meia idade). O que os marxistas, compreensivelmente, não conseguiam apreciar era aquilo que eles consideravam uma fuga (e não um avanço, como proclamado pela vanguarda) no ex-

70. R. LUXEMBURG, *J'étais, je suis, je serai. Correspondance, 1914-19*. Paris, 1977, pp. 306-307.

71. *Idem*, *ibidem*, p. 307.

72. I. TROTSKY, *Literatura e rivoluzione*, Torino, 1973, p. 467. Há edição brasileira da editora Zahar.

perimentalismo e num virtuosismo formal, um abandono dos conteúdos artísticos, entre os quais os conteúdos políticos e sociais claramente reconhecíveis. O que não podiam aceitar era a escolha do puro subjetivismo, quase de um solipsismo, como Plekhânov indicou nos cubistas.⁷³ Era desagradável, embora pudesse ser explicado, o fato de que "entre os ideólogos burgueses que assumiam posição ao lado do proletariado existissem tão poucos conhecedores de arte"; e nos últimos anos do período anterior a 1914 parecia que o movimento operário estivesse atraindo ainda menos conhecedores de arte. A vanguarda da pintura francesa se mantinha à margem de qualquer movimento intelectual e social, confinada em suas diatribes técnicas.⁷⁴ Mais, ainda: em 1912-1913, Plekhânov podia afirmar como coisa evidente que "os artistas de hoje, em sua maioria, seguem os pontos de vista burgueses e são completamente impermeáveis aos grandes ideais de liberdade do nosso tempo".⁷⁵ Não era fácil encontrar na massa dos artistas que se proclamavam "antiburgueses" um que estivesse próximo dos movimentos socialistas organizados; também entre os anarquistas tornou-se bem menor o número de pintores, em comparação com a situação dos anos 90. Era muito mais fácil, por outro lado, encontrar artistas deplorando o filisteísmo dos operários: personagens declaradamente elitistas, como os do círculo de Stefan George, na Alemanha, ou acmeístas russos em busca de companhias aristocráticas (preferencialmente femininas) e também – sobretudo nos ambientes literários – reacionários potenciais ou efetivos. Além disso, não devemos esquecer que as novas vanguardas experimentais se rebelavam não tanto contra o academicismo como contra exatamente aquelas vanguardas que nos anos 80 e 90 tinham estado relativamente próximas do movimento operário e socialista.

O que poderiam os marxistas enxergar nessas novas vanguardas que não fosse um sintoma da crise da cultura burguesa? E o que poderiam as vanguardas enxergar no marxismo que não fosse uma prova de que o passado não pode compreender o futuro? É certo que, entre as poucas dezenas de pessoas das quais os novos pintores dependiam financeiramente (coleccionadores ou comerciantes de arte), havia até simpatizantes do marxismo (como Morosov). E era, aliás, bastante improvável que os apreciadores da rebelião artística nesse período fos-

73. G. PLEKHANOV, *Kunst und Literatur*, Berlim, 1954, pp. 284-285.

74. J. C. HOLL, *La jeune peinture contemporaine*, Paris, 1912, pp. 14-15.

75. PLEKHANOV, *Kunst und Literatur*, cit., pp. 292 e 295.

sem conservadores no plano político. Havia, igualmente, a exceção de uns poucos teóricos marxistas, como Lunatchárski e Bogdánov, que procuravam teorizar suas simpatias pelos inovadores, porém se defrontavam com fortes oposições. O ambiente cultural do movimento socialista e operário não deixava espaço às novas vanguardas; e os teóricos ortodoxos da estética marxista (uma espécie que, de fato, só existia na Europa central e oriental) condenavam-nas.

No entanto, se alguns setores das novas vanguardas permaneceram afastados do socialismo e de qualquer outra idéia política, se alguns chegaram a se tornar depois abertamente reacionários e até fascistas, também é verdade que em grande parte os artistas rebeldes esperavam apenas que se apresentasse uma outra conjuntura histórica na qual a revolta artística e a revolta política pudessem, mais uma vez, se unir. Foi o que encontraram depois de 1914, no movimento contra a guerra e no apoio à revolução russa. Depois de 1917, a convergência tornou a se verificar entre a vanguarda e o marxismo (na forma de bolchevismo leninista), inicialmente sobretudo na Rússia e na Alemanha. A época do fenômeno que os naxistas chamaram (e nisso não erraram) de "Kulturbolschevismus" não pertence à história do marxismo na época da Segunda Internacional; convém fazermos aqui, contudo, uma rápida menção a ela e às polêmicas posteriores a 1917, pois a bifurcação da estética marxista entre "realistas" e "vanguardistas" (o contraste entre Lukács e Brecht, entre os admiradores de Tolstoi e os de Joyce) tem suas raízes nos anos que precedem 1914.

Se observamos a época da Segunda Internacional no seu conjunto, devemos concluir que as relações entre o marxismo e a arte nunca foram completamente fáceis, porém se tornaram mais difíceis com o início do novo século. Os teóricos marxistas sempre tinham manifestado certo mal-estar em face dos movimentos "modernos" dos anos 80 e 90, deixando que se tornassem promotores entusiásticos de tais movimentos ou intelectuais situados à margem do marxismo (como na Bélgica) ou então revolucionários não marxistas. Os maiores críticos marxistas ortodoxos se consideravam um pouco ou comentaristas ou árbitros da partida de futebol cultural; não faziam parte da torcida e nem eram jogadores. Isso não impediu que suas análises da evolução artística considerassem as mais recentes manifestações dela como sintomas da decadência da sociedade burguesa. Trata-se de uma análise muito severa, que surpreende pelo fato de ter sido substancialmente realizada de fora da área: todos os intelectuais marxistas se consideravam participantes da elaboração filosófica ou científica, mesmo que fosse apenas como diletantes; dificilmente, contudo, algum deles terá se considerado participante da criação artística. Eles analisaram a relação entre a

arte, a sociedade e o movimento operário; deram boas ou más notas a determinadas escolas, a determinados artistas e a determinadas obras. Na melhor das hipóteses, acolheram cordialmente os poucos artistas que ingressaram nos vários movimentos socialistas, levando em conta suas extravagâncias pessoais e ideológicas, como aliás fazia com eles, em geral, a sociedade burguesa. Era razoável, por conseguinte, que a influência do marxismo nas artes permanecesse, assim, relativamente marginal. Mesmo o naturalismo e o simbolismo, que chegaram a se aproximar dos movimentos socialistas de seu tempo, teriam trilhado o caminho que trilharam ainda que os marxistas não tivessem mostrado nenhum interesse por eles. Na realidade, os marxistas achavam difícil discernir para os artistas no regime capitalista outra função que não fosse a de propagandistas, "clássicos" ou "sintomas sociológicos". Poderíamos chegar a dizer que, de fato, o marxismo da Segunda Internacional não tinha uma teoria própria da arte; e, ao contrário do que aconteceu com a "questão nacional", não foi compelido pela urgência das circunstâncias políticas a reconhecer sua insuficiência teórica.

No interior do marxismo da Segunda Internacional, contudo, houve uma autêntica teoria da arte na sociedade, embora o corpo oficial da doutrina marxista não se tenha dado conta dela: trata-se da teoria desenvolvida a fundo por William Morris. Se houve alguma influência importante e duradoura do marxismo sobre as artes, ela se verificou através dessa corrente de pensamento, que se voltava para além da estrutura das artes na época da burguesia (o "artista" individual), colhendo o elemento da criação artística em qualquer trabalho e nas artes (tradicionais) da vida popular. Indo além do equivalente da produção de bens de consumo na arte (a "obra de arte individual"), ela examinou os ambientes da vida cotidiana. É interessante notar que esse foi o único ramo da estética marxista que deu atenção à arquitetura, considerando-a como ápice e coroamento de todas as artes.⁷⁶ Se a crítica marxista desempenhou algum papel instigando o naturalismo ou o "realismo", essa teoria fez mais: ela foi o motor do movimento *Arts-and-crafts*, cujo impacto histórico sobre a arquitetura moderna e sobre o *design* foi – e continua a ser – de importância fundamental.

A teoria de Morris foi subestimada porque ele – que foi um dos primeiros marxistas ingleses⁷⁷ – foi considerado apenas um artista famoso, mas político de pouco peso; e também porque a tradição teórica

76. W. MORRIS, *On Art and Socialism*, Londres, 1946, p. 76.

77. Morris participou pela primeira vez de um simpósio socialista em 1883, para discutir a construção de habitações populares.

inglesa das relações entre arte e sociedade (medievalismo neo-romântico, Ruskin), que ele integrou ao marxismo, teve bem poucas relações com a corrente principal do pensamento marxista. Sua obra, contudo, nasceu dentro do mundo da arte, era marxista (ao menos Morris a proclamava marxista) e chegou a converter e a influenciar artistas, *designers*, arquitetos, urbanistas, bem como organizadores de museus e de escolas de arte, em diversos países europeus. Não é casual que essa importante influência marxista sobre a arte venha da Inglaterra, onde o marxismo teve uma importância bastante escassa: naquela época, o país era o único que tinha sido suficientemente transformado pelo capitalismo para que a produção industrial provocasse a mudança da produção artesanal. Se refletirmos, não nos surpreenderá que o país que para Marx era o país "clássico" do desenvolvimento capitalista tenha produzido a única elaboração crítica importante dos efeitos do capitalismo sobre a arte; e também não nos surpreenderá o fato de que o elemento marxista desse significativo movimento artístico tenha sido esquecido. O próprio Morris era bastante realista para reconhecer que, enquanto durasse o capitalismo, a arte não poderia tornar-se socialista.⁷⁸ Mal o capitalismo saiu da crise e voltou a se expandir, apropriou-se das expressões artísticas revolucionárias e as absorveu. A classe média próspera e instruída e os *designers* industriais assumiram o controle do movimento. A obra mais importante do arquiteto socialista holandês H. P. Berlage não é a sede do sindicato dos lapidadores de diamantes e sim o palácio da Bolsa de Amsterdam. E as obras com as quais os urbanistas que seguiam Morris conseguiram aproximar-se mais dos projetos de "cidades para o povo" foram os "bairros ajardinados" destinados a ser habitados pela classe média e as "cidades-jardins" edificadas longe das indústrias. Foi desse modo que as artes refletiram as esperanças e a tragédia do socialismo da Segunda Internacional.

78. "Considerando a relação existente entre o mundo moderno e a arte, nossa tarefa é, hoje, e continuará a sê-lo por muito tempo, não a de tentar "produzir arte" no sentido próprio da expressão, mas sobretudo a de limpar o terreno de maneira a dar à arte todas as suas oportunidades" (W. MORRIS, *On Art and Socialism*, p. 323).

OSKAR NEGTE

O marxismo e a teoria da revolução no último Engels

O direito à revolução é o único "direito histórico" real, o único sobre o qual se baseiam, sem exceção, todos os Estados modernos.

F. ENGELS, Introdução às *Lutas de Classe na França*, de Marx (1895).

Reivindicamos o conteúdo da história.

F. ENGELS, *Situação da Classe Operária na Inglaterra* (1844)

Em seus últimos anos, Engels se viu envolvido numa situação histórica que o colocava diante de tarefas inteiramente novas, no trabalho de defesa da teoria, que após a morte de Marx precisou enfrentar sozinho. De fato, vai se definindo cada vez mais claramente uma situação na qual, apesar da inegável influência do pensamento de Marx sobre toda uma série de intelectuais socialistas, sobre os quadros do partido e sobre uma parte da própria ciência burguesa, o processo estritamente político de transformação da classe operária numa ativa potência material ameaça desenvolver-se de maneira independente da teoria marxista da sociedade e até mesmo em aberta hostilidade em relação a ela. Quando se objeta a essa constatação que Marx e Engels adquiriram uma influência permanente e cada vez mais eficaz, após a fundação da Liga dos Comunistas (na Primeira Internacional), sobre o processo político de organização da classe operária em todos os países, o que se está fazendo é pressupor na difusão do pensamento marxista uma continuidade que não passa de um mito construído retrospecti-

vamente. Em geral, tais idéias de continuidade implicam uma filosofia das origens, à qual se pode contestar que até o bem e a verdade possuem suas constelações histórico-materiais de formação, reconhecimento e difusão. Na realidade, a investigação empírica das relações entre o marxismo e as lutas de classe está apenas começando.

Uma difusão significativa e uma adequada reelaboração teórica do marxismo só começaram por volta do final dos anos 70 do século passado. Na Alemanha, é a época das leis anti-socialistas, quando o número dos membros e dos eleitores do partido social-democrático aumenta até assumir proporções imponentes; na Europa, vê-se a formação de toda uma série de novos partidos social-democráticos e o movimento sindical realiza grandes avanços. À base desses fenômenos, acha-se uma transformação decisiva da situação geral da sociedade.

1. *A necessidade de uma resposta estratégica às exigências do movimento operário de massas*

De 1873 a 1896 vai um longo período de depressão econômica: os salários reais permanecem estagnados, especialmente nos anos 80; as crises econômicas tornam-se mais agudas, as crises políticas mais ásperas; o processo de concentração dos capitais dá um rápido e súbito salto para adiante, assumindo a imponente forma organizativa das sociedades por ações, dos trustes e dos cartéis, que por sua vez comportam um aguçamento da concorrência na luta pelos mercados e esferas de influência. Essas mudanças e conflitos, que também se exprimem na febre das novas iniciativas industriais e nas pretenciosas reestruturações das grandes cidades burguesas, contribuíram para criar um clima de maior receptividade para todas as concepções filosóficas que permitiam uma interpretação orgânica da vida social em sua relação com a natureza e com a história. Os operários da indústria e as camadas sociais proletarizadas não permaneciam estranhos a esse clima de expectativa. Programas fantasiosos e perspectivas históricas geralmente caracterizadas por idéias evolucionistas suscitavam a esperança de uma rápida superação das condições em que vivia o proletariado e a esperança de maior segurança na existência. Por outro lado, porém, também se manifestam tendências a um desencanto, na prática: a atividade ilegal, que se tornara necessária nos períodos das leis de exceção anti-socialistas, destruiu a confiança de amplos grupos da social-democracia no programa lassalliano, dissolveu as esperanças que eles depositavam no Estado, favorecendo uma compreensão melhor da tese marxista de que o Estado é um aparelho de opressão nas mãos da classe dominante.

Engels se mostra particularmente sensível a essa atmosfera de tensão social e política. Critica a afirmação mecanicista contida nas teses que serviram de base ao programa de Erfurt (1891) – uma afirmação ligada a secretas esperanças revolucionárias – segundo a qual não só o número como a miséria dos proletários serão cada vez maiores. “A organização dos operários e sua resistência crescente oporão, dentro de certas possibilidades, um dique ao crescimento da miséria. O que aumenta, com certeza, é a insegurança da existência”.¹

São palavras que dão conta de um aspecto decisivo do novo problema da mediação entre a teoria e a prática. De fato, quando a situação existencial dos homens não está mais estruturada à base de uma miséria elementar e de uma opressão direta, quando na fantasia deles começa a se agitar a idéia de uma transformação revolucionária, as massas ficam expostas em maior medida àquelas interpretações globais que oferecem soluções aparentes para as contradições sociais e promessas para os males do mundo. Em tais arsenais estão contidas promessas de diversos tipos, todas, no entanto, vinculadas à rápida superação da miséria e da insegurança da vida, através do aumento dos rendimentos individuais, da ascensão na hierarquia da sociedade existente (por meio da pequena propriedade, do pequeno comércio, etc), bem como através de reformas sociais (habitação, previdência social, auxílio-enfermidade, aposentadoria), de cooperativas de consumo ou de produção.

Essa necessidade de uma solução individual para os problemas da vida operária é certamente o sintoma de uma tendência à fuga, a manifestação de ilusões que bloqueiam a formação da consciência de classe; mas ela indica também uma incoercível orientação material do comportamento real dos homens, que só pode ser desviado se for superado – no sentido da dialética materialista – ou seja, negado, ao mesmo tempo conservado e encaminhado numa outra direção. Quando essas tendências são ignoradas, costuma se criar um curso paralelo entre o comportamento real e as idéias revolucionárias, passando estas últimas a ter escassa força propulsora. Em tais condições, os interesses revolucionários objetivos, amadurecidos a partir da situação de classe, podem unir-se a motivações subjetivas, a “sistemas”, a utopias, nas quais um radicalismo pseudocientífico se mistura a fantasias capazes de se adaptar à experiência prática e à mentalidade das massas populares. Temos, então, ideologias e programas políticos completamente

1. F. ENGELS, “Zur Kritik des sozialdemokratischen Programmentwurf 1891”, em *Marx-Engels-Werke* (MEW), vol. 22, p. 231.

heterogêneos, que prometem atender às necessidades de interpretação nascidas da vida cotidiana dos trabalhadores.

Recordemos, por exemplo, o mutualismo de Proudhon, o calor da ajuda mútua, as cooperativas de produção mantidas pelo Estado (das quais fala Lassalle); recordemos a "sociedade socialitária" de Dühring e o "enigma cósmico" de Haeckel; certas formas de materialismo "vulgar" inspiradas no modelo das ciências naturais, certas formas de evolucionismo inspiradas em Darwin; recordemos os ideais das filosofias burguesas da liberdade. Admitamos que o "socialismo ético" – de inspiração neokantiana e voltado em certa medida explicitamente contra o marxismo – seja uma escola fechada, que não teve nenhuma influência importante sobre as teorias e elaborações estratégicas do movimento operário; de qualquer maneira, é indiscutível que as categorias de responsabilidade, liberdade, justiça individual e outros conceitos dessa espécie comuns no socialismo ético passaram a integrar a estrutura do comportamento real de proletários conscientes, na medida em que eles não estavam em condições de compreender o socialismo científico e sua linguagem difícil, áspera, cifrada.

Assim, quando Engels se convenceu, afinal, da necessidade de uma crítica geral às idéias de Dühring, que tinham penetrado até na cúpula do partido, em torno de Wilhelm Liebknecht (que, por sua vez, não era completamente imune à influências das charlatanices), não pôde limitar-se a precisar o verdadeiro significado do pensamento de Marx, recorrendo a uma linguagem mais popular e acessível e demonstrando com riqueza de indicações a ausência de caráter científico do sistema de Dühring: exatamente na medida em que ele seguiu a lógica do problema da tradução da linguagem de Marx numa linguagem de divulgação, a própria teoria sofreu uma transformação estrutural, determinada pelo contato com o objeto criticado. Não é que essa transformação tenha ocorrido porque Engels tenha adotado algo do pensamento de Dühring. Na elaboração do *Anti-Dühring*, entretanto, Engels foi obrigado a dar-se conta do fato de que uma terminologia científica, adequada exatamente a condenar os conteúdos utópicos da consciência cotidiana (entre os quais a necessidade proletária de uma visão orgânica do mundo, precisamente não científica, ou seja, "cega à história"), via diminuídas suas probabilidades de ser compreendida e adotada pelas massas, isto é, suas probabilidades de tornar-se uma força material. Marx e Engels sabiam claramente que essas transformações não se realizam de maneira "natural", que elas precisam de um trabalho preparatório de organização e mediação nos diversos planos da experiência; sabiam disso desde pelo menos a redação do *Manifesto*, quando, contra qualquer sectarismo de vanguarda, sublinharam

a necessidade de um partido capaz de exprimir os interesses gerais do proletariado e funcionar como expressão da própria classe como sujeito politicamente ativo. O problema que era historicamente novo para Engels era o das conseqüências que a transformação em força material acarretava para a própria forma da teoria aplicada. Não tem sentido, pois, acusar Engels de ter falsificado a dialética de Marx: ao contrário, em seu emprego estratégico das categorias de Marx, Engels é a expressão de uma nova fase de desenvolvimento do proletariado europeu.

Em 1867, numa resenha do primeiro livro do *Capital* (provavelmente elaborada de acordo com Marx) – evidentemente na certeza de que a verdade histórica da teoria e os interesses objetivos da emancipação devem coincidir, de qualquer maneira, com uma crítica radical do existente – Engels advertira preventivamente quanto à desilusão que sofreria o leitor que se aproximasse do *Capital* com expectativas quilibísticas, preparando o espírito de quem se dispusesse a ler o livro para as renúncias e os sacrifícios da crítica imanente. Ficará decepcionado – dizia Engels – quem espera aprender aqui os segredos da “verdadeira doutrina socialista”; quem quiser saber

como se apresentará o reino milenarista do comunismo. Tais esperanças são infundadas, estão destinadas à decepção. É verdade que aqui o leitor aprende como não deviam estar as coisas... e quem tem olhos para ver enxerga com bastante clareza a exigência de uma revolução social. Aqui não se trata de criar organizações de trabalhadores com capitais estatais, como Lassalle propõe; trata-se de suprimir qualquer forma de capital. Marx é e continua a ser o mesmo revolucionário que sempre foi... Sobre a situação que se criará após a revolução social, entretanto, ele se limita a dar-nos umas poucas e vagas sugestões.²

Essa crítica a uma descrição abstrata e positiva do reino milenarista do comunismo, tal como a elaboram os cozinheiros do “albergue dos adivinhos” (especialmente nos períodos de crise), não aborda, efetivamente, o problema que pode interessar também um proletariado consciente: como é possível canalisar para um processo coletivo de emancipação – com a função de impulsos práticos, de motivações – aquelas utopias positivas, aquelas imagens de justiça e de felicidade, os sonhos e as diversas fantasias que aparecem inevitavelmente numa existência na qual não se satisfazem sequer as necessidades vitais ligadas ao momento privado, transformadas aparentemente em conseqüências do trabalho assalariado e da produção de mercadorias?

Como é possível liberar tudo isso do contexto que ainda hoje aprisiona as utopias, imagens, sonhos e fantasias?

A "supressão do capital" é certamente a meta histórica, global, porém não constitui uma motivação concreta. Sem uma reelaboração teórica das fantasias instivas, sem uma reorganização delas, sem uma liberação consciente do elemento utópico que transcende (ao menos subjetivamente) a alienação objetivamente existente, o trabalhador não pode ver na miséria mais do que a miséria, não pode enxergar nela algo que não seja ela mesma. Em outras palavras: sem a dimensão das utopias práticas, a consciência cotidiana pensaria inevitavelmente de modo não dialético, dualista. Já que as utopias cotidianas só muito dificilmente podem ser reprimidas e a demonstração científica de sua irrealizabilidade não basta para extirpá-las, elas levam frequentemente uma existência subversiva, separada da ciência, que favoreceu, na história do movimento operário, a tendência significativamente constante ao "eterno retorno" do anarquismo, do extremismo de esquerda, do socialismo ético, do idealismo, de todos os tipos de subjetivismo, uma tendência que se torna mais aguda em contraposição a uma ortodoxia rigidamente hostil a qualquer compromisso.

Contrariamente às previsões de Engels em 1867, as massas, de fato, não tinham olhos para ver as conseqüências que derivavam, para elas, das "vagas sugestões" relativas ao futuro e das instâncias da revolução social: ao longo de quatro anos, não foram vendidos mais de mil exemplares do primeiro livro do *Capital* (e tais exemplares foram certamente comprados mais por intelectuais burgueses do que por operários). Essa pode ser uma objeção fraca, relativa à problemática da mediação e da informação, uma objeção que não atinge as análises internas do *Capital*; mas seu peso aumenta quando consideramos o fato de que, depois de 1875, os escritos de Lassalle tiveram ampla difusão e passaram a representar um pressuposto fundamental dos programas culturais socialistas.

Num sentido completamente diverso e contra as intenções do autor, a resenha de 1867, feita por Engels, uma resenha na qual a forma da crítica imanente implica diretamente a proibição das imagens, possui um conteúdo utópico. Essa forma de exposição científica é utopia concreta no sentido de que, na vontade incondicionada de alcançar a verdadeira realidade, no conhecimento de suas leis históricas e no interesse de uma nova força histórica, é realizado um trabalho não alienado, que por isso passa a ser vivido como auto-realização investida de libido. Não se trata, realmente, de uma questão que concerne apenas à psicologia do conhecimento e muito menos de uma diminuição do conteúdo de verdade de teorias de dimensão histórica; trata-se, ao contrário, de um momento de sua validade autêntica. Para aqueles

... bastante produtiva se formou no âmbito do modo de produção da inteligência, o procedimento da crítica imanente, da "negação determinada", não significa de modo algum uma abstração do seu ambiente prático e social. Marx mantinha certamente um pé na tradição daqueles estudiosos que não descansaram enquanto não escreveram sua obra prima.

Quando, a contragosto, impressionado pela enorme desproporção entre a difusão dos escritos de Dühring e sua substância científica, Engels decidiu "destruir" cientificamente e politicamente o livro de Dühring de Berlim,³ no qual via um dos "tipos mais significativos" da "intelectual alemã", que produzia dúzias de sistemas de economias, filosofias da natureza, sistemas de política e economia, certamente não podia se limitar a mostrar como as coisas não deviam ser. Não foi o interesse científico que o obrigou a se aprofundar em todos os temas propostos por Dühring, da moral à violência, do socialismo à justiça e à liberdade, até o problema das verdades eternas; foi muito mais a sensação de que na amplitude daquele espectro se refletia a gama das representações pré-científicas de um proletariado que estava adquirindo sua própria consciência de classe, vivendo uma situação na qual se colocava perguntas e buscava respostas.

O "sistema" de Dühring que critico aqui se expande sobre um campo teórico muito vasto; fui obrigado a segui-lo por toda parte, contrapondo às suas as minhas convicções. A crítica negativa tornou-se, assim, positiva; a polêmica transformou-se numa exposição mais ou menos unitária do método dialético e da visão comunista do mundo, tal como Marx e eu a representamos; e isso em uma série bastante ampla de campos.⁴

A medida em que essa exposição "positiva" e orgânica da dialética materialista e da concepção comunista do mundo (que, à primeira vista, parece apenas uma síntese da teoria da sociedade elaborada por Marx) está marcada pelo sentido estratégico da função delimitadora que as categorias assumiram regularmente no último Engels pode ser

3. O destino trágico de Dühring, aliás, não foi decidido apenas pela crítica destrutiva de Engels. Cego e completamente isolado, Dühring viveu até 1921; seu ódio se voltou sobretudo contra os colegas da universidade, com os quais ele se desentendera e que o expulsaram da cátedra, imbuídos de motivações mesquinhas. Engels menciona o fato, não sem simpatia pelo comportamento firme de Dühring. Veja-se, a propósito, o eficiente ensaio de T. LESSING, *Dühring Hass*, Hannover, 1922, no qual se exprime também a amargura pessoal do autor, que viveu uma experiência análoga.

4. ENGELS, *Anti-Dühring*. [Há edição brasileira, Paz e Terra].

mostrada por um paralelo entre dois textos – um contido no livro terceiro do *Capital* e outro no *Anti-Dühring* – que talvez tenham sido escritos na mesma ocasião e que se referem ao mesmo trecho da *Lógica* de Hegel; o trecho que se refere à passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. Marx desenvolve o pensamento anti-utópico segundo o qual a esfera da produção material, determinada pela persistente necessidade da conservação da vida humana e pela finalidade externa, só conhece a liberdade no sentido de que

o homem socializado, quer dizer, os produtores associados – regulam racionalmente o intercâmbio orgânico deles com a natureza, colocam-no sob seu controle comum, ao invés de serem dominados por ele como se fosse uma força cega; realizam suas tarefas com o menor dispêndio possível de energia, nas condições mais adequadas à natureza humana deles, mais dignas dela.⁵

Na medida em que o trabalho ainda não se tenha tornado a primeira necessidade vital, uma forma de atividade comparável à atividade de lúdica; na medida em que ele não tenha perdido o caráter coativo da autoconservação física e da dominação (tanto no controle racional do intercâmbio orgânico com a natureza como na forma socializada dos produtores associados), com efeito, a liberdade não é tanto a expressão da auto-realização autônoma como sobretudo da percepção da necessidade, que significa também algo “alienado”, na medida em que não se identifica com aquela realidade objetiva que está insuprimivelmente presente no próprio sujeito.

Mas isso permanece sempre um reino da necessidade. É além das fronteiras dele que começa o desenvolvimento das capacidades humanas como fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que no entanto só pode florescer à base desse reino da necessidade. A condição fundamental de tudo isso é a redução da jornada de trabalho.⁶

O traço materialista contingente do desenvolvimento revolucionário, que também confere sentido político legítimo à interdição da utopia, está muito precisamente indicado no plano teórico; e em dois sentidos: após a ruptura revolucionária, a situação é aberta, não é mais determinada pelas “leis naturais” da pré-história e nem se enquadra nos limites do seu horizonte de idéias; portanto, não se pode descrevê-la mais como prolongamento da história passada e presente,

5. K. MARX, *O Capital*, livro terceiro. [Há edição da Civilização Brasileira, Rio].

6. *O Capital*, livro terceiro. Veja-se, também, N. BADALONI, “Marx e a busca da liberdade comunista”, no primitivo volume desta *História do Marxismo*.

...por sua total negação mental. Em segundo lugar, a transformação das condições da ação (por exemplo, a redução da jornada de trabalho) cria novas motivações, não previsíveis. Por esses dois motivos, a utopia idealista do progresso é rompida e transcendida, passa a ser apenas o fenômeno complementar do desenvolvimento natural, mecânico, da sociedade. No entanto, por mais eficaz e exata que possa ser essa descrição da insuprimível força de gravidade das relações materiais, do momento que pode embarçar todas as formas de sociedade imaginadas e projetadas no futuro, do "tormento da matéria" (conforme a expressão de Jacob Bohm empregada por Marx em seus escritos juvenis), ela dificilmente poderá entusiasmar as massas proletárias, mantendo-as intensamente na luta por uma sociedade na qual o reino da liberdade só pode ser alcançado após um cansativo caminho através do reino da necessidade e será um reino que jamais se desligará completamente do outro.

Engels recorre a determinações inteiramente análogas para indicar o fim da pré-história: a supressão do domínio do produto sobre os produtores; a substituição da anarquia da produção de mercadorias por uma organização planejada e consciente da produção social, com o controle e domínio dos homens sobre suas condições de vida e sua própria socialização. Não se trata, porém, de mera diferença de linguagem na exposição do conteúdo histórico específico da teoria, quando Engels, no *Anti-Dühring*, vincula-se ao *pathos* idealista da transição hegeliana da *lógica objetiva* à *lógica do conceito* ("este é o conceito" – do Hegel – "o reino da subjetividade ou da liberdade"), quando ele fala de um salto da humanidade.

A organização dos homens em sociedade, que até agora se colocava diante deles como lei ampliada da natureza e da história, transforma-se em resultado de sua própria ação livre. As forças objetivas estranhas que até agora dominavam a história passam a ser controladas pelos homens mesmos. Só a partir desse momento os homens começarão a fazer a história deles com plena consciência; só a partir desse momento as causas sociais que eles movimentam passam a ter, em crescente medida, os efeitos por eles desejados. Esse é o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

A introdução de elementos pragmáticos e utópicos (ainda disfarçada pela forma científica da exposição) e a adoção de conteúdos da experiência prática da existência proletária (oportunidade reelabora-

dos) não só deram ao *Anti-Dühring* a fama de uma "enciclopédia marxista" como transformaram-no num curso elementar de educação política, cuja leitura – exclusiva – tornava marxistas autênticos os teóricos da social-democracia, que até então se caracterizavam por um notável ecletismo. Só com a publicação do *Anti-Dühring* começa, em geral, uma difusão mais ampla do pensamento marxista no movimento operário. E a partir de então a obra passou a ser um dos livros mais lidos do marxismo.⁸

2. *Necessidade e limites do "objetivismo"*

Mesmo o último Engels se abstém de extrair as importantes conseqüências que comporta, para a teoria da revolução, a aplicação à própria classe revolucionária tanto da concepção materialista da história como da lei do valor (na medida em que a classe revolucionária é afetada pelas distorções da consciência que se manifestam no fetichismo da mercadoria e da produtividade). É verdade que seria completamente injustificado acusar Marx e Engels de terem tido ilusões quanto ao processo de auto-educação da classe operária (sujeito material da revolução política e social); de terem subestimado a lentidão do processo, as possibilidades de rupturas, desvios e recaídas. Numerosas observações feitas por eles indicam exatamente o contrário: a capacidade de ação revolucionária da classe operária lhes aparecia como notavelmente prejudicada por uma série de forças e fatores, entre os quais a concorrência dos trabalhadores entre eles, o fracionamento interno da classe operária (especialmente após a formação de uma aristocracia operária), o aburguesamento e a mentalidade pequeno-burguesa, bem como a influência ideológica permanente exercida sobre os trabalhadores pela escola, pelo exército e por outras instituições das classes dominantes.

Marx dizia, já no começo dos anos 50, com grande eficácia, como se configura a estrutura temporal desses processos de auto-experiência das massas; ele escrevia, a propósito do processo contra os comunistas, em Colônia: "Vocês vão precisar enfrentar quinze, vinte, cinqüenta anos de guerra civil, de lutas populares, não só para mudarem a situação real, mas também para se modificarem vocês mesmos e para

8. Sobre esse ponto, leia-se H. J. STEINBERG, introdução à edição do *Anti-Dühring* publicada em Hannover, 1967. Eduard Bernstein definiu o *Anti-Dühring* como o "mais importante escrito polêmico do socialismo moderno". A partir de 1878 temos, a meu ver, a última fase do pensamento de Engels.

adquirirem a capacidade de exercer o poder político".⁹ Quando, menos de dez anos mais tarde, Engels constata a presença de tendências ao aburguesamento no interior do proletariado inglês, sua observação não se limita às condições concretas que estão à sua frente e indica um perigo geral que ameaça todo o proletariado. Numa carta a Marx, de 7 de outubro de 1858, Engels formula pela primeira vez sua idéia – que mais tarde se repetirá várias vezes – relativa à situação especial do proletariado inglês. Ele observa

o efetivo aburguesamento progressivo do proletariado inglês, de modo que essa nação, que é a mais burguesa de todas, parece querer levar as coisas ao ponto de ter uma aristocracia burguesa e um proletariado *ao lado* dela. Numa nação que explora o mundo inteiro isso é, de certa forma, explicável. Aqui não há salvação se não vierem alguns anos péssimos; e, desde que se descobriu o ouro, não parece que eles ocorram assim tão facilmente.¹⁰

Nesse trecho de Engels, poderia parecer que ele, com sua esperança em "alguns anos péssimos", se referia apenas à situação excepcional de um proletariado que participa dos lucros especiais de uma classe do país industrial mais desenvolvido, que explora o mundo inteiro; se referia apenas a um proletariado que, por suas condições particularíssimas, quase não se dava mais conta da vulnerabilidade do sistema capitalista às crises e da exploração a que estão sujeitos seus próprios membros, como assalariados. No entanto, aí já se delineia um problema geral. De fato, quando, no marxismo das décadas subsequentes, se fala dos mecanismos que bloqueiam a consciência de classe revolucionária, de aburguesamento, de concorrência dos trabalhadores entre eles, de consciência meramente sindical, de traição dos dirigentes do movimento operário, não é difícil perceber que se trata somente de sintomas, de manifestações superficiais de processos objetivos que permanecem obscuros.

É interessante notar como Engels entende que o nascimento da consciência de classe pode acontecer se forem criadas certas condições normais, características do capitalismo (por exemplo: crises, alguns anos decididamente ruins, desdobramento das forças produtivas, determinadas camadas sociais sendo arruinadas), ao passo que a inibição da consciência de classe continua num plano subjetivo. A destruição de formas tradicionais de existência e vida cria as condições objetivas

9. K. MARX, *Enthüllungen über den Kommunistenprozess in Köln*, Berlim, 1952, p. 32.

10. MARX e ENGELS, *Opere*, Roma, vol. 40, p. 373.

para a ação revolucionária do proletariado; o partido proletário cria as subjetivas; e as duas tendências convergem. "A máquina a vapor, a eletricidade e os novos instrumentos de fiação foram elementos revolucionários de caráter muito mais perigoso que o dos próprios cidadãos Barbès, Raspail e Blanqui".¹¹ Em certo sentido, o proletariado inteiro partilha da impotência desses expoentes radicais dos trabalhadores parisienses e revolucionários de 1848 em face da potência elementar da força produtiva e da sua capacidade de transformar a consciência:

para tirar o poder das mãos das classes proprietárias, precisamos antes de mais nada de uma revolução na cabeça das massas operárias, como aquela que está se realizando atualmente (de modo relativamente lento); e, para alcançar esse objetivo, é preciso que os métodos de produção se modifiquem ainda mais rapidamente do que até aqui: mais máquinas, mais desemprego, mais camponeses, mais pequenos-burgueses; maior tangibilidade e extensão dos resultados inevitáveis da grande indústria moderna ... as massas operárias conseguirão ser ouvidas, graças ao sufrágio universal... mas a meu ver uma verdadeira libertação só se tornará possível quando a revolução econômica tiver tornado a grande massa dos trabalhadores consciente da situação, abrindo caminho, desse modo, ao domínio dela.

As outras classes somente podem realizar um trabalho capenga ou aparente. "Esse processo de clarificação das idéias dos operários se torna a cada dia mais rápido e dentro de cinco ou dez anos os diversos parlamentos terão um aspecto completamente diferente", previa Engels em 1891.¹²

Mais tarde, Brecht radicalizou esse pensamento: quem toma consciência da sua situação não pode mais ser detido.

Engels sublinha os pontos essenciais desses processos e examina de modo diferenciado as condições sociais nas quais certas camadas tradicionais são absorvidas pelo proletariado, o comovente vêu que encobre as relações familiares é rasgado, as ilusões de autonomia das profissões intelectuais são destruídas, os camponeses são arrancados à terra: as condições nas quais o trabalho assalariado se torna o destino da grande massa da população. Sem dúvida, se nos abstrairmos do contexto social das afirmações de Marx que citamos, bem como das afirmações ainda mais drásticas feitas por Engels, poderemos falar em objetivismo, numa confiança radical e inabalável na eficácia da situa-

11. MARX, discurso na festa do *People's Paper*, em 14.4.1856. MEW, vol. 12, p. 3.

12. Carta de Engels a Oppenheim, 24.3.1891. MEW, vol. 38, p. 64.

... econômica e do desenvolvimento das forças materiais de produção, em sua capacidade decisiva de transformar a consciência.

Esse objetivismo, que se manifesta especialmente no último Engels, mas já está presente também em Marx, na sua tenaz afirmação de que o desenvolvimento capitalista tem o caráter de uma lei natural, é uma categoria *afirmativa*, que não pode ser transformada num categoria *crítica* (como acreditam alguns "marxistas ocidentais", marcados pela ausência do stalinismo). Naturalmente, quando utilizam conceitos das ciências da natureza para explicar fenômenos sociais, Marx e Engels os entendem sempre num sentido crítico, pelo qual as coisas a que os conceitos se aplicam podem sempre ser mudadas, suprimidas; a "falta de consciência dos interessados" a que aludem essas categorias típicas das ciências naturais deve ser superada.

Mas esse é apenas um aspecto do problema. De fato, o objetivismo tem um sentido histórico muito mais preciso exatamente na sua função afirmativa, pois indica a inevitabilidade do nascimento do proletariado e de seu constante crescimento, devido à proletarianização de outras camadas dependentes do capital. Nisso, a consciência desempenha um papel que, na realidade, não é insignificante; queiramos ou não, essas camadas são absorvidas; mas a preponderância da objetividade, da violência do trabalho morto sobre o trabalho vivo, é mediaticizada por uma dinâmica histórica da destruição visível de velhas situações existenciais, às quais se ligam experiências individuais completamente diversas daquelas que são proporcionadas ao trabalhador em sua existência proletária. No primeiro caso, as experiências pessoais estão vinculadas à recordação do passado, à pretensão de outras formas de vida que, mesmo não tendo mais uma razão de ser individual, continuam a influir sobre o clima das transformações históricas.

O traço objetivista da teoria da revolução do último Engels tem um caráter processual, é mediaticizado pela forma de experiência específica dos sujeitos interessados, na fase da constituição política do proletariado. Mas, no momento em que a produção capitalista assume um caráter estacionário – no momento em que foi alcançado um determinado grau de polarização das classes e no próprio interior da classe dos assalariados se delineia uma clara diferenciação (assalariados do Estado e do setor comercial) – uma teoria que permanece obstinadamente ligada a uma experiência dos sujeitos, fundada sobre tendências econômicas, corre o risco de perder o seu caráter científico e de assumir, em relação às idéias, imagens e formas de experiência dos trabalhadores, um traço de utopia abstrata.

Se o último Engels ainda podia, com certa legitimidade, renunciar conscientemente ao desenvolvimento da dialética imanente à universa-

lização da produção de mercadorias, o fato é que no desenvolvimento posterior da teoria marxista a aceitação acrítica dessa lacuna teve consequências desastrosas. A expectativa de que a situação de exploração fosse melhor compreendida (uma expectativa vinculada à tendência à proletarianização, à insegurança econômica da existência, ao aumento do número dos assalariados) obscureceu inteiramente a seguinte questão: com a penetração da produção de mercadorias na consciência e no comportamento dos homens não cresceriam também, ao mesmo tempo, a distorção da consciência, a reificação das relações sociais e as ilusões quanto às possibilidades proporcionadas por um Estado social e de direito?

Se não se esclarece, no entanto, o modo de produção das experiências dos trabalhadores na situação normal da jornada de trabalho e da existência proletária, se não se esclarece *como* nascem a consciência falsa e a correta nas situações materiais concretas da vida humana, então a teoria não compreende e nem explica o que se passa no terreno sociológico e sociopsicológico propício a todas as formas de revisionismo, sindicalismo e reformismo, de modo que tal terreno pode ser facilmente organizado pela ciência e pela política do sistema de dominação existente. Um pressuposto essencial para a formulação de uma teoria de revolução ligada à de Engels, ao mesmo tempo capaz de superar seu "limite histórico" e de atualizar o seu conteúdo histórico de experiência, é a aplicação dos métodos e dos conhecimentos adquiridos no âmbito da concepção materialista da história e da teoria do valor não só às condições de nascimento como também ao desenvolvimento ulterior do marxismo – conforme exigência de Korsch – e, mais ainda, ao processo específico de produção das experiências e da consciência ou a consciência correta a partir do núcleo histórico-material. Uma análise materialista coerente deve enfrentar um problema mais difícil. "De fato" – escreveu Marx – "é muito mais fácil pela análise encontrar o núcleo terreno das nebulosas religiosas" (bem como das idéias jurídicas e de outras distorções da consciência) "do que, inversamente, *deduzir* das relações reais da vida que se apresentam a cada passo as formas nelas imbricadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico".¹³

Os próprios Marx e Engels fornecem em suficiente medida os meios para analisar essa dialética do iluminismo, condicionada pela universalização da produção de mercadorias, pelo desenvolvimento

13. MARX, *O Capital*, livro primeiro, p. 455 da edição italiana.

das forças produtivas e pela transformação da situação econômica dos trabalhadores da indústria. Se o desenvolvimento dessa dialética não apresentou interesse imediato para o último Engels, isso se deu em função do fato absolutamente evidente de que a classe operária estava desenvolvendo impetuosamente naquele momento sua força política e organizativa, por fortes que fossem as causas que atuavam contra a consciência de classe. Vinte anos após a morte de Engels, porém, se voltamos a observar o mesmo processo, teremos facilmente a suspeita de que já naquele período de avanço revolucionário estivessem atuando mecanismos que afetavam o proletariado e o partido operário, e que escaparam à teoria da revolução de Engels. Se quisermos enfrentar seriamente a tarefa de renovar o marxismo, levando em conta as transformações revolucionárias que se processaram na Europa, não poderemos, absolutamente, ignorar o último Engels.

O princípio da mediação entre a teoria e a ação revolucionária de massas foi formulado pelo jovem Marx: "A força material precisa ser vencida por outra força material; porém a teoria também se transforma em força material, quando se apropria das massas". Todavia, a necessidade real, prática, bem como as perspectivas estratégicas dessa mediação só se colocaram para Engels, em seus últimos anos de vida. A propósito: seria completamente absurdo contrapor posições isoladas, umas às outras, no interior da teoria de Marx e de Engels, ou contrapor as pessoas e seus diversos graus de desenvolvimento, pois, numa teoria onde a reflexão sobre as transformações sociais alcançou um nível tão elevado, o próprio esquecimento de determinados problemas não se explica apenas e simplesmente pelo deslocamento do baricentro individual do interesse cognitivo; a importância menor atribuída a uma determinada tendência ou a um determinado nexo analítico, a mudança de contexto de uma categoria, empregada na interpretação do sentido do processo de emancipação, têm, freqüentemente, um significado digno de nota, mesmo se palavras ou frases isoladamente consideradas parecem idênticas. Engels, aliás, conhecia bem esse hábito de jogar com erros e más influências recíprocas; e temeu, com razão, após a morte de Marx, uma popularidade ainda maior: "Desde 1844 a história do Engels malvado que corrompeu o bom Marx vem se alterando com a fábula do Marx-Arimã que desviou do caminho da virtude o Engels-Ormuz".¹⁴

14. Carta de Engels a Bernstein, 23.4.1833, MEW, vol. 36, p. 15.

É evidente que uma teoria histórica da sociedade não pode possuir um conteúdo de verdade originário imutável, que só comporta interpretações e verificações imanentes, ao passo que tudo o mais (qualquer desenvolvimento) representaria um desvio de direita ou de esquerda. Para Marx e para Engels, exatamente as diferenças formais e o modo pelo qual os conteúdos da investigação são expostos de modo científico e sistemático, ou as formas objetivamente válidas (relações de produção, ideologias, etc.) que os conteúdos econômicos assumem e devem necessariamente assumir em determinadas condições, indicam a lei histórica do movimento de uma coisa. Se as épocas históricas não se distinguem por aquilo que é produzido e sim pelo modo como se produz, isso vale de certo modo também para a elaboração teórica: as teorias não se diferenciam tanto pelos conhecimentos peculiares, por sua aplicabilidade, difusão ou controlabilidade intersubjetiva, como, sobretudo, por seu modo de produção, isto é, pelo modo específico no qual cada uma delas produz novas experiências, pelas novas experiências que elas possibilitam. Esse é o aspecto formal da concepção materialista da história, cuja realização foi considerada por Engels o pressuposto necessário do processo de transformação concreto (ou seja, determinado por múltiplas mediações) do ser social, na consciência das teorias e ideologias, quando ele viu como os conteúdos econômicos (núcleo terreno) estavam sendo evocados diretamente a partir das ideologias, sem qualquer mediação.

A expressão "em última instância" indica precisamente a direção de cima para baixo e a complexa estrutura temporal desse trabalho de mediação. O procedimento coerente da reflexão da ciência sobre ela mesma se apresenta assim: ela não está na regressão ao processo de circulação da comunicação e do descobrimento gnosiológico de premissas implícitas e sim na análise consciente do processo de produção da teoria, concebido como um setor da própria produção social material, que permite determinar os princípios mentais e as categorias. Uma dialética materialista da forma e do conteúdo dos movimentos sociais reais e do conhecimento relativo – compreendida a fase da reflexão gnosiológica necessária – só é imune ao perigo de distorções idealistas se alcança a base produtiva da própria teorização. A produção não é só o conteúdo das teorias materialistas, é também um elemento constitutivo da gênese delas e de seu conteúdo de verdade. Esse é um passo adiante no caminho que já foi percorrido pela ciência econômica da burguesia revolucionária, embora somente até o ponto no qual começavam a se apresentar os problemas da forma da produção da teoria. "A verdadeira ciência da economia moderna" – escreveu

"...não começa onde o tratamento teórico passa do processo de idealização no processo de produção".¹⁵

"Aquele que aprende é mais importante do que a doutrina aprendida"
(Dietrich)

A fatal institucionalização do pensamento de Engels, realizada no marxismo, bem como a amplitude enciclopédica das pesquisas metodológicas e históricas do último Engels (difíceis de serem entendidas porque anômalas em relação à classificação tradicional do trabalho científico) são circunstâncias que tornaram até agora difícil libertar a teoria dele das legitimações pré-fabricadas e estereotipadas, para colocá-la no contexto específico da experiência social da sua época histórica. Os clichês justificacionistas abarcam posições totalmente distintas, que vão da dialética da natureza, transformada em sinal de identificação da ortodoxia, à teoria do reflexo, passando pela redução da teoria de Marx a uma *Weltanschauung*. De fato, o abandono da tradição de uma historiografia voltada para estabelecer uma continuidade no nível da história das idéias (e na qual há tempos se perdeu a dialética materialista de conceito e realidade, de estrutura e supra-estrutura, de teoria e prática revolucionária) não pressupõe apenas a retificação de fatos deformados e dissimulados: é necessária uma compreensão diferente da história, um conceito de história contemporânea que não esteja ligado às grandes teorias do passado do movimento operário por qualquer necessidade de legitimação. Uma posição assim não é um ponto de vista fictício. É o que Marx, em *Herr Vogt*, define como ação revolucionária: a "participação, com plena consciência de si mesmo, no processo histórico revolucionário que se realiza diante dos nossos olhos". Somente a necessidade prática de levar avante o atual processo de emancipação da classe trabalhadora, num sentido muito lato, através de experiências históricas de lutas de classes do passado, não censuradas, conservadas na teoria e sistematizadas, entendidas como possibilidades de orientação que transcendem das situações particulares, pode preservar o conteúdo de verdade não pragmático, a objetividade da consideração materialista da história, impedindo que ela se confunda com aquela interpretação insípida que freqüentemente escorrega para o historicismo burguês. Refiro-me ao procedimento segundo o qual a teoria de Marx e de Engels é apenas um fecundo tema de estudo

15 MARX, *O Capital*, ed. italiana, livro terceiro, p. 467.

e um meio para justificar qualquer conhecimento possível. E o conhecimento se apresenta sempre apenas como o produto do desenvolvimento de germes geniais. A verdadeira objetividade da consideração histórica, ao contrário, se constitui com a tramitação de interesses históricos conscientes do presente (mais precisamente: interesses emancipadores de classes e homens oprimidos), que transcendem da imagem do progresso – na história das idéias tanto como na realidade – de um “processo que percorre um tempo homogêneo e vazio”, preenchendo o passado com o “presente”.¹⁶

Sob a égide desse conceito anistórico e idealista de progresso, coisas absolutamente inconciliáveis, ou que só podem ser interligadas do ponto de vista da utilização cientificista, burocrática e tecnológica, são reduzidas a conexões que, ao menos em linha de princípio, já tenham sido formuladas pelos clássicos. Um exemplo típico:

O desenvolvimento das ciências naturais no século XX confirmou e enriqueceu a concepção materialista-dialética da natureza, criada por Marx e Engels. No campo da física, as descobertas de Max Planck, Nils Bohr e Louis-Victor de Broglie deram a fundamentação científica para a tese dialética da unidade de continuidade e descontinuidade da matéria. A teoria da relatividade de Einstein concretizou as teses de Engels sobre a matéria, o movimento, o espaço e o tempo. A teoria moderna das partículas elementares justifica esplendidamente as teses de Engels e de Lênin sobre a inesgotabilidade do átomo e do *elétron*. No campo da biologia, as conclusões do materialismo dialético foram confirmadas com o mesmo êxito. O exemplo da cibernética e de muitos novos ramos da ciência da natureza recentemente aparecidos ... confirma plenamente a previsão de Engels de que os resultados mais importantes devem ser esperados exatamente nas diversas ciências situadas nas fronteiras da expansão do conhecimento.¹⁷

Mesmo que deixemos de lado a confusão inadmissível do *Status* gnosiológico das leis científicas encontráveis em Einstein e Max Planck com as observações geralmente *descritivas* e concernentes no essencial ao complexo das relações naturais, que indicam leis dialéti-

16. Esse conceito materialista da história foi desenvolvido por Walter Benjamin com a mais aguda coerência gnosiológica: “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida que combate... A consciência de arrebentar o *continuum* da história é própria das classes revolucionárias no instante da ação delas” (em “Teses de filosofia da história”, *Schriften*, Frankfurt/Main, 1955, vol. 1, pp. 501 e 503).

17. Introdução oficial ao volume dos *Marx-Engels-Werke* (MEW) dedicado à *Dialética da Natureza* (vol. 20).

cus, como a da unidade da continuidade e da descontinuidade, a transformação da quantidade em qualidade, etc., defrontamo-nos com um problema decisivo, relativo ao conceito marxista da história: se o marxismo não deve ser uma simples *Weltanschauung* que necessita de uma contínua confirmação do seu conteúdo de realidade e precisa da permanente legitimação da produtividade das suas sugestões metodológicas, mas deve ser entendido como fio condutor para a pesquisa, como encaminhamento para a ação, como lugar de produção de conhecimento, experiência e atividade, então sua pretensão de verdade não pode ser realizada pela interpretação retrospectiva de ações e resultados científicos; já que nenhum movimento do conhecimento deixa inalterado o objeto do próprio conhecimento, a dialética materialista precisa penetrar no processo de produção das teorias naturalistas, tecnológicas e sociológicas, tornando-se uma fator produtivo essencial da gênese delas. Isso, contudo, está excluído, seja no caso da elaboração da teoria da relatividade de Einstein, seja no caso da cibernética, ainda que se pressuponha uma consciência subjetivamente falsa em torno da operação, condicionada pela situação de classe dos pesquisadores.

Aliás, o próprio Engels reconheceu francamente o caráter fragmentário e inacabado das suas investigações naturalistas e nunca lhe passaria pela cabeça a idéia de que pudessem vir um dia gerações de marxistas decididas a fixar num cânone de princípios dialéticos normativos, rígidos, um material tão inadequado à dogmatização e tão embaraçado. É claro, no entanto, que precisamente esse caráter fragmentário e inacabado, aberto (que no fundo é o elemento essencial de qualquer dialética materialista), tornou o último Engels particularmente adequado a satisfazer tais interesses de legitimação.

A esse procedimento de integração com fins de legitimação, outros replicavam com uma forma de relação com as teorias de Marx e Engels, encontrável sobretudo no "marxismo ocidental", que tende a descobrir contradições não explicitadas, como a existente entre a pesquisa real (na qual a dimensão da crítica da ideologia produz todos os seus frutos) e a concepção tecnocrática da ciência, ou como a incongruência entre a reflexão científica e a reflexão gnosiológica. O interesse cognitivo de emancipação que se exprime em tais análises – em parte extremamente meritórias – é inegável, como é inegável também o fato de que elas consideram, igualmente, a concepção materialista da história um episódio da história das idéias ou um sistema filosófico, e não a enxergam como uma aparelhagem metodológica para elucidar exatamente as fraturas históricas, as crises, as derrotas e retrocessos da história da emancipação do movimento operário. É incontestável o fato de que esses fenômenos repercutem nas mudanças formais da pro-

dução da teoria marxista, embora com frequência de maneira extremamente sutil e imperceptível. Só através dessas fraturas – e na conexão concreta delas com os êxitos e progressos reais – podem ser adquiridas experiências que passam a constituir os processos coletivos de aprendizagem e contribuem para a formação histórica da consciência de classe. Também para os fins de um desenvolvimento posterior da teoria de Marx, é preciso libertar o trabalho científico vivo da dominação pelo trabalho morto, pré-existente; é indispensável suprimir a dominação dos produtos sobre os produtores.

Só nos últimos anos é que se vem afirmando uma historiografia materialista que se libertou gradualmente do peso avassalador da autoridade de Marx e de Engels, buscando cautelosamente não se limitar à análise das tendências de desenvolvimento da produção capitalista, das estruturas de classe, da situação econômica da classe trabalhadora e das constelações políticas da segunda metade do século XIX; esses estudiosos procuram, ao contrário, descobrir em aspectos particulares, num nível sociológico e sociopsicológico, as contradições da vida e da situação social real das classes proletárias, contradições que, mesmo quando aparecem deslocadas por remoções conscientes ou inconscientes, influem sobre a forma e sobre as categorias da teorização marxista e sobretudo determinam a medida em que as reflexões teóricas podem contribuir para a estruturação do processo de constituição política da classe operária.

Partindo dos pontos focais dos resultados históricos – por exemplo, da total falência política da social-democracia alemã, que era celebrada como modelo revolucionário perfeito pelos partidos da Segunda Internacional (e pelo próprio Lênin até 1908) – essa forma de historiografia concentra sua atenção sobretudo nos deslocamentos de peso no interior do movimento socialista, rastreando as tendências e acontecimentos que mal aparecem, eclipsados pelos fenômenos visíveis, interessando-se mais por eles do que pelos programas e declarações públicas.¹⁸

Concretamente, essa nova orientação comporta uma avaliação completamente distinta da importância ou irrelevância dos dados: fatos como aquele que transparece de um inquérito realizado em 1905 e

18 Hoje, sem dúvida, esse rico material ainda é, no essencial, objeto de pesquisas no campo da história da teoria; porém as investigações tendem claramente à análise sociológica aprofundada.

no qual se apurou que apenas dez por cento dos membros do partido social-democrático alemão tinham “algum conhecimento dos argumentos marxistas”¹⁹, ou então fatos como o da total ausência de operários no grupo dos trinta e cinco deputados social-democratas no parlamento alemão de 1890 (uma bancada integrada por jornalistas, industriais, hoteleiros, etc.), possuem para o revisionismo prático e para a avaliação das potencialidades revolucionárias da social-democracia uma importância muito maior do que o programa de Erfurt, o afastamento de Bernstein em relação ao marxismo e a “traição” de Kautsky. Assim como o stalinismo não pode ser explicado com o culto da personalidade, também o revisionismo não tem sua causa, absolutamente, no fato de que alguns dirigentes da social-democracia tenha traído o marxismo.²⁰

O último Engels está situado no ponto nodal dessa historiografia marxista que tematiza a própria história do marxismo, e a posição histórica de mediação que ele vem a ocupar – seja entre a teoria da sociedade elaborada por Marx e as formas ulteriores de desenvolvimento do marxismo, seja entre a teoria do socialismo científico e aquele episódio da história contemporânea que é a constituição dos primeiros partidos proletários – pode ser um motivo que explica porque o pensamento de Engels adquiriu caráter de atualidade exatamente para um movimento político para o qual a validade teórica e o conteúdo prático de verdade de uma teoria revolucionária são inseparáveis do seu modo historicamente determinado, do seu modo próprio e específico de produzir experiências sociais.²¹

Há, substancialmente, duas razões nas origens da tendência a fazer da teoria de Marx uma *teoria retrospectiva*, um instrumento universal para a interpretação *post factum* de conhecimentos, experiências

19. A. KOSIOL, em *Neue Zeit*, 1905, nº 2, p. 65

20. Nessa forma de historiografia materialista se destacam: H. J. STEINBERG, *Sozialismus und deutsche Sozialdemokratie* e a introdução à edição de 1967 do *Anti-Dühring*; todas as análises de G. HAUPT; M. PERROT, *Les hommes en grève, France 1871-1890*, Paris, 1974; BO GUSTAFSSON, *Marxismus und Revisionismus*, Frankfurt/Main, 1972; e, mais recentemente, ERHARD LUKAS, com uma excelente análise do radicalismo operário (*Arbeitsradikalismus*, Frankfurt/Main, 1977).

21. O novo interesse pelo último Engels não se limita mais às doutrinas tradicionais (dialética da natureza, teoria do reflexo, evolucionismo, etc.) mas se ocupa sobretudo do conteúdo político e histórico da sua teoria. Veja-se C. GLUCKSMANN, *Engels et la philosophie marxiste*, Paris, 1971; H. REINICKE, *Friedrich Engels*, série *Arbeitspapiere* nº 12, Merve Verlag; G. STEDMAN JONES, “Engels and Hegel”, *New Left Review* nº 79. Há também as contribuições das intervenções feitas na conferência científica internacional de Wuppertal em 1970: *Friedrich Engels 1820-1970*.

e ações, tal como se vê tanto em Kautsky como no marxismo soviético (que reproduz, em muitos aspectos, os erros da primeira transformação do marxismo numa *Weltanschauung*, em parte num aberto contraste com Lênin, ao menos no que concerne ao Estado e ao problema da história como presente): a primeira razão se acha no fato de que não se desenvolveu (ao contrário, com frequência foi explicitamente removida) a teoria da subjetividade, ou seja, a teoria que elucida as estruturas e motivações que determinam as resistências reais e os conteúdos utópicos de que se alimentam. Esse problema se apresenta já para Engels, embora numa fase do desenvolvimento do marxismo e do movimento operário na qual não se pode ainda falar de uma sede política de produção da teoria marxista da sociedade. Na sua interpretação da Comuna de Paris, ele observa que as duas frações principais – os proudhonianos e os blanquistas – representam motivações e concepções equivocadas, porém realizam uma “experiência social” que se coloca na linha do marxismo e constitui, nos seus resultados principais, uma experiência fundamental no caminho da emancipação proletária. Engels utiliza aí o conceito hegeliano da *ironia da história*; os proudhonianos e os blanquistas sofrem o destino de todos os dogmáticos que chegam ao poder: na prática, fazem o contrário daquilo que se propuseram na teoria.

Essa confiança na ironia da história, contudo, uma confiança que mais tarde se revelará no comportamento relativo aos movimentos espontâneos e também a certos resultados das ciências naturais, altera a teoria marxista da sociedade. Quanto ao seu conteúdo revolucionário-crítico, ela assume a forma reificada de uma instância de censura, que fica vendo o que acontece para depois interpretar.

Isso tem a ver com a segunda razão da tendência acima referida: a ausência de uma teoria da história capaz de ajudar as tendências ainda implícitas a se expressarem, de uma teoria que, interrompendo a continuidade do passado, consiga tomar posição contra os fatos reificados, contra o trabalho coagulado. Quando o marxismo se torna uma enciclopédia dos fatos e conhecimentos científicos presentes e passados, transforma-se numa concepção tecnocrática da sociedade, que pode ser empregada por qualquer sistema de dominação, passando a funcionar como, digamos, a teoria do sistema. Assim, a avaliação dos movimentos emancipadores que se desenvolvem diante dos nossos olhos é uma premissa essencial para uma concepção da história atual, que é, por sua vez, necessária ao desenvolvimento de uma relação adequada do presente com a teoria marxista.

As considerações que se seguem estão articuladas em torno de problemas atuais, que já se colocavam entretanto para o último En-

pol, mas para os quais ele não encontrava e nem poderia encontrar soluções, dada a sua perspectiva histórica. Trata-se de uma série de três temas da teoria engelsiana da revolução: 1) lei do valor e revolução; 2) origens políticas da dialética da natureza; 3) crítica da economia política do capital e economia política da força de trabalho (problemas da subjetividade revolucionária).

3. *Lei do valor e revolução: o problema do impulso revolucionário*

Se nos baseamos nas experiências históricas do passado, parece que a não homogeneidade do desenvolvimento social é o pressuposto e a lei formal das revoluções bem sucedidas. Se bem que Engels não diga explicitamente o que é para ele o impulso objetivamente determinante do movimento de emancipação da classe operária, sua posição, no entanto, está indicada em muitos pontos dos seus escritos: as revoluções nascem onde a lei do valor se desenvolveu na forma capitalista, ou seja, na forma caracterizada por uma dimensão mais ampla da produção de mercadorias, determinando a formação de um proletariado industrial, com centros, cidades, regiões industriais, que transformam radicalmente a existência dos homens, enquanto, por outro lado, sobrevivem formas pré-industriais de relações e de vida, que são certamente questionadas mas não inteiramente destruídas.

A "lei" da não contemporaneidade já tinha sido claramente formulada por Marx, no plano econômico, a propósito da relação entre a estrutura e a supra-estrutura; nas reflexões do último Engels, contudo, quando ele se dedica a desenvolver a teoria da revolução, essa "lei", se apresenta numa forma nova, aplicada a problemas estritamente políticos. Um desses problemas consiste em determinar onde se acha, no plano internacional, a melhor possibilidade do "impulso revolucionário", que é a condição necessária, embora não suficiente, para mover o processo da revolução mundial. Outro problema está em determinar em que medida os modos de produção pré-industriais (resíduos de propriedade comunal, instituições comunitárias, etc.) que ainda subsistem podem ser transformados diretamente em formas socialistas de propriedade, ou ao menos estão em condições de abreviar notavelmente o processo de desenvolvimento na direção da sociedade socialista.²² A atualidade dessa problemática está fora de discussão, pois a história do século XX só tem conhecido revoluções autóctones em paí-

22. ENGELS, "Balanço final" das "Condições sociais na Rússia", em MARX e ENGELS, *Índia, Cina, Rússia*, Milano, 1965, p. 278.

ses nos quais a lei do valor – válida enquanto há produção pura e simples de mercadorias²³ – ainda não permeou no seu desdobramento capitalista todas as situações sociais e os aspectos da vida dos homens em todas as esferas da sociedade, ainda não destruiu inteiramente os elementos tradicionais da economia rural e do artesanato.

A não contemporaneidade do desenvolvimento e a questão da relação histórica particular que subsiste entre o impulso revolucionário e a atualização da revolução são problemas centrais da teoria da revolução e foram formulados pela primeira vez por Engels em seus últimos anos de vida, certamente baseado em escritos de Marx, para os quais, entretanto, os dois problemas referidos ainda não tinham a imperiosa atualidade que assumiram depois.

23. Não podemos desenvolver aqui a problemática da lei do valor. Certamente não é casual o fato de que sejam praticamente os últimos trabalhos econômicos tanto de Engels como de Marx ("Lei do valor e taxa de lucro" para o primeiro, "Glosas marginais ao *Tratado de Economia Política* de Adolph Wagner para o segundo) aqueles que se dispõem a determinar a função do valor e da lei do valor. A lei do valor não é uma pura hipótese, nem uma ficção necessária; é, se quisermos, a quintessência e o núcleo das *categorias da realidade*, das leis que estruturam a realidade social e asseguram a conexão intrínseca no real. Trata-se de uma lei estrutural da história, na medida em que esta conhece a produção das mercadorias. "A lei do valor formulada por Marx tem validade geral na medida em que são válidas as leis econômicas, ao longo de todo o período da produção simples de mercadorias; até que sofre uma modificação, por causa do advento da forma de produção capitalista. Até então, os preços gravitam em torno dos valores determinados pela lei de Marx, oscilam em torno deles, de modo que quanto mais se desdobra a produção simples de mercadorias, tanto mais os preços médios dos períodos longos e não interrompidos por violentas perturbações externas coincidem com os valores... Portanto, a lei do valor dominou ao longo de um período de cinco a sete séculos" (MEW, vol. 25, p. 25). Apesar dessa amplitude teórica da validade da lei do valor, a passagem da produção simples de mercadorias à produção capitalista é um *salto qualitativo*, sobretudo no que se refere à sua importância para o processo de constituição política da sociedade. À base da produção simples de mercadorias, existem sociedades de tipo natural, com relações pessoais de domínio e servidão, a coesão da sociedade é mantida por instâncias *políticas*, freqüentemente com formas despóticas de dominação. Quando o capital se torna o poder da sociedade, impõe a muda coerção das relações econômicas; sob o escudo da autoridade do Estado de classe, providência diretamente a coesão da ordem política de dominação. Como essa ordem se torna imprescindível para todos os interessados, quando o valor não se oferece mais à experiência sensível embora permaneça "a base de toda a construção social" (como se lê no livro terceiro do *Capital*), é um problema que se coloca para o último Engels e que ele assume com clareza, porém não chega a desenvolver o exame das suas consequências políticas (que atingem também a consciência do proletariado). O conceito do valor corresponde a uma realidade; o valor tinha uma existência *imediatamente* real no início da troca, quando os produtos se transformavam gradualmente em mercadorias e eram trocados conforme o valor aproximativo deles. O trabalho empregado

Em seu prefácio de 1859 à *Crítica da Economia Política*, Marx afirma que tinha começado uma "época de revolução social", já que se determinara uma contradição objetiva que a formação social existente não se achava mais em condições de solucionar. Essa contradição consistia no fato de que as relações de produção (que abarcam os homens na produção material da vida deles, já que são a totalidade da base econômica, real, da sociedade) deixavam de ser formas de desenvolvimento das forças produtivas (às quais pertence a própria classe trabalhadora, que é a força produtiva maior), tornando-se, ao contrário, obstáculos ao desenvolvimento social das forças produtivas. Essa definição da situação revolucionária vale também para o último Engels; porém, sob a clara pressão de uma classe que intervinha efetivamente na política cotidiana com reivindicações revolucionárias, a definição passava a carecer de uma especificação histórica e também, em larga medida, de uma localização espacial.

Quanto a essa especificação e localização da situação revolucionária, duas coisas estavam claras na posição de Marx e de Engels: a primeira era que o destino da revolução e as possibilidades de ação do proletariado dependiam tanto do nível de desenvolvimento da burguesia e do grau de consolidação social do seu domínio econômico e político (em detrimento de todas as demais camadas e classes sociais) como da situação de crise da sociedade como um todo. A derrota dura a que chegam os corajosos protagonistas da insurreição de junho de 1848 é um exemplo do primeiro caso, pois mostra como a indústria francesa, enquanto não domina o conjunto da burguesia na França, não pode polarizar o seu interesse de classe e se torna assim um grupo colocado *ao lado* da burguesia financeira dominante, expoente fanáti-

na produção de dois objetos era precisamente o único critério para o confronto quantitativo deles. Enquanto as coisas permaneceram assim, a relação entre o valor e a realidade não tinha nada de misterioso. Isso vale também para a taxa de lucro. Engels vê no processo de nivelamento da taxa de lucro um "ponto muito interessante, sobre o qual Marx pessoalmente não diz muita coisa" (carta de 11.3.1895 a Werner Sombart, MEW, vol. 39). Engels sugere a Sombart que empreenda uma investigação histórica que revele a presença de um elo ligando o conceito e a realidade do valor numa sociedade capitalista avançada. "Sabemos que a imediata realização do valor na troca deixou de existir, não existe mais. Creio que não será muito difícil mostrar, ao menos no conjunto, os elos mediadores que ligam o valor imediatamente real ao valor da forma de produção capitalista, tão profundamente oculto que os nossos economistas podem tranquilamente negar que ela exista. Uma exposição histórica competente desse processo – que exigiria certamente muito estudo, mas promete resultados amplamente compensadores – seria um complemento muito precioso para o *O Capital*" (carta a Sombart, cit.).

co do partido da ordem. A Comuna de Paris é um exemplo do segundo caso: a crise do sistema de dominação política do Segundo Império, determinada pela derrota militar, prevalece na metrópole, onde o proletariado pode destruir o aparelho do Estado, mas não envolve o país inteiro, como acontecera por exemplo em 1789. O grau de desenvolvimento da burguesia e a crise do conjunto da nação eram, pois, critérios essenciais para a especificação da situação revolucionária. Mas havia outra coisa que, nesse campo, estava clara na posição de Marx e de Engels: as particularidades nacionais do desenvolvimento do conjunto da sociedade (nelas incluídas, sobretudo, as experiências de luta das classes oprimidas) são decisivas para determinar de que país parte o impulso revolucionário. Se é o "canto do galo francês" que vai anunciar o "dia da revolução alemã", como diz o jovem Marx, ou se o movimento revolucionário após a Comuna de Paris se desloca novamente para a Alemanha (ou até para a Rússia, como deixam supor alguns trechos de escritos posteriores aos anos 70), essas variações na escolha do país onde começará a revolução proletária se baseiam sempre em análises econômicas e políticas concretas, no exame da situação tal como ela se apresenta a cada passo.

O que Marx disse em 1872 sobre o Congresso de Haia – cujas decisões constituíram a base para a criação de partidos políticos nacionais autônomos da classe operária – indica exatamente essa exigência de concretização, levada até à consideração dos usos e costumes de um país (embora em primeira instância se refira só ao problema da revolução violenta ou pacífica). Marx disse:

Um dia o operário deverá assumir o poder político para fundar a nova organização do trabalho; deve substituir a velha política que mantém as velhas Instituições; se não, jamais verá – como os antigos cristãos, que o negligenciaram e desprezaram – o advento do reino dos céus neste mundo.

Nunca sustentamos, de fato, que os meios para chegar a este fim fossem idênticos em toda parte. Conhecemos a importância que têm as instituições, os costumes e as tradições dos vários países; não negamos que existam países – como a América, a Inglaterra, e, se eu conhecesse melhor as instituições de vocês, acrescentaria a Holanda – nos quais os trabalhadores podem alcançar seus fins com meios pacíficos. Se isso é verdadeiro, contudo, devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente é a força que deve ser a alavanca das nossas revoluções; e é para a força que precisaremos apelar para instaurar o reino do trabalho.²⁴

24. MARX, discurso sobre o Congresso de Haia, MEW, vol. 18, p. 160. Esse texto apareceu pela primeira vez em *La Liberté*, 15.9.1872, nº 37. No *Volkstaat*, a última frase

Em que medida processos objetivos – como a drástica contradição entre as forças produtivas e as relações de produção – se entrelaçam com a estrutura do sistema de dominação política, com as opiniões, com a capacidade de decisão das massas e das classes dominantes, até constituir um todo indivisível, quando uma crise da nação como um todo produz uma situação revolucionária, é coisa que encontramos dita por Lênin, numa formulação altamente sugestiva e ainda hoje válida, uma formulação que exprime sinteticamente as experiências revolucionárias tanto da burguesia como do proletariado. Não é casual que nela – que indica a possibilidade da vitória revolucionária – esteja sublinhado precisamente o momento da decisão e da vontade e, por conseguinte, um elemento sociopsicológico, subjetivo:

A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções e em especial pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas estejam conscientes da impossibilidade de continuar a viver como no passado e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam mais viver e governar como no passado. Só quando as “camadas inferiores” não querem mais o passado e as “camadas superiores” não podem mais viver como no passado é que a revolução pode vencer. Em outros termos, essa verdade significa que a revolução não é possível sem uma crise de toda a nação, que envolva explorados e exploradores. Para a revolução, assim, é necessário sobretudo que a maioria dos operários (ou, ao menos, a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente ativos) compreenda plenamente a necessidade da mudança radical, esteja pronta a enfrentar a morte lutando por ela; e é necessário, além disso, que as classes dirigentes atravessem uma crise que arraste na política até mesmo as massas mais atrasadas (o começo de toda autêntica revolução se caracteriza pela rápida decuplicação ou centuplicação do número dos representantes da massa trabalhadora e oprimida, que até aquele momento vinha se mantendo apática, representantes capazes de conduzir a luta política), que a crise enfraqueça o governo e permita aos revolucionários derrubá-lo rapidamente.²⁵

Na realidade, após a primeira guerra mundial, essas crises nacionais se verificaram, efetivamente, em muitos países da Europa ociden-

é substituída por: “Mas essa não é a situação em todos os países”. A direção da social-democracia alemã censurou várias vezes artigos de Marx e de Engels, ou publicou versões deles “suavizadas”, para evitar uma impressão de “violência”.

25. LENIN, *A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo*, em *Opere*, Roma, 1967, vol. 31, pp. 74-75. [11ª edição brasileira, da Editorial Vitória].

tal industrialmente avançados, porém não houve nenhuma revolução proletária vitoriosa. Por que situações revolucionárias não levaram a uma revolução bem sucedida? Certamente não é possível dar uma resposta geral única a essa pergunta; as respostas dependem da consideração do conjunto das condições de desenvolvimento no caso específico de cada país.

Hoje, considerada a nossa experiência, todas as reflexões teóricas sobre a revolução devem partir da seguinte situação de fato: as revoluções socialistas autóctones que não se realizaram em seguida a derrotas militares (como na luta da União Soviética contra o fascismo hitleriano, com as subseqüentes ocupações na Europa oriental e, por exemplo, na Coreia do Norte) só se verificaram em lugares onde o "ambiente histórico" (Marx) era influenciado pelo mercado mundial das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, em lugares onde já existia (em certas regiões ou cidades) uma indústria concentrada e um correspondente proletariado industrial, mas em escala nacional se tratava de lugares nos quais o desenvolvimento capitalista ainda não tinha destruído inteiramente diversas formas de propriedade comum, de posse coletiva da terra e dos meios de produção. Essa era a situação da Rússia, da China, de Cuba; o mesmo se pode dizer também do único ímpeto revolucionário ocorrido na Europa ocidental, que foi a revolução espanhola sufocada pelo fascismo franquista; e isso vale igualmente, sem dúvida, para o Chile de Allende. A gama dessas estruturas comunitárias tradicionais e desses modos tradicionais de produção, caracterizados em geral por uma relação pré-industrial com a base natural da produção, vai desde as formas do modo de produção asiático, de uma economia natural (China), até o *mir*, a comunidade agrícola russa, última fase de uma formação social primitiva, cuja estrutura interna, permeada de elementos privados, já indica a passagem de uma sociedade baseada na propriedade comunal à sociedade baseada na propriedade privada. Todas essas formas e os modos de vida que delas derivam já estão ameaçados por um modo de produção que se superpõe a eles; estão ameaçados, porém ainda não desapareceram completamente. Marx e Engels estão, contudo, convencidos de que essas formas tradicionais, isoladas, nunca podem se tornar a base de uma transformação socialista (e isso vale também para o *mir* russo).

Em sua formulação relativa à "lei fundamental" da revolução, Lênin podia invocar três revoluções russas: a de 1905, a revolução burguesa de 1917 e a revolução de outubro ²⁶ (e em todas as três po-

26. No fundo, a revolução de outubro não é um movimento *unitário*, pois consiste em dois movimentos convergentes: uma revolução proletária nas cidades e uma revolu-

dia ser assinalada certa influência proletária, embora se tenham realizado num ambiente histórico que, de fato, não se subordinava à dicotomia exclusiva burguesia-proletariado). O último Engels, entretanto, se encontrava diante de uma situação bem diversa: a situação histórica de um país ocidental altamente desenvolvido, no qual o proletariado representava uma força social visível, manifesta nas eleições, no grau de organização das massas e nas lutas sindicais, uma força que encaminhava reivindicações inequivocamente revolucionárias. O período das revoluções promovidas por minorias (e só no curso dele existiam experiências históricas concretas) era um período definitivamente encerrado, entre outras coisas por força dos progressos da técnica militar.

Se mudaram as condições para a guerra entre os povos, não mudaram menos as condições para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções feitas por pequenas minorias conscientes colocadas à frente de massas inconscientes. Onde se cogita de uma transformação completa das organizações sociais, é necessária a participação das próprias massas; as massas deverão ter compreendido do que se trata, deverão saber por que dão seu sangue e sua vida.²⁷

Já a pesquisa que contém a análise de uma situação revolucionária mais concretamente materialista, uma análise desenvolvida à base da luta de classes (ou seja: o estudo por Marx das lutas de classe na França entre 1848 e 1850), está caracterizada por uma cisão interna na avaliação das perspectivas revolucionárias dos desenvolvimentos europeus. Nela, a França aparece como o país "no qual as lutas de classe

ção camponesa. A tentativa de transformá-la numa revolução coerente e unitária contribuiu, no stalinismo, para fazer que o marxismo perdesse a sua substância crítica e se tornasse uma ciência de legitimação.

27. Na versão integral da "introdução" de Engels à edição de *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*, de Marx, texto que Bernstein chamou de "o testamento político de Engels", seu último escrito de certa extensão, redigido para justificar o caminho legal para o poder, não se coloca de fato a alternativa: ou a transição legal ao socialismo ou a passagem revolucionária, violenta. Engels se irritou quando, sem consultá-lo, o *Vorwärts* publicou um trecho da "introdução" que o apresentava como um pacífico cultor da legalidade. E Bernstein, como administrador das obras póstumas de Engels, evitou a divulgação do manuscrito completo. A eliminação dos trechos particularmente "violentos" era feita com o óbvio objetivo de influenciar favoravelmente a comissão que começara a trabalhar em abril de 1895 e devia elaborar um novo projeto de lei para enquadrar os socialistas. Riazhánov foi o primeiro a descobrir essas mutilações (ver *Unter dem Banner des Marxismus*, 1925-1926, pp. 160 e seg.).

da história foram travadas, mais do que em qualquer outro lugar, até a solução definitiva; no qual, portanto, as formas políticas mutáveis em que as lutas se travam e sintetizam seus resultados assumem contornos mais nítidos".²⁸ Por outro lado, numa série de artigos escritos em 1851 para o *Daily Tribune*, de New York, Engels também analisou a situação de classe da revolução alemã em 1848-1849 (esses artigos, com a assinatura de Marx, foram traduzidos para o alemão por Kautsky e publicados em 1896 com o título de *Revolução e contra-revolução*). Mas o atraso do desenvolvimento da burguesia alemã se refletia também no proletariado, que não desenvolvia nenhuma ação autônoma, de modo que as formas políticas da luta de classes não podiam assumir um perfil claro e preciso. As três análises fundamentais desenvolvidas por Marx em torno das formas políticas nas quais se expressa a luta de classes e sobretudo se expressam as reivindicações revolucionárias do proletariado referem-se a uma formação social impregnada de formas tradicionais de produção, pequena burguesia, pequenos camponeses, tradições monárquicas, etc.: a formação social da França. São os três estudos dedicados às *Lutas de Classe na França*, ao *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* e, finalmente, à *Guerra Civil na França*. Já o desenvolvimento das forças produtivas, a criação do mercado mundial, aquilo que desde a metade dos anos 40 Engels chamava de "revolução industrial", são analisados em função sobretudo da Inglaterra, aquele centro organizativo do modo de produção capitalista que representava para os demais países caracterizados pela produção de mercadorias "a imagem do próprio futuro deles". Nas *Lutas de Classe na França*, Marx desenvolve a idéia de que só uma burguesia que alcançou econômica e politicamente o poder (e que portanto não se limita a exercê-lo apenas em parte, como ocorria ainda na França de Louis Philippe, governada pela burguesia financeira) pode engendrar um proletariado capaz de desenvolver ações políticas autônomas. Enquanto os industriais – a produção – não dominarem na burguesia francesa, é impossível que os interesses revolucionários se concentrem na classe operária; por isso, o proletariado de Paris procurou "defender o seu interesse ao lado do da burguesia, ao invés de fazê-lo valer como interesse revolucionário da própria sociedade".²⁹

Admitido, então, que as crises econômicas, as crises nacionais do sistema político de dominação e a guerra contribuem de modo decisivo para desencadear situações revolucionárias, existe um outro

28. Prefácio de Engels para o *Dezoito Brumário*, de Marx.

29. MARX, *As Lutas de Classe na França*.

problema, que já tinha sido abordado por Marx a propósito dos desenvolvimentos concretos da revolução de 1848 e que assume uma importância fundamental no último Engels, quando já tinha aumentado e continuava a aumentar o peso político do proletariado no desenvolvimento social: o problema da não contemporaneidade do desenvolvimento econômico e do político, um problema que repercute diretamente no processo de constituição do proletariado e determina o seu modo de ação. Em outros termos: que importância têm para a estruturação política das ações revolucionárias do proletariado as formas e relações de produção tradicionais, ainda não destruídas inteiramente pela produção capitalista? Em 1850, Marx exprime sinteticamente essa contradição, confirmada de maneira cruenta pela insurreição de junho (a primeira grande batalha na qual a sociedade moderna se cindiu em duas classes):

O período da crise veio, na Inglaterra, antes do que no continente; o mesmo ocorreu com o da prosperidade. O processo inicial se realiza sempre na Inglaterra, que é o demiurgo do universo burguês. No continente as diversas fases do ciclo que a sociedade burguesa recomeça sempre a percorrer aparecem de forma secundária e terciária... Portanto, se as crises dão origem a revoluções antes no continente, as causas delas devem ser sempre encontradas na Inglaterra. É natural que as explosões violentas se manifestem antes nas extremidades do corpo burguês do que no seu coração, porque neste são maiores as possibilidades de compensação. Por outro lado, o grau em que as revoluções continentais repercutem na Inglaterra é o termômetro que mostra até que ponto essas revoluções questionam de fato as condições de existência burguesas ou até que ponto elas se limitam a golpear as formações políticas da burguesia.³⁰

Marx faz aqui uma distinção claríssima entre as zonas marginais do “universo burguês”, nas quais as lutas de classe chegam antes a uma explosão violenta, e o centro da produção capitalista. Ora, se é verdade que a transformação revolucionária não parte desse “demiurgo do universo burguês”, também é verdade que é a transformação dele que determina o conteúdo social de qualquer revolução proletária possível, que não se limite a mudar a estrutura política do país.³¹

30. Idem, *ibidem*.

31. Idem, *ibidem*. “Na França” – diz Marx – “o pequeno-burguês faz o que normalmente o burguês industrial deveria fazer; e o operário faz o que normalmente caberia ao pequeno-burguês. E quem faz o que caberia ao operário? Ninguém. (...) A atual geração está numa situação semelhante à dos judeus que Moisés conduzia através do deserto. Ela não deve apenas conquistar um novo mundo: deve morrer para abrir caminho aos que virão para esse novo mundo”.

Marx e Engels nunca dizem, absolutamente, que possa existir o "socialismo num único país"; e muito menos que isso possa ocorrer num país econômica e politicamente atrasado. Mas repetem, com frequência, que a revolução explode no elo mais fraco da cadeia do universo capitalista. É um tema freqüente na teoria da revolução de Marx e que se acentua no último Engels, embora a fagulha revolucionária se desloque mais tarde para a periferia do "universo burguês" e vá para o oriente, para a Rússia.³² Quando Engels retoma o tema do escrito de Marx sobre *As Lutas de Classe na França* e, mais de quarenta anos mais tarde, escreve a famosa "introdução", a Inglaterra se acha completamente fora do horizonte político do desenvolvimento revolucionário do proletariado, ainda que Engels obviamente não tenha dúvidas quanto à tese de que a emancipação do proletariado só pode ocorrer se as nações que dominam o mercado mundial forem envolvidas na onda revolucionária.

Incongruências na teoria da revolução

Quando Engels, recapitulando as experiências das revoluções até a Comuna de Paris, constata que a forma de luta de 1848 envelheceu em todos os sentidos, isso acontece sobretudo por dois motivos. O período das "revoluções pelo alto", iniciado após 1851, junto com uma grande expansão do desenvolvimento industrial, contribuíra notavelmente para esclarecer e polarizar as relações de classe, de tal modo que, se o proletariado ainda não estava maduro para a revolução (como eloqüentemente mostrara a Comuna de Paris), de qualquer maneira não era mais possível uma revolução diversa da proletária.³³

Nos vinte anos que se seguiram à Comuna de Paris, formara-se um exército proletário, muito inferior ao exército no que concerne à estratégia, bem como à técnica das armas e das comunicações; esse exército não podia esperar a vitória através de um golpe, de uma revol-

32. Essa problemática ainda era entendida de maneira abstrata pelo jovem Marx, como se vê na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: "Na Alemanha, nenhuma espécie de servidão poderá ser rompida sem que se rompam todos os tipos de servidão. Sendo profundamente sólida, a Alemanha só pode fazer a revolução fazendo-a em profundidade. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. O cérebro dessa emancipação é a filosofia, seu coração é o proletariado. A filosofia não pode se realizar sem a supressão do proletariado e o proletariado não pode ser suprimido sem a realização da filosofia. Quando todas as condições intrínsecas forem satisfeitas, o dia da ressurreição alemã será anunciado pelo canto do galo francês".

33. "Introdução" de Engels às *Lutas de Classe na França*, de Marx.

ta ou de uma batalha travada nas ruas. Engels advertia contra uma batalha decisiva provocada pelo adversário, travada com meios insuficientes num terreno vantajoso para o inimigo, em virtude das forças produtivas militares superiores e do controle do trânsito, dado igualmente o apoio provável de uma parte notável da pequena burguesia. Essa advertência não tem absolutamente nada a ver com a recusa por princípio da violência em qualquer tipo de subversão revolucionária. Por maior que fosse a diferença entre a situação de 1848 e a de 1895, Engels nunca se coloca o problema de uma alternativa abstrata entre via pacífica ao socialismo e via revolucionária-violenta. O proletariado não pode excluir, por princípio, nenhum dos dois caminhos.

Na época (em 1848) o panorama refletia os numerosos e obscuros evangelhos das seitas; hoje, só a teoria de Marx é universalmente reconhecida, com clareza absoluta, formulando com precisão os objetivos finais da luta. Na época, as massas estavam divididas, se diferenciavam segundo o local e a nação, ligadas somente pelo sentimento do sofrimento comum, pouco desenvolvidas, oscilando confusamente entre o entusiasmo e o desespero; hoje, elas compõem um *único* grande exército internacional de socialistas, que avança sem parar, cujo número cresce e no qual aumenta o nível de organização e disciplina, a compreensão e a certeza da vitória. E, se mesmo esse poderoso exército do proletariado ainda não pôde atingir seu objetivo, se ele não tem como conseguir a vitória através de uma *única* batalha imensa e precisa progredir lentamente numa luta dura e persistente, de posição em posição, isso demonstra de uma vez por todas como era impossível conquistar a transformação social em 1848 por meio de um simples golpe de surpresa.³⁴

Numa situação caracterizada pelo fato de que, à diferença do que ocorria na revolução de 1848, o elemento subjetivo, blanquista (se quisermos chamá-lo assim), da revolução se transfere para o processo objetivo, que se torna em certo sentido aparelho industrial, fica cada vez mais difícil determinar o ponto de explosão necessário ao êxito de uma revolução, o ponto onde se encontram os dois grandes exércitos. A dificuldade de determinar o ponto de colisão, não só negativamente (distinguindo-o de formas de ação ineficazes), mas também positivamente, é uma dificuldade com que se defronta toda a teoria da revolução do último Engels, na forma de contradição decisiva.

34. Idem, *ibidem*.

Por um lado, o processo revolucionário se realiza com "a calma e a inevitabilidade de um processo natural":³⁵ quando a forma capitalista da lei do valor se afirma em todos os setores sociais e produz assim uma situação objetiva de crise, aumenta o número dos sintomas que indicam a erosão da classe dominante e mostram claramente que as relações de produção existentes não são mais formas de desenvolvimento, tornaram-se obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. Tratando-se de uma situação de crise, são indiferentes as causas da vinda para a social-democracia e para o proletariado de elementos egressos de outras classes e categorias (camponenses, artesãos, pequenos-burgueses); ou porque sentem que sua própria existência está ameaçada ou porque têm medo dos exames no final do ano (como diz Engels ironicamente a propósito dos estudantes), o fato é que afluência deles é sempre um sintoma do que está se aproximando.³⁶

Mas o desenvolvimento econômico objetivo, tal como aparece na forma de organização das sociedades por ações e na forma da propriedade estatal de forças produtivas, não só leva a relação capitalista ao extremo limite no qual ela deve ser invertida (sem, no entanto, suprimir o caráter capitalista dos meios de produção), como também propicia à revolução proletária, ao menos formalmente, os meios para que ela solucione em seu favor o conflito social fundamental. Segundo Engels, no curso do mesmo processo confluem na direção do proletariado as forças de trabalho tecnicamente qualificadas das camadas médias ameaçadas e parcialmente arruinadas, embora ele reconheça com extrema clareza que a vasta massa dos intelectuais burgueses só pode ser conquistada para o socialismo se estiverem criadas relações de força inequivocamente favoráveis ao próprio socialismo, ao passo que no curso das lutas de classe tende a se colocar na posição contrária.

Para apoderar-se dos meios de produção e usá-los, precisamos de pessoas que tenham uma preparação técnica; e em grande quantidade. Por ora, elas não estão à nossa disposição... porém prevejo que nos próximos oito ou dez anos teremos conquistado para a nossa causa numerosos jovens tecnicamente preparados, médicos, juristas, professores, de modo que poderemos entregar a companheiros a administração das fábricas e dos grandes bens nacionais. Poderemos nos apropriar do poder da forma mais natural e simples (relativamente). Se, ao contrário, nos apropriarmos do poder prematuramente, com uma guerra, então os técnicos serão os nossos principais iní-

35. Carta de Engels a Bebel, 24/26.10.1891, MEW, vol. 38, p. 189.

36. Idem, *ibidem*, p. 212.

migos e, assim que puderem, nos enganarão e nos trairão; precisaremos usar o terror contra eles...".¹⁷

Considerada a soma desses sintomas, consideradas as tendências objetivas da sociedade burguesa tais como Engels podia enxergá-las, deixada de lado a componente subjetiva da classe operária e as potencialidades revolucionárias efetivamente presentes nela, pode-se compreender porque, em 1891, à base de "um puro cálculo das probabilidades, segundo leis matemáticas", Engels chegou a afirmar que a "possibilidade do final da dominação" poderia ocorrer no fim do século (o que para ele não equivalia à superação da sociedade burguesa).

Se isso não acontecesse, a velha sociedade burguesa ainda poderia continuar a vegetar por algum tempo, até que um golpe de origem externa a derrubasse. Se o ambiente continua tranquilo, uma firma tão antiga e tão corrupta pode sobreviver de alguns séculos à sua própria morte interior, substancial. "

Aqui já se delineia certamente uma idéia que Engels retoma no final da sua "introdução": a de que o êxito de uma luta decisiva entre o proletariado e a burguesia não pode ser considerado seguro, como ocorria em todas as revoluções históricas do passado, quando a classe dominada dispunha regularmente de meios materiais de acumulação. Engels é muito prudente na avaliação de uma situação para a qual não existiam precedentes na história. Não lhe é absolutamente estranha a idéia de superar o aparelho de Estado com a ajuda do aparelho do Estado, tal como ela é sustentada hoje por alguns partidos comunistas europeus, em oposição tanto à concepção social-democrática como à concepção leninista do Estado. Embora ele aceite a definição do Estado por Marx, que o caracteriza como aparelho de opressão de uma classe por outra, e embora saiba que a ditadura do proletariado não pode ser realizada sem instrumentos estatais de poder, para ele a defesa da legalidade – e portanto dos direitos e liberdades burgueses, que são desrespeitados pela própria classe dominante – não é só um elemento tático. A eliminação das instituições burguesas só pode ocorrer através delas; se o proletariado se comporta de maneira abstrata, dualista, em face dessa questão, não pode assumir em seu próprio interesse o controle do movimento das contradições, não pode usar contra as instituições a força cristalizada nelas. Não é por fetichizar o parlamentarismo ou renunciar ao princípio da violência que Engels sublinha a

17. Idem, *ibidem*, p. 189.

18. Idem, *ibidem*, pp. 188 e seg.

importância das eleições: ele percebe claramente como a conquista do poder numa sociedade capitalista desenvolvida precisa de mediações diversas daquelas que podem ser encontradas num país no qual basta "acender a mecha do barril de pólvora" para desencadear a revolução vitoriosa. Há dois tipos de efeitos produzidos pelo caminho da conquista pacífica do poder através de instituições parlamentares: a possibilidade de uma avaliação numérica de suas próprias forças e – coisa que pode parecer paradoxal a um revolucionário – uma legitimação mais ampla da violência proletária, através da defesa da legalidade.

A ironia da história subverte todas as coisas. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", avançamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a conspiração. Os partidos da ordem – como eles se intitulam – arruinam-se nos quadros da legalidade criada por eles mesmos.³⁹

Esse crescimento nos quadros da legalidade leva a um ponto de transformação qualitativa, no qual se inicia a revolução propriamente dita, com a luta final pelo poder. Numa carta a Paul Lafargue, em 1892, Engels escreve:

Você pode ver que arma poderosa o sufrágio universal teria podido ser na França, ao menos a partir dos anos 40, se pudesse ter sido utilizada! É um instrumento mais aborrecido e mais lento para a promoção da revolução, mas é dez vezes mais seguro; e sobretudo indica com precisão o dia em que se deve empunhar armas pela revolução. Há, inclusive, dez probabilidades contra uma de que o sufrágio universal – habilmente aproveitado pelos trabalhadores – poderá constanger os grupos dominantes a romper a legalidade vigente, colocando-nos assim numa situação mais favorável para fazer a revolução.⁴⁰

Por baixo desse problema do processo objetivo da revolução e do ímpeto revolucionário, que interessa profundamente ao último Engels, existe, no entanto, um outro problema fundamental: em que medida as leis da produção de mercadorias plenamente desenvolvidas, a atuação da lei do valor modificada pelas peculiaridades nacionais, não só provocam um aguçamento das contradições sociais e determinam um permanente estado objetivo de crise, mas também liberam as potencialidades subjetivas da subversão revolucionária (e ao mesmo tempo as bloqueiam)? Ou seja: em que medida o desenvolvimento da produção

39. "Introdução" de Engels às *Lutas de Classe na França*, de Marx.

40. Carta de Engels a Lafargue, 12.11.1892, MEW, vol. 38, pp. 513 e seg.

capitalista de mercadorias, estendendo a jurisdição da lei do valor a todas as esferas da vida social, não cria apenas condições objetivas para metamorfoses revolucionárias? Em que medida, com a ampliação da produção de mercadorias, a reificação das relações sociais se apoia também, progressivamente, da consciência e do comportamento do proletariado?

O papel do modo pré-capitalista de produção e apropriação no processo revolucionário

O movimento socialista consiste na superação do processo de expropriação das forças produtivas dos homens (uma expropriação inseparável do desenvolvimento delas), processo efetuado pela organização capitalista da sociedade; consiste igualmente num nível mais alto da civilização, em formas democráticas de comunicação humana e de controle das condições objetivas da vida. Um exemplo disso nos é dado pelos órgãos de autogestão dos conselhos. Mas as formas pré-capitalistas de produção e de propriedade apresentam um interesse especial; Marx e Engels (sobretudo o último Engels) se ocuparam amplamente delas, não apenas com o objetivo de descobrir como se deu a acumulação originária, mas também porque, de certo modo, atribuíam valor positivo às utopias coletivas, entendendo que as formas arcaicas de propriedade comunal e as formas tradicionais de associação e corporação podiam ter uma função positiva no processo revolucionário. Engels menciona amplos estudos específicos de Marx sobre a multiplicidade das formas da propriedade da terra e da exploração dos camponeses na Rússia, pesquisas que originariamente se destinavam à parte do *Capital* dedicada à renda da terra e na qual deveriam ter a mesma função que tem o trabalho assalariado na Inglaterra, no livro primeiro.⁴¹

As perguntas encaminhadas por Vera Zassúlitsh a Marx e Engels tratam desse problema: as fases da dissolução das formas tradicionais de produção e propriedade analisadas por Marx no exame do capitalismo da Europa ocidental valem também para a sociedade russa? Ou na Rússia é possível saltar a fase da dissolução das instituições comu-

41. ENGELS, prefácio ao livro terceiro do *Capital*. Recentemente, foi publicado por H. P. HARSTICK um livro que reúne textos ainda desconhecidos de Marx sobre formas de produção pré-capitalistas: *Über Formen vorkapitalistischer Produktion*, Frankfurt/Main e New York, 1977. Nesse contexto se incluem as amplas pesquisas que Marx dedicou a questões etnológicas.

nitárias por obra da produção capitalista, transformando diretamente a propriedade coletiva pré-capitalista em propriedade coletiva socialista?

Marx e Engels excluem duas linhas de desenvolvimento, utilizadas por diversos partidos políticos para justificar suas teorias da sociedade: por um lado, excluem a concepção liberal, segundo a qual a produção capitalista de mercadorias deve se desenvolver inteiramente no país, para que assim nasça uma sociedade burguesa que abrange todas as relações sociais (a essa tese corresponde, por parte dos socialistas, a convicção de que, para a revolução socialista, é necessária previamente a formação de um forte proletariado industrial, de modo que, num primeiro momento, só é possível uma revolução burguesa); por outro lado, Marx e Engels excluem a tendência antiocidental dos intelectuais que viam nos russos um povo eleito, capaz de evitar a passagem pela fase capitalista em todas as suas conseqüências, transformando diretamente a comunidade rural russa no modo de produção socialista.

Marx escreve três rascunhos para sua carta de resposta a Vera Zassúlich e afinal, no dia 8 de março de 1881, comunica-lhe que sua análise do *Capital* não contém provas nem a favor nem contra a vitalidade da comunidade rural, mas que ele está convencido de que a comunidade rural pode se tornar uma alavanca para o renascimento social da Rússia.⁴² No entanto, algumas considerações que acabaram não sendo incluídas no texto definitivo da carta tratavam da questão central do significado da não contemporaneidade; ou, como diz Marx, da contemporaneidade dos diversos estágios de produção num mesmo ambiente histórico, para fins de desenvolvimento revolucionário. Assim como era verdade que a Rússia não estava obrigada a percorrer todo o longo e complexo "período de incubação da indústria" ocidental para poder utilizar máquinas e estradas de ferro, também era verdade que a contemporaneidade dos modos coletivos de produção com a produção capitalista lhe permitia aproveitar conquistas positivas.

A Rússia é o único país na Europa no qual a propriedade comunal se manteve nacionalmente em vasta escala; ao mesmo tempo, a Rússia existe num ambiente histórico moderno, é contemporâneo de uma cultura superior, está ligada a um mercado mundial no qual predomina a produção capitalista.⁴³

42. MARX, ENGELS, LENIN, *Sulle società precapitalistiche*, Milão, 1970, p. 278.

43. Idem, ibidem (segundo rascunho da carta a Vera Zassúlich), p. 270.

Mas a comunidade rural russa não se distingue só das outras comunidades primitivas e das novas formas que estas haviam assumido quando sobreviviam nos tempos de Marx; ela também se caracteriza por uma dualidade intrínseca de elementos individuais e coletivos que cham, juntos, a expressão do germe de sua própria desagregação e, também, um sinal de possibilidades modernas de desenvolvimento. Para se tornarem a base direta do sistema econômico ao qual tende a sociedade moderna, as comunidades russas precisariam de uma subversão revolucionária. ⁴⁴ Um desenvolvimento autônomo delas – repetiu Engels em 1895 – é hipótese a ser absolutamente excluída: “A verdade é que nunca, em nenhum lugar, o comunismo agrário derivado da sociedade gentilícia criou por si mesmo outra coisa que não fosse a sua desagregação”. ⁴⁵ Nesse ponto se coloca toda uma série de problemas que se tornam claros e explícitos em ligação com o exemplo da situação russa e que concernem, no conjunto, à teoria da revolução do último Engels. Embora afirmando expressamente mil vezes que, onde a revolução pode ocorrer, sua concretização integral só é possível se são revolucionadas as relações econômicas e sociais nos países capitalistas mais desenvolvidos, Engels – no prefácio à quarta edição alemã do *Manifesto* (1890) – reafirma a convicção que formulara junto com Marx em 1882: a Rússia representa a vanguarda do movimento revolucionário europeu e a revolução russa poderá tornar-se o sinal do começo de uma revolução proletária no Ocidente. ⁴⁶ Em 1885, Engels dizia da situação russa que bastava uma pequena “fagulha” para incendiar todo o sistema; o blanquismo encontraria afinal na Rússia sua justificação, já que um mero empurrão seria suficiente para que a energia nacional passasse do estado potencial ao estado cinético: “é um dos casos excepcionais nos quais um grupo de indivíduos pode fazer a revolução, isto é, pode empurrar para o abismo com um golpe de mão um país inteiro”. ⁴⁷ Para Engels essa força explosiva, esse potencial revolucionário, tem a ver, justamente, com a coexistência de fases de produção não contemporâneas, completamente diversas.

Onde a situação é tão tensa, onde os fatores revolucionários se acumularam de tal maneira, onde as condições econômicas das gigantescas massas populares se tornam a cada dia menos seguras,

44. Idem, *ibidem* (terceiro rascunho), p. 276.

45. ENGELS, “Balanço final” das “Condições sociais na Rússia”, cit.

46. ENGELS, prefácio à 4ª edição alemã do *Manifesto*.

47. ENGELS, carta a Vera Zassúlitch (23.4.1885), em *Índia, China, Rússia*, ed. cit., p. 251.

onde todas as fases da evolução social estão presentes (desde a comunidade primitiva até a grande indústria e a alta finança) e onde esses contrastes são mantidos por um despotismo sem precedentes, cada vez mais intolerável para os jovens que representam a inteligência e a dignidade da nação, nessas circunstâncias, se 1789 começou, então 1793 não pode tardar.⁴⁸

Não se pode tratar de uma revolução puramente burguesa, pois ela destruiria os elementos comunitários naturais que, no desenvolvimento russo, devem ser transformados numa propriedade socialista. É significativo o fato de que para Engels a sociedade russa esteja submetida a um fator que a contrapõe ao desenvolvimento ocidental: enquanto no Ocidente a coesão social interna é assegurada pela lei do valor e não pelo despotismo estatal, esse último aspecto prevalece em todas as formas de produção que Marx indicou como o conceito de modo asiático de produção.⁴⁹ Em 1894, quando acrescenta um apêndice a *Condições Sociais na Rússia*, Engels fala em termos substancialmente mais céticos a respeito das possibilidades de transformação da comunidade russa em comunidade de tipo socialista. Engels explica, então, claramente:

não é somente possível, mas é certo que, após a vitória do proletariado e a passagem à apropriação comum dos meios de produção nos povos da Europa ocidental, os países nos quais o regime capitalista mal começou a se impor e que preservaram instituições gentílicas ou sobrevivências delas encontrarão nesses vestígios um meio poderoso para abreviar significativamente o processo da evolução para a sociedade socialista, dispensando a maior parte dos sofrimentos e das lutas em que nós, europeus ocidentais, precisaremos abrir duramente o nosso caminho. Para isso, entretanto, é condição imprescindível o exemplo e a ajuda efetiva do Ocidente capitalista.⁵⁰

Segundo Engels, o processo de transformação do país numa sociedade capitalista industrial e a proletarianização de boa parte dos cam-

48. Idem, *ibidem*, p. 252.

49. Uma digressão sobre o modo de produção asiático não caberia no âmbito do presente trabalho. É evidente, porém, que nem ele nem qualquer outra forma possível de comunidade primitiva podem, *por si mesmos*, levar a uma revolução socialista. O problema está em determinar em que medida o encontro de formas de produção diversas, inclusive em escala mundial, é condição para o êxito dos processos revolucionários.

50. ENGELS, "Balanço final" das "Condições sociais na Rússia", cit.

processo, acompanhada pela decadência das velhas comunidades primitivas, terá um ritmo cada vez mais rápido.⁵¹

Marx e Engels não diz como seria possível aos povos da Europa ocidental tentarem arrebanhar suas algemas, substituindo a produção e a propriedade capitalista por uma forma nova e superior à do tipo arcaico da propriedade, ou seja, pela propriedade comunista,⁵² sem poderem recorrer à recordação de utopias coletivas e sem poderem aproveitar de utilidade elementos derivados de instituições comunitárias; fica, no entanto, sublinhado que a prioridade comunista representa a forma superior, mais evoluída, que virão a assumir elementos originalmente democráticos, característicos de formas de apropriação coletiva mais antigas, destruídas pelo capitalismo. O próprio fato de que Engels, em seus últimos anos, se tenha ocupado tão intensamente dessas formas coletivas de propriedade (cooperativas, *mir*, etc.), o próprio fato de que ele tenha examinado diversas instituições comunitárias, não autoriza a entender que ele atribuía a essas formas uma importância central também para a sociedade comunista.

A não contemporaneidade das formas de produção e de propriedade determina, então, a formação de potenciais explosivos, no sentido de que as relações tradicionais das classes oprimidas com as bases da própria vida, com a natureza, com tradições históricas, com fantasmas coletivos que se expressam nas fábulas e narrativas populares, se chocam com tendências destrutivas da produção capitalista, de modo a fazer nascerem experiências que propiciam maior consciência de sua própria situação de vítima da exploração. Note-se, contudo, como, nos países industrializados, esse processo se desenvolveu na maior parte na fase da "acumulação originária". Ele provocou rebeliões de cam-

51. Idem, ibidem. "Se ainda se pode salvar quanto é preciso de tais comunidades para que elas se tornem - como Marx e eu esperávamos em 1882 - paralelamente a uma virada revolucionária na Europa ocidental o ponto de partida de um desenvolvimento na direção do comunismo, é uma pergunta a que não ousou responder. Uma coisa, contudo, é certa: para que ao menos um resto das comunas agrícolas sobreviva, é necessária a derrubada do despotismo czarista, a revolução na Rússia. Esta não só arrastará a grande massa da nação, os camponeses, arrancando-os ao isolamento de suas aldeias, aos *mir* que constituem o universo deles, levando-os ao proselitismo, onde aprenderão a conhecer o mundo exterior (e por conseguinte aprenderão a se conhecer), aprenderão a conhecer sua situação e os meios para se libertarem da miséria em que se acham, mas dará ao movimento operário ocidental um novo impulso e melhores condições de luta, apressando, com isso, a vitória do proletariado industrial moderno, sem a qual a Rússia de hoje não pode sair nem das comunas nem do capitalismo para realizar uma transformação socialista".

52. Carta de Marx a Vera Zassúlitch, segundo rascunho.

poneses, revoltas de artesãos, para desembocar afinal nas revoluções burguesas (no curso das quais é sempre possível registrarmos a presença de movimentos plebeus-igualitários). Com a vitória do capitalismo, esse potencial concreto de experiências foi, na maior parte, consumido e destruído: foram expropriadas as comunidades naturais, canceladas as instituições comunitárias, devastadas as relações mitológicas com o espaço e o tempo. A plena independência da produção capitalista de mercadorias não eliminou a expropriação do próprio corpo e da própria consciência, certamente; mas a universalização da produção de mercadorias destruiu a capacidade de recordar o que se perdera.

Não é surpreendente, pois, que nos começos do movimento operário europeu as utopias tenham assumido o caráter de recordação de comunidades coletivas do passado, inspirando-se mais no modelo da forma artesanal de produção do que no da produção industrial. É um retorno às primeiras comunidades espontaneamente democráticas e os artesãos têm uma influência determinante nessas primeiras imagens positivas do socialismo, imagens que nunca desapareceram de todo, posteriormente, no movimento operário.

Desse ponto de vista, o capitalismo atual alcançou um novo estágio. Ele produz novas formas de uma não contemporaneidade que se superpõe à classe operária tradicional, que se acha por seu lado numa relação de contemporaneidade com a produção capitalista. Agora, e já desde há algum tempo, a experiência da expropriação da vida e da consciência não se forma exclusivamente no proletariado tradicional e é particularmente intensa nos grupos e camadas cuja vida é mais determinada pela tradição e que só recentemente vêm sendo golpeados pela acumulação capitalista (em todos os aspectos da existência deles, na base natural de sua vida, em suas habitações, em suas formas de comunicação). Os movimentos politicamente explosivos das últimas décadas são a expressão dessas novas formas de não contemporaneidade, ligadas a elementos tradicionais. E condicionam em forte medida o movimento operário tradicional: Lip, Larsac, lutas de classe na Itália do norte, iniciativas de cidadãos contra as centrais nucleares ou contra a destruição de lugares históricos e movimentos de protesto dos jovens e dos estudantes.

É claro que é exatamente a ausência de uma forma de não contemporaneidade relevante para a teoria da revolução que leva Engels a deslocar o problema do impulso revolucionário para os países industrialmente subdesenvolvidos, ou seja, levá-lo a ver neles uma função de vanguarda em relação aos países capitalistas avançados. O problema de Engels era: qual a relação existente entre o impulso e a atuação do movimento revolucionário. Na atual situação européia, ele deve ser

presentado de forma nova. Isso não significa sair em busca de novos temas para o desenvolvimento revolucionário; significa, isso sim, uma renovação e uma especificação do conceito de revolução proletária.

4 Origens políticas da dialética da natureza

O que acontece com a natureza quando ela se torna cada vez mais objeto de aproveitamento e quando os métodos quantificadores da sua exploração chegam a determinar inteiramente a relação dos homens com a própria natureza (algo eventualmente compensado por formas mais ou menos isoladas de arte, como a paisagem na pintura, o sentido romântico da natureza na poesia, etc.)? Esse problema foi enfrentado por Marx em seus escritos juvenis. A história do gênero humano é ao mesmo tempo o produto do trabalho e da perda de si mesmos que os homens sofrem numa "segunda natureza" que os domina, em sua relação mimética com a primeira natureza. Assim deve ser entendida a insistência de uma humanização – ou mais exatamente de uma "re-humanização" – da natureza, que não significa absolutamente uma ecologização anti-iluminista e sim o restabelecimento, num nível evoluído do conhecimento da natureza, do equilíbrio natural destruído pelo capitalismo. Essa requalificação é possibilitada por um conhecimento positivo da natureza, pela ciência e pela indústria; ela se estende também ao processo de cisão sofrido pelos indivíduos na estrutura interna deles (sob a forma de uma espiritualização excessiva e artificial). A re-humanização da natureza é ligada, portanto, à naturalização do homem, à consciência histórica da sua natureza corpórea.

Na fase em que se situam a redação do *Capital* e a germinação do movimento operário, Marx e Engels não desenvolveram, posteriormente, de forma explícita, esses dois temas; porém não os perderam inteiramente de vista, como mostram diversos cadernos com anotações e numerosos estudos dedicados a outros temas. Evidentemente, os problemas relativos aos dois temas não se revestiam de especial urgência, não lhes solicitavam que os tratassem "formalmente", quer dizer, de uma forma específica e diferenciada. Se esse tratamento específico não se verificou, certamente não foi só por falta de tempo, mas também por razões sistemáticas. No que se refere à natureza exterior, ainda não tinha sido alcançada uma fase na qual a destruição da base natural tivesse se tornado um problema evidente da autoconservação, da preservação da vida dos homens. O processo capitalista de acumulação – em princípio destinado a desnaturar toda a natureza, reduzindo-a à função de matéria-prima da produção – ainda não tinha afetado uma parte bastante ampla da natureza exterior, ao menos fora das cidades. A urbanização do campo estava apenas começando.

No que se refere à natureza interior, o processo de constituição da força de trabalho se realizara durante séculos na forma de uma separação do trabalho das condições objetivas da sua concretização; o que resultou disso foi *unskilled labour*, ou eventualmente *skilled labour*. Produzida e reproduzida de geração em geração nas famílias proletárias, a força de trabalho era fornecida praticamente grátis ao capital. Era literalmente reduzida ao consumo do cérebro, músculos e nervos. A participação pública, social no fornecimento da força de trabalho era extremamente exígua. Aquilo que Marx chamou de "o elemento moral e histórico" da força de trabalho só era levado em consideração, na prática, em função da determinação do valor. Assim, a análise formal da força de trabalho ficava necessariamente fora dos horizontes da crítica da economia política do capital. No tempo de Marx, faltava o objeto específico para uma análise desse tipo, ao passo que hoje essa análise se tornou o tema central da teoria da revolução. Para Marx e Engels, ela permanecia no estado de programa.

Quando Engels, nos seus últimos anos, se ocupou mais a fundo dos problemas da dialética da natureza e da função das ciências naturais, precisou enfrentar um duplo problema político. Tinha se realizado um súbito desenvolvimento das ciências naturais, que correspondem em boa parte àquilo que se entende geralmente por ciência. A esfera de validade da teoria da sociedade, na medida em que se servia de métodos dialéticos, não dualistas, ameaçava restringir-se cada vez mais. O perigo que ameaçava, por esse lado, o "socialismo científico" era acentuado pela crescente importância das ciências naturais na produção industrial e no crescimento das forças produtivas tecnológicas. O segundo problema político que se apresenta a Engels é o da influência exercida sobre a classe operária pelas concepções que se propunham em nome das ciências e da filosofia da natureza. Muitos trabalhadores, em sua consciência cotidiana, pensam nas formas complementares de uma moral idealista e de uma concepção naturalista da história. E como era difícil para Engels superar a mentalidade dualista dominante através da adoção de leis dialéticas objetivas que operassem na natureza e na sociedade é coisa que fica patente, após a sua morte, na cisão da teoria oficial da social-democracia entre o idealismo kantiano de Bernstein e o naturalismo darwinista de Kautsky, dois produtos abstratos complementares da dissolução da dialética revolucionária.

Nos sinais que perturbam a burguesia e os profetas do seu progresso, Marx vê com Robin Goodfellow (personagem lendário que, segundo uma crença popular inglesa, é protetor e amigo dos homens) a

ação da "velha toupeira, que vai cavando com extraordinária rapidez, minando com eficácia o terreno: a revolução". Diz Marx:

nos nossos dias, cada coisa parece grávida do seu contrário. Vemos complexos de máquinas que possuem o maravilhoso poder de reduzir o trabalho humano e torná-lo mais fecundo na realidade dominando, consumindo, estropiando, destruindo os homens. Por estranha feitiçaria, as novas fontes de riqueza transformam-se em causas de miséria. As vitórias da ciência parecem ser conquistadas ao preço de uma perda de caráter. Na medida em que a humanidade se assenhoreia da natureza, parece que o homem é subjugado por outros homens ou por sua própria abjeção. Parece que até a luz pura da ciência só consegue brilhar sobre o fundo sombrio da ignorância. Todas as nossas invenções e todo o progresso parecem tender à finalidade de colocar a vida espiritual ao serviço das forças materiais, à finalidade de reduzir a vida humana a uma força material.⁵³

Aquilo de que Marx fala não é absolutamente uma relação exterior entre as forças produtivas e as relações sociais, é a dialética imanente delas, a dialética da dominação da natureza, na medida em que a natureza exterior e a natureza interior do homem são pura matéria de aproveitamento utilitário.

Engels reassume esse problema e lhe dá um desenvolvimento ulterior. As questões suscitadas pela dialética da natureza, de Engels, revestiram-se hoje de uma nova atualidade política, em conexão com as perturbações cada vez maiores do equilíbrio ecológico das sociedades capitalistas (situação muito diferente daquela que se criou no período de Stálin, quando a solução delas representava a linha gnosiológica que ligava uma visão do mundo rigidamente naturalista e determinados interesses do aparelho do partido). São questões que ainda não foram esgotadas pela discussão, ainda não foram examinadas em todo o alcance delas.⁵⁴ A propósito, parece-me necessário, não digo abandonar, mas criticar como demasiado restrita a tese formulada pela primeira vez pelo jovem Lukács, segundo a qual a validade da dialética está ligada a categorias históricas (sujeito-objeto, teoria-prática). Em

53. MARX, discurso na festa do *People's Paper*, MEW, vol. 12.

54. Para um aprofundamento dessa discussão, seria preciso levar em conta as importantes contribuições de Peter Ruben ("Aktuelle theoretische Probleme der materialistischen Naturdialektik", *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, agosto de 1973) e, no polo oposto, o que diz Wolfgang Harich sobre a crise ecológica e sobre a idéia de um "comunismo sem crescimento". Pretendemos falar desses dois textos em outra ocasião. Lembramos que a idéia de uma "sociedade ecológica" tem sido discutida nos últimos tempos por expoentes da esquerda norte-americana.

nenhum caso é lícito atribuir ao último Engels a responsabilidade por uma corrupção ontológica da dialética, tal como pretende todo o "marxismo ocidental", na esteira de Lukács. O que Marx diz sobre a industrialização do campo nos Estados Unidos vale também, e ainda mais, para os centros industriais de produção: "a produção capitalista desenvolve, pois, a técnica e a combinação do processo de produção social, mas só o faz minando ao mesmo tempo as fontes de toda riqueza, que são a terra e o operário".⁵⁵

Em senso estrito e completo, de todos os filósofos marxistas Ernst Bloch foi o único que enfrentou seriamente o problema de um conceito qualitativo da natureza, a idéia de uma "co-produtividade" de natureza, e portanto a idéia da necessidade de uma humanização da natureza simultânea à naturalização do homem nos processos de revolução social. Por minha parte, disponho-me a examinar aqui os problemas colocados por Engels, porém só na medida em que são relevantes para a formulação da sua teoria da revolução, para o movimento prático de emancipação do proletariado, deixando deliberadamente de lado toda uma série de temas que seriam também importantes para uma ampla discussão sobre a dialética da natureza.

Depois de Marx e Engels terem dedicado quase toda a vida deles e sua atividade científica a demonstrar que as "leis de movimento" da produção capitalista e da história passada e presente são estruturalmente dialéticas, não pode deixar de ser surpreendente a constatação do último Engels de que o primeiro e principal banco de prova da dialética não é a história e sim a natureza. A que se deve essa mudança? Ou Engels se limita a realizar um programa de investigações sugerido tanto pela teoria de Marx como pelos conhecimentos que vinham sendo adquiridos no campo das ciências da natureza, um programa que, liberado dos corpos estranhos, materialistas vulgares e idealistas, permitiria a descoberta da "natureza sem acréscimos", isto é, reconhecida em suas formas de movimento (em última instância, dialéticas)? A grande filosofia idealista – a obra de Hegel, sobretudo – desaparecera inteiramente da vida intelectual da Alemanha na segunda metade do século XIX, ao passo que obtinha êxito e difusão o "materialismo dos pregadores ambulantes", como Büchner e Moleschott. Engels não podia pretender apenas conhecer a natureza tal como ela é, "sem acréscimos", mas era compelido a procurar liberar as ciências naturais de elementos estranhos e deformações acarretadas pelo materialismo vulgar e pela filosofia da natureza. Desde o início, portanto, o trabalho de

55. MARX, *O Capital*, livro primeiro, pp. 618-619 da edição italiana.

pesquisa de Engels tem um sentido político-estratégico, cada argumento tem seus destinatários determinados, já que as idéias do materialismo vulgar tinham penetrado nas escolas partidárias da social-democracia (nas quais eram ensinados os elementos do saber e uma concepção do mundo) e se instalavam na cabeça dos trabalhadores. Qualquer argumentação baseada no interesse objetivo dos trabalhadores e em teorias históricas encontrava sempre resistências notáveis, pois a dialética era atribuída aos processos históricos e às tendências econômicas, mas o resto do mundo estava povoado pelas ruínas do idealismo e de um materialismo não dialético, de tipo mecanicista. Não é casual, portanto, que o conceito central dos fragmentos de Engels sobre a dialética da natureza seja o da *conexão*. Exatamente porque a ciência, o conhecimento exato do mundo, era identificada pelos trabalhadores, amplamente, com a ciência da natureza, era necessário circunscrever os setores onde imperavam idéias mecanicistas, para poder solapar as bases tanto do idealismo como do materialismo não dialético.

Essa influência não era casual. Na Alemanha "cultu" verificou-se após a revolução de 1848 uma clara involução em relação à "absoluta falta de preconceitos no plano teórico", manifestada pela filosofia clássica; porém essa provincianização da vida intelectual, da filosofia e das ciências, não se processou na mesma medida no campo das ciências naturais. Engels estava convencido de que o "senso teórico alemão" sobrevivia intacto apenas na classe operária, herdeira da filosofia clássica alemã; e era evidente que a filosofia dos operários cultos não se baseava na recordação e sim na assimilação dos desenvolvimentos contemporâneos, especialmente em ligação com as ciências da natureza. Cabia a Engels insistir continuamente nas tradições perdidas da filosofia dialética clássica, para que essa terceira fonte da teoria de Marx não viesse a ser esquecida até mesmo em seu país de origem. "O socialismo científico é um produto essencialmente alemão e só podia nascer naquela nação cuja filosofia clássica soube manter viva a tradição da dialética consciente: na Alemanha". No prefácio à terceira edição de *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels acrescentou, em nota ao pé da página: "a dialética alemã era tão indispensável à gênese do socialismo científico como as condições econômicas e políticas evoluídas da Inglaterra e da França". Por outro lado, observa:

A concepção materialista da história e sua aplicação específica à luta de classes moderna entre o proletariado e a burguesia só eram possíveis, de fato, mediante a dialética. E, se os professores das escolas burguesas alemãs submergiram no pântano de um ecletismo te-

dioso à memória dos grandes filósofos da Alemanha e da dialética por eles desenvolvida – tanto que somos obrigados a invocar as ciências naturais modernas como testemunho de que a dialética existe na realidade – nós, socialistas alemães, temos orgulho de descendermos não só de Saint Simon, de Fourier e de Owen, mas também de Kant, Fichte e Hegel.

Lênin falou em três elementos constitutivos, três fontes do marxismo; talvez seja o caso de acrescentarmos uma quarta fonte: o súbito desenvolvimento das ciências da natureza. A partir dos anos 30 do século XIX, quando, com a dissolução do sistema hegeliano e da grande teoria burguesa, proliferaram diversas formas de materialismo vulgar, realizou-se, de fato, um impressionante desenvolvimento das ciências naturais. Marx e Engels acompanharam sistematicamente esse desenvolvimento ao longo de toda a vida deles. Escritos só agora divulgados mostram que Marx estudou apaixonadamente a matemática, deixando numerosos cadernos com anotações; ele tentou inclusive dar uma explicação dialética do cálculo integral. Nos anos 70, Engels começou a dedicar amplos estudos aos resultados das ciências naturais da época, na perspectiva de uma concepção dialética da natureza. A crescente influência da mentalidade naturalista sobre as ciências da sociedade e a incipiente afirmação de concepções do mundo com base naturalista levaram Engels a não abandonar essa área imensa do saber aos adversários do materialismo histórico, a não permitir que o conceito de materialismo fosse desvalorizado pelo fato de permanecer limitado a concepções da natureza comprometidas com o materialismo vulgar. A contradição que caracterizava a teoria de Feuerbach – de ser materialista no campo da natureza e idealista no da história⁵⁶ – não prevalecia apenas entre os naturalistas burgueses, em sua maior parte: determinava também, em larga medida, a consciência cotidiana dos trabalhadores.

São as três grandes descobertas do século XIX, sobretudo, que dão a Engels a certeza de que a natureza não precisa mais da especulação filosófica para que se estabeleça uma conexão entre os fenômenos singulares. O primeiro descobrimento é o do princípio da equivalência mecânica do calor, formulado por Robert Meyer, Joule e C. Colbing. O segundo é o descobrimento da célula orgânica por Schwann e Schleiden (o descobrimento de que a célula é a unidade de cuja multi-

56. ENGELS, *L'Evoluzione del socialismo dall'utopia alla scienza*, Roma, 1970, p. 31.

57. O próprio Feuerbach diz: "Para trás, concordo plenamente com os materialistas; mas não para a frente".

plicação e diferenciação nascem e se formam todos os organismos, à exceção dos organismos ínfimos). O terceiro é o da teoria da evolução, exposta pela primeira vez e ilustrada por Darwin.

Foi demonstrada em suas linhas fundamentais a série evolutiva dos organismos, dos mais simples aos mais variados e complexos, como aqueles que temos hoje diante dos nossos olhos, num processo que chega até o homem. Com isso se tornou possível não só a explicação do variado material dos produtos orgânicos naturais que temos à nossa frente, mas também ficou proporcionada a base para a pré-história da humanidade, para nós a acompanharmos nos diversos estágios do seu desenvolvimento.⁵⁸

Engels está convencido de que essas três grandes descobertas explicam os principais processos da natureza, elucidam as causas naturais de tais processos, embora persista uma exceção: a explicação da origem da vida a partir da natureza inorgânica. O conceito fundamental da visão materialista da natureza segundo Engels é o da conexão:

Hoje toda a natureza se apresenta a nós como um sistema de nexos e processos, esclarecido e compreendido, ao menos em suas linhas fundamentais. Concepção materialista da natureza significa apenas, certamente, compreensão da natureza tal como ela é, sem acréscimos estranhos; por isso ela era, no começo, uma concepção óbvia e imediata para os filósofos gregos.⁵⁹

A contradição entre uma concepção dialética da história e uma concepção dualista da natureza, juntamente com a cisão entre o pensamento naturalista e o pensamento materialista-histórico, tornara-se, após a morte de Marx, um problema político de suma importância, ao menos na social-democracia alemã. Engels devia encontrar uma solução para ele.

De fato, se se pudesse demonstrar que a dialética da história é apenas uma aplicação ou uma forma particular da dialética da natureza no campo tão importante do desenvolvimento das forças produtivas, na investigação das forças naturais que permitem tal desenvolvimento, então não seria mais possível considerar a dialética como mera invenção dos teóricos da luta de classes, não seria possível limitá-la a um setor restrito da realidade. Não é certo que Engels tenha tido, efetivamente, consciência dessa política concreta, na qual se situava a gênese da sua dialética da natureza.

58. ENGELS, *Dialética da Natureza*, fragmento sobre Feuerbach. [Há edição brasileira, Paz e Terra]. Em italiano: *Opere*, Marx e Engels, vol. 25, p. 485.

59. Idem, *ibidem*, p. 486.

É verdade que essa origem política da dialética da natureza não exaure a sua validade. Sem dúvida, a requalificação do conceito de natureza também é um produto do conhecimento sistemático do fato de que, se a natureza é encontrada exclusivamente do ponto de vista da ciência quantificadora, ela se torna um simples correlato das práticas capitalistas de exploração e aproveitamento utilitário. É evidente que esse conceito qualitativo da natureza assumiu um caráter de imediata atualidade, na medida em que hoje o equilíbrio ecológico é continuamente perturbado, de modo que a conservação substancial da natureza é reconhecida como crucial para a base – literalmente – da subsistência do ser humano.

Se a natureza está estruturada segundo leis dialéticas ou não dialéticas é uma questão que não pode ser respondida de acordo com os critérios de um saber de tipo científico-quantitativo. Devemos às ciências naturais todos os conhecimentos controláveis que possuímos sobre a natureza; no entanto, as leis fundamentais ditas dialéticas – como a transformação da quantidade em qualidade, a inexauribilidade do universo, etc. – têm um estatuto gnosiológico próprio, diferente, por exemplo, do dos princípios da termodinâmica ou daquele das leis de Mendel. Seria confundir as coisas tentar identificar dois problemas distintos, do ponto de vista gnosiológico: o da existência de uma realidade objetiva independente da consciência e o que indaga se os processos naturais se efetuam dialeticamente ou não. A tese de Kant, de que a necessidade universal humana de Deus não é uma prova da existência d'Ele, também vale, certamente, para a dialética da natureza. Mas o fato de que Engels tenha querido de todo modo subtrair as ciências da natureza ao domínio do pensamento burguês, para superar a divisão do mundo em natureza e história (superando assim também o dualismo da ciência), indica que na validade da dialética da natureza intervem constitutivamente a consciência histórica; e isso exatamente porque ela elimina qualquer acidentalidade histórica e qualquer construção teórica de tipo historicista.

O elo metodológico fundamental de ligação entre a natureza e a história é, para Engels, a dialética; o elo de conjunção real é a produção. O interesse do proletariado em sua própria emancipação implica a superação da mentalidade dualista dos trabalhadores, que é sempre uma brecha pela qual podem passar as ideologias da ordem dominante. A dialética da natureza tem, portanto, duas tarefas. A primeira é a demonstração de que não só os resultados das ciências naturais podem ser interpretados dialeticamente (o que faria da dialética um método

subjetivo), mas também a de que a dialética da natureza libera os processos naturais de acréscimos estranhos e arbitrários. A segunda está em que a dialética objetiva da natureza deve implicar uma confirmação e uma ampliação da ambição de validade da dialética histórica. Só essa ligação justifica um conceito unitário da ciência. Se se parte dessa interpretação da dialética da natureza, ela é perfeitamente compatível com a tese do jovem Marx de que só existe uma ciência: a ciência da história.

O fato de que o stalinismo tenha assumido a posição de Engels, tenha sustentado que o banco de prova da dialética não é a história e sim a natureza, tenha considerado as leis do materialismo histórico simples aplicações das leis dialéticas da natureza, indica um acordo formal com Engels; substancialmente, porém, as duas posições são absolutamente opostas. A dialética da natureza de Engels é um elemento da sua teoria da revolução; quer contribuir para que os proletários se libertem de sua dependência inconsciente de idéias naturalistas e metafísicas, para que eles comecem a pensar dialeticamente; procura superar a acidentalidade e a fragmentariedade da consciência. No stalinismo, ao contrário, esse elemento emancipador se perverte num objetivismo que demonstra exatamente a impotência dos sujeitos. De fato, não é possível abordar o conjunto da problemática da dialética da natureza de Engels independentemente de uma teoria do desenvolvimento revolucionário; não é possível abordá-la sem uma avaliação global que exclui a neutralidade. Só exigências escolásticas podem se satisfazer com a controvérsia que já vem durando a quase um século em torno da questão de se existe ou não uma dialética da natureza. Nesse sentido é tão plausível dizermos que tudo o que sabemos da natureza foi precedentemente mediatizado pelo trabalho humano ou pela reflexão, de modo que não representa um dado primeiro e absoluto, como é legítimo afirmar que sem a hipótese de leis dinâmicas e dialéticas imanentes, independentes da consciência, um conhecimento da natureza é completamente impossível.

Os problemas suscitados por Engels conservaram uma importância fundamental na medida em que se referem à função constitutiva da ciência natural para a existência dos homens e envolvem um conceito qualitativo das relações do homem com a natureza, conceito que implica, entre outras coisas, a idéia do equilíbrio ecológico. Foi a formalização gnosiológica da dialética da natureza de Engels que levou a que se perdesse de vista, inteiramente, seu conteúdo político, impossibilitando-o de influir nos atuais debates ecológicos.

O reflexo como orientação metodológica para pensar em termos de complexos reais de vida

Aquilo que a dialética da natureza significa, na prática e na teoria, para a necessária conexão entre natureza e história corresponde exatamente à função que a tese do reflexo desempenha, na teoria do conhecimento, para a relação específica que existe entre o ser e a consciência. Se os teóricos do reflexo se limitassem a sustentar que mesmo o conhecimento mais profundo, a completa penetração conceitual da realidade, nunca pode levar a um ponto no qual a realidade material se resolva no pensamento, então a argumentação deles seria plenamente válida. Em tal sentido, Engels fixa, no conhecimento, um obstáculo incontornável, quando afirma que o conhecimento consiste sempre no reflexo de situações reais na cabeça dos homens; a consciência não pode ser outra coisa senão uma realidade consciente; ou seja, uma realidade material que se deslocou, transformando-se, para a cabeça dos homens. A metáfora do reflexo, da reprodução ou até mesmo da câmara escura (Marx), todas essas imagens indicam a mesma conexão fundamental: todo conhecimento tem o seu objeto material (se não é auto-reflexão) fora da cabeça; e a reconstrução na cabeça das relações materiais não é idêntica ao movimento real das relações materiais fora da cabeça.

Em outro termos: o processo de intercâmbio orgânico, prático e teórico, entre o homem e a natureza, ocorre sempre no interior da base natural, independentemente do nível alcançado pela dominação da natureza. Isso também vale para a humanidade que esteja em condições de controlar-se perfeitamente a si mesma e a seu mundo, pois mesmo inteiramente autônoma a humanidade nunca poderá se destacar completamente dessa base natural. Nesse sentido, a submissão dos homens à natureza externa e interna pode desaparecer, pode ser superada a subordinação a situações sociais de tipo natural, porém uma certa dependência persiste, necessariamente, no nível gnosiológico e na prática objetiva. Não há nada a objetar, portanto, a essas posições gnosiológicas, quando elas são sintetizadas e formuladas numa teoria do reflexo.

A coisa só se torna problemática se o conhecimento real é considerado dos mesmos pontos de vista do reflexo ou da reprodução quando não se refere mais à superfície e sim à essência das coisas. Também no caso da essência é necessário, certamente, no processo do conhecimento, descobrir movimentos reais e enunciá-los na forma de regras ou teses que não sejam meras invenções da consciência. Mas o que é conhecido não é um fato bruto, um ser independente da consciência e do trabalho social, que pode ser apenas reproduzido ou refletido: é uma realidade constituída, na sua estrutura interna, pela consciência e

trabalho social. Se o que é conhecido é algo de constituído e representa uma realidade já mediatizada, determinada por abstrações, então o processo do conhecimento já não se refere a algo que lhe é completamente estranho e passa a consistir em antecipações daquilo que ainda não é realidade.

Assim, um conhecimento que já não seja pré-organizado por aparatos de reflexo, liga-se sempre a um momento mimético: adequa-se ao objeto e, ao mesmo tempo, reorganiza-o ativamente. Falar de reflexo ou reprodução a propósito desse processo extremamente ativo, organizador, eficazmente antecipador, é distorcer inteiramente o significado das metáforas de Marx e Engels. Na realidade, o positivismo assume a tarefa de reproduzir apenas as relações sociais reificadas, limitando-se eventualmente a determinar as leis delas. A metáfora do reflexo tinha conteúdo substancial e crítico num período no qual a mentalidade idealista é que determinava a ideologia dominante; na era do positivismo, ela assume, geralmente, uma função de legitimação. De fato, se se parte do pressuposto de que a *essência* e o *fenômeno* não são aléuticos e por isso a ciência é necessária, o trabalho do conhecimento consiste essencialmente numa determinação ativa de contradições que só com ele se põem em movimento. A verdade, nesse sentido, não é mais a "adaequatio intellectus et rei" (adequação entre o intelecto e as coisas) da definição tradicional, não é a mera correspondência do conceito ao objeto: é algo a ser produzido, um processo no qual se organizam e se elucidam dimensões do objeto que ainda não se tornaram realidades. O conteúdo de realidade das tendências é mais rico que o dos fatos.

Nem a teoria de Marx nem a de Engels justificam a obstinação com que se continua a confundir a função gnosiológica da teoria do reflexo e sua função de conhecimento: é uma confusão que atende a necessidades de legitimação, ligadas à manutenção de funções de domínio; quando sustentada contra situações capitalistas, tais posições são incapazes de mobilizar verdadeiramente potencialidades revolucionárias. Alguns sintomas, entretanto, indicam que essa função de legitimação está começando a ser abandonada (é o caso, por exemplo, de certos autores da República Democrática Alemã). Gradualmente, a tese do reflexo se reduz a uma pura metáfora, já que tudo aquilo que concerne à situação do conhecimento real contradiz a concepção do reflexo. No último Engels, a teoria do reflexo tem, inequivocamente, o objetivo de impedir as formas decadentes do idealismo alemão de usurparem o título de ciência, aliando-se novamente com idéias metafísicas e religiosas, para obscurecerem mais uma vez as leis dinâmicas e materiais da sociedade. Engels formula essa exigência

como uma máxima, que exorta a desconfiar de todas as idéias que se separaram do mundo material.

5. *Crítica da economia política do capital. A economia política da força de trabalho e o desenvolvimento que lhe faltou. Problemas da subjetividade revolucionária*

Engels analisa com extrema precisão as leis dinâmicas da produção capitalista, a transformação das suas formas sociológicas de organização (como se exprimem, por exemplo, nas sociedades por ações, na concentração e centralização dos capitais). Estuda igualmente com a maior atenção as constelações políticas, militares, estratégicas, das potências européias, características da fase da germinação da primeira guerra mundial. Nenhum pensador da época compreendeu, em medida comparável, as tendências econômicas e políticas das classes dominantes que apontavam na direção de uma guerra mundial. Em determinados casos, Engels previu o desdobramento dos acontecimentos e o fez até em aspectos pormenorizados. Isso não era a expressão de dons proféticos subjetivos e sim o resultado de um método objetivo, materialista coerente.

As novas formas de organização dos meios de produção que apareceram no último terço do século XIX, sobretudo as sociedades por ações e a propriedade estatal, segundo o último Engels, são o resultado da crescente dificuldade com que o modo de produção capitalista se defronta para realizar seu programa, empenhado em transformar continuamente em capital toda a massa crescente dos meios de produção (empenhado, portanto, em valorizar o capital na forma privada). Se no interior da fábrica, considerada isoladamente, o caráter social das forças produtivas já é reconhecido de fato pela organização social do processo de trabalho, então a tendência à socialização, imanente ao modo de produção capitalista, torna-se cada vez mais incompatível com a anarquia que caracteriza a produção da sociedade no seu conjunto. Não existe, contudo, um reconhecimento geral dessa tendência, do caráter e da significação dela, pois ainda não se vê que ela questiona o próprio princípio da organização capitalista da produção material e espiritual da vida.

Engels atribui às forças produtivas uma linha de desenvolvimento pela qual o reconhecimento do seu caráter social é imposto pouco a pouco à classe dominante (primeiro de forma cega e inconsciente e não no plano da teoria): as "forças produtivas pressionam cada vez mais... no sentido da emancipação de seu caráter de capital e do efetivo reco-

nhecimento de seu caráter de forças produtivas sociais”;⁶⁰ ao mesmo tempo, o número de pessoas que operam na direção da produção aumenta e se diferencia: a socialização dos processos diretivos (Helmut Steiner) nas empresas determina o aumento do número de controladores, de sub-oficiais a serviço do capital, de empregados qualificados; as dificuldades que surgem no caminho da valorização do capital fazem aumentar o número dos assalariados no comércio. A essas mudanças na forma de organização do capital, no interior do modo de produção capitalista, ligam-se as organizações de empresários (que no final do século passado intervêm ativamente na luta de classes) e as associações corporativas, que proliferam na época como se fossem cogumelos. São sinais claros de uma incipiente burocratização das relações de classe, expressam o enfraquecimento da legitimação histórica da burguesia, a queda da sua força política. Essa força política, aliás, não consiste tanto na efetiva participação no poder do Estado como, sobretudo, numa combinação de racionalidade tecnológica e capacidade de promover transformações que, deixando inalterada a situação do trabalho assalariado e sua exploração, comportam variações na forma das relações de propriedade (que, por sua vez, constituem premissas da ruptura revolucionária).⁶¹

Já na época de Bismarck, a burguesia alemã tinha renunciado definitivamente a qualquer pretensão de autonomia e o grande capital da região do Reno tinha entrado em acordo com os proprietários prussianos de terras e com a burocracia absolutista-feudal do Estado.

A remoção das tendências burocráticas presentes nas organizações proletárias

É interessante nas análises de Engels o fato de que essas importantes mudanças de forma na organização do capital e do interesse de classe capitalista não tenham praticamente nenhum efeito sobre a estrutura social interna do proletariado e sobre suas formas de organização política (por exemplo: tendências à burocratização). Engels não

60) ENGELS, *Anti-Dühring*, ed. italiana, p. 266.

61) Nos materiais para o *Anti-Dühring*, sob a rubrica “revolução proletária”, lê-se: “O proletariado se apropria do poder público e, graças a ele, transforma em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam ao controle da burguesia. Com esse ato, liberta os meios de produção do capitalismo a que até então estavam sujeitos, conferindo a seu caráter social plena liberdade de realizar-se” (MEW, vol. 20, p. 620).

aborda sistematicamente, com análises particulares, o problema do modo e da medida em que o processo de constituição da classe dominante influi, ao mesmo tempo, sobre a classe dominada. Ele não explica, por exemplo, qual seja a função exercida pela consciência e pelo comportamento das camadas sociais atraídas pela classe operária e misturadas no seu cadinho. Deixando de lado alguns acenos à existência contraditória dos pequenos-burgueses e dos camponeses, cujas oscilações de consciência e conduta são determinadas pela contradição estrutural, ineliminável, entre o ser social e a consciência deles, o único grupo do qual Engels se ocupa um pouco mais a fundo é o dos estudantes, que trazem para a social-democracia reivindicações radicais, extremistas.⁶²

Os argumentos usados por Engels contra os anti-autoritários radicais, que se concentravam em parte no grupo dos "jovens" social-democratas como oposição de esquerda, confundiam, de fato, o problema da burocratização, da autonomia organizativa do partido em relação à massa do proletariado, com o problema da autoridade. Essa forma antiga de anti-autoritarismo na social-democracia tem uma inspiração claramente antiburocrática; ela só se insurgia contra a autoridade de Kautsky e de Bernstein porque o elemento burocrático da social-democracia se encarnava com a maior evidência nas pessoas de ambos. É possível que fossem justas as objeções que Engels e Kautsky formulavam contra os radicais de esquerda e que eles tivessem razão quando observavam como, sobretudo no período de consti-

62. Engels os chama de *anti-autoritários*. A existência deles leva-o a escrever, em 1872, um artigo sobre a autoridade, onde sublinha que a revolução social suprime a autoridade política, porém não a autoridade objetiva, as funções administrativas ligadas à autoridade objetiva: "os anti-autoritários pretendem que a situação política autoritária seja eliminada de golpe, antes mesmo de serem destruídas as condições sociais que a criaram. Exigem que o primeiro ato da revolução social seja a supressão da autoridade. Esses senhores já terão visto alguma revolução? Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que existe: é o ato pelo qual uma parte da população impõe à outra parte a sua vontade, através de fuzis, baionetas e canhões (e portanto com os meios mais autoritários que podem ser imaginados)" (ENGELS, MEW, vol. 18, p. 308). O ingresso dos estudantes na social-democracia e a rebelião dos radicais de esquerda são, para Engels, apenas um sintoma da erosão das relações de dominação. Gramsci diria mais tarde que nenhuma classe dominante pode estar segura de conservar e reproduzir seus intelectuais. Para Engels, também, o fato de que "o medo dos exames leve os estudantes a ingressarem nos quadros da social-democracia" é um sintoma da dissolução da classe burguesa. "O fato de que eles venham é um sinal do que está se preparando" (Carta a Bebel, 9/10.11.1891, MEW, vol. 38, p. 212).

tução da classe operária (e também durante a revolução), uma autoridade férrea era um elemento que unia e coordenava as ações dos indivíduos. De qualquer modo, cumpre reconhecer que, já durante os últimos anos de vida de Engels, a direção do partido e seu grupo parlamentar manifestavam uma inequívoca tendência a assumir uma forma autônoma, distanciada das instâncias inferiores do partido e das massas trabalhadoras.

É evidente que o período da ilegalidade tinha favorecido essas tendências. As formas ilegais de luta, contudo, não bastam para explicá-las e as tendências não desaparecem quando o partido emerge à luz do dia. Na verdade, o fato de tais estruturas burocráticas distanciadas da classe operária não terem desaparecido e até se terem fortalecido com o fim da ilegalidade indica que as tendências à burocratização tinham causas sociais mais profundas. E não se trata só do problema das relações entre a base e a direção central, pois na própria base muda o modo de vida daqueles que assumem funções no aparelho do partido: a burocratização avança com a formação de um aparelho de funcionários do partido e sindicais, cuja autoconservação pouco a pouco se torna a própria norma da vida de todo o partido.⁶³ São essas tendências, em geral, que parecem constituir o elemento fundamental do revisionismo e do reformismo social-democrático.

A breve evocação que fazemos aqui da rebelião dos "jovens" não é feita certamente para encaminharmos uma análise histórica e sim para mencionarmos um problema. Hans Müller, que pertence ao grupo dos "jovens", e seu escrito *A Luta de Classes na Social-democracia Alemã* (Zurique, 1892) devem ser vistos dentro dos limites do radicalismo de esquerda, cuja luta contra a direção do partido e contra os elementos pequenos-burgueses do partido era pouco realista, por vezes era teoricamente incorreta, e até, com frequência, extravagante e fanática. Mesmo assim, Müller chama a atenção para situações que exerceram influência notável sobre o caráter político do partido. Müller é um dos primeiros social-democratas alemães a reconhecer e formular claramente a contradição gritante que existia entre o programa e a realidade do partido (coisa que evidentemente só era possível, na época como também hoje em dia, na ótica de um radicalismo de esquerda):

63. Sobre isso, veja-se o importante trabalho de A. VON SALTERN, "Die Gemeinde in Theorie und Praxis der deutschen Arbeiterorganisationen, 1863-1920", em *Internationale wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*.

As ações e a tática de um partido não devem ser arbitrariamente determinadas pelo próprio partido; elas são condicionadas pelos elementos sociais de que o partido se compõe. Um partido é uma massa de indivíduos e, no fundo, a vontade dele não é mais livre do que a de cada pessoa. O que um partido faz e o modo como o faz depende necessariamente da sua composição social. Essa tese está concebida, inteiramente, no espírito da concepção materialista da história.⁶⁴

Se se prescinde de um certo mecanismo, os exemplos acrescentados por Müller à sua síntese devem ser inteiramente compreendidos no sentido de uma análise materialista coerente do partido social-democrático a que Engels se acahava ligado.

A relação dos deputados social-democratas de 1890 justifica, de fato, a suspeita de que a social-democracia representasse as camadas médias, considerada a posição social das pessoas: são sete jornalistas e redatores, seis comerciantes, quatro escritores, três hoteleiros, três fabricantes de cigarros, um vendedor de cigarros, um editor, um advogado, dois aposentados, dois industriais, um artesão-sapateiro, um litógrafo, um funcionário de partido e um alfaiate.⁶⁵ Por volta de 1900, a participação dos operários no congresso do partido era escassíssima. No congresso de Lena, em 1911, os operários não ultrapassavam dez por cento (os outros eram funcionários do partido, jornalistas do partido, funcionários sindicais, empregados de cooperativas de consumo, etc.). Bo Gustafsson observa com razão que foi exatamente essa categoria dos funcionários que constituiu, no plano prático e teórico, a base para o nascimento do revisionismo e do reformismo. No mínimo, ela era extremamente receptiva às idéias revisionistas, às ações reformistas.

É óbvio que esse desenvolvimento revisionista só poderia ser contido caso fossem conhecidas as condições materiais do nascimento de tais tendências; o conhecimento era necessário para combatê-las eficazmente, tanto no plano teórico como no prático. Nesse sentido, as descrições de Hans Müller se aproximam bem mais do núcleo materialista do fenômeno do que muitas das páginas do último Engels ou de Kaustsky sobre o tema. As leis anti-socialistas, para Müller, provocaram "a passagem das funções de direção locais para companheiros economicamente independentes. Para poder continuar a luta política, o partido foi obrigado a recorrer a toda uma série de pequenos-

64 H. MÜLLER, *Der Klassenkampf in der deutschen Sozialdemokratie*, Zurique, 1892, p. 16. Esse livro foi reproduzido pela Druck-und Verlags-Kooperative em 1969.

65. Dados extraídos de GUSTAFSSON, *Marxismus*, cit., I, pp. 25 e seg.

burgueses, foi levado a favorecer companheiros que tinham sido operários mas aos quais se reprovava o fato de levarem uma vida pequeno-burguesa". Os taberneiros, farmacêuticos, quitandeiros, não podiam sobreviver com uma freguesia exclusivamente operária: precisavam de compradores empregados, artesãos, etc. Na categoria dos funcionários, a mudança das condições de vida era acompanhada por uma diminuição no interesse pela subversão revolucionária e pela modificação radical da situação vigente. "Essa situação forçada induzia alguns a dissimularem um pouco suas convicções revolucionárias, para não ficarem com fama de social-democratas vermelhos, que afastava de seus estabelecimentos comerciais os fregueses artesãos e empregados".⁶⁶

Essa crítica de Müller aos elementos pequenos-burgueses da social-democracia não deve ser compreendida como exortação explícita à criação de um partido constituído exclusivamente por proletários (e essa pretensão seria ilusória). Minha reflexão segue uma direção oposta: é por não serem examinadas e analisadas com realismo a composição efetiva das massas proletárias, as condições dos quadros da social-democracia, a predisposição deles a tendências burocráticas e reformistas, as abstrações axiológicas de que estão permeadas as idéias dos operários individualmente considerados, que se forma, necessariamente, nos programas, nos congressos, na consciência dos grupos dirigentes da social-democracia, uma espécie de idealismo secundário, enfeitado com terminologia marxista, com todas as características de uma utopia abstrata, pseudo-científica. Perde-se inteiramente a substância crítico-revolucionária do pensamento de Marx; e já estava perdida quando se deu o grande colapso, a grande desilusão de 1914.

É verdade que a problemática da burocracia não foi ignorada por Marx e Engels; porém eles limitam o conceito de burocracia à categoria dos funcionários do Estado, vêem-na como uma força artificial, ao lado das classes reais, produtivas, da sociedade. Explicam a burocratização por meio da centralização estatal, necessitada pela classe dominante para a criação de um mercado unitário, para a criação de um sistema financeiro e jurídico, e também (razão não menor) para reprimir as classes trabalhadoras.⁶⁷ A relação entre a base econômica e a burocracia estatal apresenta para eles dois aspectos: a divisão e racionalização da atividade administrativa fez da burocracia um aparelho dife-

66. MÜLLER, *Der Klassenkampf*, cit., pp. 21 e seg.

67. KAJO HEYMANN, "Bürokratisierung der Klassenverhältnisse im Spätkapitalismus", em *Gesellschaftsstrukturen*, Frankfurt/Main, 1973.

renciado, de acordo com a divisão do trabalho que caracteriza toda a sociedade; por outro lado, na medida em que a acumulação do capital desenvolveu o contraste entre as classes, a burocracia (juntamente com o poder do Estado) assumiu cada vez mais o caráter de uma força pública para a opressão da classe operária, tornando-se cada vez mais uma máquina da dominação de classe.⁶⁸

Também nesse sentido, as análises e acenos metodológicos de Marx e Engels referentes ao problema da burocracia, embora se limitem ao sistema de domínio existente, são elementos indispensáveis de uma crítica materialista da burocratização das relações de classe e vão mais fundo que Marx Weber, que mais tarde fetichizou a questão na figura de um destino da humanidade moderna, de uma “gaiola da servidão”. Não é casual, contudo, que o olhar conservador de Max Weber tenha sabido enxergar exatamente as tendências da social-democracia que levaram à integração burguesa do partido na sociedade existente, que ele as tenha enxergado de modo mais agudo e incisivo do que qualquer teórico marxista desse período:

Hoje a social-democracia está claramente em vias de se transformar em uma poderosa máquina burocrática que ocupa um imenso exército de funcionários e está se tornando um Estado dentro do Estado. Tal como o Estado, a social-democracia já conhece, em menor dimensão, os choques entre ministros, chefes de governo, dirigentes regionais (os funcionários do partido), de um lado, e do outro os burgomestres: funcionários sindicais e presidentes das cooperativas de consumo.⁶⁹

Esse exército de funcionários e indivíduos dependentes do partido vincula à sua atividade, também, interesses extremamente materiais. De modo que Max Weber – para grande alívio dos que o escutavam na *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social) – chega a uma conclusão irônica que veio a ser confirmada pela experiência histórica:

Assim, a longo prazo, não é a social-democracia que conquista a cidade ou o Estado; é o Estado, ao contrário, que conquista o partido. E não vejo como isso possa constituir um perigo para a sociedade burguesa como tal.⁷⁰

68. MARX, MEW, vol. 17, p. 336.

69. MAX WEBER, *Schriften des Vereins für Sozialpolitik* vol. 125; *Verhandlungen der Generalversammlung*, 1907, Leipzig, 1908, p. 206.

70. Idem, *ibidem*.

São razões de ordem sistemática que levam ao resultado contraditório. Em sua análise da situação que existia, Engels caracterizou corretamente as tendências dinâmicas, mas ao mesmo tempo foi vítima de ilusões idealistas em seus prognósticos relativos à conquista do poder por parte do proletariado, em sua percepção da influência do Estado sobre os partidos proletários. O problema está na não contemporaneidade, historicamente condicionada, do desenvolvimento da crítica da economia política do capital e da economia política da força de trabalho, que está no centro da teoria da revolução. Essa parte do marxismo está certamente compreendida no programa teórico de Marx e Engels, embora eles não tenham considerado necessário examinar mais particularizadamente a estrutura e o movimento da força de trabalho das massas, porque na época a força de trabalho média não superava decisivamente o nível de vida mais elementar. Hoje, o problema se reveste de um caráter urgente, já que as conseqüências políticas dessa lacuna teórica, desse limite histórico, ainda não assumido e muito menos superado pela consciência do movimento, tornaram-se visíveis para todos.

Mesmo costumando retomar programas incompletos e desenvolvê-los em estudos particulares, o último Engels deixa de levar em conta as conseqüências de uma aplicação à própria classe revolucionária da concepção materialista da história e da lei do valor, como causa da distorção da consciência que se manifesta no fetichismo da mercadoria e da produtividade. Seria injusto dizer que Marx e Engels tenham tido ilusões quanto à lentidão, aos riscos de ruptura e involução, no processo de auto-educação do sujeito material da revolução social e política; ao contrário, bem cedo eles indicaram os elementos capazes de ameaçar, continuamente, o processo de constituição política do proletariado: a concorrência, a cisão da classe operária em frações (por exemplo, a formação de uma aristocracia operária) e, finalmente, a influência ideológica do inimigo de classe sobre os trabalhadores. Tais indicações, no entanto, não se desenvolveram sistematicamente em sua teoria da sociedade.

As conseqüências da realização completa da lei do valor foram descobertas com extrema agudeza não só nas formas de movimento e organização do capital, bem como nas constelações de forças militares e políticas das classes dominantes; Engels analisou pormenorizadamente também as tendências que empurram camadas tradicionais para a proletarianização e tornam o trabalho assalariado o destino da grande massa da população; mostrou como surgem relações de dependência econômica que dilaceram pateticamente os vínculos familiares, destroem as ilusões de autonomia das profissões intelectuais e arran-

cam os camponeses da terra. Engels viu surgirem no campo “viveiros da revolução”. Porém a dialética peculiar da universalização da produção de mercadorias não foi aplicada na mesma medida também ao resultado desse processo, ao proletariado moderno. O esclarecimento das idéias dos trabalhadores e das camadas em processo de proletarianização é só um aspecto desse movimento: Engels não fornece nenhuma resposta sistemática à questão de sabermos se, com a penetração da produção de mercadorias na consciência e no comportamento dos homens, também não se desenvolvem as distorções da consciência, a reificação das relações sociais, as ilusões, etc. Interessado sobretudo no processo da formação do proletariado, ele não presta a mesma atenção à composição do proletariado já constituído, aos mecanismos que o constituem. Se, contudo, não são esclarecidos o modo de produção das experiências dos trabalhadores, as formas que condicionam o nascimento da falsa e da justa consciência na vida concreta e material dos homens, subsiste todo um terreno sociológico e sociopsicológico propício às influências ideológicas do sistema dominante, que são combatidas apenas em seus resultados e manifestações externas, através de rótulos pouco eficazes, como “pequeno-burguês”, “subjetivista”, “sindicalista”, “idealista”, etc. Kautsky e o primeiro Lênin se limitaram a dar forma conceitual a essa atitude, quando afirmaram que a consciência de classe devia ser levada *de fora* para as massas.

A base das ilusões nas possibilidades da justiça e do Estado

Enquanto nas formações sociais tradicionais (nas quais a forma natural do trabalho, na sua particularidade, tem uma forma diretamente social) os objetos de uso, as utilidades e serviços naturais são trocados, enquanto as “esferas de vida construídas” sobre a produção material são determinadas por relações pessoais de domínio e servidão, nem o trabalho nem o produto do trabalho têm nada de misterioso. Só quando a produção de mercadorias se amplia e se chega a um estágio no qual os produtos do trabalho assumiram predominantemente a forma de mercadorias, é que o mundo objetivo que determina a consciência cotidiana dos homens assume uma forma simultaneamente sensível e supra-sensível, distorcida, fantasmagórica. Na realidade, a essência do fetichismo da mercadoria está no fato de que as relações sociais dos proprietários privados, que produzem independentemente uns dos outros e entram em contato por meio do intercâmbio de seus produtos, assumem a forma de relações entre objetos, apresentam-se como relações entre coisas, que influem pesadamente na consciência de cada um deles, em suas formas de comunicarem-se e na ca-

pacidade de articularem suas próprias necessidades. Marx não tem dúvidas quanto ao fato de que a "aparência objetiva" do mundo das mercadorias, a transformação do produtor em produto e daquilo que é mediato em imediato, não marca somente a existência da classe dominante: marca também a existência da classe dominada.

Numa teoria materialista, não é decisivo apenas o conteúdo, o fato dessas distorções; cumpre também – e sobretudo – esclarecer de que forma determinada essa aparência objetiva influi no pensamento e no comportamento da classe proletária. Marx diz claramente que não se trata de um mero problema de informação científica. Só num sistema desenvolvido de produção de mercadorias, abrangendo todas as formas tradicionais de produção e mercantilizando inteiramente os produtos do trabalho (a ponto de lhes conferir a feição de "formas naturais da vida social"), é que os homens se empenham em compreender o conteúdo dessas formas e decifrar os hieróglifos sociais.

Em seguida, os homens procuram decifrar o sentido dos hieróglifos e desvendar o segredo de seu próprio produto social, já que a determinação dos objetos de uso como valores é tão produto social deles como a linguagem. A tarda descoberta científica de que os produtos do trabalho, como valores, são apenas a expressão, em forma de coisas, do trabalho humano despendido em sua produção é um marco na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissolve, de fato, a aparência de que o caráter social do trabalho pertença aos objetos. Aquilo que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias – isto é, que o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes uns dos outros consiste no fato de eles serem iguais como trabalho humano e assumirem a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho – parece coisa definitiva, tanto antes como depois da descoberta, para aqueles que continuam envolvidos pelas relações da produção de mercadorias. Coisa tão definitiva como a que se vê na física: a decomposição científica do ar em seus elementos deixa subsistir a forma gasosa como forma corpórea.⁷¹

Extrapoláramos o âmbito do presente ensaio se nos dispuséssemos a estudar pormenorizadamente a influência do fetichismo da mercadoria na vida proletária; trata-se de uma região ainda inexplorada, nesmo consideradas algumas tentativas, incertas, de identificar a estrutura da mercadoria no próprio processo de socialização das crian-

71. MARX, *O Capital*, livro primeiro, pp. 90-91 da edição italiana.

ças. Aqui devemos sobretudo considerar a produção de mercadorias (e por conseguinte o trabalho assalariado e o capital) como o terreno social no qual se desenvolve a ideologia; devemos enxergar na ideologia uma falsa consciência, mas necessariamente ligada à produção de mercadorias; e devemos compreender como ela, numa sociedade na qual a produção está inteiramente mercantilizada, determina também as idéias, as imagens e os modos de comportamento da vasta massa do proletariado. A “missão histórica” que Marx e Engels atribuem ao proletariado, à base dos interesses objetivos de classe dele, é contrariada diariamente por forças empenhadas em promover uma regressão da consciência histórica, fortalecidas pelo fato de serem sacrificadas as qualidades ligadas ao valor de uso, pela lógica imanente do processo que tende a transformar tudo em mercadoria.

As conseqüências desses problemas para a existência dos proletários e para a constituição política da classe operária só se tornam tangíveis quando começam a se difundir ilusões relativas ao Estado, ao Direito e à Justiça, ou quando se dá uma certa fetichização das ciências da natureza e da técnica, como podemos ver já nas primeiras escolas operárias.

Quando Engels constatou, após a aprovação do programa de Erfurt (em 1891), com satisfação, que o marxismo tinha afinal se imposto, que tinham sido eliminados os últimos resíduos lassalianos (declaração que só podia se basear na exposição dos princípios, que era bem pouco coerente com as outras partes do programa), ele estava evidentemente convencido de que as esperanças ilusórias depositadas no direito e no socialismo de Estado, contrárias aos interesses emancipadores objetivos do proletariado, não podiam mais encontrar nenhum alento nos próprios operários, nem mesmo no plano subjetivo. O desenvolvimento da social-democracia até a primeira guerra mundial invalidaram claramente essa convicção. Marx, ao contrário, observava que, na época das situações típicas das formações sociais pré-capitalistas (nas quais a jornada de trabalho se dividia, visivelmente, em trabalho necessário e plus-trabalho, em trabalho remunerado e trabalho não remunerado), mas, mesmo depois de ultrapassada tal situação, depois de todos perceberem que ela pertence ao passado, o trabalhador continuava a ter ilusões no direito e na justiça enquanto o trabalho mantivesse a forma de trabalho assalariado. Isso ocorria porque no trabalho assalariado o plus-trabalho ou trabalho não remunerado assumia a aparência objetiva de equivalente, com eficácia tanto maior quanto menos elementar e opressiva era a situação de exploração.

Compreende-se, assim, a importância decisiva da *metamorfose* do valor e do preço da força de trabalho na forma do *salário*, ou seja,

em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa *forma fenomênica*, que torna invisível a relação real e exhibe exatamente o contrário dela, fundam-se todas as idéias jurídicas do operário e do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões acerca da liberdade, todo o blablablá apologético da economia vulgar.⁷²

Como essas ilusões e mistificações têm um conteúdo de realidade que é dado pela produção capitalista de mercadorias, qualquer teoria da luta de classes que se limite a encarar e a combater as ilusões depositadas pelos trabalhadores no direito e no Estado como se elas fossem simplesmente uma intervenção ideológica do inimigo de classe em contradição com os interesses do proletariado e proveniente de fora estaria condenada à impotência. O “eterno retorno” de elementos lassallianos, mesmo em organizações que, como os partidos comunistas ocidentais, dispõem-se a refutar as esperanças depositadas por Lassalle no Estado, é um sinal que indica como essa conexão entre as ilusões legalistas e estatistas que surgem nos próprios trabalhadores e o trabalho assalariado e a produção de mercadorias que constituem a base delas ainda não se tornou um elemento consciente da estratégia política do proletariado.

Se as idéias legalistas do trabalhador e do capitalista, como todas as mistificações do modo de produção capitalista, como todas as ilusões acerca da liberdade, têm sua base econômica na situação do trabalho assalariado (pela qual o não equivalente oculto no processo do trabalho, embutido na geração do valor e da mais-valia, é objetivamente mascarado), então essa aparência objetiva deve ser cientificamente explicada, a fim de que venha a desaparecer a sua influência automática sobre a consciência e a ação dos trabalhadores; contudo, ainda que se faça a explicação, permanece uma brecha através da qual podem se infiltrar as ilusões quanto ao direito e ao Estado (ilusões que serão tanto maiores quanto menos forem compreendidas).

Se para Marx a superação do horizonte jurídico burguês está ligada às condições de uma fase superior da sociedade comunista, na qual o trabalho terá se tornado a primeira necessidade vital,⁷³ não é surpreendente que as tendências à legalização das relações sociais nas so-

72. Idem, *ibidem*, pp. 565 e seg.

73. Devemos lembrar sempre como é difícil, segundo Marx, o desaparecimento definitivo da idéia e da realidade de um critério idêntico para situações diversas (e por conseguinte a superação do horizonte jurídico burguês). É significativa, nesse sentido, a enorme importância assumida pelo pensamento caracterizado por categorias jurídicas na consciência e no comportamento dos trabalhadores. “Numa fase superior da

ciedades industriais desenvolvidas só possam cimentar a fetichização do direito (uma fetichização existente porém muito mais fácil de ser enxergada nas situações de exploração mais elementar). O fato de que os trabalhadores experimentem diretamente o fetichismo da mercadoria e do direito apenas em suas formas fenomênicas é um fato que significa que os conflitos que aparecem na indústria são não só a expressão de contradições de classe (e devem ser apresentados como tais), mas também são, ao mesmo tempo, inseridos no tecido da existência proletária, o único ponto de partida concreto para um trabalho teórico e prático empenhado em esclarecer as idéias dos trabalhadores. Isso pressupõe certamente análises específicas das organizações operárias, das relações de cooperação e comunicação, de todas as zonas de conflito que subsistem no mundo da indústria; análises que, no fundo, jamais tiveram reconhecido o seu lugar nos desenvolvimentos da teoria marxista, dada a falta de elaboração da dialética do universal e do particular, que as deixou entregues a uma sociologia industrial ligada a interesses de valorização capitalista. Tentativas de inserir tais análises *a posteriori* no marxismo, como se constituíssem um tema estranho a ele, estão fadadas ao insucesso: só funcionarão quando a teoria dialética, nas suas origens, for objeto de uma reconstrução crítica.

Tocamos em um problema que se torna mais claro se considerarmos a importância – freqüentemente ignorada, mas fundamental para a dificuldade da reelaboração dialética das experiências sociais da vida proletária – que a mentalidade científica e técnica assumiu na consciência dos trabalhadores; uma importância que se fortaleceu ainda mais com o rápido desenvolvimento das ciências da natureza na segunda metade do século XIX. Ao fetichismo da mercadoria se acrescenta outra forma de fetichismo, não menos eficaz, embora mais disfarçada: o fetichismo da produtividade, cuja aparência objetiva ainda hoje se encontra na base dos argumentos amparados nas leis objetivas da indústria e da técnica.

Como o trabalho vivo é incorporado ao capital e encontra sua valorização social somente através dessa subsunção, todas as forças produtivas do trabalho social se apresentam como forças produtivas do capital; as formas particulares da força produtiva do trabalho social aparecem como formas e forças produtivas do capital (e portanto do trabalho objetivizado, das condições objetivas e materiais do traba-

sociedade comunista, quando desaparecer a submissão dos indivíduos à divisão do trabalho e, portanto, a contraposição entre o trabalho intelectual e o manual, teremos: *De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades*". (MARX, *Crítica ao Programa de Gotha*).

lio). Marx, que analisa esse fetiche do capital na crítica da forma trinitária, diz:

Essa relação se torna ainda mais complicada e aparentemente misteriosa quando, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, não só se erguem diante do operário coisas imediatamente materiais (todas produzidas pelo trabalho: conforme o valor de uso são condições reais e produtos do trabalho e, segundo o ângulo do valor de troca, são tempo de trabalho real objetivizado ou dinheiro) que se contrapõem a ele como "capital", mas também a forma do trabalho socialmente desenvolvido: a cooperação, a manufatura (como forma da divisão do trabalho), a fábrica (como forma do trabalho social cuja organização se baseia materialmente nas máquinas). Ambas as coisas se apresentam como formas de desenvolvimento do capital; por isso, as forças produtivas do trabalho desenvolvidas por essas formas de trabalho social – e por conseguinte também a ciência e as forças da natureza – se apresentam como forças produtivas do capital.⁷⁴

A mentalidade tecnocrática que é criticada nesse trecho está seguramente mais enraizada na ideologia da classe dominante do que na consciência proletária; mas é um elemento das diversas formas de alienação e auto-alienação do trabalhador, entendidos como manifestações do fetichismo do capital. Até agora, essas formas de alienação, fundadas sobre a relação capitalista, têm escapado ao exame da teoria materialista da sociedade, e exatamente por isso continuam a existir, acionando mecanismos de compensação: por um lado, o subjetivismo de um socialismo entendido kantianamente como imperativo moral infinito e, em última análise, como reflexão filosófica sobre a alienação no nível da história da espécie; por outro lado, o idealismo e o voluntarismo autoritário, que justifica diretamente com interesses objetivos de classe e tendências históricas de desenvolvimento suas próprias interpretações do mundo e suas próprias decisões estratégicas, prescindindo inteiramente da constituição dos sujeitos revolucionários. Por trás do escudo do voluntarismo e do subjetivismo idealista, o revisionismo prático pode se proteger contra as perturbações que uma compreensão real das coisas lhe acarretaria. Isso significa, no entanto, o perigo constante de uma idealização do proletariado, que já se esboça como tendência no último Engels.

74. MARX, *Teorias sobre a Mais-valia* [há edição da Civilização Brasileira, Rio] MEW, vol. 26, p. 366.

O jovem Marx, que ainda não conhecia a explicação econômica exata para esse estranhamento, inseriu-o na complexidade da dialética sujeito-objeto e na produção da experiência humana, quando, com a clara consciência de uma tendência antropológica à universalização, falou do homem objetivo, de um mundo estranho, de uma realidade estranha colocada diante dele, uma possibilidade objetiva para a sua emancipação como homem e da qual ele não pode, subjetivamente, assenhorear-se. O homem marcado pela propriedade privada e pela produção de mercadorias ficou reduzido ao sentido da posse, ao ato formal da subsunção, a uma forma de apropriação de homens e coisas que corresponde ao comportamento extorsivo do capital. As manifestações vitais assumem a forma da alienação da própria vida, na qual está contida certamente a multiplicação das necessidades e interesses que ligam o sujeito ao mundo exterior, mas – substancialmente – só no nível da espécie: no capitalismo, o homem só desenvolve as potencialidades produtivas da espécie se empobrecendo individualmente. A subversão revolucionária significa – já na antecipação, na espera concretamente utópica e impregnada de materialismo dos indivíduos interessados – o rompimento com essa situação: as forças produtivas da sociedade e do gênero humano só podem continuar a se desenvolver com a condição de que toda a riqueza dos produtos dos sentidos e do pensamento que o capital condenou à objetividade seja reabsorvida no sujeito e desenvolvida individualmente. Uma motivação da ruptura revolucionária se acha, pois, na necessidade de recuperar a sua própria riqueza interior alienada, superando a dolorosa carência de humanidade individual.

Trata-se de uma exigência idealista? De uma utopia subjetivista? Na realidade, trata-se de algo que no plano da motivação revolucionária é aquilo que no plano social se apresenta como união consciente, como aquela “associação dos produtores” na qual “o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos” (*Manifesto Comunista*).

O último Engels indica muito claramente a necessidade dessas motivações subjetivas quando constata que acabou o tempo em que pequenas minorias conscientes podiam imaginar que iam se apoderar do poder num golpe de surpresa, quando diz que agora as próprias massas precisam compreender “de que se trata, por que causa dão seu sangue e sua vida”;⁷⁵ mas Engels não desenvolve uma análise do

75. ENGELS, “Introdução” as *Lutas de Classe na França*, de Marx.

problema das condições em que se constitui a subjetividade revolucionária.

A economia política da força de trabalho como teoria cultural da subjetividade. Tarefas e perspectivas

Os processos revolucionários não devem ser considerados apenas do ângulo dos sujeitos que agem; o período das revoluções feitas por minorias acabou, como acabou a época das revoluções de vanguardas. Retomar a questão da revolução nas condições do capitalismo tardio significa, hoje, ligar-se novamente a Engels e prosseguir aquela linha de desenvolvimento da teoria marxista situada no âmbito específico da história da desagregação da burguesia (uma linha que foi proscrita pelo stalinismo durante quase meio século): a de Rosa Luxemburgo, do primeiro Lukács, de Korsch e de Gramsci. Todavia, a recolocação de Marx e de Engels no contexto europeu para o qual a teoria deles foi originariamente pensada, num contexto que influi profundamente no conteúdo semântico de cada uma de suas categorias, é uma operação que não pode ser realizar de repente e sem dificuldades. Se – como diz Engels – nas futuras revoluções os homens quiserem saber porque devem lutar e o que devem esperar, então uma ciência materialista terá precisamente a tarefa de examinar minuciosamente os processos que se realizarão no próprio sujeito, as contradições que induzirão a uma transformação da sociedade.

A propósito disso, exponho a seguir algumas teses:

1) A constatação de que a cultura tradicional da burguesia perdeu sua capacidade de integração social não constitui uma verdade especialmente original. Mais difícil é resolver o problema da amplitude sem precedentes assumida atualmente pela indústria da consciência nos países capitalistas desenvolvidos. Uma cultura – inclusive uma indústria cultural – não nasce se não é necessária, ao menos nas condições de vida de uma sociedade de classes. O problema torna-se, assim, mais preciso na seguinte forma: que perigos ameaçam o domínio de classe existente e provocam a reação dessa imponente indústria da consciência, que, com a ajuda dos recursos eletrônicos e dos *mass media*, está praticamente em condições de oferecer o universo inteiro de todas as formas de cultura elaboradas até hoje? A primeira resposta é: essa indústria da consciência, que se torna cada vez mais imponente, reage de maneira específica a contradições baseadas em crises do sistema capitalista de dominação e no entanto – como sublinhou Jürgen Habermas com especial energia – deixaram, há bastante tempo, de ser pura e simplesmente crises da valorização do capital. São crises de le-

gitimação e motivação, que, como tais, envolvem diretamente toda a vida dos homens, que não se acha mais encadeada aos imperativos do modo de produção capitalista dos valores tradicionais. Ao falar de toda a *vida*, entendo a vasta gama das atividades humanas: desde a produção que serve à autoconservação material, a disciplina do corpo, até a socialização e as formas de expressão da fantasia. Esse tecido é dilacerado em diversos pontos, suas partes não se desenvolvem de maneira homogênea, contudo apresenta aspectos de identidade. O centro de organização desse complexo vital é a força de trabalho.

2) Um problema central de qualquer teoria materialista da cultura é a formulação de uma teoria da subjetividade que vá além do horizonte conceitual das formas de decadência do indivíduo burguês e, no entanto, não se limite a contrapor-lhe o aspecto positivo e particularizado (embora abstrato) de um novo tipo de pessoa, caracterizado, talvez, por um sentido mais forte da coletividade. A descrição das formas de decadência, a recordação melancólica do que houve e agora é ruína, sempre exerceu sobre o sentido histórico um fascínio maior que o de um programa empenhado em tornar conscientes tendências que estão germinando, são descontínuas e necessitam da intervenção prática-política para poderem se tornar objeto da consciência.

Uma teoria da cultura ou uma teoria da subjetividade não têm uma colocação sistemática nos quadros da crítica da economia política do capital. Isso não decorre do fato de Marx e Engels terem subestimado os fenômenos culturais e terem ignorado o lado subjetivo dos processos sociais; toda essa problemática, porém, continuou na condição de programa. Só se desenvolveram sistematicamente as categorias que se referem ao modo de funcionamento e às crises da organização capitalista da sociedade, mas não às potencialidades que a despedaçam e pressionam o sentido de novas formas de vida social. Desse modo, a subjetividade fica presa ao fio do trabalho assalariado, que representa apenas uma parte da energia da força de trabalho (a parte a que ela foi reduzida pelo capital).

Lukács, e também Adorno, que nesse ponto está de acordo com ele, puderam chegar à conclusão de que o fetiche da mercadoria não só devora toda a cultura burguesa, até na esfera mais íntima, reduzindo todas as formas de comunicação a relações reificadas, mas também faz do sistema dominante um bloco fechado, monolítico, que só pode ser rompido de fora para dentro, isto é, pela recuperação de formas passadas de cultura e individualidade, pelo ato de vontade de um partido ou pela esperança depositada numa nova forma de *imediato* capaz de destruir o sistema dominante.

É verdade que no jovem Lukács o problema de uma dialética histórica das relações sujeito-objeto está colocado a propósito da força de trabalho, que é a única mercadoria *que fala*, o modelo da definitiva identidade sujeito-objeto, que se realizará num proletariado que terá alcançado a forma de uma substância incorruptível. Como Lukács parte do *caráter de mercadoria* da força de trabalho e não abandona, por princípio, tal posição, é impossível para ele considerar os indivíduos reais, os trabalhadores em suas situações de vida concreta, a não ser na ótica da “consciência psicológica”, em sua função de objetos.⁷⁶ Só podem se tornar sujeitos se são libertados de seu destino de *môndas sem janelas* pela dura e disciplinada intervenção de uma organização proletária.

Se abordo esse problema não é por motivos de ortodoxia escolástica. O que me importa é apurar se uma teoria da subjetividade revolucionária – que nos escritos marxistas mais recentes existe no máximo sob a forma de um tratamento inicial – deve superar necessariamente, por princípio, a estrutura categorial da crítica marxista da economia política no seu caráter de teoria *histórica* da sociedade, ou se, ao contrário, constitui um elemento essencial dela. A falta de uma teoria orgânica do sujeito – que é especialmente característica do stalinismo, degenerado em legitimação sistemática, e das versões tecnocráticas da concepção materialista da história – ensinou, e continua a ensinar, o funcionamento de um mecanismo de integração da teoria marxista da sociedade. Essa integração desenvolveu sua própria lógica: no fim, ela se separa inteiramente da crítica da economia política, retorna ao jovem Marx, ao Marx humanista, contraposto ao econômico; ou então acaba por propor teorias da socialização de orientação psicanalítica. Esse tipo de crítica parte do pressuposto de que a obra de Marx e Engels não tem programas que não tenham sido realizados: todos já teriam sido concretizados, certos ou errados. É uma espécie de ortodoxia negativa.

No que concerne à força de trabalho como centro da teoria da subjetividade, ela constitui, de fato, o “limite histórico” da teoria da sociedade elaborada por Marx. O sujeito só parece ser constitutivo, para a estrutura social, num sentido: como fonte de valor. O trabalho, na forma do trabalho assalariado, determina a contradição da força de trabalho como valor de troca e como valor de uso. A esfera de válida-

76. O. NEGΤ, *Sociologische Phantasie und exemplarisches Lernen. Zur Theorie der Arbeiterbildung*, Frankfurt/Main, 1968.

de das categorias econômicas não tem uma extensão maior do que essa. Mas é exatamente aí que nascem todos os problemas que concernem às dimensões reais do sujeito. A força de trabalho é o elo de ligação objetivo, o centro organizador da mediação entre a economia capitalista e a dimensão interna dos indivíduos; porém o trabalho assalariado é somente uma das possíveis formas de emprego da força de trabalho, é uma forma histórica que nunca chega a esgotar todas as formas possíveis de atividade da vida humana no seu conjunto, ainda que o capital tenha a tendência de reduzir o homem a esse trabalho e às suas compensações.

Em termos mais preciosos: a força de trabalho viva, em todas as suas dimensões, tanto nas suas formas somáticas de expressão como nas formas da consciência e da fantasia, é a única *forma viva de movimento* que existe na sociedade; e o é tanto mais quanto menos estiver envolvida na produção industrial imediata e no desenvolvimento do aspecto tecnológico das forças produtivas. Portanto, a produção e reprodução como consumo só se acham numa relação mais ou menos causal entre elas nas fases da evolução de uma sociedade nas quais a ordem capitalista dispõe da força de trabalho praticamente grátis, quer dizer, nas quais a força de trabalho é oferecida por famílias proletárias que vivem no nível da autoconservação pura e simples. Quanto mais claro se torna o fato de que a produção industrial e as esferas da reprodução (escolas, serviços sanitários, tempo livre, consumo) mantêm entre elas uma relação *constitutiva*, tanto mais evidente é a constatação de que as categorias que correspondem ao movimento do capital exprimem as potencialidades de movimento, as limitações e as deformações das formas de atividade humana, mas não descrevem suas estruturas concretas, suas contradições, suas tendências de desenvolvimento positivas, progressistas.

É importante, pois, desenvolver uma economia política da força de trabalho, que deverá se configurar como uma espécie de anatomia da subjetividade. Em tal base, as categorias do capital viriam a assumir um valor diferente. O próprio Marx esboçou esse programa, quando, a propósito da proposta de lei das dez horas, falou de uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital e da propriedade; ou quando afirmou que se deve desenvolver ulteriormente o elemento *moral e histórico* da força de trabalho; ele mesmo, contudo, não tratou cientificamente da questão. De resto, não era necessário, na época; e era até impossível, pois o objetivo da investigação, na sua complexidade, literalmente ainda não existia. Já o *skilled labour* lhe parecia ideologia, em ligação com a força de trabalho média.

Para evitar equívocos, devo acrescentar a esta tese uma observação. Existe a força de trabalho de um cientista e de um artista, exatamente como existe a de um trabalhador da indústria; a diferença reside unicamente nos objetivos, na forma em que ela se realiza no trabalho concreto.

3) Até agora, o processo da civilização tem sido descrito, em geral, nos fenômenos situados no plano da consciência e da alma. A cultura tem sido entendida como *agricultura animi*, conforme a fórmula de Cícero (*Tusculanae disputationes*), embora em função ambivalente: como justificação das relações de dominação e como tendências que vão além delas, contendo a utopia de uma vida melhor e diferente. Em tais análises, a subjetividade é levada em conta na medida em que se trata do gênio, do autor das leis da forma estética e filosófica.

De maneira geral, os marxistas ortodoxos não contribuíram para superar essa situação insatisfatória da teoria da cultura. Entre os primeiros que disseram coisas verdadeiramente novas se acha, sem dúvida, Norbert Elias; ⁷⁷ não é casual, contudo, que as pesquisas dele só se tenham realmente difundido nos últimos dez anos. Hoje, realizam-se diversas investigações na mesma direção, como por exemplo a de Philippe Ariès (*História da Morte, História da Infância*); e há também os estudos de Michel Foucault, sobretudo aquele sobre as origens da prisão. ⁷⁸ Esses trabalhos são diferentes uns dos outros; o que os une é o princípio materialista de que a forma moderna de dominação começa com o domínio sobre o corpo, servindo-se, para tal fim, também da alma e do espírito. A microfísica política do corpo – segundo a expressão de Foucault – revela em suas particularidades o processo que Marx chamou de “acumulação originária”, quando o descreveu como uma separação da força de trabalho das suas condições objetivas de realização (e Marx Weber o interpretou, complementarmente, como interiorização da moral do trabalho protestante).

Nem Marx nem Max Weber caracterizam o ponto no qual essa separação objetiva e essa moral do trabalho, independentemente da violência ou até mesmo da “muda coerção” das relações econômicas, se fixam estavelmente no interior do indivíduo. Já Elias e Foucault dedicam sua atenção aos processos que se realizam abaixo do nível da

77. N. ELIAS, *Über den Prozess der Zivilisation*, 1936; nova edição, Frankfurt/Main, 1977.

78. M. FOUCAULT, *Surveiller et punir*, Paris, 1975. [Edição brasileira *Vigiar e Punir*, ed. Vozes].

consciência e das idéias: às formas automatizadas de movimento e de expressão do corpo no interior de unidades espaciais e temporais específicas.

Limito-me a lembrar um único pensamento da riquíssima análise de Elias: só a reorganização espaço-temporal, ou melhor, a decomposição da vida instintiva torna disponíveis forças laborativas com as quais o capitalista pode contar. O processo mais doloroso da história moderna é, de fato, a separação física do homem dos outros homens: comendo, servem-se de pratos diferentes, mas usam o garfo; o próprio sono é "privatizado, empurrado para a intimidade, desligado da interação social dos homens". Diminuem os entraves da vergonha e do constrangimento em relação ao corpo, mas ao mesmo tempo se atenua a agressividade somática, que – só ela – permite a convivência no espaço espremido das cidades modernas. Nasce o *homo clausus*; e nasce certamente numa forma que dispõe de uma dimensão interior mais ou menos autônoma.

Esse mecanismo de exclusões e de particularização determina também as formas da disciplina e das punições. Foucault inicia o livro a que me referi acima com a execução pública do parricida Damiens, um dos últimos grandes espetáculos públicos de tortura e esquarteramento; o nascimento da prisão é parte de um processo de civilização no qual um corpo mutilado não tem mais nenhum sentido social, porque perdeu sua força de trabalho. A microfísica do poder deve trabalhar com mecanismos mais sutis. Diz Foucault: "A disciplina não é mais apenas a arte de repartir os corpos... O corpo individual torna-se um elemento que pode ser colocado, movido, ligado a outros elementos. Seu valor ou sua força não são mais as variáveis principais que o definem, e sim o lugar que ocupa, o intervalo que recobre, a regularidade e a boa ordem pela qual opera seus deslocamentos". Ordem não significa mais que cada um tem seu lugar fixo na sociedade, na sua hierarquia ontológica, se podemos dizê-lo desse modo; todos devem estar livres para novas combinações.

Creio que essa reorganização dos corpos e de seus movimentos deve inserir-se no âmbito da categoria da constituição da força de trabalho, de Marx, acho que provavelmente Foucault não faria objeção, mas Elias consideraria o quadro da inserção muito limitado. Parece-me, no entanto, que a análise de Elias dificilmente pode ser compreendida se não a encaramos a partir dessa constituição originária da força de trabalho, com base na qual, além disso, se constituem outras formas de expressão da convivência social. É verdade, contudo, que as análises de ambos os autores precisam ser liberadas de implicações

comportamentistas e até social-democráticas. Quer dizer: precisam ser liberadas do contexto a que a dominação burguesa procura reduzir até o corpo.

4) O que Elias e Foucault dizem do processo de civilização tem um duplo caráter: na medida em que se torna uma mônada também somaticamente, o homem pode, ao mesmo tempo, formar para si um espaço interior no qual a fantasia instintiva é usada para a interiorização da moral do trabalho e também para o refinamento e a diferenciação dos sentidos. O nascimento da teoria psicanalítica já é um sintoma que indica como as bases culturais da força de trabalho começam a ceder.

O funcionamento substancialmente dócil e fluente da força de trabalho, que assegurava a forma tradicional da cultura até nas formas somáticas da expressão, hoje necessita de intervenções cada vez mais amplas e custosas, carecendo – o que é importante – de uma presença cotidiana de toda a aparelhagem da indústria da consciência. Muitos dos velhos mecanismos ainda estão em operação, certamente, porém não mais assumem a função tradicional. O crescimento impetuoso da indústria da cultura e da consciência pode ser devido em boa parte às dificuldades de valorização do capital; por outro lado, contudo, ele tem a finalidade de controlar um processo de constituição da força de trabalho que a interiorização e a disciplina física não mais bastam para assegurar, vinculando a força de trabalho diariamente às normas do modo de produção vigente, inundando-a de mercadorias. Esse processo é absolutamente contraditório. A produção capitalista, em seu nível mais elevado, engendra continuamente fantasias que não pode satisfazer. A propaganda comercial, por exemplo, não é apenas um meio de “educação”, de destruição de certos hábitos culturais etnicamente determinados em proveito da formação de uma identidade nacional, como demonstrou Stuart Ewen no caso da sociedade norte-americana; é também promessa irrealizável de uma vida diferente, melhor.

Quanto menos as fantasias ficam ligadas ao processo de produção, quanto menos a produção material é o óbvio sistema de condições em que se realizam a socialização, a disciplina e a qualificação da força de trabalho, tanto maior é o perigo para o capitalismo de uma livre fantasia flutuante, que aumenta o potencial de agressões difusas, erosões, novas relações sociais significativas. Não me parece casual que na última década a repressão do sistema tenha ficado mais forte onde há politização da socialização, na área da educação e da higiene, da qualificação científica da força de trabalho, e menos nos setores onde os velhos métodos ainda são eficazes.

Precisamos, com urgência, elaborar para o capitalismo tardio análises materialistas do tipo das que Elias e Foucault fizeram do período da sociedade feudal e da primeira burguesia.

5) Para poder libertar as necessidades e as fantasias da vinculação ao mundo das mercadorias, no qual permanecem presas enquanto não se formam alternativas visíveis para a sociedade existente, é necessário abrir espaço na opinião pública para uma concepção oposta à ideologia dominante; uma alternativa social não pode se limitar a iniciativas individuais, precisa ter um projeto para a totalidade da sociedade, tentar derrubar a hegemonia cultural, econômica e política.⁷⁹

Pelo que pude entender, Antonio Gramsci reconheceu com a maior clareza a importância da hegemonia cultural (produzida em formas específicas de presença na opinião pública) para o processo da revolução na Europa. A presença proletária na opinião pública, que sempre tende a derrubar a hegemonia cultural das classes dominantes, é um *processo de produção* de experiências no qual são superados os mecanismos mais eficazes da dominação burguesa, a fragmentação do espaço e do tempo. Os homens se reúnem, como produtores associados, em locais nos quais discutem as coisas *deles*, em tempos que expressem sua existência. Só assim a democracia poderia reconquistar seu conteúdo de emancipação originário.

79. Esse complexo de problemas foi estudado pormenorizadamente por Alexander Kluge e por mim no livro *Öffentlichkeit und Erfahrung*, Frankfurt/Main, 1972.

HANS-JOSEF STEINBERG

O partido e a formação da ortodoxia marxista

Na introdução à *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito*, de 1843-1844, Marx enunciou a tese – freqüentemente citada depois – segundo a qual a teoria se torna força material tão logo se apodera das massas; e esse processo é possível na condição de que a teoria corresponda às necessidades reais dos homens. Característica desse fenômeno é não só o fato de que o pensamento tende à realização, mas também que a própria realidade deve tender para o pensamento¹. É nosso propósito mostrar, nestas páginas, como – numa determinada fase de

1. "As revoluções, com efeito, têm necessidade de um elemento passivo, de um fundamento material; a teoria se realiza num povo somente na medida em que realiza as necessidades dele. A enorme defasagem entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã, não corresponderá o dissídio da sociedade civil com o Estado e consigo mesma? As necessidades teóricas irão se tornar imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento tenda a se tornar realidade; a realidade também deve tender para o pensamento". Cf. K. MARX, "Per la critica della filosofia del diritto di Hegel. Introduzione", in MARX-ENGELS, *Opere*, Roma, 1976, vol. 3, pp. 189-199 [ed. brasileira: "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução", in *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, vol. 2, 1977, pp. 1-14]

desenvolvimento da sociedade burguesa, substancialmente na área europeia – formaram-se partidos socialistas de massa, cujos programas eram condicionados, em maior ou menor medida, pela teoria marxista.

O processo de ligação entre o movimento operário e a teoria marxista deve ser acompanhado em seus detalhes, se se quer determinar em seus traços específicos o que foi geralmente chamado de marxismo da Segunda Internacional. Se vamos colocar em primeiro plano os desenvolvimentos ocorridos na Alemanha, isso não será em homenagem àquela ótica germanocêntrica – justamente criticada –, no interior da qual foi freqüentemente considerada a história do socialismo, antes e durante a época da Segunda Internacional; nem será confirmada *a priori* a discutível tese do caráter paradigmático da social-democracia alemã, que apresenta sobretudo o inconveniente de não levar em conta os desenvolvimentos específicos ocorridos nos diversos países durante os anos 80². Se nosso interesse se concentrou, numa certa medida, no movimento alemão, isso ocorreu sobretudo porque determinados desenvolvimentos referentes tanto à elaboração da ortodoxia marxista, quanto à organização socialista do partido, tiveram lugar na Alemanha antes que em outros países e assumiram aqui também uma forma mais clara e unívoca. Isso se liga, naturalmente, ao fato de que – após a derrota sofrida pela França na guerra franco-prussiana – o epicentro do movimento operário internacional deslocou-se da França para a Alemanha, em fenômeno que Marx e Engels não só tinham previsto, mas também apreciado positivamente, na medida em que implicava um enfraquecimento da ideologia rival mais importante, o proudhonismo³. Precisamente a queda da Comuna, o “massacre” de Paris, operou em favor da tese do deslocamento do epicentro do movimento operário continental. O mito nascido da queda da Comuna, que tornava possível à revolução social criar sua “poesia” também do próprio passado⁴, de transpô-la como realidade para o futuro, tornava-se ago-

2. Sobre isso, cf. E.J. HOBBSBAWM, “La diffusione del marxismo (1890-1905)”, in *Studi Storici*, 1974, pp. 241-269.

3. Carta de Marx a Engels, de 20 de julho de 1870, in MARX-ENGELS, *Werke* (MEW), Berlim, 1966, vol. 33, p. 5. Cf. também HANS-JOSEF STEINBERG, “Sozialismus, Internationalismus und Reichsgründung”, in *Reichsgründung 1870-1871*, aos cuidados de Theodor Schieder – Ernst Dauerlein, Stuttgart, 1970, p. 329.

4. Ainda em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx escrevera, em 1852: “A revolução social do século XIX não pode retirar a sua própria poesia do passado, mas somente do futuro” (MEW, vol. 8, p. 117 [ed. brasileira: em Marx-Engels, *Obras Escolhidas*, Alfa-Omega, São Paulo, vol. 1, 1979]).

ra – de acordo com a visão de Marx e Engels – tarefa do movimento operário alemão.

É claro que não são as previsões e os desejos individuais que determinam o curso da história; e, assim, é decisivo – para a história do movimento operário alemão – o fato de que, após a explosão da revolução industrial, culminada no gigantesco *boom* dos anos 1871-1873, que foi alimentado também por 5 bilhões de francos-ouro pagos pela França como reparações de guerra, o *crac* e uma longa depressão atingiram o Império Alemão com particular gravidade; de que, ao mesmo tempo, a concentração dos meios de produção progrediu na Alemanha, com uma rapidez que não encontra paralelo em outros países, salvo nos Estados Unidos. Um pressuposto não irrelevante do fato de que o marxismo se tenha plantado no movimento operário alemão antes que em outros lugares foi a formação precoce – ou mesmo prematura, como não sem razão foi afirmado⁵ – do partido socialista nesse país. Por sua vez, isto foi uma consequência do fato de que a revolução industrial, muito avançada já nos anos 60, não foi acompanhada pela solução da questão nacional e, menos ainda, pela democratização da esfera política. Quando depois se realizou a unidade nacional da “pequena Alemanha”, após a guerra franco-prussiana, esse resultado não se deveu à luta da democracia burguesa – relativamente débil depois de 1848-1849 – ou ao movimento operário, que mal se havia formado. Realizou-se, ao contrário, mediante um compromisso histórico entre a grande maioria da burguesia nacional – que, depois da derrota sofrida em 1849, vestira o hábito da penitência, tomando decididamente o caminho da *realpolitik* e abandonando os ideais de outrora, julgados agora como “tolices de juventude”, como diria Bebel⁶ – e o Estado prussiano, compromisso no qual o bonapartismo de Bismarck fez com que a burguesia renunciasse de bom grado ao poder político, em troca da possibilidade de uma grande expansão econômica.

Essa nova orientação da burguesia levou necessariamente à autonomia política do movimento operário e à fundação de dois partidos socialistas, respectivamente em 1863 e em 1869. A adesão dos mesmos à Associação Operária Internacional, ocorrida já nos anos 60, deve ser considerada como expressão do crescente isolamento do movimento

5. Cf. W. SCHIEDER, “Das Scheitern des burgerlichen Radikalismus und die sozialistische Parteibildung in Deutschland”, in *Sozialdemokratie zwischen Klassenbewegung und Volkspartei*, aos cuidados de Hans Mommsen, Frankfurt, 1974, pp. 17-34.
6. A. BEBEL, *Die parlamentarische Tätigkeit des Deutschen Reichstags und der Landtag und die Sozialdemokratie*, Leipzig, 1873, pp. 3 e ss.

operário alemão no âmbito nacional. Com a fundação do Império, esse isolamento aumentou ainda mais; o movimento operário foi submetido a perseguições ainda mais duras, a ponto de Engels supor – com razão – que o proletariado socialista era a vítima a ser sacrificada em prol da conciliação dos Junker com a burguesia⁷. Constatando que as classes dominantes afirmavam que o movimento operário era “inimigo da Alemanha”, Wilhelm Liebknecht viu-se obrigado a declarar, em outubro de 1871: “Os senhores nos acusam de não ter pátria, precisamente os senhores, que deixaram de tê-la!”⁸. Quando foi amplamente desfeita a esperança de realizar o “livre Estado popular”, reivindicado no ponto 1 do Programa de Eimsenach, as expectativas voltaram-se cada vez mais decididamente para a revolução proletária, e a idéia da necessidade histórica do fim da sociedade capitalista-burguesa e, portanto, também do Estado, entendido como expressão da burguesia e dos agrários, substituiu de certo modo o objetivo indicado por Marx e Engels em 1848 (“a Alemanha inteira é declarada República una e indivisível”⁹), que não mais aparecia como exequível. Assim, em 1871, Liebknecht declarava: “Nos campanários que festejam a vossa vitória, ouvimos já os toques fúnebres que acompanharão o vosso fim”¹⁰.

Determinante foi também a insurreição da Comuna de Paris. Precisamente a reação unânime e unilateral das classes dominantes alemãs – inclusive da burguesia que se continuava a dizer liberal – aos eventos parisienses abriu os olhos de um movimento operário ainda isolado e restrito ao âmbito nacional, indicando-lhe o caminho da solidariedade internacional de classe; por outro lado, esse fato aguçou ainda mais os contrastes na Alemanha, especialmente depois que Bebel disse no Reichstag, em 25 de maio de 1871, que a Comuna era apenas “uma pequena batalha de vanguarda”.

7. Carta de Engels e Karl Klein e Friedrich Moll, de 10 de março de 1871, em MEW, vol. 23, p. 188.

8. W. LIEBKNECHT, *Zu Trutz und Schutz, Festrede gehalten zum Stiftungsfest des Crimittschauer Volksvereins am 22. Oktober 1871*, Zurique, 1883, p. 4.

9. “Rivendicazioni del partito comunista in Germania”, in MARX-ENGELS, *Opere*, cit., vol. 7, p. 3.

10. LIEBKNECHT, *Zu Trutz*, cit., p. 4. *Ver também a declaração de Liebknecht diante da corte de sentença de Leipzig: “Um Estado como a Alemanha prussiana de Bismarck está condenado, pela sua própria origem, a um fim violento, com fatal necessidade” (*Der Hochverratsprozess wider Liebknecht, Bebel, Hepner von dem Schwurgericht zu Leipzig von 11. bis 26. März 1871*, introdução de W. Liebknecht, Berlim, 1894, p. 459).

Essa rápida digressão sobre os anos da constituição do Reich permite mostrar como foi precisamente o desenvolvimento da burguesia alemã, depois do fracasso da revolução de 1848-1849, que colocou o movimento operário socialista alemão numa situação que o predestinava a adotar as teorias marxistas. Hobsbawm, ao examinar a difusão do marxismo nos partidos da Segunda Internacional, afirmou que, "em países onde o capitalismo era sólido ou estava em expansão (...), a social-democracia era fortemente marxista somente onde setores da burguesia liberal não haviam conseguido, no passado, colocar-se na liderança de um movimento radical-democrático da pequena-burguesia, arrastando atrás de si - numa frente comum de luta contra a aristocracia - importantes setores de operários politicamente conscientes"¹¹. Temos aqui uma condição particularmente válida para a Alemanha.

Se o movimento operário alemão podia ser isolado da cena da política nacional e duramente perseguido pelos organismos governamentais, isso ocorria porém num Estado caracterizado pela rápida expansão da produção capitalista, a qual, inclusive no período da grande depressão, podia se vangloriar de apresentar taxas de crescimento mais elevadas do que as de todas as demais nações industrializadas da Europa Continental. Tratava-se, portanto, de uma situação favorável ao crescimento da classe operária, embora essa classe, em grande parte, tivesse feito suas experiências sobretudo no curso da crise aberta dramaticamente pelos eventos de 1873, os quais determinaram um grave índice de desemprego e, até o final dos anos 70, uma sensível diminuição dos salários nominais e mesmo reais. Os trabalhadores viam na crise a ofensiva do capital; greves de ataque quase não eram ainda imagináveis nessa época, mas estavam na ordem do dia greves defensivas, medidas punitivas e coalizões entre os empresários. Os trabalhadores podiam perceber claramente a função desempenhada pelo Estado, o qual, numa grave crise econômica, intervinha ativa e abertamente a favor do capital e contra os trabalhadores, com medidas administrativas dirigidas no sentido de atingir e abater as organizações políticas dos operários. Nessa situação, os seguidores dos dois partidos socialistas alemães, lassallianos e eisenachianos, atingidos de várias formas pela crise econômica e por suas consequências, convertidos em alvo de uma dura repressão governamental, não compreendiam as ra-

11. HOBBSAWM, "La diffusione del marxismo", cit., p. 256.

zões de uma separação política e pressionavam no sentido da unificação. Como se sabe, essa teve lugar em 1875, em Gotha, precisamente por causa das pressões das bases.

O Programa de Gotha mostrou que a orientação do partido unificado, o Partido Socialista dos Trabalhadores, não era absolutamente determinada pelo marxismo, mas, ao contrário, sofria a influência de Lassalle (e as *Glosas críticas* de Marx ao Programa não deixam nenhuma dúvida a respeito); todavia, essa unificação foi um progresso substancial – inclusive do ponto de vista de uma possível abertura ao marxismo –, tanto que Engels pôde escrever, em outubro de 1875, referindo-se ao Programa de Gotha, numa carta a Wilhelm Brake, o seguinte: “Operários, burgueses e pequenos burgueses lêem entre as linhas o que deveria estar escrito, mas não está”¹². Depois da unificação, as previsões de Marx e de Engels se confirmaram em altíssima medida. Nas eleições para o Reichstag de 1877, o partido unificado obteve 9,1% dos votos, ou seja, 36% mais do que os votos obtidos em conjunto, em 1874, pelos dois partidos ainda divididos. Mas o que espantou sobretudo as classes dominantes foi o fato de que, na capital, em Berlim, o movimento operário socialista conquistou 40% dos votos, e, na Saxônia, uma região altamente industrializada, 38%. Evidentemente, não mais se tratava de um partido inconsistente e dividido, mas de uma formação política que representava virtualmente toda a classe trabalhadora.

O novo partido estava certamente aberto à teoria marxista, mas a assimilação da mesma ocorreu apenas lentamente. Devemos sobretudo evitar recorrer – especialmente no caso desse período – ao critério do número de citações das obras de Marx e Engels; ao contrário, devemos seguir uma indicação bastante importante de Haupt, ou seja, demonstrar o nascimento de um pensamento marxista teórico e político endógeno, assim como determinar a posição que esse pensamento ocupava na realidade do movimento operário e na vida intelectual do país¹³. Com efeito, os múltiplos esforços de uma certa historiografia marxista-leninista, que busca descobrir até mesmo a menor e mais remota marca de *O Capital*, representam – em minha opinião – um trabalho de Sísifo¹⁴. E isso vale também, naturalmente, para outras obras

12. K. MARX e F. ENGELS, *Briefwechsel mit Wilhelm Blake (1869-1880)*, aos cuidados de H. Gemkow, Berlim, 1963, p. 81 e ss.

13. Cf. G. HAUPT, “Zur Problematik ‘Geographie des Marxismus’. Einige Bemerkungen”, in *11h-Tagungsberichte*, 1976, p. 45.

14. Sobre isso, cf. – entre outros – H. SKAMBRAS, “Das Kapital” von Karl Marx. Waffe im Klassenkampf. Aufnahme und Anwendung der Lehren des Hauptwerks von Karl Marx durch die deutsche Arbeiterbewegung (1867-1878), Berlim, 1977; E.

de Marx e Engels. Por exemplo: se, como observa Hobsbawm, foram publicadas entre 1890 e 1905 quinze edições inglesas do *Manifesto*, contra vinte alemãs¹⁵, isso não diz absolutamente nada sobre a influência exercida efetivamente pelo marxismo no movimento operário inglês e norte-americano, do mesmo modo como as numerosas reedições de textos marxistas ocorridos na República Federal da Alemanha em decorrência do movimento estudantil, entre 1968 e 1973, atestam a existência de numerosos grupúsculos que se dizem marxistas, mas não uma influência de massa do marxismo.

A realidade é que, ainda na segunda metade dos anos 70, apesar das afirmações em contrário, o marxismo só parcialmente havia se imposto na social-democracia alemã. O que Bebel escreveu a Engels, em maio de 1873 – “Você não deve esquecer que os escritos de Lassalle, com sua linguagem de divulgação, formam a base do socialismo das massas. É um fato que não podemos ignorar: estão difundidos, na Alemanha, dez, vinte vezes mais do que qualquer outro escrito socialista. E, desse modo, Lassalle goza de uma imensa popularidade”¹⁶ –, essa constatação vale, sem dúvida, para todo o período que vai até a promulgação das leis contra os socialistas. Não é casual que os historiadores mais confiáveis do movimento operário alemão afirmem que os anos 70 representam, para o partido alemão, um período de ecletismo; e que chamem justamente a atenção para a rica amostragem de teorias socialistas oferecidas, naquele tempo, à escolha do movimento operário, teorias que obtinham também uma certa ressonância. Decisivo é sobretudo o fato (e isso vale para todo o movimento operário socialista) de que, nos anos 70, o que hoje chamamos habitualmente de “marxismo” ainda não existia. Não possuímos até hoje uma análise exata da difusão dos escritos de Marx e Engels naquele período; tal análise mostraria – com toda cautela que se exige de uma investigação desse tipo – que alguns escritos singulares, incluídos o *Manifesto* e *O Capital*, tinham decerto alcançado uma certa difusão, mas que o marxismo, entendido como sistema teórico orgânico, como concepção política onde toda afirmação singular tem seu lugar determinado, ainda não fora elaborado nem tinha se tornado acessível em medida suficiente.

KOPF, *Die Wirkungsgeschichte von Karl Marx' "Das Kapital" in Deutschland bis 1872*, tese de doutoramento (manuscrito), Iena, 1967; K. KOZIANKA, *Zur Wirkungsgeschichte des "Kapital" von Karl Marx in der deutschen Arbeiterbewegung von 1890-1895*, tese de doutoramento (manuscrito), Iena, 1976.

15. HOBBSAWM, “La diffusione del marxismo”, cit., p. 258.

16. Bebel a Engels, antes de 19 de maio de 1873, in *August Bebel Briefwechsel mit Friedrich Engels*, aos cuidados de Werner Blumemberg, s' Gravenhage, 1965, pp. 14 e ss.

Como sistema concluído em si mesmo e como visão política do mundo, o marxismo se organizou posteriormente, no período que vai do fim dos anos 70 à morte de Engels; e então condicionou os programas e a tática da social-democracia alemã, bem como – mas com algumas limitações fundamentais – da Segunda Internacional. Decerto, isso não exclui o fato de que alguns elementos da teoria marxista – enunciados sobretudo no *Manifesto* e no Livro I de *O Capital* – já haviam sido assimilados pelo movimento operário alemão e internacional no final dos anos 60 e no decorrer dos anos 70. A formação de uma ortodoxia marxista e seu vínculo com o movimento operário tiveram lugar em condições históricas particulares, que devem ser analisadas, se se quer compreender a natureza específica dessa ortodoxia marxista, substancialmente associada ao nome de Karl Kautsky. Essas condições são formadas pelo longo período de crise atravessado pela economia capitalista; pela repressão estatal contra a classe operária, ligada diretamente a essa crise e que culminou nas leis contra os socialistas; pela influência exercida pelo *Anti-Dühring* de Engels sobre toda uma geração de jovens intelectuais socialistas, os quais, por sua vez (e essa é a última componente a intervir no processo), sofriam o efeito determinante da ciência da época e, sobretudo, do darwinismo.

Será oportuno examinar, antes de mais nada, a função desempenhada pelo *Anti-Dühring* de Engels, que representa a primeira exposição global e sistemática das teorias de Marx e de Engels. Com o objetivo de combater a concorrência no terreno ideológico (não só as teorias de Eugem Dühring são objeto de polêmica, mas sobretudo as de Albert Schäffle, Karl Rodbertus-Jagetzow e Friedrich Albert Lange), a crítica engelsiana do sistema de seu adversário deu lugar a uma “síntese enciclopédica de nossa concepção dos problemas filosóficos, naturalistas e históricos”¹⁷. A polêmica contra Dühring, juntamente com a crítica materialista da suma de todo o saber da época, “transformou-se numa exposição mais ou menos unitária do método dialético e da visão comunista do mundo representadas por Marx e por mim, e isso numa série bastante ampla de terrenos”¹⁸. Os três aspectos principais da obra de Marx – filosofia, economia política e socialismo – são apresentados nessa obra, pela primeira vez, em suas relações recíprocas; e o patrimônio intelectual marxiano que fora assimilado até então, ligado principalmente à economia política, figura na obra – pela primeira vez – como parte de um sistema teórico global. Precisamente por isso,

17. Engels a Bernstein, 11 de abril de 1884, in MEW, vol. 36, p. 136.

18. Prefácio à 2ª edição do *Anti-Dühring*, in MARX-ENGELS, *Opere*, cit., vol. 25, p. 6 [ed. brasileira: *Anti-Dühring*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976].

o *Anti-Dühring* teve uma influência tão determinante. Em um manuscrito póstumo, conservado entre os papéis de Bernstein, diz-se que a obra "contribuiu para tornar acessível a amplos estratos do partido o grandioso mundo do pensamento marxista, até agora pouco compreendido, e condicionou seus desenvolvimentos subseqüentes" ¹⁹. Kautsky, que estudou o *Anti-Dühring* em 1880, sublinhou repetidamente que ele contribuía para a sua compreensão do marxismo mais do que qualquer outro livro ²⁰.

Em geral, pode-se falar de "escola marxista" somente depois da difusão e assimilação dessa obra de Engels; só então o movimento operário teve à disposição uma concepção universal do mundo sobre bases materialistas, uma espécie de enciclopédia do marxismo, cuja concepção materialista da história e cuja crítica dialética eram aplicadas a todas as formas fenomênicas da sociedade e da natureza. Observou-se com freqüência que o *Anti-Dühring* facilitou, ou mesmo causou, algumas das deformações que caracterizam o marxismo da Segunda Internacional. De qualquer modo, é verdade que – recorrendo ao grande prestígio das ciências naturais e, em particular, da teoria da evolução, para demonstrar a universalidade da dialética e, por conseguinte, a validade do materialismo histórico – não se podia deixar de chegar a graves mal-entendidos, plenos de conseqüências para uma geração de jovens teóricos fortemente submetidos ao influxo das ciências naturais, na forma de um darwinismo degenerado em sentido vitalista. A interpretação evolucionista das afirmações de Marx levou a que se pensasse que o determinismo econômico era um elemento verdadeiramente importante da doutrina marxista, o que teve como resultado uma quebra da síntese entre relações econômicas e ativismo político revolucionário. Na parte geral do Programa de Erfurt (aprovado pela social-democracia em 1891 e assumido freqüentemente como modelo por outros partidos da Segunda Internacional), assim como nos escritos de divulgação kautskianos, o que estava presente em Marx sob uma forma tendencial, sob a forma de um princípio dinâmico do capitalismo, passou a aparecer como uma lei histórica universalmente válida; e o que era para Marx um princípio dialético do movimento histórico configurou-se como evolução pura e simples, em cujo término es-

19. Manuscrito incompleto e sem data (datiloscrito de 10 páginas), *Bernstein-Nachlass*, B 8, IISG, Amsterdã.

20. Cf. F. ENGELS, *Briefwechsel mit Karl Kautsky*, aos cuidados de B. Kautsky, Viena, 1955, p. 4; K. KAUTSKY, *Erinnerungen und Erörterungen*, Haia, 1960, pp. 436 e ss. ("Então me libertei de todos os resíduos do meu anterior ecletismo, tornei-me um marxista convicto e conseqüente, e continuei tal até hoje", p. 437).

tá – quase como um evento natural – a revolução social: o proletariado deve se preparar para ela por meio da organização. “Nossa tarefa não é a de organizar a revolução, mas de nos organizarmos *para* a revolução; não a de *fazer* a revolução, mas de nos *utilizarmos* dela”.²¹ Mesmo levando-se em conta o fato de que essas palavras tinham o objetivo de traçar uma nítida linha de demarcação em face das tendências anarquistas – e, de resto, a formação dos partidos social-democratas e o nascimento de uma certa hegemonia do marxismo marcharam paralelamente a uma diferenciação com respeito ao anarquismo, nos anos entre 1880 e 1896 –, elas lançam todavia uma luz bastante significativa sobre alguns aspectos essenciais da ortodoxia marxista “à Kautsky”.

A interpretação evolucionista do marxismo afirmou-se, nos anos 80 e no início dos anos 90, também e sobretudo porque a tese sobre a “necessidade natural” do fim da sociedade burguesa capitalista – de uma “bancarrota”, cuja “liquidação” era a tarefa principal da classe operária, como disse Franz Mehring em 1894²² – parecia oferecer uma explicação adequada da crise econômica do período da chamada “grande depressão”. Esse longo período de dificuldades, que durou quase todo o último quartel do século passado, não aumentou apenas a insegurança de vida dos trabalhadores, mas criou também um estado de instabilidade na burguesia e quebrou definitivamente o seu otimismo econômico; ao mesmo tempo, determinou – pelo menos em parte – o otimismo ingênuo que, a partir dos anos 80, dominou a social-democracia, também e sobretudo as suas bases. Em tal sentimento, é fácil reconhecer a espera de uma revolução iminente – e a revolução era, por sua vez, identificada como um não melhor definido colapso geral (“*Zusammenbruch*”) da ordem política e social existente –, espera que encontrava alimento numa teoria que não casualmente abusava da expressão “necessidade natural”, e que acreditava caracterizar com ela todo o desenvolvimento da sociedade capitalista, inclusive o seu próximo fim. Um fim que devia se verificar de modo tão inelutável que “podemos cruzar os braços e deixar que nossos inimigos trabalhem para nós”.²³

A experiência repetida, cotidiana, da vulnerabilidade da sociedade capitalista às crises induziu a que se acreditasse em seu colapso a curto prazo. Os teóricos e os políticos do movimento operário figura-

21. SYMMACHOS (K. KAUTSKY), “Verschwörung oder Revolution?”, in *Der Sozialdemokrat*, 20 de fevereiro de 1881.

22. F. MEHRING, “Der Festtag der Arbeit”, in *Neue Zeit*, XII, 1893-1894, nº 2, p. 99.

23. Cf., por exemplo, Engels a F.A. Sorge, 7 de março de 1884, in MEW, vol. 36, p. 123.

vam esse evento como uma grave crise econômica, que desembocaria numa crise social geral e, finalmente, no colapso de toda a sociedade capitalista. August Bebel – cuja expressão favorita, nos anos 80, era “der grosse Kladderadatsch” (o grande zás-trás) – acreditava, em 1884, poder caracterizar do seguinte modo esse fim: “No final, um hábil movimento fará ruir toda a velharia como um castelo de cartas”.²⁴ A repressão governamental e a experiência feita durante a crise pelos operários – que viam suas lutas terminarem sempre, no máximo, em um fracasso, enquanto as lutas sindicais se revelavam como privadas cada vez mais de perspectivas – explicam a tendência a aceitar o *slogan* do colapso iminente e necessário do capitalismo. Precisamente porque, no curso da crise e da longa depressão, os membros do partido se haviam convencido de que o colapso geral do capitalismo era a quintessência do socialismo científico, mais tarde – no período do debate sobre o revisionismo – a ortodoxia marxista se propôs a esconjurar a total desorientação da base, que ela julgava ter sido provocada pela revisão radical promovida por Bernstein.

Deve-se também ter presente que, como se disse, nos anos 80, pesou gravemente sobre o movimento operário o isolamento político da social-democracia, também por causa da ausência de um partido radical-democrático, potencial aliado da social-democracia, capaz de servir de mediador entre essa e a burguesia não monopolista. É nesse terreno que encontra suas raízes o expectativismo revolucionário²⁵, que não foi determinante apenas para a social-democracia alemã, mas também para quase todos os partidos da Segunda Internacional. Ele tendia, sobretudo, a subestimar a capacidade de resistência da sociedade capitalista-burguesa; e, nas dificuldades dos anos da “grande depressão”, percebia apenas a “crise” e não a nova realidade que estava emergindo, o capitalismo monopolista em formação. Se levarmos em conta os desenvolvimentos que ocorreram efetivamente em seguida, não podemos deixar de nos chocar com as palavras que Bebel escreveu a Engels, em 1881: “Se – como não há razão para duvidar – as coisas continuarem a se desenvolver nessa direção, considero possível que, em certo momento, as classes dominantes terminem por ser lançadas num estado hipnótico e deixem as coisas seguir o seu curso, sem quase opor resistência (...). A condição é que o desenvolvimento possa che-

24. Bebel a Hermann Schluter, 24 de fevereiro de 1884, in *Bebel Nachlass*, B 43, II SG, .Amsterdã.

25. Sobre isso, cf. sobretudo D. GROH, *Negative Integration und revolutionärer Attendismus*, Berlin, 1973.

gar à plena maturação, sem ser perturbado por incidentes imprevistos, e que a explosão não ocorra prematuramente".²⁶

De qualquer modo, deve-se ter presente que todas as especulações da época sobre o colapso da sociedade capitalista não podiam se basear no que Marx escrevera: se ele negara radicalmente a possibilidade de uma expansão ilimitada do capitalismo e afirmara a inevitabilidade da revolução socialista, jamais previra um colapso econômico específico. Resta ainda o fato de que o que Kautsky, Bebel, Bernstein e outros difundiram nos anos 80 como se fosse "marxismo" – e, de resto, o próprio conceito de "marxismo" se implanta na Europa nos anos 90, também em decorrência, precisamente, dos conflitos teóricos de 1896-1897 – apreendia, melhor do que todas as outras teorias rivais, o fenômeno da crise capitalista, o aguçamento da luta de classes e, sobretudo, a função do Estado como instrumento de opressão em mãos das classes dominantes; ao mesmo tempo, por outro lado, permitia à classe operária acreditar firmemente no fim próximo da sua miséria. Isso pode também explicar a razão por que, durante os anos 80, quando as discussões teóricas se fizeram mais intensas e tiveram sobretudo como resultado a eliminação em larga escala das influências do socialismo de Estado, a formação da ortodoxia marxista pôde se apoiar sobre o consenso das massas. Foi a "lógica dos fatos", como escreveu Kautsky em 1891, "que libertou as pessoas do lassallianismo e colocou em suas cabeças um pouco de 'marxismo'".²⁷ O fato de que o próprio Kautsky coloque o termo "marxismo" entre aspas leva-nos a compreender com quantas reservas ele mesmo falava de uma assimilação do marxismo pelas massas. A conclusão visível desses desenvolvimentos é representada pelo novo estatuto da organização, aprovado no Congresso de Halle em outubro de 1890, e, sobretudo, pelo Programa de Erfurt de 1891. Precisamente as discussões travadas em torno desse programa mostram claramente que, no início dos anos 90, a classe operária – com base nas experiências feitas no curso da crise e da repressão – po-

26. Bebel a Engels, 28 de março de 1881, in *August Bebel Briefwechsel mit Engels*, cit., p. 106. Cf. F. MEHRING, "Der Festtag", cit., sobre o mecanismo interno do modo de produção capitalista: "Ele opera com uma segurança que permite prever o colapso total da sociedade burguesa, se não para um dia determinado ou para uma hora determinada, pelo menos para um período não muito distante". Expressa-se em termos peremptórios, no curso da crise, também Gabriel Deville: "O socialismo não é mais do que o resultado da evolução econômica em curso, destinado a realizar-se com a mesma necessidade dos eventos naturais" (in *Neue Zeit*, 1890-1891, p. 479).

27. Kautsky a F. A. Sorge, 10 de fevereiro de 1891, em *Kautsky-Nachlass*, C 659, IISG, Amsterdã.

dia dispor, para a formulação dos princípios fundamentais de seu próprio programa, apenas das teorias de Marx e de Engels, na forma em que tinham sido assimiladas e interpretadas depois de 1879.

No curso das duas décadas seguintes, as formas organizativas e as linhas programáticas da social-democracia alemã influenciaram numerosos outros partidos, lançando assim as bases da Segunda Internacional. Acrescente-se o fato de que a *Neue Zeit*, fundada por Kautsky em 1883, passou a constituir um órgão teórico que – apesar de sua tiragem relativamente pequena – exerceu uma influência determinante sobre os teóricos dos outros partidos socialistas, pelo menos a partir de 1891: isso pode ser comprovado não apenas pelo círculo de colaboradores, mas também e sobretudo pela ampla e abundante correspondência redacional conservada no arquivo de Kautsky. Por outro lado, devemos observar que, nos anos 80, a *Neue Zeit* sofreu mais a influência das ciências naturais e do darwinismo do que a da teoria marxista: ²⁸ basta pensar no fato de que o primeiro volume da “International Bibliothek” editada por Dietz-Verlag – uma coleção que teve grande importância para todo o socialismo internacional – foi precisamente o livro de Edward Aveling sobre a teoria de Darwin, do qual em 1908 saiu o oitava edição.

Mas o verdadeiro dilema do socialismo internacional no quarto de século anterior à Primeira Guerra Mundial foi o de que alguns enunciados fundamentais da ortodoxia marxista haviam sido determinados pela crise, pela “grande depressão”, e que o próprio Programa de Erfurt continha seguramente a aplicação programática das experiências da crise. Precisamente por causa disso, a época de prosperidade que se iniciou em 1896, sob a égide da concentração monopolista, e que cedo evidenciou a nova capacidade de resistência e de integração da sociedade burguesa-capitalista, implicou também uma grave crise no campo da teoria do movimento operário socialista. O desenvolvimento econômico ocorrido no fim dos anos 90 privou de suas bases, ao mesmo tempo, qualquer esperança em uma revolução e em um colapso a curto prazo. Falou-se, a esse respeito, de “crise do marxismo”: seria mais exato falar de uma crise da ortodoxia marxista. Antonio Labriola caracterizou de modo particularmente eficaz, em 1899, a inversão ocorrida no desenvolvimento sócio-econômico, assim como suas repercussões sobre a ortodoxia:

28. Cf., a esse respeito, H. – J. STEINBERG, *Sozialismus und deutsche Sozialdemokratie. Zur Ideologie der Partei vor dem Ersten Weltkrieg*, Berlin-Bonn-Bad Godesberg, 1976, p. 51.

Na verdade, por trás de todo esse rumor de disputas, há uma questão séria e substancial. As ardentes, e vivas, e apressadas expectativas de alguns anos atrás – expectativas demasiadamente precisas nos detalhes e nos tons – chocam-se agora com as mais complicadas resistências das relações econômicas e com os mais intrincados mecanismos do mundo político.²⁹

Decisivo foi, sobretudo, o fato de que a ortodoxia marxista não teve à sua disposição uma aparelhagem adequada; e que, enquanto ortodoxia, não era sequer capaz de desenvolvê-la, na medida em que partia da tática “coroada de vitórias” para enfrentar os novos fenômenos, sobretudo o imperialismo com todas as suas manifestações. Precisamente esse ponto será atacado, à direita, pela crítica revisionista, e, à esquerda, pela crítica radical; a ortodoxia – enrijecida na forma de um centrismo estático que se manifestou claramente em 1910 – não saberá, em última instância, contrapor a essas críticas nada mais que sua própria reprodução. Enquanto os revisionistas e os radicais buscavam, de modo bastante diferenciado, transformar através de novas estratégias o mundo transformado, a ortodoxia esperava em última instância – como disse ironicamente Wilhelm Liebknecht – que, no Eldorado, “os pombos assados da revolução” caíssem em sua boca.³⁰

É interessante, a esse respeito, o fato de que – prescindindo de alguns fenômenos particulares – essa crise não influiu no desenvolvimento *quantitativo* dos partidos socialistas marxistas. O automatismo que caracteriza o desenvolvimento econômico dos países relativamente muito industrializados desempenha aqui uma função decisiva. Sobre isso, é importante a observação de Eric J. Hobsbawm: a de que a integração efetiva do movimento operário na ordem política e social dos países capitalistas avançados foi contrabalançada pelo fato de que o marxismo se tornara a ideologia do movimento revolucionário russo e de que esse movimento contribuiu também para revigorar o marxismo nos Estados industriais.³¹ Basta pensar nas influências que a primeira revolução russa exerceu nos dirigentes socialistas dos outros partidos da Segunda Internacional para concordar com essa interpretação.

29. A. LABRIOLA, “Polemiche sul socialismo” (15 de abril de 1899), agora em ID., *Scritti politici*, aos cuidados de V. Gerratana, Bari, 1970, p. 441.

30. *Protokoll über die Verhandlungen des Parteitag der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands, abgehalten zu Erfurt vom 14. – 21.10.1891*, pp. 343 e ss.

31. HOBBSAWM, “La diffusione del marxismo”, cit., p. 268.

Mas a ortodoxia marxista, o marxismo da Segunda Internacional, não foi marcado apenas pela crise, mas também por uma estratégia determinada de conquista do poder político, que – em seus traços essenciais – também tem sua origem em Engels. O fato de que, mais tarde, tal estratégia tenha se revelado cada vez mais ineficiente, e de que precisamente daqui haja partido a oposição à hegemonia do partido alemão na Segunda Internacional, é uma outra questão. ” Ao lado da espera da revolução social, havia a decisão de alcançar a emancipação da classe operária com meios legais e parlamentares. Para isso, jogou um papel decisivo o sufrágio universal, que outros teriam de conquistar ao preço de duras lutas, e que na Alemanha, ao contrário, fora introduzido desde 1866 em função de um cálculo “bonapartista” de Bismarck. Segundo Engels, a capacidade da social-democracia de utilizar o sufrágio universal havia fornecido um instrumento para medir o desenvolvimento do socialismo. Já em 1884, considerando o sucesso obtido pelo partido nas eleições para o Reichstag, Engels comparava essa ascensão do partido ao progresso seguro e incontrolável do cristianismo; tratava-se de uma ascensão tão segura “que é possível calcular matematicamente, desde hoje, a equação de sua crescente velocidade e, portanto, o momento de sua vitória”. ” A tese por ele defendida já na época da lei contra os socialistas – a de que um desenvolvimento pacífico, indisturbado, do movimento operário alemão levaria seguramente à vitória – tornou-se, depois da euforia do sucesso eleitoral de 20 de fevereiro de 1890, a base de todas as considerações estratégicas e táticas. Depois da conquista de 1.427.000 votos, que fez da social-democracia o partido mais forte da Alemanha quanto ao número de eleitores, Engels afirmou que o dia das eleições era “o dia do início da revolução alemã”,³² e, portanto, da revolução social *tout court*, já que Engels estava firmemente convencido de que só a Alemanha poderia decidir o êxito ou o fracasso da revolução, que ele sempre considerava um evento destinado a envolver toda a Europa.³³ Da sua carta a Paul Lafargue, na qual identifica o 20 de fevereiro de 1890

32. Veja-se a polêmica de Jaurès contra Bebel no Congresso de Amsterdã da Internacional, em 1904 (*Protokoll*, p. 38).

33. Engels a Kautsky, 8 de novembro de 1884, em MEW, vol. 36, p. 230.

34. Engels a Laura Lafargue, 27 de junho de 1890: a Paul Lafargue, 7 de março de 1890, em MEW, vol. 37, pp. 359 e 362.

35. Engels a Paul Lafargue, 27 de junho de 1893: “Se a França – quem sabe? – der o sinal, a luta estará decidida na Alemanha, o país que foi mais a fundo impregnado pelo socialismo e no qual a teoria penetrou mais a fundo nas massas”; Engels a Bebel, 12 de outubro de 1893: “Estamos talvez ainda a cinco ou seis anos da crise, mas

como a data do início da revolução alemã, resulta de modo claro que precisamente essa convicção requeria uma tática destinada a difundir a ação legal e a evitar as provocações das classes dominantes. O “início da revolução” colocava ao alcance da mão a própria revolução vitoriosa e o seu sucesso pré-estabelecido – o advento da social-democracia ao poder na Alemanha –, mas implicava também o perigo de uma superestimação das próprias forças e, portanto, de um ataque prematuro. Além disso, tornava mais ameaçadora, segundo Engels, a possibilidade de uma guerra européia, que teria desagradado o movimento operário socialista alemão, quando ele estivesse a pique de alcançar seu objetivo. Se deixamos de lado esse último argumento, a estratégia enunciada por Engels na primeira metade dos anos 90 configurava-se assim:

- 1) Se a situação se desenvolver de modo pacífico, a vitória do socialismo na Alemanha é inevitável. Pode-se “determinar com um cálculo quase matemático o momento”³⁶ em que a social-democracia chegará ao poder.
- 2) Se se considerar o nível alcançado pela técnica militar, um conflito armado promete a vitória somente se a maioria do exército se alinhar do lado dos revolucionários. “A época das barricadas e das batalhas de rua terminou para sempre; se o exército lutar, a resistência torna-se absurda”.³⁷
- 3) O mais eficiente instrumento da luta do proletariado moderno é o sufrágio universal, que a social-democracia alemã utiliza de modo exemplar. É esse o instrumento que pode levar à revolução.

Essa estratégia de Engels era, substancialmente, a estratégia de um parlamentarismo revolucionário.³⁸ O testemunho mais conhecido em favor dessa tese é a “Introdução” de 1895 a *As Lutas de Classe na França* (de Marx), que foi aliás habitualmente mal compreendida. Esse

tenho a impressão que, dessa vez, serão a Bélgica e, sobretudo, a Áustria a desempenharem um papel preliminar e preparatório no que se refere à decisão que será tomada na Alemanha”. (respectivamente em MEW, vol. 39, e em *August Bebel Briefwechsel*, cit., p. 718).

36. ENGELS, “Die Sozialismus in Deutschland”, in MEW, vol. 22, p. 250.

37. Engels a Paul Lafargue, 3 de novembro de 1892, em MEW, vol. 38, p. 505. Um juízo menos peremptório, mas análogo, aparece na “Introdução” de Engels à edição de 1895 de K. MARX, *As Lutas de Classe na França* [ed. brasileira, in Marx-Engels, *Obras Escolhidas*, ed. cit., vol. 1].

38. Sobre isso, ver H.-J. STEINBERG, “Friedrich Engels’ revolutionäre Strategie nach dem Fall des Sozialistengesetzes”, in *Friedrich Engels 1820-1870. Festschrift, Diskussionen, Dokumente*, aos cuidados de H. Pelger, Hannover, 1971, pp. 115-126.

escrito não representa absolutamente o abandono de uma concepção revolucionária, como afirmaram os expoentes do revisionismo, sobretudo Bernstein, a não ser que queiramos ignorar deliberadamente a perspectiva revolucionária que está na base da tática engelsiana, que dará ao partido “músculos fortes e faces rosadas”.³⁹ Como Engels disse a Paul Lafargue, em fevereiro de 1895, todo apelo à legalidade tem como única finalidade manter preparado o núcleo principal do movimento operário internacional para o momento crítico, evitando que ele se desgaste em “batalhas precipitadas”.⁴⁰ Era uma perspectiva bem diferente da adotada pela direção do partido alemão, que considerava necessária e definitiva uma tática que, segundo Engels, era válida “apenas para a *Alemanha de hoje* e, mesmo assim, *com consideráveis reservas*”.⁴¹ O objetivo dessa tática de concentração e de espera era, para a direção do partido, a conquista da maioria no Reichstag, enquanto Engels – mesmo partindo do crescimento irresistível da social-democracia – recusava-se a pensar que “o partido socialista se tornará maioria e depois tomará o poder”,⁴² convencido como estava de que era uma ilusão acreditar que as classes dominantes assistiriam passivamente ao avanço do movimento socialista: “Bem antes que isso aconteça, empregarão a violência contra nós, o que nos transferiria do terreno das maiorias para o terreno revolucionário”.⁴³

O sucesso dessa revolução, que seria (por assim dizer) a consequência de um gesto desesperado das classes dominantes diante da ascensão irresistível de seus inimigos mortais, dependia – segundo Engels – da conquista do proletariado agrícola das regiões do além – Elba para a causa revolucionária, pois as melhores divisões do exército prussiano eram compostas por integrantes desse proletariado. A análise dos resultados eleitorais de 1890 no Meclemburgo e na Pomerânia levaram Engels a concluir que, em 1900, o exército estaria minado em seu interior pelos socialistas.⁴⁴ Se se conseguisse conservar até aquele

39 MEW, vol. 22, p. 525.

40 Engels a Paul Lafargue, 26 de fevereiro de 1895, in MARX-ENGELS, *Opere*, cit., vol. 50, p. 445.

41 Engels a Paul Lafargue, 3 de abril de 1895, *ibid.*, p. 493.

42 Federico Engels a Giovanni Bosio, in *Critica Sociale*, 16 de fevereiro de 1892, in MEW, vol. 22, p. 280.

43. *Ibid*

44 Engels a Paul Lafargue, 7 de março de 1890; a Laura Lafargue, 14 de março de 1890, a Wilhelm Liebknecht, 9 de março de 1890; a F.A. Sorge, 12 de abril de 1890, in MEW, vol. 37, pp. 362, 368, 365, 381. Veja-se também, sobre isso, ENGELS, “Der Sozialismus in Deutschland”, cit., p. 251.

momento o *status quo* político interno (e aqui torna-se evidente a função da tática apaziguadora e legalitária no quadro da estratégia revolucionária global de Engels), então as classes dominantes da Alemanha, colocadas diante da ascensão irresistível da social-democracia, poderiam também recorrer à violência. A quantidade dos fuzis de repetição que, nessa conjuntura, estariam em mãos dos soldados social-democratas transformar-se-ia certamente na qualidade de uma revolução vitoriosa. O meio idôneo a fornecer uma exata avaliação das próprias forças era, segundo Engels, uma utilização correta do sufrágio universal, que a social-democracia “transformara de instrumento de engano (...) em instrumento de emancipação”.⁴⁵ Não é aqui o caso de examinar qual era o conteúdo objetivo de realidade presente na linha estratégica – certamente *fascinante* e sugestiva – proposta por Engels.

[De qualquer modo, é um fato que – recorrendo à autoridade de Engels – expoentes de primeiro plano da social-democracia alemã fizeram passar por elemento essencial da tática e da estratégia “marxistas” um apego rígido e irremovível à linha dos sucessos eleitorais, o que falseava completamente a perspectiva de Engels.

E aqui se manifesta um significativo deslocamento no modo de considerar a suposta necessidade natural da evolução. No período de prosperidade econômica, os aspectos de crise do desenvolvimento econômico haviam passado inteiramente para o segundo plano enquanto indícios do colapso iminente da sociedade capitalista-burguesa; o lugar deles havia sido tomado – enquanto critério de aferição da velocidade e da direção do desenvolvimento – pelo progressivo aumento dos votos social-democratas. Em outras palavras: o expectativismo revolucionário da ortodoxia marxista liderada por Kautsky e por Bebel concentrava-se agora – após se ter orientado, até quase o final dos anos 90, no sentido da perspectiva do “zás-trás” – na obtenção de novos sucessos eleitorais, os quais, dada a estrutura interna do Reich alemão, tinham necessariamente de restar, em última instância, como algo carente de efeitos. A importância efetiva da social-democracia alemã e, portanto, também a problematicidade da teoria e da tática de que ela se fazia porta-voz não escaparam sequer aos outros partidos no início do século; os franceses, sobretudo, não deixaram de pôr em questão a legitimidade da função de guia exercida pelo partido alemão. Mas esses desenvolvimentos não podem mais ser compreendidos na questão da formação da ortodoxia marxista.

45. Cf. ID., “Introdução” a MARX, *As Lutas de Classe na França*, cit.

Se, para concluir, examinarmos os outros partidos da Segunda Internacional, veremos que – no período do desenvolvimento e da formação da ortodoxia marxista – eles apresentavam bem poucas contribuições de caráter original. Sobre isso, cabe falar em primeiro lugar da Itália, onde o marxismo penetrou já em final dos anos 80 e conheceu nos anos 90 um teórico de grande força intelectual: Labriola. Isso deve provavelmente ser atribuído também ao fato de que os intelectuais italianos ainda tinham uma orientação de sentido progressista; e que Hegel, paradoxalmente, fora assimilado mais profundamente na Itália do que na Alemanha. Uma certa propensão das camadas mais elevadas a se inclinarem para a Alemanha pode ter contribuído para esse fenômeno; mas, de qualquer modo, há o fato de que, após a problemática vulgarização de Johann Most ⁴⁶, o primeiro compêndio relativamente satisfatório de *O Capital* de Marx apareceu em italiano. ⁴⁷ Assim, a tradição marxista italiana pode ser remontada a antes de Antônio Labriola, o qual – também por influência do último Engels – soube articular fatores econômicos, sociais e culturais numa visão histórica de conjunto, na qual os elementos econômicos são determinantes “em última instância”. Foi também Labriola quem transmitiu a Bernstein a noção de “socialismo crítico”. ⁴⁸

Também na Rússia as doutrinas de Marx encontraram bem cedo uma vasta ressonância entre os intelectuais e os estudantes: e o fenômeno deve ser relacionado com a intensidade da influência exercida pelo pensamento hegeliano nas décadas anteriores. Essa assimilação do pensamento de Marx – que se verificou também, e em particular, entre os emigrados russos – teve um caráter inteiramente original e au-

46. Cf. J. MOST, *Kapital und Arbeit. Ein populärer Auszug aus "Das Kapital" von Karl Marx*, Chemnitz, 1973. Marx fez algumas correções na 2ª edição desse texto, colocando explicitamente como condição que seu nome não fosse relacionado com o escrito de Most.

47. CARLO CAFIERO, *Il "Capitale" di Carlo Marx*, Milão, 1879. Nesse ponto, pode ser oportuno recordar, por motivos de completicidade, os compêndios de divulgação de *O Capital* que tiveram repercussão no período em questão: FERDINAND DOMELA NIEUWENHUIS, *Karl Marx. Kapital en Arbeid*, s' Gravenhage, 1881; GABRIEL DEVILLE, *Le Capital de Karl Marx, résumé et accompagné d'un aperçu sur le socialisme scientifique*, Paris, 1883; K. KAUTSKY, *Karl Marx's Ökonomische Lehren*, Stuttgart, 1887; EDWARD AVELING, *The Student's Marx. An Introduction to the Study of Karl Marx' Capital*, Londres, 1892.

48. Sobre o desenvolvimento do socialismo na Itália e sobre a influência exercida sobre ele pela social-democracia alemã, cf. E. RAGIONIERI, *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani. L'influenza della socialdemocrazia tedesca sulla formazione del Partito Socialista Italiano (1875-1895)*, Milão, 1961; e ID., *Il marxismo e l'Internazionale. Studi di storia del marxismo*, Roma, 1972.

tônomo, não tendo muito a ver com a adoção do marxismo da Segunda Internacional. Para nos limitarmos neste ensaio à contribuição de Plekhânov, deve-se sublinhar como ele, ao contrário dos luminares da ortodoxia marxista, estudou Hegel e mostrou possuir um conceito da dialética infinitivamente superior ao de Kautsky, de Bernstein e de outros expoentes da social-democracia alemã. Já no início dos anos 90, ele observa que a antítese abstrata de revolução e evolução é superada precisamente pela dialética, que se esforça por mostrar como – em determinadas condições – “a mudança gradual deve necessariamente levar a um salto”.⁴⁹ Mas esse salto não é mais, precisamente, do que a conquista do poder político pelo proletariado.

Resta ainda dizer que o movimento socialista da Áustria alemã foi envolvido, por influência do partido alemão, no processo de formação da ortodoxia marxista, embora seus expoentes mais representativos – como Victor Adler – tenham sabido conservar uma ampla margem de opção no seio de uma práxis desvinculada de qualquer pressuposto dogmático. O austromarxismo foi o resultado de desenvolvimentos bem posteriores, que deverão ser abordados em outra parte desta *História do Marxismo*. Na França, os seguidores de Guesde acolheram alguns elementos do marxismo de proveniência alemã, mas não se devem negligenciar alguns desenvolvimentos de caráter autônomo.⁵⁰

Por razões que resultam da análise anterior, o marxismo descrito nestas páginas não foi capaz de se aclimatar, no período da Segunda Internacional, em países como a Inglaterra, ou isso ocorreu com muito atraso. Ao contrário, cabe recordar a área do sueste europeu, onde as obras de Kautsky, de Plekhânov e de Bernstein encontram um amplo eco desde o fim dos anos 90.⁵¹

A ortodoxia marxista fora posta em questão desde o momento de sua formação. Uma clarificação decisiva realizou-se apenas a partir da

49. É óbvio que, na base dessa afirmação, há uma concepção da dialética bem diversa da dos representantes da ortodoxia marxista, que não só não compreenderam Hegel, mas freqüentemente nem sequer o leram. A citação é extraída de G. PLEKHANOV, “Zu Hegels sechszigsten Todestag”, em *Neue Zeit*, X, 1891-1892, nº 1, p. 279 [ed. brasileira: “A Filosofia de Hegel”, em apêndice a Plekhânov, *Questões Fundamentais do Marxismo*, Hucitec, São Paulo, 1979].

50. Cf. C. WILLARD, *Les Guesdistes*, Paris, 1963.

51. Cf. G. HAUPF, “Un partito guida: l'influenza della social-democrazia tedesca nel Sudest europeo”, in ID., *L'Internazionale socialista dalla Comune a Lenin*, Turim, 1978, pp. 185-260.

Primeira Guerra Mundial, aquele “raio em céu Sereno” de que fala Thomas Mann em *A Montanha Mágica*, essa guerra ressaltou cruamente os alinhamentos contrapostos, tal como se mantiveram até hoje.

MAREK WALDENBERG

A estratégia política da social-democracia alemã

Na época da Segunda Internacional, assistimos tanto à conquista, por parte do marxismo, do movimento operário e socialista internacional, quanto à sua progressiva desagregação, que se dá simultaneamente com seu exuberante florescimento. Sem abordar especificamente esses problemas, cabe observar como foi precisamente o excepcional prestígio adquirido naqueles anos pela obra de Marx que levou personalidades e correntes socialistas a se dizerem ligados ao marxismo, embora lhe fossem essencialmente estranhas.¹ Desse modo, tendências ideológicas e políticas – que expressavam diversas experiências históricas e diferentes condições e aspirações da classe operária em vários países – terminaram por inserir suas próprias concepções na tradição marxista e por apresentá-las servindo-se do sistema conceitual marxista. Mesmo quando a fonte de inspiração ideológica delas era estranha ao marxismo (por exemplo, os anarco-sindicalistas tinham sofrido for-

1. O termo "marxismo" é aqui entendido de modo amplo, tal como aparece, por exemplo, em E.J. HOBBSBAWM, "La diffusione del marxismo: 1890-1905", in *Studi Storici*, 1974.

temente a influência de idéias proudhonianas), não renunciaram geralmente a se dizer ligados também ou sobretudo a Marx.

Portanto, não é possível falar de uma estratégia política do marxismo; será necessário, ao contrário, examinar as várias formulações em relação com os filões que encontramos no âmbito desse pensamento. Em particular, poderemos distinguir uma tendência marxista "ortodoxa", uma revisionista e uma sindicalista revolucionária; mais problemática, nesse quadro, é a colocação na *Neue Linke*, a esquerda que se formou nos anos 1910-1914 na social-democracia alemã. É no interior dessa formação política, hegemônica na Segunda Internacional, que são sobretudo elaboradas as mais importantes concepções ideológicas daqueles anos, acolhidas todavia como formulações de valor geral para todo o movimento operário. Assim, no chamado marxismo "ortodoxo", costuma-se incluir a obra de Kautsky, desenvolvida em estreita colaboração com Bebel², enquanto o revisionismo tem seu número expoente em Bernstein³ e a *Neue Linke* sobretudo em Rosa Luxemburg e em Pannekoek, militantes do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), embora de nacionalidade estrangeira.⁴ Ao contrário, o sindicalismo revolucionário surge originariamente no âmbito do socialismo francês, ainda que sua versão italiana apresente inegáveis características de originalidade; ela resultou bem menos do que as outras correntes da obra de um determinado teórico individual.

2. No quadro desta contribuição, não é possível analisar detalhadamente as diferenças existentes nas concepções estratégicas dos maiores expoentes da corrente marxista daquela época. São diferenças aparentemente secundárias, cuja importância só se revelou com o passar do tempo, quando algumas concepções ideológicas puderam se desenvolver. Para nos limitarmos a um exemplo bastante conhecido, Lênin escrevia em 1905, em polêmica com Pêtr Struve, para quem "comparado com o revolucionarismo dos Srs. Lênin & Cia., o revolucionarismo da social-democracia ocidental, o de Bebel e até o de Kautsky, é oportunismo", o seguinte: "Onde e quando pretendi criar, na social-democracia internacional, uma corrente particular, não *idêntica* à de Bebel e de Kautsky?" (V. I. LÊNIN: *Due tattiche della socialdemocrazia nella rivoluzione democratica*, in *Opere*, vol. 9, Roma, 1960, p. 57 [ed. brasileira, in *Obras Escolhidas*, Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, vol. 1, 1979]).

3. Cf. B. GUSTAFSSON, *Marxismus und Revisionismus*, Frankfurt, 1972. Objeto de análise particular deveria ser a questão das diferenças entre a concepção estratégica de Bernstein e as dos maiores expoentes de orientação reformista, como Jaurès na França, Turati na Itália, H. Branting na Suécia, Vandervelde na Bélgica, etc.

4. Kautsky escrevia que, apesar do caráter compacto do sistema marxista, "o marxismo assume em cada país, de pleno acordo no plano das opiniões fundamentais, características particulares. O marxismo russo, inglês, francês, não são de nenhum modo a simples cópia do marxismo alemão, mas diferentes correntes espirituais" (*Neue Zeit*, 1904-1905, p. 589).

Se cabe falar de evolução em relação ao período anterior, e não de coexistência de alguns conceitos estratégicos do marxismo, apresentam-se agora simultaneamente estratégias concorrentes e contrapostas, todas referentes, porém, à situação de países capitalistas avançados e a questões essenciais da transição do capitalismo ao socialismo. Deve-se observar que, naqueles anos, a expressão “estratégia política” é raramente empregada; muito mais comum foi o termo “tática”, mesmo quando referido a uma política de longo prazo.⁵ Com efeito, na visão do mundo elaborada por Marx e Engels, a revolução ocupa um papel fundamental ~~enquanto~~ problema histórico do desenvolvimento da sociedade humana, que assegura ao proletariado o papel de coveiro do capitalismo. Na época da Segunda Internacional, os partidos socialistas – que tinham como meta, precisamente, essa profunda transformação da sociedade – emergiram como partidos em nítida contraposição ao regime capitalista; e, por “estratégia política”, devemos compreender sobretudo, portanto, a previsão que eles faziam dos processos através dos quais deve se efetivar a passagem ao socialismo e a função que a organização da classe operária deve desempenhar nesses processos. Mesmo quando – superada a fase de puro protesto – houve um empenho ativo no sentido de uma política de reformas no quadro do capitalismo, o problema da relação entre luta pelas reformas e os objetivos revolucionários – inclusive em seu aspecto doutrinário continuou a ser um problema central. Ao abordar essas diversas problemáticas ideológicas e políticas nas páginas seguintes, espero ter sabido evitar que a necessária simplificação da análise prejudique a originalidade das teses expostas.

1. “A revolução não é algo que possa ser feito”

A visão do processo histórico tal como Kautsky o entende permite-nos compreender como o maior teórico da social-democracia alemã projetava o problema de uma revolução socialista. É uma convicção difundida a de que sua teoria é caracterizada pelo fatalismo e pelo economicismo⁶, que ela não leva em conta a “síntese marxiana do determi-

5. Deve-se levar em conta, por exemplo, que Lênin intitulou seu trabalho, dedicado à estratégia do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), *Duas Táticas da Social-Democracia* (cf. meu trabalho *Rewolucja i państwo w myśli politycznej Lenina*, Varsóvia, 1978); do mesmo modo, também a discussão entre a esquerda social-democrata alemã e a direção se travou em torno da “nova tática”.

6. A grande divulgação dessas opiniões deve-se, em particular, ao trabalho de E. MATHIAS, *Kautsky und der Kautskyanismus. Die Funktion der Ideologie in der deutschen Sozialdemokratie vor dem erstem Weltkriege*, Tübingen, 1957, com refe-

nismo econômico e do ativismo político”⁷; e que, pelo fato de ter demonstrado que a revolução socialista consiste na derrubada do capitalismo por meio de suas próprias contradições internas, de seu natural processo de desenvolvimento, sem intervenção dos homens, a doutrina kautskyana desemboca necessariamente no quietismo. Kautsky – afirma-se – combinou “o determinismo voluntarista no modo de conceber os fatos” com “um fatalismo quietista, com um automatismo economicista”⁸, pondo o evolucionismo no lugar da dialética, excluindo o elemento voluntarista e reduzindo o marxismo à teoria do desenvolvimento regulado e natural da sociedade capitalista.⁹

É preciso sublinhar a importância que desempenhou na época a tese da inevitabilidade do declínio do capitalismo e do triunfo do socialismo. Essa convicção ainda era viva no SPD no período inicial de sua atividade. Não sem razão, tem-se sublinhado que foi esse fato um dos fatores que ajudaram o SPD a superar o difícil período das leis excepcionais contra os socialistas; e é justo ver naquela convicção uma das causas ideologicamente mais importantes da popularidade das idéias socialistas. A tese correspondia às exigências psicológicas das massas proletárias; e isso em proporção tanto maior quanto mais as relações sociais e o sistema político provocavam a discriminação dos proletários, ao considerá-los como uma categoria de cidadãos perigosos que deviam ser isolados do resto da nação. Juntamente com a tese sobre a importância histórica do proletariado, ela dava às massas operárias o sentimento de seu próprio valor de classe e o valor do operário singular ~~original~~ elemento da força coletiva que liberaria a humanidade inteira da exploração, da opressão, do envilecimento e da miséria. Desse modo, contribuía para alimentar a grande fé na vitória definitiva.

rência particular às opiniões de K. Korsch, sobretudo em seu *Die materialistische Geschichtsauffassung. Eine Auseinandersetzung mit Karl Kautsky*, Leipzig, 1929, e também ao trabalho de K. F. BRECKSCHMIDT, *Die deutsche Sozialdemokratie bis zum Fall des Sozialistengesetzes*, Stuttgart, 1929. Para opiniões mais equilibradas, cf. H. J. STEINBERG, *Sozialismus und die deutsche Sozialdemokratie*, Hannover, 1969, e H. GROH, *Negative Integration und revolutionäre Attendismus*, Hannover, 1968.

7. STEINBERG, *Sozialismus und die deutsche Sozialdemokratie*, cit., p. 60.

8. W. GOTTSCHALCH, *Strukturveränderungen der Gesellschaft und politisches Handeln in der Lehr von Rudolf Hilferding*, Berlin, 1962, pp. 64-65.

9. Cf. G. A. RITTER, *Die Arbeiterbewegung im Wilhelminischen Reich*, Berlin-Dahlem, 1959, p. 97.

Os marxistas tinham consciência dessa função ideológica fundamental da tese da inevitabilidade do declínio do capitalismo e do triunfo do socialismo.¹⁰ Kautsky não hipostasiava a necessidade histórica, mas entendia essa necessidade como uma determinada atividade humana e seus resultados. Se o surgimento de novas instituições e de novas estruturas sociais pode ser considerado como resultante de efeitos voluntários e não voluntários da atividade humana, Kautsky considerava a formação de um novo sistema socialista como um processo no qual a ação que visava à realização do socialismo tinha grande importância. O fato de que o socialismo fosse julgado por Kautsky como uma necessidade histórica – ou seja, inevitável – não significa que ele acreditasse possível realizar tal necessidade independentemente da consciência e do empenho dos homens. Para a vitória do socialismo, é indispensável uma ação voltada para esse objetivo, ou melhor, é necessária uma força eficaz e uma profunda vontade da classe operária. Ao afirmar que o triunfo do socialismo é inevitável, Kautsky pensava que a classe operária tivesse a vontade de realizar o socialismo e fosse bastante forte para fazê-lo, superando qualquer resistência adversária. A convicção de Kautsky fundava-se numa constatação fundamental da sociologia marxista, relativa à formação da consciência e da vontade das classes sociais e sobre a análise do capitalismo.

Para demonstrar que Kautsky atribuiu caráter fatalista ao processo histórico, costuma-se frequentemente recordar sua afirmação de que a social-democracia é um partido revolucionário, mas não um partido que “faz” a revolução, já que a revolução não é algo que possa ser “feito”. Todavia, para entender corretamente essas palavras, é preciso vê-las no contexto histórico e no debate da época. É também preciso esclarecer *quem* não “faz a revolução” e *quando* não se faz a revolução. Kautsky, mais de uma vez, opôs-se à chamada teoria do colapso geral do capitalismo e sublinhou que a revolução socialista deve ser obra da classe operária. Sua tese se referia sobretudo aos movimentos e aos partidos políticos, sendo dirigida contra as tendências blanquistas e o putschismo. Ela tendia também, provavelmente, a proteger a social-democracia contra uma nova edição das leis anti-socialistas

10. Sobre a função dessa tese como “estimulante ideológico” e “excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e historicamente justificada pelo caráter subalterno de determinados estratos sociais”, cf. A. GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, aos cuidados de Valentino Gerratana, Turim, 1975, pp. 1377-1378 e 1394-1395 [ed. brasileira: *Concepção Dialética da História*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981]; cf. também H. DE MAN, *O psychologij socializmu*, Varsóvia, 1937, p. 280.

promulgadas por Bismarck e contra eventuais intervenções da magistratura. A constatação de que "a revolução não é algo que possa ser feito" significa, sobretudo, que a revolução não pode ser realizada num momento estabelecido por determinadas forças políticas ou por um indivíduo, mas deve ser realizada no momento justo, quando estejam maduras as condições indispensáveis. As características da época, fizeram com que Kautsky colocasse várias vezes em destaque a necessidade de esperar que as premissas do socialismo amadurecessem ainda. Ele se referia sobretudo, porém, ao desenvolvimento contínuo da consciência e da organização do proletariado.

➤ Será igualmente necessário esclarecer o sentido do que foi chamado de "expectativismo revolucionário". Segundo alguns autores, a expressão significaria considerar o desenvolvimento do socialismo como um processo que se desenvolve independentemente da vontade humana; por isso, dever-se-ia *esperar* que ele resultasse da evolução dos eventos históricos. D. Groh – que utilizou essa fórmula como título de um seu estudo – escreve que esse processo era entendido "como um desenvolvimento que se podia promover através da agitação e da organização, cujo ápice seria alcançado no momento do 'colapso geral' da sociedade burguesa e do Estado, na base de leis sócio-econômicas, em grande medida de modo independente da vontade dos indivíduos. Já que cada vez mais faltava um sujeito histórico da revolução, essa assumia a forma de um evento natural".¹¹ Para T. Meyer, o "expectativismo revolucionário corresponde estrategicamente a um socialismo que concebe a si mesmo como ciência não na ação e na indicação de estratégias de transformação política, mas na expectativa do momento em que a história produz a revolução".¹²

A meu ver, a questão do expectativismo foi vista corretamente por Oto Bauer em seu livro de 1936, *Entre duas guerras mundiais?*, onde toma como ponto de partida um fenômeno também sublinhado por Lênin: depois da queda da Comuna de Paris, iniciou-se na Europa Central e Ocidental um período – já então quase semi-secular – de desenvolvimento pacífico do capitalismo, um período durante o qual não existiu para a classe operária a possibilidade de passar à ofensiva revolucionária e no qual, portanto, a revolução tornou-se apenas uma esperança para o futuro. Os partidos operários não podiam fazer ou-

11. GROH, *Negative Integration*, cit., p. 57.

12. T. MEYER, *Bernstein Konstruktiver Sozialismus*, Berlin-Bad Godesberg, 1977, p. 36.

tra coisa senão ocupar-se da luta pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida do proletariado, da luta pela ampliação dos direitos políticos, do desenvolvimento dos sindicatos e da atividade parlamentar. "Embora a teoria do socialismo no continente europeu permanecesse revolucionária, a prática cotidiana no longo período de paz devia se limitar à luta pelos direitos, à luta através dos meios legais, à luta pelas reformas no interior da sociedade capitalista".¹³ Com isso, esperava-se que o desenvolvimento do movimento operário obrigasse as classes dominantes a usar meios contra-ofensivos capazes de criar situações e probabilidades de vitória do proletariado através da luta violenta. À expectativa de uma revolução no futuro, portanto, unia-se a atividade presente, concentrada na luta por reformas. O "expectativismo marxista", por isso, contrapunha-se tanto ao reformismo quanto ao chamado sindicalismo revolucionário. Julgava-se oportuno evitar absolutamente qualquer empreendimento revolucionário, na convicção de que não existia – na situação da época – nenhuma probabilidade de sucesso, nem era possível indicar à classe operária outro caminho que não fosse o do desenvolvimento do movimento através da luta cotidiana em favor dos interesses cotidianos da vida operária. Na confiança de que uma situação revolucionária terminaria por se impor, pensava-se que a tarefa mais importante do partido consistia em proteger o proletariado da influência nefasta das demais classes e em manter a expectativa numa catástrofe revolucionária: precisamente essa atitude difundiu um comportamento de negação total diante da sociedade existente. Bauer escreve:

O mais eminente representante dessa fase do desenvolvimento do socialismo marxista, que em verdade não colocava ao movimento operário de então nenhuma tarefa revolucionária, mas que, em nome da perspectiva revolucionária, queria manter nos partidos operários uma relação de antagonismo em face do sistema capitalista e dos partidos burgueses, foi Karl Kautsky.¹⁴

Nessa estratégia revolucionária, o lugar central é ocupado pela questão referente à conquista do poder estatal pela classe operária, representada pelo partido socialista. Foram expressas diferentes opiniões sobre esse problema. Por vezes, ele foi visto como expressão do agigantamento do papel atribuído ao poder estatal, do papel da violência na criação de novas relações e estruturas sociais, na qual se nota a influência do blanquismo, no sentido que Bernstein atribuiu a esse

13. Cf. O. BAUER, *Zwischen zwei Weltkriegen?*, Bratislava, 1936, p. 244.

14. *Ibid.*, p. 249.

termo, ou seja, “a teoria da ilimitada força criadora da violência política revolucionária e de sua explicitação: a expropriação revolucionária”.¹⁵ Independentemente do fato de que os marxistas “ortodoxos” – de resto, de modo análogo a Marx e Engels – não avaliaram as dificuldades econômicas resultantes do processo de substituição do capitalismo pelo socialismo, dever-se-ia levar em conta que, de acordo com suas convicções, a conquista do poder estatal não teria permitido a realização das transformações socialistas a não ser que fossem criadas também as premissas econômicas para tais transformações, premissas que, de resto, na opinião deles, já existiam nos países industrializados.

A convicção de que a conquista do poder estatal era indispensável como condição preliminar para a realização das transformações socialistas e de que a revolução devia começar pela revolução política estava implícita na própria concepção da revolução socialista: já que o socialismo é, antes de mais nada, socialização dos meios de produção, essa socialização só é possível com a apropriação dos meios de produção pelo Estado, ou seja, através da “expropriação dos expropriadores”, realizável apenas mediante a intervenção do poder estatal. O antagonismo de interesses entre proletariado e burguesia exclui a possibilidade de uma repartição do poder entre essas classes. Em casos excepcionais e por breve tempo, é possível uma participação dos socialistas num governo burguês, mas isso não significa o início da tomada do poder pela classe operária. Se alguns marxistas não excluíam a possibilidade de que o proletariado se apropriasse gradualmente do poder, deve-se observar que tal eventualidade era julgada como um caso excepcional.

Um elemento bastante importante na estratégia política do marxismo ortodoxo, também no que se refere à prática política, era a questão do caminho a seguir para chegar ao poder; e, quanto a isso, as opiniões deles criavam já então fortes divergências, cuja interpretação é até hoje objeto de discussão. Sem dúvida, era convicção dos marxistas ortodoxos – convicção freqüentemente repetida – a de que as formas de revolução política e de conquista do poder pela classe operária podiam ser diversas e dificilmente seriam previsíveis com exatidão. Entre todos, o caminho preferível era, na opinião deles, o legal e pacífico, mas eles sublinhavam também que não dependia da classe operá-

15 E. Bernstein, *I presupposti del socialismo e i compiti della socialdemocrazia*, Bari, 1974, p. 61 [ed. brasileira: *Socialismo Evolucionário*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964].

ria, nem da social-democracia, tornar esse caminho possível: essa possibilidade dependia da classe dominante. Em tal situação, a social-democracia era convocada à realização de uma política que levasse em conta todas as possibilidades.

Embora a opinião mais difundida fosse a de que, no centro dessa estratégia, estivesse a tendência ao caminho parlamentar para a conquista do poder, sou levado pessoalmente a supor que os marxistas ortodoxos, mesmo não excluindo que tal forma de revolução fosse possível, consideravam-na pouco provável, sobretudo por causa da avaliação que faziam do capitalismo como um regime fortemente regressivo. Ao contrário de Bernstein e de seus seguidores, não se alimentavam muitas dúvidas sobre o fato de que, tão logo as classes dirigentes percebessem o perigo que as forças democráticas representavam para elas, tentariam sufocá-las. Fundamentando-se na análise das bases políticas da burguesia e das camadas intermediárias nas últimas décadas, bem como nas transformações ocorridas no seio da burguesia, Kautsky previa que – nas formas mais avançadas de capitalismo – a democracia se revelaria uma forma de regime muito incômoda para a burguesia. Sublinhando a ampliação da importância do capital financeiro, ressaltava a sua tendência para o uso da violência.

Já na passagem do século XIX para o XX, indicando como exemplos a guerra contra os boers e o caso Dreyfus, observava que o espírito de arbítrio crescia em todo o âmbito da civilização européia e determinava uma reação e decadência gerais no mundo burguês. Percebia a mesma tendência também na pequena burguesia, que ele via numa atitude de espera do “homem forte”. O desenvolvimento dos monopólios aparecia-lhe estreitamente ligado ao espírito de intolerância e de arbítrio, que está na raiz de toda forma de autocracia e de todo movimento que tenda a um regime ditatorial. Nesse particular, Kautsky concordava com a tese – posteriormente afirmada várias vezes por Lênin – de que os monopólios criam tendências reacionárias, tanto em política interna quanto internacional.

Nessa tomada de posição, deve-se certamente ter presente o desenvolvimento do pensamento de Kautsky. Se, ainda no início do debate com Bernstein, ele não negava a possibilidade de definir formas democráticas de Estado capitalista, mais tarde chegou a prognosticar que a regressão do sistema referia-se não apenas ao Estado semi-absolutista alemão, mas também aos países democráticos, incluindo a Inglaterra. Ao mesmo tempo, Kautsky estava convencido – como a maior parte dos social-democratas – de que o sistema capitalista não poderia funcionar corretamente, por muito tempo, na ausência de formas democráticas. Enquanto, inicialmente, pensava que o período

reacionário não podia durar por muito tempo e seria seguido pela instauração ou restabelecimento do Estado democrático, mais tarde previu que a tentativa de involução do sistema criaria um tal aguçamento da luta de classes que provocaria a derrubada do próprio sistema capitalista. Em tal situação, as classes dominantes não estariam dispostas a ceder o poder sem luta e teriam notáveis possibilidades de defender suas próprias posições, dispondo de um poderoso aparelho estatal e de numerosas organizações, além de poder contar com o apoio de uma parte considerável, se não mesmo da maioria, das camadas médias. Faltava, porém, à estratégia política dos marxistas ortodoxos uma resposta adequada ao problema do caminho que o proletariado provavelmente seguiria para a conquista do poder.

A possibilidade de uma conquista do poder através de uma revolta armada era considerada com ceticismo ainda maior do que o manifestado por Engels, em sua famosa *Introdução* de 1895 a *As Lutas de Classe na França*, de Marx. As concepções de Kautsky sobre o assunto sofreram notáveis variações. Até a revolução russa de 1905, julgou bastante escassas as possibilidades de uma vitória através de uma revolta armada nos países da Europa Central e Ocidental; depois da experiência daquela revolução, mostrou-se propenso a modificar a opinião de que "pertencia agora ao passado a época das barricadas" e encarou com otimismo as possibilidades de uma insurreição vitoriosa. Todavia, já em *O Caminho para o Poder* (1907), não se refere à revolta; e, em suas considerações sobre a revolta armada, podem-se distinguir dois problemas. O primeiro se refere à questão de saber se a maioria da classe operária estaria disposta a enfrentar uma tal forma de luta. Em sua opinião, nos países onde o proletariado já desfrutava de alguns direitos políticos e dispunha de organizações legais, onde vigorava um regime pelo menos parcialmente democrático, como na própria Alemanha, as massas proletárias não se disporiam a essas formas de luta, a não ser que houvesse uma tentativa de privá-las dos direitos políticos já conquistados. Devo dizer que talvez não estivesse muito seguro nem mesmo dessa hipótese, em particular no que se refere ao proletariado alemão, por causa do seu característico modo de pensar. Diversa, ao contrário, era sua avaliação no que se referia à situação da Rússia, onde - pensava - as massas não tinham nada a perder. O segundo problema, mais complexo, era o seguinte: mesmo dada a pronta adesão das massas operárias à revolta armada, que probabilidades de sucesso essa teria nos países de economia desenvolvida?

Decerto, não carecia de peso o fato de que não havia nenhuma experiência de vitória numa revolta armada do proletariado, com exceção dos eventos da Comuna de Paris. Maiores esperanças eram de-

positadas, talvez, na greve geral de massa, vista então com avaliações diversas, e que fora inicialmente um terreno de choque entre anarquistas e anarco-sindicalistas, por um lado, e social-democratas, por outro. Mais tarde, áspers discussões a respeito tiveram lugar também no interior da social-democracia. Mesmo definindo a greve política como “a arma talvez mais revolucionária do proletariado”, Kautsky não tinha uma clara visão sobre o mecanismo de seu desenvolvimento. Suas considerações concentravam-se sobretudo nas condições que poderiam tornar vitoriosa uma greve, ou seja, levar à capitalização da sociedade burguesa, particularmente na Alemanha. A greve política, segundo Kautsky, tinha a tarefa de desagregar o governo; por isso, era necessário, antes de mais nada, que o proletariado fosse a parte predominante da sociedade, que estivesse preparado e bem organizado em sua maioria. Isso requeria a existência de uma indústria muito desenvolvida e de um proletariado com um longo aprendizado de lutas políticas e sindicais. O governo, ao contrário, deveria ser fraco em seu interior, “privado de cabeça”, não gozando da confiança nem do exército, nem da burocracia, além de carecer do apoio da maioria do povo.

No opúsculo *A Revolução Social*, Kautsky escrevia – provocando um aceso ressentimento na imprensa reacionária – que a guerra poderia se tornar o meio para acelerar o desenvolvimento político e para colocar o poder nas mãos do proletariado. Em 1909, afirmara que, se a guerra fosse desencadeada, apesar da oposição do proletariado, essa seria a classe social com as maiores esperanças para o futuro. Em *A Revolução Social*, Kautsky sublinhava que, apesar de tais possibilidades, a social-democracia opunha-se à irrupção de uma guerra, consciente da terrível devastação que ela provocaria, uma devastação tal que tornaria muito mais difíceis os problemas que seriam herdados pela revolução que se seguiria, empenhando todos os seus meios e absorvendo todas as suas forças. Além disso, a guerra poderia levar também ao enfraquecimento da classe revolucionária, por causa do elevado número de vítimas e do processo de barbarização moral e intelectual que dela decorreria. Haveria portanto, um enorme aumento de responsabilidades para o movimento revolucionário, que poderia perder todo o seu impulso.

Como se disse, a orientação predominante visava a uma conquista do poder de modo para-parlamentar, graças ao apoio que a maioria da sociedade daria ao programa social-democrata. Era uma visão diretamente inspirada na *Introdução* de Engels, de 1895, às *Lutas de Classe*

na França.¹⁶ Será o caso de observar que esse apoio, para Engels, fazia parte da técnica da luta pelo poder, e não era apresentado como um princípio ideológico. A convicção de que as classes dominantes não esperariam o momento no qual a social-democracia tivesse obtido a maioria para tentar abater o regime democrático levava a considerar possível que se chegasse à luta decisiva pelo poder antes de ter sido obtido o apoio da maioria. Na eventualidade de que apenas no curso da luta fosse possível obter o alinhamento da maioria com as posições social-democratas, revelava-se necessário que a conquista do poder ocorresse quando o partido estivesse próximo de obter o apoio da maioria. Os opositores dos marxistas ortodoxos atribuíam menor importância a essa condição, considerando bastante possível obter o apoio da maioria em decorrência do desenvolvimento da indústria e do processo de concentração do capital, que teria provocado um crescimento numérico absoluto do proletariado, enquanto o seu estado social favorecia a tomada de consciência socialista. Nessa estratégia política, a questão dos aliados do proletariado não tinha um papel importante. Kautsky, que se ocupou do problema mais do que os outros marxistas ortodoxos, considerava provável – ainda nos inícios dos anos 90 – que grande parte da pequena burguesia e dos camponeses apoiasse a social-democracia, tão logo essa se houvesse convertido num partido forte. Mais tarde, ao contrário, foi freqüentemente levado a sublinhar como essas camadas estavam se tornando cada vez mais reacionárias, de modo que se revelava cada vez menos possível contar com elas. A deterioração de suas condições – pela qual elas responsabilizavam sobretudo a classe operária e a social-democracia, e não o desenvolvimento da concentração da produção capitalista e o aumento da influência das associações empresariais sobre o aparelho estatal – levava-as a assumir atitudes cada vez mais hostis em face do regime democrático e as tornava propensas às agitações demagógicas e reacionárias. Recolocando as próprias esperanças nas conquistas coloniais, chocavam-se também nesse ponto com o proletariado e a social-democracia, contrários à política imperialista.

Um aspecto particularmente importante da questão das alianças referia-se às classes rurais. Ao contrário do que por vezes lemos, os camponeses não eram para Kautsky uma “massa reacionária”. Ele distinguia, no interior deles, três grupos: camponeses pobres, obrigados também a um outro trabalho, semiproletários; camponeses mé-

16. Cf. L. LONGINOTTI, “Friedrich Engels e la rivoluzione di maggioranza”, in *Studi Storici*, 1974.

dios, que se mantinham via de regra apenas com sua propriedade, sem empregar outros trabalhadores; e, finalmente, pequenos proprietários rurais, empregadores. Em princípio, ele considerava necessário e realista, ainda que não fácil, buscar obter o apoio do primeiro grupo; e era favorável a organizar agitações entre esses camponeses, opondo-se porém aos temas que pudessem despertar o seu interesse como proprietários. Ao contrário, considerava com ceticismo a possibilidade de que a social-democracia obtivesse o apoio dos camponeses médios, e, ao que parece, inclinava-se a crer que a ação política no interior desse grupo daria efeitos desproporcionais aos esforços, enquanto resultados bem melhores poderiam ser alcançados se a atividade fosse dirigida no sentido de conquistar vários grupos de proletários e semiproletários, que ainda estavam sob a influência dos partidos burgueses e dos Junkers. Não que pensasse que a camada dos camponeses médios estivesse destinada a desaparecer: ao contrário, Kautsky foi precisamente um dos primeiros marxistas a modificar essa previsão, ainda difundida na social-democracia nos inícios dos anos 90. Suas posições nasciam da convicção (fundada sobre considerações políticas diretas acerca da realidade daqueles anos) que o camponês "médio" era sobretudo um proprietário, ou, pelo menos, considerava-se como tal: e essa condição influenciava seu modo de pensar e sua orientação política. Não considerando possível provocar uma virada na orientação política desses camponeses, e opondo-se às posições de quem propunha conquistar a simpatia deles adaptando o programa e a política do SPD aos interesses e à mentalidade dos pequenos proprietários, Kautsky era levado, por outro lado, a atribuir escassa significação a uma atitude desse grupo social que fosse favorável à luta da classe operária pelo poder, sublinhando o fato de que os camponeses estavam se tornando uma parcela cada vez menor da sociedade. Deve-se notar como o apoio dos camponeses médios era avaliado somente em relação com a estrutura social, deixando-se de lado qualquer consideração sobre o papel da produção agrícola na economia nacional, mesmo porque se tendia a pensar que a agricultura era subordinada à indústria e deveria se desenvolver de modo análogo a essa.

Sem dúvida, o problema das alianças com as classes camponesas – e, em particular, a busca do apoio dos camponeses médios – podia levar a um desenvolvimento das tendências reformistas, na tentativa de adaptar a política e inclusive a ideologia aos interesses de consistentes grupos de camadas médias. Os efeitos positivos, derivados da extensão da influência da social-democracia, seriam provavelmente anulados por conseqüências negativas; a uma tal colocação do problema das alianças, deve-se talvez atribuir o fato de que, em princípio, os

marxistas – com a exceção dos social-democratas russos – deixaram de lado, em sua política, a questão da aliança entre operários e camponeses. Disso derivava, inequivocamente, um perigo de auto-isolamento, que Kautsky julgava inevitável. Entre o fim do século XIX e o início do XX, o maior teórico da social-democracia alemã, embora tão interessado pela questão camponesa que chegou a lhe dedicar (precisamente naqueles anos) um de seus estudos mais importantes (*A Questão Agrária* é de 1899), julgou oportuno o isolamento do movimento operário, tendo em vista a formação da consciência política das massas proletárias, uma avaliação que se reforçava ainda mais porque Kautsky se opunha ao processo de “enraizamento” nas estruturas já existentes. Jaurès viu exatamente essa tendência de Kautsky quando observou: “Kautsky aceita a cooperação e a colaboração temporárias do proletariado com alguns elementos das demais classes; mas, ao mesmo tempo, adverte o proletariado, aconselhando-o a refugiar-se com a máxima frequência no que chamaríamos de isolamento em seu aspecto mais puro”.¹⁷

O problema do auto-isolamento, freqüentemente abordado nos escritos da época, deve ser considerado em estreita relação com o problema da integração da classe operária e do partido social-democrata nas estruturas capitalistas. A vontade de se opor a tal processo devia, naquelas condições, suscitar necessariamente uma forte hostilidade à cooperação com outras classes e outros partidos; e isso se manifestou sobretudo nas campanhas eleitorais e no parlamento. Decerto, Kautsky jamais afirmou que a política de isolamento total fosse justa, mesmo porque ele sempre fugia das posições extremadas, como, por exemplo, as defendidas por Guesde, e jamais aceitou o conceito da neutralidade da classe operária e de seu partido diante das lutas “burguesas”. Assim, no curso do caso Dreyfus, Kautsky manifestou sua própria admiração pela ação empreendida por Jaurès, o qual, como se sabe, empenhou-se a fundo na defesa do capitão judeu, ao contrário de Guesde, que se declarou a favor de uma política de não-ingerência no “caso”. Kautsky, embora tenha julgado essa atitude não marxista e sectária, e, como tal, contrária aos interesses da classe operária, preocupou-se fortemente com as consequências da saída do isolamento do partido francês, ainda mais depois que se manifestaram as concepções táticas dos reformistas e dos revisionistas, orientadas no sentido de

17. J. JAURÈS, *Wybór Pism*, Varsóvia, 1949, p. 415.

uma colaboração completa e sistemática com os partidos burgueses de esquerda, tendo em vista uma coalizão governamental.

A convicção de que a revolução socialista teria em princípio um caráter puramente proletário influenciava, de modo essencial, a imagem do papel do partido socialista, já que eliminava as tarefas ligadas à necessidade da conquista de aliados, à capacidade de dirigir as várias correntes na luta anticapitalista, à obtenção da hegemonia do proletariado nessa luta. As concepções dos marxistas ortodoxos sobre as tarefas do partido social-democrata foram definidas em relação, sobretudo, com o modo de entender o processo histórico. Por um lado, o ponto essencial da revolução política, enquanto elemento indispensável da revolução social, é visto na conquista do poder pela classe operária, pela ação da maioria do proletariado; portanto, a força do proletariado é definida não apenas pelo papel que ele desenvolve no processo de produção, mas também pelo seu grau de organização e de consciência, cuja realização é tarefa essencial do partido. Por outro lado, a concepção da revolução como processo espontâneo e a falta de clareza sobre os mecanismos revolucionários e sobre a situação pós-revolucionária determinavam a exigência de conhecer as tarefas organizativas do partido na preparação e realização da revolução durante a crise revolucionária.

A tese segundo a qual o partido “não faz a revolução”, portanto, significava a impossibilidade não só de criar uma situação revolucionária, mas também de prever o momento em que essa situação se verificaria. O partido podia desempenhar seu papel de propulsor nas lutas revolucionárias se, quando da eclosão de um movimento espontâneo, as massas estivessem organizadas e disciplinadas através de um trabalho político empreendido há muito tempo.

Nessa perspectiva, ligada à passagem do capitalismo para o socialismo, colocava-se também a relação entre revolução e reformas, ou seja, entre a luta pelo poder e a luta por transferência no âmbito do capitalismo; o problema se tornava cada vez mais fundamental com o crescimento da afirmação entre as massas do movimento socialista e com a atenção cada vez maior prestada pelas organizações da classe operária à luta pelas reformas. Nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, a discussão entre a ala radical e a ala reformista não colocou em questão a necessidade da luta por reformas políticas e sociais no quadro do capitalismo. Precisamente porque o movimento socialista visava a se tornar o movimento de massas do proletariado, essa luta se revelava indispensável, inclusive para dar à classe operária consciência e confiança em seu próprio poder e para levá-la a compreender a importância da solidariedade de classe e da organização

classista nas relações sociais e políticas fundamentais. Ao mesmo tempo, um resultado positivo em tal luta contribuía para melhorar as condições de vida miseráveis e humilhantes do proletariado. A luta pelas reformas foi, portanto, geralmente considerada pelos marxistas como uma condição indispensável à preparação da classe operária para a revolução.

A discussão se travava sobre os objetivos alcançáveis através de reformas sociais e políticas, sobre os desenvolvimentos e os métodos de tais lutas, com o objetivo de conseguir o resultado máximo e, ao mesmo tempo, de desenvolver a preparação do proletariado para a luta pelo poder. Segundo os reformistas, seria possível, através das reformas, modificar gradualmente o caráter da base real e da superestrutura política; e, portanto, o problema consistia em tentar obter o maior número de reformas e as mais vantajosas possíveis. Para os marxistas ortodoxos, a relação reformas-revolução era muito mais complexa: mesmo rechaçando categoricamente a política do “quanto pior, melhor”, eles não ignoravam a multiplicidade dos efeitos das reformas e sua contradição interna, ou seja, o perigo de que as reformas pudessem levar a classe operária e sua organização a se integrar nas estruturas sócio-políticas já existentes.

Desse ponto de vista, o problema da aliança com os partidos da esquerda burguesa colocava-se em função da ação deles em favor de reformas. Tal aliança foi considerada pelos reformistas como uma condição indispensável para o sucesso de uma política desse tipo, enquanto as demais correntes marxistas, em geral, se não recusavam a colaboração com esses partidos e não os julgavam indiscriminadamente como uma “única massa reacionária”, manifestavam freqüentemente ceticismo sobre a possibilidade de obter o apoio dos mesmos para reformas importantes; e se acreditava que tão-somente o temor de não mais poder contar com votos proletários nas eleições políticas constituía o elemento decisivo para obrigá-los a dar tal apoio.

Colocando como elemento central de sua concepção estratégica o problema da conquista do poder estatal, os marxistas ortodoxos deixavam sempre em aberto o processo posterior de transformação econômico-social socialista. Não erradamente T. Mayer referiu-se, a esse respeito, a um “*konzeptionelles Vakuum*”. Era uma atitude que derivava de diversas considerações. Antes de mais nada, a influência da tradição anti-utopista marxista, a qual considerava como entrando nos limites da utopia toda tentativa de prefigurar um ordenamento social de caráter socialista, recordando a recusa de Marx de preparar receitas para a “cozinha do futuro”. Deve-se notar, porém, que os marxistas

ortodoxos não revelaram ser capazes de avaliar as dificuldades que surgiriam no curso da transformação socialista.¹⁸

São significativas, por exemplo, as declarações de Bebel no Reichstag, em 1893, por ocasião do debate sobre o "Estado futuro": quando a social-democracia tivesse chegado ao poder – afirmava – encontraria uma solução justa para todos os problemas. E ele se declarou convencido de que a nacionalização de todas as empresas industriais se realizaria com grande facilidade, a ponto de aparecer com "uma brincadeira de crianças". O próprio Kautsky, embora tenha sido o único a se deter mais detalhadamente no problema da transição ao socialismo, era levado a pensar que os capitalistas não poderiam opor demasiada resistência à nacionalização dos meios de produção, já que as medidas do Estado em favor dos desempregados modificariam profundamente a correlação de forças entre capitalistas e operários, e esses ficariam em condições de impor seus próprios termos. A nacionalização, ademais, seria realizada provavelmente com a compra das propriedades capitalistas mediante obrigações do Estado ou dos municípios e com a imposição de altos impostos progressivos sobre as rendas.

Por conseguinte, a expropriação dos meios de produção seria um processo relativamente simples; além disso, o grande número de empresas não constituía, em sua opinião, uma dificuldade grave, porque "a maturidade para o socialismo mede-se não pelo número de pequenas empresas ainda existentes, mas pelo número de grandes empresas que já existem".¹⁹ Uma parte das pequenas empresas sobreviveria mais longamente, sobretudo onde predominasse o trabalho manual, enquanto outras cessariam suas atividades. As pequenas empresas agrícolas só mudariam suas características de modo lento e gradual, cedendo ao processo de socialização. Particularmente difícil se revelava, por outro lado, a planificação da produção, que porém poderia ser simplificada graças à redução do número de empresas após a liquidação das pequenas e a concentração da produção nos modernos estabelecimentos ativos, funcionando em três turnos, durante vinte e quatro horas.

Os marxistas ortodoxos não previam uma forte oposição da burguesia e, sobretudo, esperavam que a intelectualidade, incluída a em-

18. Esse modo de ver as coisas foi particularmente evidenciado por Parvus, o qual – abrindo em primeiro lugar a polêmica contra Bernstein na *Sächsischer Arbeiterzeitung*, de 1898 – chegou a afirmar que, se a social-democracia alemã tivesse conquistado o poder, a sociedade capitalista deixaria de existir no decorrer de seis meses.

19. K. KAUTSKY, *Am Tage nach der Revolution*, Berlim, 1907.

pregada no aparelho estatal, iria se alinhar com o proletariado vitorioso.²⁰ A socialização da propriedade capitalista dos meios de produção devia ser realizada gradualmente, mas a um ritmo veloz, já que o poder político do proletariado não tolera uma longa coexistência com o poder capitalista.

As previsões referentes às condições em que se processaria a conquista do poder, em particular a sua obtenção com o apoio da maioria da sociedade, na qual a classe operária seria a parcela mais numerosa, assim como a convicção de que o processo de transformação socialista ocorreria com relativa facilidade, sem provocar abalos demasiadamente violentos no funcionamento da economia, definiam predominantemente imagem de poder revolucionário já constituído.

Supunha-se geralmente que a forma do Estado seria uma república democrática parlamentar; e, se não se excluía inteiramente possíveis limitações dos direitos e das liberdades políticas dos adversários no curso da revolução, o problema – de qualquer modo – não recebia contornos precisos.

Quando Bernstein se manifestou contra a idéia da ditadura do proletariado, seus adversários colocaram a questão na ordem do dia²¹; e Plekânov se pronunciou, em termos particularmente significativos, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, em 1903, obtendo a aprovação de Lênin. Em termos que foram definidos como “jacobinos”, ele defendeu o princípio da ditadura do proletariado, enunciado no projeto de programa do Partido, afirmando que – depois da conquista do poder – dever-se-ia adotar o princípio de que a lei suprema é o bem da revolução; e não se deveria recuar nem mesmo diante da necessidade de privar a burguesia dos direitos políticos, ou de dissolver o parlamento, no caso dos adversários políticos terem obtido a maioria.

2. *Gradualismo e alianças na concepção revisionista*

Uma estratégia política das correntes reformistas formou-se gradualmente nos vários partidos social-democratas, mas foi formulada a fundo somente por Bernstein, que elaborou uma argumentação teórica mais explicitada. Segundo essa concepção, o problema central na

20. Cf. a carta de Engels a Bebel, 24 de outubro de 1891, e a resposta de Bebel, 29 de outubro, em *August Bebel's Briefwechsel mit Friedrich Engels*, aos cuidados de W. Blumenberg, 's Gravenhage, 1965, pp. 465-468.

21. Cf. K. KAUTSKY, *Bernstein und das sozialdemokratische Programm*, Stuttgart, 1899, p. 172.

passagem do capitalismo ao socialismo não é tanto a conquista do poder político pelo proletariado, mas sim a socialização dos meios de produção e a organização da produção de acordo com os princípios do socialismo. Isso deriva, sobretudo, de duas circunstâncias. A primeira é que, embora as grandes empresas sejam sempre mais numerosas e desempenham um papel cada vez maior na economia nacional, o processo de concentração da produção e do capital não ocorre segundo os ritmos e as modalidades previstas por Marx: as pequenas e médias empresas, com efeito, não desaparecem e é previsível que, no futuro, continuem a existir em grande número. A socialização desse enorme número de empresas não é possível. A segunda circunstância que obstaculiza o processo de transformação socialista é o fato de que a classe operária não possui ainda as capacidades necessárias para substituir o capitalismo pelo socialismo. Se a primeira dificuldade era julgada por Bernstein como permanente (embora não resultasse claramente de suas argumentações se o processo de concentração da produção não ocorria tão velozmente como Marx havia previsto, ou se era destinado a não se verificar de modo algum), o segundo obstáculo era considerado com maior otimismo: a preparação da classe operária para realizar as transformações socialistas cresceria progressivamente, embora de modo gradual e em tempo relativamente longo. Por conseguinte, a social-democracia – mesmo se tivesse conquistado o poder – não teria condições de realizar uma socialização rápida e integral dos meios de produção, e o insucesso nessa tentativa terminaria por desorganizar a vida econômica e por provocar a revolta da grande maioria da sociedade contra o partido social-democrata.

Era central em Bernstein a preocupação de que a transformação socialista das relações de produção se realizasse sem perturbar o processo produtivo. Ele temia, ademais, a emergência de uma burocratização da vida econômica, no caso de uma rápida socialização dos meios de produção. A passagem do capitalismo para o socialismo não podia ocorrer como um “salto”, mas sim gradualmente e no interior do sistema capitalista; as relações socialistas de produção devem evoluir antes mesmo da chegada ao poder da social-democracia, do mesmo modo como as relações capitalistas de produção se formaram no quadro do sistema feudal. O capitalismo deve evoluir no sentido do socialismo; e esse processo irá durar décadas, num longo período de economia mista.²²

22. Para uma exaustiva apresentação dessa concepção, cf. MEYER, *Bernstein Konstruktiver Sozialismus*, cit.

Essa era a previsão de transformação da sociedade que Bernstein considerava realista. Seu realismo consistia sobretudo em prever uma evolução em sentido democrático das formas do Estado, que perderia o seu caráter classista, de supremacia de uma classe sobre outra. Precisamente essa forma de Estado criaria a plena possibilidade de uma tomada do poder legal e pacífica pela social-democracia; a possibilidade se traduziria em realidade graças à adesão da maioria da sociedade à social-democracia. Ainda que Bernstein não previsse como iminente essa transformação pacífica do Estado e da sociedade, ele não tinha dúvidas quanto à sua exeqüibilidade, apesar do contínuo aumento do número de proprietários. Ele contava com o fato de que a social-democracia, transformando sua ideologia e sua política, obteria a adesão de uma parte relevante das camadas médias, e, apesar do melhoramento das condições de vida dos operários no sistema existente, a maior parte deles continuaria sempre a se identificar com a ideologia socialista.

Todavia, antes que a social-democracia conseguisse obter o apoio da maioria da sociedade, deveria tentar formar uma coalizão de governo com uma parte dos partidos burgueses, na medida em que é verdade que, na história, nenhuma classe jamais alcançou imediatamente a totalidade do poder estatal. Tal como as relações econômicas, também o sistema político deve se transformar através de uma metamorfose progressiva: as estruturas mistas devem aparecer tanto na base quanto na superestrutura.

Bernstein não negou que pudessem se verificar tentativas de paralisar a evolução do sistema estatal no sentido de um sistema democrático parlamentar, ou mesmo de fazer regredir as formas de Estado existentes; mas confiava em que tais tentativas seriam votadas ao fracasso. Suas previsões otimistas refletiam seu modo de conceber a evolução das relações entre as classes, tendente a uma atenuação dos antagonismos e das lutas de classe. Um dos princípios fundamentais dessa estratégia política era a convicção de que uma parte considerável da burguesia, bem como alguns partidos burgueses, estariam dispostos a aceitar uma evolução gradual para o socialismo.²³

Essa esperança se baseava não apenas na convicção de que, diante da crescente força da classe operária, o bom senso levaria a burguesia a assumir um tal comportamento, mas também sobre algumas concepções sociológicas e, em particular, sobre algumas idéias relativas às

23 P. ANGEL, *Bernstein et l'évolution du socialisme allemand*, Paris, 1961, p. 431; à diferença de Meyer, Angel indica a essência do revisionismo na idéia de que o socialismo pode ser aceito pela esquerda burguesa.

motivações do comportamento humano. São essas considerações que aproximam Bernstein do chamado "socialismo ético". Suas críticas ao materialismo histórico tinham como meta combater as teses segundo as quais os interesses de classe influem profundamente sobre o comportamento político, para colocar em evidência, ao contrário, o peso das concepções éticas. Para facilitar a formação de tal opinião na burguesia, contribuiriam os métodos justos de socialização dos meios de produção, e, em primeiro lugar, o princípio da expropriação com ressarcimento dos prejuízos. As hipóteses formuladas sobre a dinâmica das relações entre as classes ligavam-se, por seu turno, às previsões sobre o funcionamento da economia capitalista, que deveria funcionar de modo mais harmonioso que no passado.

Essa estratégia, ainda que de modo completamente diverso da dos marxistas ortodoxos, relacionava portanto a ação pelas reformas com a luta pela substituição do capitalismo pelo socialismo. Dessa abordagem, decorriam as principais consequências no que se refere à organização política da classe operária. O partido socialista deveria instruir e organizar a classe operária, tendo por meta exercer sua própria influência sobre outras camadas e classes, e concentrando todos os esforços na luta pelas reformas sociais e políticas. Nessa batalha política, deveria cuidar de obter uma forte posição no Parlamento e de conseguir a colaboração de alguns partidos burgueses.

Um importante papel caberia também a outras organizações da classe operária e, em particular, aos sindicatos e às cooperativas: por um lado, a atividade dessas organizações deveria permitir uma melhoria das condições de vida do proletariado no interior do sistema existente; e, por outro, tais organizações desenvolveriam na classe operária as capacidades necessárias para a realização das transformações socialistas.

O movimento operário organizado, portanto, deveria renunciar à política de contraposição total à sociedade e ao Estado existentes, uma política de simples contestação. A atribuição de um papel tão importante ao sindicato e às organizações econômicas da classe operária explicaria, para os defensores dessa estratégia política, a razão do seu protesto contra quem a definia como uma estratégia meramente parlamentarista – "*Nurparlamentarismus*" –, ainda que ela indubitavelmente atribuisse um papel fundamental à atividade da social-democracia no Parlamento, considerando o caminho parlamentar como o único que poderia levar a classe operária ao poder.

Se a concepção de Bernstein não excluía a eventualidade de métodos ilegais de luta e do uso da força, esses métodos eram indicados como admissíveis, porém, somente no curso das lutas pela instauração

do regime democrático ou das lutas provocadas por tentativas reacionárias contra um regime político liberal, ou seja, no quadro da estratégia da luta pela democratização. Ao contrário, a decidida oposição de Bernstein ao uso da força como instrumento de luta pelo socialismo derivava não só de suas previsões sobre a evolução da sociedade capitalista, mas também de sua própria visão do socialismo. Disso resulta sua crítica radical à idéia da ditadura do proletariado. Na hierarquia dos valores políticos, o lugar principal – para Bernstein – era indubitavelmente ocupado pela liberdade; e, em sua opinião, portanto, a garantia da liberdade dos cidadãos devia ser considerada como mais importante do que a realização de qualquer postulado econômico; nem ele aceitava que a realização de tais postulados pudesse ocorrer ao preço de limitações da liberdade. Não era por acaso que ele tendia a sublinhar as relações entre socialismo e liberalismo: a tese de que o socialismo é o sucessor do liberalismo deveria não só facilitar a evocação da colaboração com os partidos liberais, até à obtenção da democratização da Prússia e do Reich alemão, mas também ilustrar essa orientação, demonstrando que uma parte da burguesia aceitaria a evolução até o socialismo.

3. *As hipóteses revolucionárias da esquerda*

A estratégia política da esquerda social-democrata alemã, nos anos imediatamente anteriores ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, não assumiu caráter político internacional e não encontrou eco, de modo geral, fora das fronteiras da Alemanha. Mesmo os que demonstravam interesse por sua crítica não percebiam, via de regra, a presença de uma completa alternativa à estratégia dos marxistas ortodoxos.

Pode-se indagar se a ideologia da *Neu Linke* (nova esquerda), ao propor uma nova tática, tivesse verdadeiramente a intenção de elaborar novos métodos de luta para uma estratégia mais ofensiva no quadro da política social-democrata. Na realidade, sua concepção se manteve bastante vaga, enfraquecida pelas divergências entre os maiores expoentes da esquerda e, em particular, entre Rosa Luxemburg e Pankoeck. O contraste entre eles se manifestava sobretudo na interpretação do processo revolucionário, dos mecanismos de formação da consciência de classe e da vontade revolucionária das massas proletárias. A luta pelo poder foi entendida como processo revolucionário de longa duração, durante o qual o proletariado poderia repetidamente tomar o poder e depois perdê-lo, até a conquista definitiva. Essa opinião foi apresentada por Rosa Luxemburg já na época de sua polêmica

ca com Bernstein ²⁴; em sua opinião, no curso das lutas revolucionárias, a consciência revolucionária e a vontade das massas proletárias se desenvolveriam; o exército revolucionário, portanto, seria formado no curso da luta e não antes de seu início.

Desenvolvendo a idéia do processo revolucionário, Pannekoek elaborou uma interpretação do seu mecanismo que era profundamente diversa da que havia sido anteriormente difundida nos círculos radicais da social-democracia. Se, entre esses grupos, é evidente a preocupação com a expansão de atitudes oportunistas e o desejo de apoiar vigorosamente as lutas de classes, deve-se também observar o fato de que não é elaborada uma tática nova; aliás, não por acaso, a opinião predominante em tais círculos era a de que não se tratava tanto de modificar a velha linha, mas sim de aplicá-la com firmeza. O proletariado – escrevia, ao contrário, Pannekoek – devia se preparar para a revolução aumentando sua força; e, quando houvesse chegado o momento oportuno, abateria o domínio do capital. Nesse sentido, revolução significa – não só em suas conseqüências econômicas, mas também no método – modificação rápida: a força do proletariado é empregada, pela primeira e última vez, de um modo inteiramente novo; portanto, devem ser adotados novos métodos de luta, e, entre esses, a greve de massa como instrumento de pressão e o combate nas ruas. A luta de classe se diferencia da guerra na medida em que os exércitos se formam no curso dos choques de classe. Para empreender a luta, é necessária a força; mas, por outro lado, só a luta cria a força. Portanto, as premissas necessárias para a conquista do poder se criam durante a luta, e não podem ser formadas em condições de paz. Isso significa que a revolução não é uma ação isolada, mas um processo.

Com relação a essa colocação do processo revolucionário, pode-se indagar se os expoentes da *Neue Linke* – tomando como hipótese o desencadeamento de ações de massa em larga escala, e, antes de mais nada, as greves de massa – consideravam essas ações como o instrumento para criar uma situação revolucionária. Por isso, a opinião difundida entre marxistas ortodoxos, segundo a qual a situação revolu-

24. Também para Rosa Luxemburg, o modelo de processo revolucionário é sempre a revolução burguesa na França (cf. J. HENTZE, "Aspekte der Revolutionstheorie Rosa Luxemburgs", em *Jahrbuch Arbeiterbewegung*, 1974, nº 2, p. 47); é preciso, contudo, ter presente que, naquele caso, as fases sucessivas, até (excluída) a Restauração, permitiram à burguesia ampliar cada vez mais o seu poder e, pelo menos, permitiram-lhe conservar as transformações fundamentais ocorridas no curso da revolução. Ao contrário, no caso da revolução socialista, segundo Rosa Luxemburg, isso não se revelava possível.

cionária – condição necessária para empreender a luta pelo poder – surge como efeito de condições objetivas, e o movimento operário organizado deve portanto esperar que tal situação se verifique, a *Neue Linke* contrapunha uma visão na qual o elemento voluntarista era de certo modo preponderante: o movimento operário, aproveitando-se do descontentamento das massas ligadas ao proletariado, deveria criar ou acelerar uma situação revolucionária. Era essa, por exemplo, a interpretação que Kautsky dava da política elaborada pela *Neue Linke*, polemizado com os maiores ideólogos dessa corrente. Com efeito, como observa Kotowski, Rosa Luxemburg considerava as greves de massa como um instrumento para a ruptura gradual da ordem existente, com o fim de provocar caos e choques violentos. Segundo U. Ratz, ela entendia por greve de massa um longo período de luta de classe, durante o qual a ordem se transforma paulatinamente em caos. São juízos que reencontraremos formulados também por estudiosos de nosso tempo, que falaram a tal respeito de “*revolutionare Eskalationstaktik*” (tática da escalada revolucionária). Deve-se notar, porém, que Rosa Luxemburg refutou frequentemente essa interpretação de sua visão política, e, em particular, negou que pretendesse criar uma situação revolucionária mediante greves de massa.

De qualquer modo, uma tal concepção do processo revolucionário determinava também o modo de entender a organização da classe operária, seu papel e, sobretudo, seu partido. Com efeito, era necessário tomar em consideração a possibilidade de que, no curso de ações de massa ou durante a própria luta revolucionária de longa duração, as organizações de classe do proletariado fossem submetidas à repressão pelo adversário, mesmo sem serem derrotadas. O problema esteve no centro da polêmica entre Pannekoek e Kautsky; e teve particular importância para o movimento operário organizado. Já no início da discussão, Pannekoek – mesmo declarando-se de acordo com a possibilidade de que o Estado dissolvesse as organizações rebeldes contra seus ordenamentos, chegando a sequestrar os fundos do movimento e a prender seus líderes – escrevia:

Mas esses atos de violência não podem produzir nenhum efeito; assim, pode-se apenas destruir a forma externa, mas não prejudicar a essência interna. A organização do proletariado, que nós definimos como o instrumento mais forte, não pode ser identificada com a forma organizativa e com as associações atuais (...). Na substância de tal organização, há algo espiritual: a plena transformação do caráter dos proletários.²⁵

25. A. PANNEKOEK, “Massenaktion und Revolution”, in *Neue Zeit*, 1911-1912, pp. 543-544.

A classe dominante pode destruir as organizações operárias só aparentemente, já que os operários jamais voltarão a ser o que eram antes, ou seja, pessoas com mentalidade individualista. Para Pannekoek, as organizações operárias diferem de todas as outras organizações na medida em que, em seu interior, nasce e se desenvolve um sentimento de solidariedade, que leva à plena subordinação do indivíduo à comunidade; isso faz a força das mesmas e é a base da nova sociedade que está nascendo.

O empenho no sentido de manter viva as organizações de classe não devia se constituir num freio para a energia revolucionária das massas. Ao analisar o problema da relação entre as massas e seus dirigentes, Pannekoek sublinhava como o partido havia ensinado às massas que ações desesperadas de indivíduos ou de grupos singulares são impotentes: tão-somente juntos, graças a uma atividade organizada, as massas poderiam obter sucessos. O partido disciplinou as massas e evitou que elas perdessem infrutiferamente suas energias revolucionárias. Um outro aspecto positivo consiste na indicação de um método eficaz para aplicar e dirigir essa energia. Precisamente por isso, porém, Pannekoek pensa que as massas não darão início espontaneamente a uma ação revolucionária, mesmo no caso de estarem em forte agitação, porque contarão com o partido para chamá-las à ação. Em outras palavras: o partido não pode esperar que as massas, privadas de parte de sua energia espontânea precisamente em consequência da formação de uma organização disciplinada, sejam capazes de uma explosão. Se um longo esforço político fez com que a característica das massas se tornasse a disciplina e a confiança nos líderes, o partido tem a tarefa de chamá-las à ação no momento oportuno. Ele deve saber determinar o momento justo, que não será quando já for impossível evitar a violenta explosão das massas, mas sim quando as relações sociais provocaram nelas uma agitação e paixão tão fortes que as grandes ações terão possibilidades de êxito.

4. Renovação moral e mito no pensamento dos sindicalistas revolucionários

É uma tarefa bem mais complexa tentar apresentar sinteticamente as concepções dos sindicalistas revolucionários. Em primeiro lugar, porque – ao contrário das outras concepções a que nos referimos – elas não eram obra de um ou de poucos ideólogos, nem foram jamais “codificadas” pelos seus criadores. Na França, o sindicalismo revolucionário se desenvolveu sobretudo em decorrência da iniciativa de um grupo de intelectuais – G. Sorel, H. Lagardelle e E. Berth –, assim como de alguns ativistas do movimento sindical, que formularam suas

concepções também em publicações (sobretudo V. Griffuelhes e E. Pouget). Na Itália, único centro de desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, além da França, o movimento foi promovido sobretudo por Arturo Labriola e E. Leone. Todavia, é necessário observar desde já que, entre as concepções desses sindicalistas revolucionários, existiam notáveis diferenças. Em segundo lugar, deve-se notar que as posições dessa corrente não eram muito estáveis nem muito claras, especialmente no que se refere aos projetos de sociedade socialista e aos métodos para realizá-la.

Os elementos fundamentais da estratégia dessa corrente se articulavam em torno de três teses. A primeira, referente ao Estado, inspirava-se nos princípios anarquistas e postulava que a revolução socialista consiste não na conquista do poder estatal pelo proletariado, mas na abolição da organização estatal. Se a revolução significasse a conquista do poder pelo partido socialista, não seriam realizadas nem a igualdade nem a liberdade, mas se verificaria apenas a mudança dos grupos sociais privilegiados. Por isso, não é aceitável nem a concepção de um gradual domínio do Estado democrático pelo partido socialista, nem a idéia de uma instauração da ditadura do proletariado.

A segunda tese se referia às formas de organização da classe operária. Os sindicalistas revolucionários refutavam decididamente não só a visão do sindicato como correia de transmissão entre o partido e as massas, mas também a paridade entre as duas formas de organização da classe operária. Os partidos socialistas eram julgados organizações externas à classe operária, geralmente estranhas por causa de sua composição social não homogênea e pelo fato de serem dirigidas não por proletários, mas quase sempre por políticos provenientes da intelectualidade. Na opinião dos sindicalistas revolucionários, a forma básica do movimento operário é constituída pelos sindicatos, os quais, ao contrário dos partidos socialistas, são uma organização específica de classe, exclusivamente proletária. Eles dirigem a luta através das greves e outras formas de ação direta, antes ainda que existam as condições para realizar o ataque definitivo contra o capitalismo, ou seja, a greve geral, cuja direção igualmente lhes cabe. A própria existência de um partido operário é considerada com suspeição e substancial aversão: o papel dele, com efeito, deveria se limitar à luta pela democratização do Estado capitalista, e, nesse caso, o campo principal de sua atividade deveria ser o Parlamento; e o parlamentarismo é considerado como a principal escola dos compromissos, como o terreno da colaboração entre as classes e como um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento do antagonismo de classe. Já que a revolução não consiste na tomada do poder, a classe operária não precisa do partido para is-

so; mas esse é supérfluo também no que se refere à formação da consciência revolucionária, que se forma durante a luta de classe direta, enquanto as lutas pelo melhoramento das condições econômicas no quadro do capitalismo vão sendo conduzidas pelos sindicalistas.

A terceira tese central referia-se às formas da luta revolucionária. O fruto da luta de classe deveria ser a greve geral, a forma de luta que ocupava o lugar de destaque na ideologia do sindicalismo revolucionário; os maiores expoentes dessa corrente dedicaram muitas páginas de seus trabalhos à análise da greve geral, indicando-a como o instrumento capaz de paralisar o Estado burguês e de permitir aos sindicalistas, desse modo, apossar-se dos meios de produção e substituir o aparelho estatal. A revolução se realizaria através da greve geral; mas, antes que se apresentem as condições adequadas para a revolução, antes que os patrões e o aparelho estatal estejam suficientemente enfraquecidos e o proletariado suficientemente forte, a greve geral – como as greves normais – deve ser o instrumento de educação da classe operária para o desenvolvimento do espírito revolucionário e, ao mesmo tempo, o meio de luta a usar para obter as reivindicações ordinárias da classe operária.

A exaltação da greve geral está no centro das *Réflexions sur la violence* de Sorel, que indica nessa forma de luta a própria essência do socialismo; a greve geral, com efeito, é um ato de violência revolucionária, através do qual o capitalismo irá ceder lugar ao socialismo. A noção soreliana de greve geral tende a se distinguir radicalmente de outras ações desse tipo, manifestadas na prática do movimento operário. A própria greve geral ocorrida na Rússia em 1905 é encarada com distanciamento crítico; e quase com desprezo são recordadas as greves gerais organizadas pelo proletariado belga na luta pelo direito eleitoral democrático. Com efeito, Sorel distingue entre greve geral “proletária” ou “sindical” e greve geral “política”, ou seja, promovida e dirigida pelo partido, por políticos, que é julgada como um mero instrumento nas mãos dos políticos, visando à satisfação de interesses pessoais e que, portanto, não pode ser um meio de libertação do proletariado.

Decerto, a greve geral aparece como uma ação não claramente definida nas páginas de Sorel, ligada por muitos aspectos à sua concepção do “mito” social, ~~conquanto~~ fenômeno irracional e voluntarista, capaz de liberar uma extraordinária quantidade de energia social, e, portanto, ~~conquanto~~ poderoso motor de ação. Assim, a greve de massa é o símbolo puramente intuitivo e sugestivo, capaz de integrar e conduzir as massas à ação, reagindo contra a tendência à adaptação ao sistema dominante; capaz também de despertar e garantir o espírito

revolucionário entre os operários e fazer com que a luta do proletariado se eleve acima de uma revolta de escravos.

Precisamente na interpretação da greve geral aparecem, de modo particularmente claro, as diferenças entre as concepções dos ideólogos do sindicalismo revolucionário e as concepções dos ativistas sindicais. Para esses, o sindicalismo revolucionário era o instrumento de luta para os êxitos econômicos do proletariado e para a obtenção de uma supremacia econômica. Para os intelectuais próximos a Sorel, é essencial sobretudo o aspecto ético do movimento; é missão do proletariado salvar o mundo da degenerescência moral que o ameaça; sem se preocuparem muito com o futuro distante, viam no proletariado o berço de um próximo renascimento moral.

Condição indispensável para a passagem do capitalismo ao socialismo era, para os sindicalistas revolucionários, o desenvolvimento do antagonismo de classe entre proletários e burgueses; assim, da obra de Marx, eles assimilavam quase que exclusivamente a definição do papel atribuído à luta de classe no desenvolvimento da sociedade, sem aceitarem todas as implicações do materialismo histórico, que permitiam aos marxistas ortodoxos encarar com otimismo os processos futuros do crescimento capitalista, por causa das crescentes contradições que ele iria gerar. Por isso, os sindicalistas revolucionários se preocupavam com todo fenômeno que pudesse provocar um enfraquecimento desse antagonismo, a começar por toda forma de compromisso e de acordo com o adversário de classe. A hostilidade em face de qualquer manifestação que pudesse diminuir a oposição total do proletariado à sociedade existente e integrá-lo nela permeava toda a descrição da relação entre a revolução e as reformas na estratégia política do sindicalismo revolucionário, que tendia a negligenciar qualquer perspectiva de melhoria imediata da condição operária através da legislação social.

Essa atitude em face das reformas sociais não era evidentemente destituída de relação com a profunda desconfiança diante do Estado, no qual os sindicalistas revolucionários viam apenas o instrumento para realizar os interesses da burguesia. As próprias conquistas da classe operária, obtidas por via parlamentar, apresentavam o risco – segundo eles – de levar ao enfraquecimento da hostilidade da classe operária em face do Estado e de diminuir a tensão contra os empregadores. Tão-somente as concessões obtidas através da luta eram consideradas de modo positivo, na medida em que aumentavam o antagonismo de classe.

Os sindicalistas revolucionários apresentaram sua ideologia e seu movimento não apenas como o instrumento de transformação do sistema social, mas também como uma concreta concepção da existência

humana, como meio de profunda transformação da moral social; estavam convencidos, como Sorel, de que o progresso moral é não menos indispensável que o progresso na esfera dos meios de produção, precisamente em vista da finalidade de formar a nova ética dos criadores livres da futura sociedade socialista.

Se a sociedade socialista era vista como uma sociedade sem Estado, os meios de produção deveriam ser confiados aos produtores livres, capazes de desenvolver a "libertação do trabalho". O ideal do sindicalismo era a criação de uma organização da produção onde a coerção externa, ~~momento~~ elemento indispensável da disciplina de trabalho, seria substituída pela autodisciplina interior. Vale a pena talvez observar que Sorel temia em particular as consequências de uma crescente psicologia do consumo, que danificaria o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, mas seria particularmente deletérica na sociedade socialista, constituindo um obstáculo para os grandes investimentos, que exigiam pesadas renúncias. Todavia, ele acreditava possível evitar esse perigo no curso do desenvolvimento do comportamento criador entre os operários, graças à sua inclinação pelo trabalho sem lucro e à sua capacidade de sacrifício, caso essas fossem solicitadas em nome de objetivos elevados.

As concepções dos sindicalistas revolucionários, no que se refere à forma da futura sociedade e ao processo de transformação socialista, jamais foram bem definidas. A própria aversão deles por qualquer forma de organização estatal os levava a indicar muito sumariamente as organizações "antiestatais" que deveriam ser constituídas pela classe operária. Ademais, segundo eles, não era possível prever cientificamente o desenvolvimento social; eles cultuavam a espontaneidade, embora a passagem para a propriedade social dos meios de produção e sua administração fossem previstas como sendo obra dos sindicatos. Assim, Arturo Labriola e Enrico Leone insistiam na tese de que a passagem para o novo sistema não seria um salto, mas um processo, o qual não poderia se realizar antes que o proletariado houvesse alcançado a capacidade de dirigir autonomamente a produção. Enquanto os operários reunidos em sindicato não tivessem desenvolvido essa capacidade, a revolução não seria possível. Organizações de vários setores produtivos deveriam assegurar, inclusive através de formas de arrendamento a capitalistas, a gestão de determinados ramos da produção; somente depois é que poderiam assumi-los como suas propriedades, eventualmente por meio do pagamento de uma indenização. Leone apresentava o socialismo como um sistema onde a produção seria dirigida por grupos autônomos de operários de várias empresas, na medida em que grupos de produtores - sob a direção dos sindicatos -

firmariam contratos e acordos, dando vida a formas federativas de tipo particular. Plekhânov, que mais do que outros marxistas desenvolveu uma crítica contra essas concepções, chegou a afirmar corretamente que – apesar da sua fraseologia revolucionária – o sindicalismo revolucionário revela um caráter profundamente reformista, mais vago ainda do que a concepção dos reformistas propriamente ditos.

5. *Insuficiências históricas e estratégias inadequadas*

Embora as concepções aqui examinadas se afirmassem todas elas como ligadas ao marxismo, e se houvessem formado em condições históricas análogas, ou seja, no início da formação política de fortes movimentos operários, num período em que não existia uma situação revolucionária, são evidentes as grandes divergências que existiam entre elas, seja no que se refere aos objetivos finais, seja quanto às metas mais próximas. Decerto, é possível também encontrar pontos de contato e analogias: por exemplo, revisionistas e sindicalistas revolucionários atribuíam grande importância à preparação da classe operária para a realização das transformações socialistas, à criação nela das capacidades mentais e intelectuais consideradas como indispensáveis a essa finalidade. Todavia, os métodos que eles propunham seguir para essa formação eram bastante diferentes. Do mesmo modo, tanto marxistas ortodoxos quanto sindicalistas revolucionários apontavam para a luta de classe, mas certamente não estavam de acordo na análise de suas origens, dos fatores que a desenvolviam, das próprias perspectivas de seu desenvolvimento futuro. Ou os sindicalistas revolucionários e a *Neue Linke* punham como objetivo “treinar” a classe operária para a luta, mediante ações de massa; mas, para uns, a organização responsável dirigente deveria ser o sindicato, enquanto para os outros teria de ser o partido; e, além do mais, essas duas instituições eram concebidas de modo absolutamente diferente por essas duas tendências.

Na base dessas divergências e desses contrastes, geralmente bastante ásperos, estavam opiniões, avaliações, prognósticos diferentes, referentes ao processo histórico, ao desenvolvimento da sociedade, à própria essência do capitalismo e do socialismo. Evidentemente, para tais diversidades profundas, influíam não apenas os condicionamentos sociais, próprios de cada país europeu onde tais correntes e movimentos se desenvolviam, mas as próprias tradições e experiências peculiares dos vários movimentos operários, as diferentes componentes sociais dos partidos, a composição do proletariado. Obviamente, deve-se também investigar o papel que essas diferentes correntes desempenhavam em face das situações particulares e da visão geral dos processos políticos na Europa da época. É uma questão que envolve o estado de

isolamento – desejado ou temido – do movimento operário; ou, ao contrário, sua integração – também ela desejada ou combatida – nas estruturas sociais e políticas existentes. Finalmente, deve-se avaliar também a possibilidade de atribuir essas diferenças a expoentes e líderes individuais do movimento operário daquele tempo.

Colocar tais questões pode ser útil em vista de pesquisas ulteriores, mas naturalmente não será possível, neste ensaio, dar-lhes uma resposta. Um outro problema, ao contrário, pode ser abordado, pelo menos sumariamente: o valor da previsão estratégica dessas várias correntes ideológicas e políticas. A concepção dos sindicalistas revolucionários tinha indubitavelmente um escasso conteúdo de prognóstico, ainda mais que seus próprios expoentes negavam a previsibilidade do desenvolvimento social. A esquerda social-democrata, por seu turno, desenvolveu uma concepção que, sob muitos aspectos, era próxima à dos marxistas ortodoxos, em particular no que se refere à análise do sistema capitalista, das relações entre as classes e das superestruturas. Decerto, o significado dessas análises e dessas previsões deveria ser comparado com a atividade realizada e com os resultados obtidos por movimentos que, fundamentalmente, tinham como meta uma transformação radical da sociedade. Não é fácil, por outro lado, avaliar se – examinando apenas os partidos socialistas, que já constituíam naqueles anos uma força política real – suas concepções estratégicas podem nos aparecer como coerentemente realizáveis. O problema é precisamente o de mergulhar naquela realidade para compreender as possibilidades de ação existentes em relação com as diversas estratégias. No caso da concepção “ortodoxa”, tal como foi formulada e desenvolvida no que pode ser considerado como o partido-guia da Segunda Internacional, a social-democracia alemã, deve-se dizer que uma sua avaliação encontra imediatamente um obstáculo no fato de que, segundo a hipótese por ela formulada, a luta pelo poder só poderia ser empreendida caso se apresentasse uma situação objetivamente revolucionária; e, como se sabe, tal situação apresentou-se apenas nos anos na Primeira Guerra Mundial, quando o partido já estava profundamente dilacerado, e apenas uma de suas frações, a USPD (o Partido Social-Democrata Independente), mantinha-se fiel à velha concepção.

Se limitarmos o espaço de tempo examinado ao período em que se verificou o florescimento da Segunda Internacional (e, com efeito, com a Revolução de Outubro, criou-se uma situação inteiramente nova e imprevisível), tampouco é fácil formular um juízo sobre a estratégia revisionista. A democratização da sociedade capitalista, prevista por Bernstein, não se verificou, embora em alguns países (Itália, Áustria, Hungria, Suécia) tenham ocorrido melhoramentos e embora,

sobretudo, tenha se verificado a introdução do sufrágio universal. Mas, em geral, no campo das grandes reformas sociais, deve-se notar uma paralisia profunda; e, em países como a França e a Alemanha, até mesmo casos de regressão. Ao contrário das previsões dos revisionistas, e talvez confirmando as de seus adversários, os contrastes de classe – depois dos anos situados entre os dois séculos – não se atenuaram absolutamente, mas freqüentemente se aguçaram, não tendo se verificado o aumento dos salários reais e do padrão de vida dos operários, previsto por Bernstein. Além disso, contra as indicações revisionistas, a economia capitalista certamente não conheceu um desenvolvimento mais harmonioso, ao mesmo tempo em que as relações internacionais assistiram ao crescimento dos mais violentos contrastes, até a dramática crise do verão de 1914.

Considerando o fato de que, para a realização da visão estratégica dos revisionistas, assim como para a da esquerda social-democrata ou para a dos sindicalistas revolucionários, faltaram as premissas elementares, e de que essas correntes não conseguiram obter um vasto apoio nos partidos e nos movimentos operários da época, pode-se concluir que suas concepções não eram adequadas às condições existentes. Mas o juízo, certamente bastante complexo, torna-se ainda mais difícil se realizarmos uma comparação com as posições dos marxistas ortodoxos.

A estratégia e a ideologia do SPD são freqüentemente acusadas de ter reduzido à impotência o mais forte partido alemão, através de um gradualismo reformista, de uma visão determinista da revolução, da passividade política e do imobilismo. São críticas dirigidas àquele partido já no curso do *Bernsteindebatte* e da chamada “crise do marxismo”, nos albores do século XX. Por outro lado, não se pode negligenciar o fato de que os adversários do SPD não julgavam de modo algum esse partido como sendo impotente; tanto é assim que – para usar as palavras pronunciadas em maio de 1914 por um ativista da ala esquerda do Zentrum, o partido católico alemão – “o problema mais grave que deve ser resolvido na política interna do Reich é a destruição da grande força que é o SPD”.

Indubitavelmente, havia uma enorme desproporção entre a força do SPD – tal como resultava do número dos seus inscritos, da potência de suas organizações, da amplitude do seu eleitorado – e a influência real exercida por esse partido na vida política, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. O próprio Kautsky parece ter tomado consciência dessa desproporção – objeto de uma aspera crítica da esquerda, assim como da direita social-democrata –, chegando a indagar, no fim de 1913, num artigo para a *Leipziger Volkszeitung*, no qual tentava

fazer um balanço da atividade do Partido, se era necessário buscar novos métodos capazes de assegurar melhores resultados para a classe operária.

Com frequência, referindo-se aos eventos de agosto de 1914 e à atitude adotada naquele momento crucial pelo SPD, é difícil escapar a um juízo negativo. Todavia, é preciso reconhecer que, se por um lado emergiram então claramente tendências oportunistas e nacionalistas, há muito latentes, mas ocultas sobretudo por uma fraseologia revolucionária, verificou-se naquela ocasião, por outro lado, uma virada indubitavelmente decisiva na atitude das massas social-democratas. Só uma análise muito detalhada e aprofundada da vida daquele Partido poderia dar uma solução para esse dilema; certamente, com o passar dos anos, desenvolveu-se um processo gradual, frequentemente inconsciente, de integração de largos estratos da classe operária e de membros da social-democracia nas estruturas existentes. Para isso concorreram poderosos fatores de caráter geral, aos quais o movimento operário socialista – em seu conjunto – não soube reagir com suficiente vigor e eficiência; e nisso fracassaram os marxistas ortodoxos, que – por suas posições e sua autoridade – arcavam com a maior responsabilidade; mas fracassaram também aquelas correntes que desenvolveram estratégias alternativas, as quais se revelaram inadequadas para promover um movimento revolucionário de massa no Ocidente.

IRING FETSCHER

Bernstein e o desafio à ortodoxia

Nos anos em que vigoraram as chamadas “leis anti-socialistas”¹, as atividades legais dos social-democratas no Império Alemão limitavam-se à propaganda eleitoral para a renovação do Reichstag e dos Landstag. Revistas e periódicos eram proibidos; as casas editoras do Partido não podiam funcionar no território do Reich. Reuniões de (ex-)militantes do Partido só eram possíveis se disfarçadas (em sociedades esportivas, clubes de xadrez, etc.); com frequência, pequenos restaurantes – de propriedade de militantes – serviam de local para en-

1. Em 21 de outubro de 1878, entrou em vigor a “lei contra as posições socialmente perigosas da social-democracia”; até novembro do mesmo ano haviam sido proibidos: 153 círculos, 40 periódicos e 213 publicações não periódicas. O livro de A. BEBEL, *A mulher e o socialismo* (1879) – com uma capa falsa – conheceu oito edições, embora fosse proibida sua distribuição durante as leis anti-socialistas. Em 4 de maio de 1880, a lei foi prorrogada até setembro de 1884. Em 12 de maio de 1884, foi novamente prorrogada por dois anos, o mesmo sucedendo em 21 de março de 1886 e em 17 de fevereiro de 1888, até que foi revogada em 25 de janeiro de 1890, porque inclusive os conservadores – para os quais o projeto de lei não era suficientemente amplo – votaram contra. O balanço dos doze anos em que a atividade do Partido fora proibida eleva-se a 155 periódicos e 1.200 textos impressos não periódicos proibidos, 900 expulsões, condenações a mais de mil anos de prisão para 1.500 pessoas.

contros clandestinos. Somente os deputados do Reichstag e do Landstag podiam, em certa medida, movimentar-se livremente; mas também eles estavam expostos a vários processos e a transitórias "suspensões". Para a formação da consciência de um estrato dirigente de social-democratas, os meios de informação mais importantes, naquele período, foram a leitura regular do *Sozialdemokrat* (editado primeiro na Suíça e depois em Londres) e alguns discursos importantes pronunciados no Reichstag, sobretudo por August Bebel.

1. A tática do Partido e a oposição dos "jovens"

A radical aversão dos ambientes oficiais pela social-democracia teve como consequência, nas fileiras operárias, uma correspondente radicalização da consciência política e uma contínua assimilação do marxismo. De qualquer modo, as esperanças alimentadas por Lassalle no sentido de uma colaboração com os representantes conservadores da velha Prússia tornaram-se irrealizáveis. Por um lado, a tática recomendada pela direção do Partido (constituída integralmente, naquele período, por membros do grupo parlamentar), em favor da estrita legalidade, teve como consequência uma total adequação às condições existentes. Embora no primeiro congresso (clandestino) do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em Wyden, perto de San Gallo, a fórmula "com todos os meios legais" tivesse sido expressamente modificada e a palavra "legal" cancelada, o mesmo congresso tinha, ao mesmo tempo, posto em evidência que a agitação promovida por Most em favor da luta armada beneficiava na prática a reação, e Most fora expulso do Partido.

O sucesso dessa tática parecia poder ser claramente deduzido do crescente percentual de eleitores da social-democracia. Apesar da legislação anti-socialista, o número de votos em favor do SPD cresceu de 437.000, em 1878, para 550.000, em 1884 (depois de um retrocesso, em 1881, para 312.000); e continuou crescendo para 763.000, em 1887, e para 1.427.000, em 1890, ano da abrogação das leis anti-socialistas. Esse crescimento foi geralmente considerado como um sucesso da social-democracia: e despertou muita admiração também fora da Alemanha. O fato de que, no período compreendido entre 1871 e 1890, a composição da população tivesse sofrido uma profunda alteração e o percentual da população urbana e industrial tivesse crescido consideravelmente talvez não tenha sido levado na devida consideração. Todavia, se se leva em conta que a população rural opunha uma relativa resistência à propaganda eleitoral socialista, já o movimento demográfico que indicamos aqui deveria ser suficiente para esclarecer o crescimento dos votos social-democratas. Em 1871, a relação entre as popu-

lações urbana e rural atribuía à primeira 36,1% e à segunda 63,9%; em 1881, a proporção era de 41,4% para 58,6%; e, em 1890, de 47 para 53%. A população de cidades com mais de 100.000 habitantes cresceu, no mesmo período, de 4,8 para 12,1%. O percentual dos empregados na agricultura e no setor florestal decresceu de 42,5%, em 1882, para 35,8%, em 1895.²

Assim, quando os sucessos da social-democracia alemã foram indicados pelo próprio Engels, em 1895, na *Introdução* ao livro de Marx sobre *As Lutas de Classe na França*, como consequência da adoção de uma tática pacífica, não houve mais motivo para duvidar de sua eficácia. Engels escreveu:

Com essa eficiente utilização do sufrágio universal, entrara em ação um novo método de luta do proletariado, que rapidamente se foi desenvolvendo. Revelou-se que as instituições do Estado, nas quais se organiza o domínio da burguesia, oferecem ainda outros instrumentos através dos quais a classe operária pode combater essas mesmas instituições estatais. Participou-se nas eleições para diferentes Dietas, conselhos municipais, juízes de paz; disputou-se com a burguesia todos os postos em cuja conquista pudesse participar uma parcela suficiente do proletariado. E ocorreu assim que a burguesia e o governo chegaram a temer muito mais a ação legal do partido operário, muito mais as vitórias eleitorais do que as resultantes de uma rebelião.³

De resto, em decorrência do desenvolvimento das técnicas militares depois de 1848, a perspectiva de uma revolta armada coroada de êxito se havia – na opinião de Engels – notavelmente reduzido.

Passou-se o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções feitas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Quando se trata de uma transformação completa das organizações sociais, nela devem participar as próprias massas; as próprias massas, em tal transformação, devem já compreender do que se trata, do porquê estão dando seu sangue e suas vidas. Foi isso que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas, para que as massas compreendam o que têm de fazer, é necessário um trabalho longo e

2. Cf. W. WOYTINSKI, *Die Welt in Zahlen*, 1969, vol. II, p. 140.

3. F. ENGELS, *Introduzione* a K. Marx, *Le lotte di classe in Francia dal 1848 a 1850*, in *Rivoluzione e reazione in Francia (1848-1850)*, aos cuidados de L. Perini, Turim, 1976, p. 403. [ed. brasileira: in Marx-Engels, *Obras Escolhidas*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, vol. I, 1980].

paciente; e esse trabalho é o que estamos fazendo agora, com um êxito que leva nossos adversários ao desespero.⁴

O “trabalho longo e paciente” de que Engels falava consistia, antes de mais nada, no esclarecimento político dos objetivos e das tarefas do movimento operário e na organização dos sindicatos e do Partido Social-Democrata.

No período em que o SPD era submetido a processos penais, as diversas tendências presentes em seu interior dificilmente podiam manifestar-se abertamente, embora emergissem ocasionalmente divergências entre os jornalistas de tendência radical, que escreviam no *Sozialdemokrat* (Georg von Vollmar e Eduard Bernstein, os futuros reformistas, apresentavam-se naquele momento como homens de esquerda), e o grupo que tinha assento no Reichstag e que controlava a direção do Partido. Mas a comum condição de excluídos não permitia que tais divergências se desenvolvessem em discussões públicas no interior de assembléias de partido. Ao contrário, poucos meses depois da queda da legislação anti-socialista (em 25 de janeiro de 1890, o Reichstag negou a sua prorrogação), já se manifestavam amplas divergências de opinião no interior do Partido. Ocasão para o confronto foi, num primeiro momento, a diferente posição a respeito da festa de 1º de maio. Enquanto numa série de cidades, industriais – sobretudo em Berlim – jornais e instâncias partidárias convidaram a suspender o trabalho e a convocar assembléias para o dia 1º de maio de 1890, com a palavra de ordem da jornada de trabalho de oito horas, o grupo parlamentar – e, em particular, August Bebel – elaborou uma tática mais prudente, solicitando uma estrita subordinação das organizações do Partido à direção central. Dessa divergência, nasceu a oposição dos chamados “jovens”, cujos principais expoentes foram Bruno Wille, Hans Müller e outros.⁵ Hans Müller julgava a vitória relativamente fácil obtida por August Bebel sobre a oposição, em numerosas assembléias de partido (em Dresden, Magdeburg e Berlim), como uma consequência do ingresso de numerosos “pequenos burgueses” no Partido; e estava convencido de que sua própria linha, mais rígida, correspondia de modo muito mais adequado às aspirações e idéias das vanguardas proletárias da velha social-democracia. No primeiro congresso do Partido depois da abrogação das leis anti-socialistas (realizado em Halle, de 12 a 18 de outubro de 1890), Bebel insistiu sobre a necessidade de manter a tá-

4. *Ibid.*, pp. 407-408.

5. Cf., a esse respeito, H. MÜLLER, *Der Klassenkampf in der deutschen Sozialdemokratie*, Zurique, 1892.

tica adotada durante o período da ilegalidade. Quanto ao papel do grupo parlamentar, ele esclareceu que a tarefa do mesmo era, por um lado, a salvaguarda das principais exigências da social-democracia, sem levar absolutamente em conta os partidos burgueses e o Estado de classe; e, por outro, a “busca de possíveis reformas, a serem obtidas no quadro da ordem social existente”. Os “jovens” foram violentamente atacados pela maioria do congresso e, em seguida, expulsos do Partido (no Congresso de Erfurt, 14-20 de outubro de 1891). No curso da polêmica contra os “literatos e estudantes de esquerda” – era assim que os dirigentes do Partido definiam os “jovens” –, Friedrich Engels deu seu apoio ao grupo parlamentar e a Bebel.

Engels formulou sua crítica, em primeiro lugar, nas *Respostas à Redação da “Sächsischer Arbeiterzeitung”* e a Paul Ernst, que sublinhara suas próprias profundas convicções marxistas na *Volksstimme* de Magdeburg. A *Sächsischer Arbeiterzeitung* expressara – “junto com Friedrich Engels” – a esperança de que, assim como outrora o ingênuo socialismo de Estado de Lassalle, também “a orientação parlamentar ávida de sucesso presente na social-democracia de hoje” pudesse cedo ser superada pelo “espírito sadio da classe operária alemã”. Quanto a isso, Engels observou:

Uma maioria de socialismo pequeno-burguês parlamentar no interior do Partido alemão me é até agora desconhecida (...). Se ainda pudessem existir dúvidas sobre o caráter das recentíssimas revoltas dos literatos e dos estudantes de nosso Partido alemão, elas teriam de desaparecer diante da imensa desfaçatez de quem buscou minha solidariedade para as acrobacias desses senhores. Todos os meus contatos com a redação expulsa consistiram no fato de que eles me enviaram, durante algumas semanas, o jornal que editavam, sem que eu o tivesse solicitado; todavia, não julguei necessário emitir a minha opinião. Agora, porém, devo fazê-lo e, ainda mais, publicamente.

No plano teórico, creio que se trate – e isso vale, em seu conjunto, também para o resto da imprensa da “Oposição” – de um marxismo convulsionado e distorcido, caracterizado, por um lado, por notáveis deformações da concepção que diziam estar defendendo, e, por outro, por uma grosseira ignorância dos eventos históricos que são decisivos em cada oportunidade; e, ainda, pela precisa consciência, tão vantajosa para os literatos alemães, da própria desmesurada superioridade. Marx previu também esse tipo de juventude quando, desde o fim dos anos 70, disse: “*tout ce que je sais, c’est que moi, je ne suis pas marxiste*”. *

Engels destaca ainda mais claramente essa debilidade teórica dos "jovens" em sua carta a Paul Ernst, na qual se detém sobretudo no significado da presença da pequena burguesia no interior do SPD e sobre o "materialismo histórico". Paul Ernst, num artigo para o *Volksstimme*, a respeito dos "Perigos do Marxismo", tinha

certamente feito sua a extravagante afirmação do metafísico Dühring, segundo a qual a história em Marx se desenvolveria de modo absolutamente automático, sem a intervenção dos homens (embora atuantes!) e segundo a qual esses homens seriam movidos pelas relações econômicas (embora elas sejam fruto da atividade deles!), como simples peças de xadrez. Um homem que é capaz de confundir a deformação da teoria marxista, feita por um seu adversário como Dühring, com essa mesma teoria, deve buscar ajuda em outro lugar.

Finalmente, no que se refere à influência pequeno-burguesa no interior do SPD, Engels pergunta:

Quem jamais contestou que a tendência pequeno-burguesa está representada não apenas no grupo parlamentar, mas também no interior do Partido em seu conjunto? Todo partido tem uma ala direita e uma ala esquerda; e o fato de que a ala direita da social-democracia seja de natureza pequeno-burguesa reside na própria natureza das coisas. Se as coisas não são mais do que isso, para que então tanta barulheira? Há anos que acertamos contas com essa velha história: mas daí até falar de uma maioria pequeno-burguesa no grupo parlamentar, ou mesmo no Partido, vai uma enorme diferença! E, se um tal perigo realmente existisse, não seria de esperar o grito de alarme desses singulares e devotos Eckart. No momento, a alegre luta proletária contra as leis anti-socialistas e o rápido desenvolvimento econômico subtraíram a essa componente pequeno-burguesa um terreno cada vez maior, uma quantidade crescente de ar e de luz, enquanto a componente proletária se desenvolve cada vez mais poderosa.⁷

Hans Müller protestou energicamente contra essa opinião de Engels, afirmando que a oposição dos "jovens" era a expressão de uma "luta de classe no interior da social-democracia", que Engels incompreensivelmente confundira com uma "revolta de literatos e de estudantes". Isso "revelava ou uma faculdade de julgamento bastante debilitada, ou uma incapacidade de captar e de julgar os eventos em sua significação profunda".⁸

7. *Ibid.*, pp. 83-84.

8. MÜLLER, *Der Klassenkampf*, cit., p. 76.

O verdadeiro motivo da discórdia entre a direção do partido e os "jovens" tornara-se, todavia, como se pôde constatar, uma questão de tática. Também nesse caso, Engels se alinhou com a direção. Em termos críticos, respondeu aos "jovens" que eles, "na prática, passam por cima de todas as condições reais da luta de partido, sem a mínima consideração; [que somente] na fantasia superam, desprezando a morte, os obstáculos que surgem"; e que, todavia, com sua conduta – caso essa "fosse transformada em realidade – seriam capazes de soterrar até mesmo o partido mais forte, apoiado por milhões de homens, sob a merecida ironia de todos os adversários".⁹

Enquanto a direção autoritária do Partido pelo grupo parlamentar e sua prudente tática legal eram assim atacadas pela ala esquerda, e essa orientação era freqüentemente entendida como consequência de uma "maioria pequeno-burguesa no grupo parlamentar", Georg von Vollmar – numa série de discursos pronunciados no Restaurante Eldorado, de Munique – alinhava-se à direita, em favor de uma maior atividade reformista do Partido. Vollmar pedia, diante da "nova situação" que se criara com a abrogação das leis anti-socialistas, uma nova tática. Embora a social-democracia deva permanecer fiel aos seus "postulados essenciais" – afirmava –, não há nada imutável no que se refere ao problema da forma que essa luta (pelo socialismo) assume em épocas diversas e aos meios que a social-democracia deve adotar, em cada oportunidade, para implementar seus esforços. Ainda que a batalha entre governo e social-democracia não tenha terminado, "fomos reconhecidos como potência beligerante e se trava contra nós um conflito regular, no qual – graças a nosso valor – estamos em condições de obter sucessos substanciais".¹⁰ Por esse motivo, a prioridade deve caber agora ao trabalho no sentido de um melhoramento concreto das condições de vida do proletariado. Vollmar acredita serem exigências imediatas: a proteção do trabalho; a obtenção de um autêntico direito de associação (ou seja, da plena liberdade de coalizão para os sindicatos); medidas legislativas contra "os trustes, cartéis e sindicatos que visam a controlar todos os ramos da produção", os quais, em mãos dos capitalistas, são apenas instrumentos de maior exploração; e, finalmente, a abolição dos impostos sobre gêneros alimentícios. Todavia, se tais ob-

9. MEW, vol. 22, p. 69.

10. G. VON VOLLMAR, *Über die nächsten Aufgaben der deutschen Sozialdemokratie*, Munique, 1890, pp. 4 e ss. Trata-se de um discurso pronunciado na assembleia do Partido, em 1º de junho de 1891.

jetivos práticos são considerados urgentes, então é necessário considerar possível, como "premissa natural",

um melhoramento das condições do povo no atual ordenamento social e estatal. Em caso contrário, com efeito, teriam razão os que definem nossa atividade, voltada para tais objetivos, como uma inútil ficção e uma perda de tempo. A essa possibilidade, que está na base de toda a nossa tática e de nossa inteira concepção do crescimento gradual da nova sociedade no interior da velha, contrapõe-se diametralmente o hábito de voltar periodicamente a formular explicações extemporâneas, que apresentam como inteiramente inútil o trabalho no sentido de objetivos imediatos.¹¹

No Congresso de Erfurt, em 1891, uma resolução rechaçou a crítica de Vollmar, confirmando a tese de Bebel segundo a qual "não há nenhuma razão para modificar a tática do Partido". Ao contrário do tratamento reservado aos "jovens", não resultou dessa condenação nenhuma medida de expulsão em relação a Vollmar. A maioria dos delegados da Baviera e toda uma série de representantes do Sul se alinharam abertamente com ele. Emergia assim, pela primeira vez, um conflito que, mais tarde, geraria a controvérsia sobre o revisionismo.

O programa formulado nesse Congresso, o *Programa de Erfurt*, desenvolve na primeira parte, de caráter teórico, as linhas fundamentais do que Kautsky apresentava como uma interpretação marxista da história, enquanto na segunda parte, mais concisa, eram apresentados os objetivos práticos imediatos. O próprio Kautsky, em seu comentário ao programa de Erfurt, sublinhou o seguinte:

No projeto (...), as frases que foram depois objeto de maior discussão são retomadas quase literalmente de *O Capital* de Marx; e a parte geral do programa é apenas uma paráfrase da passagem sobre *A Tendência Histórica da Acumulação Capitalista*, contida em *O Capital*.¹²

Atendo-se estritamente ao capítulo 24 de *O Capital*, Kautsky utiliza a crítica da economia política nele contida exclusivamente como teoria do desenvolvimento necessário do modo de produção capitalista. As poucas passagens de caráter puramente histórico de *O Capital* servem-lhe como chave para uma compreensão global. Enquanto uma adequada leitura de *O Capital*, do ponto de vista teórico, entende a

11. ID., "Vom Optimismus", ensaios publicados em *Münchener Post*, de 1º a 4 de agosto de 1891. in *Über die nächsten Aufgaben*, cit., p. 28.

12. K. KAUTSKY, *Das Erfurter Programm in seinem grundsätzlichen Teil erläutert*, Stuttgart, 1892.

crítica de Marx como uma reconstrução das leis gerais de estruturação de uma economia puramente capitalista, e reconhece ademais o caráter sobretudo impessoal e coercitivo daquilo que prescreve o comportamento tanto dos indivíduos quanto dos grupos específicos, Kautsky – e, como ele, quase toda a Segunda Internacional – orienta-se no sentido de afirmações marxianas, mal-entendidas e acolhidas como obrigatórias, acerca do presumível desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A leitura de *O Capital*, entendido como um elemento da teoria da evolução da sociedade, é favorecida pela teoria contemporânea de Darwin (e de Haeckel) sobre a evolução, à qual Kautsky e seus contemporâneos se revelam muito sensíveis. Assim como na evolução natural as raças animais se desenvolveram umas a partir das outras, e o homem seguiu-se aos macacos, do mesmo modo o capitalismo – com uma necessidade igual à fixada pelas leis naturais – será seguido pelo socialismo. Essa concepção, tanto no plano psicológico quanto no ideológico, teve efeitos particularmente vantajosos para a coesão do movimento operário e para sua certeza na vitória final. Ela representou, contudo, uma redução e uma vulgarização consideráveis da crítica da economia política empreendida por Marx. Somente nessa perspectiva é que a prevista polarização da sociedade (por um lado, um grupo cada vez mais restrito de “magnatas do capital”, e, por outro, uma multidão cada vez mais numerosa de operários fabris), assim como a teoria da pauperização absoluta dos operários, puderam assumir subseqüentemente um valor fundamental para o marxismo. A partir do momento em que Kautsky reduziu a crítica de Marx a uma “ciência materialista do desenvolvimento da sociedade”, e transformara as passagens de tema histórico de *O Capital* numa chave para a compreensão do conjunto da obra, a chamada “teoria do colapso” – assim como a “teoria da pauperização” – assumiram o valor de argumentos-chave. Portanto, não é de surpreender que tanto os críticos burgueses do marxismo quanto os apologetas do “socialismo marxista” tivessem entrado em polêmica quase exclusivamente sobre a demonstrabilidade estatística de uma pauperização absoluta e de uma conseqüente perspectiva de colapso.

Para Kautsky, na lógica imanente de desenvolvimento do capitalismo, “necessária como uma lei natural”, não havia apenas a pauperização e a proletarianização das massas, mas também a vitória final do socialismo. Por outro lado, mesmo que o proletariado, por exemplo, negligenciasse num primeiro momento suas próprias tarefas, “a produção socialista (...) seria criada em última instância pela lógica dos fatos, ainda que talvez só depois de muitos passos em falso, de erros e de

vítimas inúteis, depois de um inútil desperdício de força e de tempo. Mas a produção socialista terá de vir e virá. Sua vitória é inevitável, tão logo se torna inevitável a vitória do proletariado".¹³ Todavia, Kautsky deduz a inevitabilidade da vitória do proletariado da proletarização do povo e de sua pauperização absoluta. Embora ele mesmo, mais tarde, tenha afirmado que a "teoria da pauperização" não desempenhara nenhum papel em seu ensaio sobre o programa de Erfurt, é facilmente demonstrável, porém, que a idéia de uma pauperização absoluta (e relativa) do proletariado fazia parte efetiva das hipóteses fundamentais de sua concepção do marxismo. Embora ele afirme expressamente que "a emancipação do proletariado não seria (...) provocada pela *miséria* crescente, mas sim pelo crescente *antagonismo de classe* e pela consequente *luta de classe* do proletariado"¹⁴, expressões como "rebaixamento do proletariado até o embrutecimento mais profundo"¹⁵ e "os proletários vivem em turgúrios miseráveis e constroem palácios para seus exploradores, passam fome e preparam banquetes para esses ricos, trabalham até caírem exaustos para propiciar ao capitalista e a seus familiares os meios para matar o tempo"¹⁶, tais expressões evidenciam, de qualquer modo, como a idéia de uma miséria em crescimento (relativo) faça constantemente parte de seu sistema conceitual. Mais adiante, ele afirma: "Em seu conjunto, as condições econômicas dos proletários, através de sua luta de classe e de suas conquistas, melhoram apenas pouco e lentamente – se é mesmo que chegam a melhorar". Todavia, manifestam-se crescentemente no proletariado exigências que aumentam "muito mais rapidamente do que o aumento possível dos melhoramentos de sua situação econômica, compatíveis com os modernos meios de exploração (...). A sua 'avidez' não será satisfeita enquanto não for posto fim à sua exploração".¹⁷ Finalmente, Kautsky admite que "a simples aproximação a ela [a uma situação na qual a inteira sociedade fosse submetida à exploração de um único capitalista] já levaria os sofrimentos, os antagonismos e as contradições na sociedade a um nível tal de intolerabilidade que a sociedade se desagregaria e entraria em colapso, se não lhe fosse impressa a tempo uma outra direção de desenvolvimento".¹⁸

13. *Ibid.*, p. 181.

14. *Ibid.*, p. 28.

15. *Ibid.*, p. 190.

16. *Ibid.*, p. 158.

17. *Ibid.*, pp. 188-189.

18. *Ibid.*, p. 90.

O fato de que Engels se tenha feito co-responsável, em certa medida, pelo deslocamento de acento da teoria revolucionária – da crítica da autonomização total das estruturas sociais para uma orientação no sentido de “leis objetivas de desenvolvimento da sociedade” –, esse fato foi evidenciado por vários autores, entre os quais Karl Korsch, Erich Mathias e Hermann Bollnow. Em Engels, porém, continua a ser bastante claro, no fundo, o interesse pela emancipação da classe operária, ao passo que – para Kautsky e para todos os demais teóricos da Segunda Internacional – trata-se, em última instância, de libertar antes de mais nada as forças produtivas (a técnica industrial) dos vínculos representados pelas relações de produção capitalistas, e não de libertar os produtores associados. Nessa perspectiva, portanto, também as “leis” do modo de produção capitalista assumem uma importância diversa. Enquanto para Marx elas são, inequivocamente, apenas leis desse específico modo de produção, histórico e transitório, cuja existência depende precisamente da casualidade e da anarquia da produção, tornam-se para Kautsky “leis objetivas” que conservam sua validade inclusive além desse modo de produção, garantindo mesmo a transição ao socialismo.¹⁹

2. *A crítica burguesa a Marx e a defesa da ortodoxia marxista por Bernstein*

Kautsky afirmara que todo aquele que pretendesse considerar errados os objetivos do programa de Erfurt deveria preliminarmente demonstrar a inexatidão da teoria marxista do desenvolvimento econômico. Esse desafio já fora aceito por uma série de economistas burgueses, que se haviam empenhado numa “refutação” de Marx. Todos, sem exceção, partiam porém de uma concepção do marxismo que aceitava como válida aquela redução da crítica da economia política a

19 Devo a maioria das citações de Kautsky, Bernstein e dos críticos burgueses incluídas neste ensaio à excelente tese de A. MOHL, *Verelendung und Revolution oder das Elend der Objektivismus, zugleich ein Beitrag zur Marxrezeption in der deutschen Sozialdemokratie*, Frankfurt, 1978, não publicada. A. Mohl ressaltou, antes de mais nada, com extrema clareza, como os conceitos da crítica marxiana têm essencialmente “um caráter de denúncia”. Assim, por exemplo, o próprio termo “base social” tem em Marx um valor crítico, “na medida em que ele denuncia o fato de que as relações sociais entre os homens se fundam não em sua vontade e em sua consciência, mas na dinâmica autônoma das relações de produção dessa sociedade, criadas cegamente”. Esse conceito, em Marx, tem também uma valência histórica: com efeito, ele pressupõe que se reconheça o fato de que os homens, na medida em que constroem suas próprias relações sociais, são também capazes de modificá-las.

uma teoria da evolução inevitável do capitalismo, redução que já pode ser percebida em Kautsky. O primeiro desses críticos burgueses de Marx foi Georg Adler, que obteve a livre docência em 1878 com um trabalho sobre "os pressupostos da crítica de Marx à atual economia política".

Marx – escrevia Adler – quer demonstrar que a economia política capitalista destina-se à ruína por causa da dialética de seu próprio andamento; em outras palavras, que a economia política capitalista, tal como todas as precedentes fases econômicas, gera – no curso de seu desenvolvimento – os elementos de sua própria autodestruição, que levam a uma nova e mais elevada fase econômica.²⁰

Seguem-se algumas citações do parágrafo sétimo do capítulo 24 do Livro I de *O Capital (Tendência histórica da acumulação capitalista)*, às quais Adler acrescenta a célebre passagem do *Manifesto do Partido Comunista* que afirma:

O operário moderno, em vez de se elevar à medida que progride a indústria, cai cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O operário se torna pobre; e o pauperismo se desenvolve inclusive mais rapidamente do que a população e a riqueza. Tudo isso evidencia que a burguesia não é capaz de se conservar por mais tempo como classe dominante da sociedade e de impor à sociedade as condições de vida da própria classe como lei reguladora. Não é capaz de dominar porque não é capaz de garantir a existência de seu próprio escravo, nem mesmo no interior da sua escravidão; porque é obrigada a deixá-lo escorregar para uma situação na qual, ao invés de ser alimentada por ele, é obrigada a alimentá-lo.²¹

As objeções de Georg Adler resumem-se a uma demonstração estatística da insuficiência do processo de polarização e de pauperização "prognosticado" por Marx. Para Adler, as previsões de Marx sobre o "colapso" são apenas "quimeras", "proclamadas naquela época por Marx, com a mesma arrogante certeza com que seriam proclamadas em seguida várias doutrinas teóricas privadas de qualquer fundamento sério".²² Adler alude, precisamente, à "formação de uma nova camada média", questão continuamente reproposta, até a obra de Theodor Geiger, *Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (1949), assim como à pre-

20. G. ADLER, *Die Grundlagen der Karl Marx'schen Kritik der bestehenden Volkswirtschaft, kritische und ökonomisch-literarische Studien*, Tübingen, 1878, p. 78.

21. K. MARX e F. ENGELS, *Manifesto del Partido Comunista*, ed. italiana, Turim, 1974, p. 166 [ed. brasileira : in Marx-Engels, *Obras Escolhidas*, ed. cit.].

22. ADLER, *Die Grundlagen*, cit., p. 163.

visão – que se revelou errada – sobre a concentração na agricultura. De resto, das premissas de Marx, poder-se-ia quando muito deduzir que “o capitalismo, se reinasse ilimitadamente, levaria à ruína do povo”.²³ O próprio Marx, todavia, reconheceu que é possível, no âmbito do capitalismo, adotar medidas legislativas que protejam a população trabalhadora. Um povo completamente arruinado, por outro lado, dificilmente estaria em condições de organizar um novo modo de produção através de associações operárias.

O estudioso de economia política Julius Wolf, um liberal de Zurique, que foi o orientador da tese de doutorado de Rosa Luxemburg, buscou refutar Marx de modo análogo, em seu livro *Sozialismus und kapitalistische Gesellschaft, kritische Würdigung beider als Grundlegung einer Sozialpolitik*, publicado em Stuttgart em 1892. Ele atribui aos conceitos fundamentais de *O Capital* – de modo análogo a Kautsky – o valor de uma previsão. E escreve:

O número dos empresários se torna cada vez mais exíguo; e, em proporção a isso, cresce desmesuradamente o número dos que padecem e se consomem na miséria. A inteira produção, finalmente, reúne-se nas mãos de uns poucos magnatas do capital. Agora o fruto amadureceu. Mais ainda: está bastante maduro e começa a apodrecer. O povo se ergue. Derruba os tiranos e toma em suas próprias mãos as rédeas da economia.²⁴

Segundo a concepção marxista, tal como Wolf a compreende, os operários não participam do progresso industrial, e chegam finalmente, através dos golpes desferidos pelas crises periódicas, à consciência da necessidade de uma transformação revolucionária. A progressiva pauperização e o desaparecimento das camadas médias autônomas são, para Wolf, as premissas fundamentais da convicção marxista sobre a vitória do socialismo. Wolf, com base em estatísticas sobre as rendas, os consumos, as caixas econômicas, etc., na Grã-Bretanha, chega ao seguinte resultado:

Nossa investigação abarcou todos os aspectos estatisticamente relevantes da vida sócio-econômica da comunidade, seja nas camadas superiores como nas inferiores. Em toda parte, e sem exceção alguma, foi ponto por ponto desmentido o predomínio constante de

23. *Ibid.*, p. 165 e ss.

24. J. WOLF, *Sozialismus und kapitalistische Gesellschaftsordnung, kritische Würdigung beider als Grundlegung einer Sozialpolitik*, Stuttgart, 1892, p. 132.

uma mesma tendência, o que é precisamente uma das hipóteses e das representações do socialismo.²⁵

Com isso, ele crê ter demonstrado que o capitalismo industrial, bem longe de “implicar a destruição de nossa sociedade”, chega mesmo a consolidá-la do ponto de vista econômico.²⁶

Na apresentação de seu livro, Wolf deplorava o fato de que ele tivesse sido acolhido, num primeiro momento, de modo bastante negativo; mas, já na terceira edição do *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (1911), é-lhe reconhecido que, “entre os estudiosos alemães de economia política, ele dirigiu ao sistema de Karl Marx a mais severa crítica, demonstrando a indefensabilidade da teoria da pauperização e abrindo assim o caminho para o revisionismo na social-democracia”.²⁷

Os economistas da escola histórica, que ingressaram na Associação para a Política Social – a qual propunha medidas estatais em favor dos operários –, criticaram a teoria da pauperização de uma outra perspectiva. Lujo Brentano tentou refutar a chamada “teoria do fundo de salários”, segundo a qual o aumento dos salários de um grupo de operários só seria possível, sempre, em detrimento de outros grupos, já que o total dos meios disponíveis para os salários – precisamente o fundo dos salários – é limitado na sociedade. Brentano chega à sua crítica da teoria do fundo de salários através dos trabalhos do economista von Hermann e através da observação da prática das Trade Unions inglesas, na convicção de – com tais argumentos – poder combater “o elemento básico de todas as doutrinas socialistas revolucionárias”. Se os operários se organizarem – essa é sua tese –, “uma lei salarial férrea está fora de discussão”.²⁸ O que interessa, na polêmica de Brentano, é que ele não busca somente refutar (supostas) afirmações teóricas dos marxistas, mas ao mesmo tempo manifestar também sua própria concordância com a política prática da social-democracia. Comentando um discurso de Bebel, Brentano afirma:

Um partido que, com os meios que adota, garante ater-se exclusivamente aos fundamentos da ordem existente é um partido reformista; e cessou de fato de ser revolucionário. Ou, então, não sabe e não quer saber o que faz e o que diz. É evidente que eu saúdo com alegria a modificação assim produzida.²⁹

25. *Ibid.*, p. 181.

26. *Ibid.*, p. 210.

27. Vol. 8, p. 930.

28. L. BRENTANO, *Meine Polemik mit Karl Marx. Zugleich ein Beitrag zum Fortschritt der Arbeiterklasse und seiner Ursachen*, Berlim, 1890, p. 7.

29. *Ibid.*

Também as teses de Heinrich Herkner, um aluno de Lujo Brentano, foram acolhidas pela social-democracia como um desafio crítico, embora ele pretendesse atingir – como primeiro objetivo – o manchesterianismo liberal. Herkner era defensor de enérgicas reformas sociais, convencido de que “uma maior participação da classe trabalhadora na renda líquida da produção nacional não só não frearia a produção em seu ulterior desenvolvimento, mas a teria mesmo consideravelmente aumentado”.³⁰ Numa economia completamente livre, com efeito, desenvolve-se um desequilíbrio em constante aumento entre as rendas das massas e a produtividade do trabalho. De qualquer modo, seria claramente possível eliminar esse desequilíbrio através de reformas sociais e políticas. Herkner propõe, como reformas adequadas, uma legislação que tutele os trabalhadores; seguros contra os acidentes de trabalho; impostos progressivos; estatizações no campo das comunicações, dos seguros e do crédito; um programa social de habitação; e a promoção de cooperativas de consumo e de produção pela própria classe operária. Reformas desse tipo – diz em tom de advertência, dirigindo-se às classes dominantes – oferecem “a melhor garantia contra a difusão de partidos social-revolucionários violentos”.³¹

Ao contrário de Herkner, Gerhart von Schulze-Gävernitz, um outro discípulo de Brentano, está convencido de que – como o demonstra o exemplo inglês – o desenvolvimento da produção industrial capitalista leva por si mesmo ao crescimento do nível de vida das massas. A grande indústria – é sua tese – não determina apenas um progresso técnico, mas também um melhoramento da condição operária. Assim, por exemplo, apesar de uma queda do salário por peças, devida a um maior rendimento das máquinas, disso poderia, de todo modo, resultar um pagamento semanal mais alto para os operários. A concepção da “lei de bronze dos salários” (habitualmente confundida com a lei dos salários de Marx) estaria baseada numa extrapolação, falsa do ponto de vista científico, das relações pré-capitalistas.

A consequência social do desenvolvimento descrito é uma peregrinação dos contrastes entre as rendas. Longe dos ricos se tornarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, é exatamente o fenômeno oposto que se manifesta, como foi estatisticamente provado no caso da Inglaterra”.³²

30. H. HERKNER, *Die soziale Reform als Gehot des wirtschaftlichen Fortschritt*, Leipzig, 1891, p. 14.

31. *Ibid.*, p. 93.

32. G. VON SCHULZE-GÄVERNITZ, *Der Grossbetrieb, ein wirtschaftlicher und sozialer Fortschritt*, Leipzig, 1892, p. 225.

Numa série de artigos publicados em *Neue Zeit*, Eduard Bernstein se propôs refutar as argumentações dos "socialistas de cátedra" da escola de Lujo Brentano. Contra Herkner, objetou que não há nenhuma prova em defesa de sua afirmação de que os pobres não se tornem cada vez mais pobres: as reformas de política social não passariam de paliativos e, de resto, a evolução verificada no interior do grupo dos "socialistas de cátedra" teria revelado que eles não estavam certos sequer do fato que afirmavam, tanto que talvez um dia chegassem a reconhecer a necessidade da expropriação dos expropriadores. Contra Julius Wolf, por sua vez, Bernstein afirma que a crescente importação de gêneros alimentícios na Inglaterra não provaria um aumento do nível de vida das massas. O aumento do consumo deve ser ligado, pelo contrário, ao "número crescente dos que, na Inglaterra, juntamente com o seu séquito, devoram patrimônios constituídos na Índia e nas colônias inglesas anexas".³³ Maiores dificuldades encontra Bernstein diante da refutação da "lei de bronze dos salários" feita por Brentano. Ele indicara tal lei como indiscutivelmente válida para uma determinada época histórica: não ainda operante quando os usos e costumes pré-capitalistas estabeleciam uma certa renda mínima, deixou de operar a partir do momento em que os sindicatos (e as intervenções estatais) eliminaram a livre concorrência entre os trabalhadores. Assim, como período de "validade da lei de bronze dos salários", permanece apenas a fase de transição, relativamente breve, durante a qual as normas mais antigas do direito consuetudinário já não estão mais em vigor e os operários ainda não alcançaram o direito de coalizão. Brentano, ademais, critica a própria social-democracia que, no Congresso de Halle, renunciou indiscriminadamente à "lei de bronze dos salários". Em países sem liberdade de coalizão e sem uma normativa tradicional para os salários, essa lei continua a operar.

A réplica Bernstein resume-se à tese segundo a qual, nas condições da concorrência individual, o salário operário situa-se abaixo inclusive do valor da mercadoria-trabalho, e, portanto, tem lugar uma pauperização absoluta. Tão-somente com as contramedidas dos sindicatos é que essa pauperização extrema pode ser impedida. Em outras palavras: a luta sindical, de modo geral, pode no máximo fazer com que o nível salarial expresse o valor da mercadoria-trabalho. Em épocas de crise, porém, com o crescimento do número de desempregados – em consequência da maior pressão exercida sobre o mercado de

33 E. BERNSTEIN, "Der neueste Vernichter des Sozialismus", in *Neue Zeit*, XI, 1893, vol. I, p. 539.

trabalho pelos que não têm emprego –, até mesmo esse objetivo não é alcançado. Tudo isso faz com que só exista “uma única possibilidade para a libertação definitiva da classe operária: a socialização dos meios de produção, o controle social da produção”.³⁴

Em sua análise da obra de Schulze-Gavernitz sobre a grande empresa, Bernstein utiliza como argumento central – mais uma vez – uma crítica das estatísticas contidas na obra. Depois de ter apresentado suas dúvidas sobre a exatidão das cifras relativas ao nível nominal dos salários, observa que Spinner e Weber tomam em consideração apenas uma fração dos operários empregados na indústria têxtil, que goza de uma “posição aristocrática particular”; finalmente, contesta a possibilidade de generalizar a observação de Schulze-Gavernitz sobre as consequências vantajosas que a introdução da grande indústria implica para os operários. O que surpreende, antes de mais nada, é que Bernstein aborda os argumentos de Schulze-Gavernitz sem nenhuma reserva:

Estamos dispostos a concordar em que, se a demonstração do Sr. von Schulze-Gavernitz é justa, se ele conseguiu provar, em primeiro lugar, que a condição dos operários na indústria têxtil inglesa, onde domina a grande empresa, é, não digamos esplêndida, mas simplesmente capaz de satisfazer de modo adequado exigências razoáveis, e, em segundo lugar, que a grande indústria, em seu desenvolvimento, deverá levar, sempre e em toda parte, na base do atual ordenamento social, ao mesmo resultado, então o socialismo está derrotado em sua essência.³⁵

3. A revisão do marxismo em Bernstein

Embora Bernstein, entre 1891 e 1893, tivesse se dedicado com notável energia a rebater as teses dos críticos burgueses de Marx, já então (como posteriormente ele registraria em suas notas autobiográficas, *Entwicklungsgang eines Sozialisten*) surgiram nele dúvidas sobre a exatidão absoluta de suas respostas. Mesmo tendo conseguido demonstrar a presença de erros de detalhe nesses autores, “já então não se me escondia o fato de que, com isso, as objeções por eles levantadas nos referidos escritos ainda não tinham sido inteiramente afastadas. Ainda que intimamente me defendesse contra tais dúvidas, elas começaram a

34. ID., “Zur Frage des ehernen Lohngezetzes”, *ivi*, IX, 1891, vol. 1, p. 605.

35. ID., “Technisch-ökonomischer und sozial-ökonomischer Fortschritt”, *ivi*, IX, 1893, vol. 1, p. 785.

me assaltar, envolvendo princípios que, até aquele momento, tinha considerado como irrefutáveis; e os anos seguintes foram férteis no fortalecimento ulterior dessas dúvidas".³⁶ No mais importante escrito do revisionismo teórico, por outro lado, há já uma espécie de reabilitação de Schulze-Gävernitz e dos demais autores da escola de Brentano:

A unilateralidade com que Schulze-Gävernitz descreveu a evolução histórica da Inglaterra moderna – que, na época, eu certamente refutei com bastante energia – não o impediu, tanto no já citado *Zum sozialen Frieden* quanto na monografia *Der Grossbetrieber. Ein Wirtschaftlicher und sozialer Fortschritt*, de constatar uma série de fatos de enorme valor para o conhecimento do desenvolvimento econômico contemporâneo; e, bem longe de ver nisso um motivo de objeção, reconheço prazerosamente a Schulze-Gävernitz e a outros economistas da escola de Brentano (Herkner, Sinzheimer) o mérito de terem chamado a atenção para muitos fatos que, antes, eu não havia absolutamente avaliado ou só o fizera insuficientemente. Não me envergonho inclusive de admitir ter aprendido algo com o livro *Sozialismus und sozialistische Gesellschaftsordnung*, de Julius Wolf.³⁷

Ao contrário de Georg von Vollmar, Bernstein não era um especialista em luta cotidiana, mas sim uma mentalidade teórica. Já Engels elogiara sobretudo o seu realismo, sublinhando o valor dele em contraste com o pedantismo do intelectual Karl Kautsky.³⁸ O elogio de Engels e o fato de que esse o houvesse designado para ser seu executor testamentário emprestaram às palavras de Bernstein, no interior do Partido, um peso inteiramente diverso do obtido pelos discursos de Vollmar. Por isso, quando Bernstein, em 1896 – um ano depois da morte de Engels –, começou a publicar, em *Neue Zeit*, uma série de artigos sobre os *Problemas do Socialismo*, colocando em discussão todas as premissas teóricas do marxismo de então, o fato não pôde deixar de provocar sensação. Mais tarde, em 1899, esses artigos – ampliados e reelaborados – foram publicados em livro, sob o título *Os pressupostos de socialismo e as tarefas da social-democracia*. Bernstein fora impulsionado por uma dupla motivação. Por um lado, pretendia superar a

36. ID., "Entwicklung eines Sozialisten", in *Die Volkswirtschaftslehre in Selbstdarstellungen*, aos cuidados de F. Meiner, Leipzig, 1924, p. 21.

37. ID., *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* [ed. brasileira: *Socialismo Evolucionário*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964].

38. Bernstein, então, fazia parte do grupo dirigente marxista do movimento operário alemão. Engels, em sua correspondência com Bebel, sublinhou repetidamente (cf. as cartas de 25 de agosto de 1881 e de 20-23 de janeiro de 1886) a superioridade de Bernstein sobre Kautsky, ressaltando particularmente a sua competência em matéria econômica.

defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a práxis (reformista) do SPD; por outro, queria rever as teses do marxismo, abaladas pelas críticas burguesas a Marx, e não mais válidas – era essa sua convicção – no plano empírico. Ao mesmo tempo, Bernstein não duvidava de modo algum que, assim fazendo, mantinha-se fiel ao espírito de Marx e Engels, e conservava o “caráter científico” do socialismo marxista, que os seus críticos, ao contrário, atendo-se dogmaticamente a teses superadas no plano empírico, abandonavam na prática.

Bernstein – não sem razão – tinha a impressão de que “a teoria marxista”, tal como era concebida e divulgada pelo SPD, contribuía apenas em escassa medida para orientar o trabalho político cotidiano e era até mesmo, com frequência, um ~~an~~pecilho. Assim, por exemplo, o partido tinha tanto um programa agrário utilizável, com o qual poderia conquistar os pequenos camponeses e os trabalhadores agrícolas, quanto princípios utilizáveis para tirar vantagens do número de votos parlamentares de que dispunha. Ao contrário, até para as mais banais decisões táticas, era necessário ater-se aos sagrados “princípios da teoria”. Assim, por exemplo, em 1903, a possibilidade de que um social-democrata assumisse o cargo de vice-presidente do Reichstag fracassou diante do fato de que os vice-presidentes tinham de se apresentar à Corte. Bernstein defendera então a oportunidade de que um social-democrata aceitasse aquele cargo e, por isso, fora violentamente criticado no Congresso de Dresden, de 1903.

Considerando ser de seu dever dar um fundamento teórico adequado à política reformista realizada de fato pela social-democracia alemã, Bernstein declarava-se completamente de acordo com as teses formuladas por Georg von Vollmar já em 1891. Ele tinha a impressão que o Partido e, sobretudo, o movimento sindical deixavam-se guiar, em seu modo de agir – secretamente e, em parte, inconscientemente –, por convicções bem diferentes das do marxismo “oficial” da direção do partido. A “solidez dos princípios” dos dirigentes – sobretudo de seu porta-voz ideológico, Kautsky – impediu, mais de uma vez, a possibilidade de aproveitar ocasiões políticas realmente existentes. Os social-democratas da Alemanha meridional, todavia, tiveram êxito nos Landtag, todas as vezes que se libertaram do respeito pelos “sagrados princípios” e se empenharam em ações comuns com as forças liberais no Parlamento, contra os conservadores e os clericais. Por exemplo: graças ao seu voto favorável ao orçamento do Land, eles puderam obter uma série de importantes concessões para seus próprios eleitores, e valer-se posteriormente, durante a campanha eleitoral seguinte, desses sucessos. Embora nos congressos do SPD a maioria dos social-democratas da Baviera, do Baden e do Württemberg tivessem sido

combatidos por se terem afastado dos "princípios fundamentais", o partido não estava em condições de impedir completamente esse tipo de procedimento.³⁹ Além disso, emergia também uma carência de fundo na mediação entre teoria geral (estratégia) e tática. Desacostumada pela longa proibição da atividade política prática, a direção do partido voltou prazerosamente aos "princípios fundamentais", mesmo no caso de questões que teriam permitido um tratamento flexível. Inclusive a diferença entre as condições relativamente mais democráticas presentes nas regiões da Alemanha meridional e as existentes na Prússia não foi analisada em seu significado (ainda que restrito). Enquanto a direção do Partido transformava qualquer questão numa oportunidade para estabelecer princípios", Bernstein valeu-se ao contrário – de alguns problemas táticos como ocasião para uma revisão da teoria. Não lhe interessava modificar o modo prático de proceder que era

39. Em 1893, o SPD conseguiu ingressar no Landtag da Baviera porque Georg von Vollmar realizara a campanha eleitoral com um programa dirigido também aos camponeses. No Congresso de Frankfurt, de 1894, ele teve de se defender contra violentos ataques por causa dessa sua decisão. Eis sua resposta: "Não devemos nos apresentar de mãos vazias à população agrícola, mas temos de oferecer um autêntico apoio a seus interesses" (*Atas Congressuais*, Frankfurt, 1894, p. 146). Mas era precisamente isso que Kautsky considerava impossível, na medida em que – conforme a concepção marxista – os pequenos e médios camponeses estavam destinados a desaparecer por causa do inelutável processo de concentração. "Apresentar aos artesãos e camponeses a perspectiva de medidas através das quais suas pequenas fazendas poderiam readquirir a antiga prosperidade não significa de modo algum representar seus interesses, mas sim criar neles ilusões que não poderão jamais se realizar, e que os desviarão do verdadeiro modo de representar seus interesses" (KAUTSKY, *Il programma di Erfurt*, cit., p. 196). Em 1895, no Congresso de Breslávia, foram energeticamente recusados tanto o programa agrário de Vollmar quanto as medidas por ele invocadas em defesa da propriedade dos pequenos camponeses. Tais decisões eram então excessivamente radicais até para August Bebel, o qual, numa carta a Victor Adler, expressava assim o seu próprio ponto de vista: "As resoluções de Breslávia aumentam nosso tempo de espera em pelo menos dez anos; mas, em compensação, salvamos os princípios" (V. ADLER, *Briefwechsel mit August Bebel und Karl Kautsky*, Viena, 1954, p. 194). Nos congressos plenários do SPD, os exponents da Baviera, do Baden, de Assen e – em 1908 – do Württemberg foram asperamente criticados por terem votado a favor dos orçamentos regionais. No Baden, havia se formado uma espécie de semicoalção entre social-democratas e nacional-liberais, como defesa contra o domínio do Centro; e, na Baviera e em Assen, havia-se obtido sucessos no plano social e político. Nada disso – segundo Bebel – era suficientemente importante para que se perdessem os princípios ("o objetivo final") de vista. Depois de um insucesso eleitoral, 66 delegados da Alemanha meridional aprovaram uma resolução na qual reivindicavam para as organizações regionais a autonomia em questões táticas com relação ao conjunto do Partido e da sua direção.

próprio do seu Partido, mas somente restabelecer “a unidade entre teoria e prática”. Por outro lado, ele mesmo jamais negou o papel determinante desempenhado pela sua longa permanência na Inglaterra. Ademais, afastara-se de Engels quando esse ainda estava vivo, sobretudo no modo de avaliar a Sociedade Fabiana.

Em suas teses, Bernstein reporta-se estreitamente aos críticos burgueses de Marx, substituindo o material estatístico deles com observações feitas na Prússia e na Saxônia. Seu juízo sobre a situação conjuntural e sobre o desenvolvimento posterior previsível da sociedade capitalista pode ser assim resumido:

1) A concentração das empresas industriais não equivale a uma concentração paralela dos patrimônios. Isso é demonstrado, sobretudo, pelo crescente número de acionistas, aos quais pertencem as grandes empresas industriais. Bernstein, portanto, tira disso a seguinte dedução:

É (...) absolutamente falso considerar que o atual desenvolvimento indica uma relativa ou mesmo absoluta diminuição do *número de proprietários*. O número de proprietários aumenta não ‘mais ou menos’, mas simplesmente ‘mais’, ou seja, em *sentido absoluto e em sentido relativo*. Se a atividade e as perspectivas da social-democracia dependessem da diminuição do número de proprietários, ela poderia verdadeiramente ‘ir dormir’. Mas ocorre precisamente o inverso. *As perspectivas do socialismo dependem não da recessão, mas do incremento da riqueza social*. O socialismo (...) já sobreviveu a muitas superstições: sobrevirá também à que afirma que seu futuro depende da concentração da propriedade ou, se se quer, da absorção da mais-valia por um grupo cada vez mais restrito de mamutes capitalistas”.⁴⁰

40. BERNSTEIN, *I presupposti*, cit., p. 91. De modo análogo, expressa-se também Paul Kampffmeyer. Ele acrescenta, além do mais, a tese segundo a qual também a perda dos meios de produção pessoal pode freqüentemente se ligar a um melhoramento do bem-estar individual: “A perda dos meios de produção não é sinônimo de completa ausência de posses; a perda dos meios de produção nem sempre transforma os operários em socialistas. Aliás, a Inglaterra – quando ainda possuía um percentual de detentores de meios de produção decisivamente superior ao de hoje – era animada por sentimentos bem mais revolucionários e socialistas (...). O socialismo proletário não cresceu de modo algum em proporção à queda dos proprietários de meios de produção” (*Historisches und Theoretisches zur sozialdemokratischen Revisionsbewegung*”, in *Sozialistische Monatshefte*, VI, 1902, p. 352). Ambos os autores confundem a contraposição marxiana entre detentores dos meios de produção e operários assalariados com a que existe entre pobreza e riqueza. Somente a teoria do imperialismo forneceu uma explicação em termos marxistas para a elevação do nível de vida de uma componente dos operários da indústria nas metrópoles capitalistas.

2) As “camadas médias”, que se situam entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, não desaparecem com o incremento da industrialização, mas continuam a existir. Em certos setores da produção, chegam mesmo a aumentar. Também essa tese é documentada com base em estatísticas industriais. Embora o próprio Bernstein seja forçado a admitir que o número dos empregados cresceu nas grandes empresas em proporção maior do que nas pequenas e médias, não se pode falar, porém, de um ‘desaparecimento’ das pequenas e médias empresas”^{40A}. Outros revisionistas (David, por exemplo), insistiram sobretudo no fato de que, no âmbito da produção agrícola, não é constatável uma concentração das empresas.⁴¹

3) Através de acordos entre conjuntos industriais, trustes, etc., assim como através da ampliação do sistema creditício, a economia capitalista se torna capaz, se não mesmo de impedir as crises, pelo menos de atenuar a dureza delas.

Marx e Engels haviam partido da hipótese de “crises de superprodução” que ocorreriam de modo cíclico e que resultavam, em última instância, da contradição entre “a natureza das forças produtivas” e a das “relações de produção”. Bernstein, porém, crê que são inconsistentes, sobretudo, as referências teóricas de Marx e Engels à crise. Assim, a fórmula de Marx – segundo a qual “a causa última de todas as crises econômicas é sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas, em contraste com a propensão da produção capitalista a de-

40A. BERNSTEIN, *I presupposti*, cit., p. 100, nota. Marx, de resto, constatou o crescimento das “camadas médias” nas *Teorias da Mais-Valia*, em alguns pontos relativamente pouco conhecidos: “O que ele [Ricardo] esquece de observar é o contínuo crescimento das classes médias situadas entre os *workman*, por um lado, e os capitalistas e *landlords*, por outro, as quais se nutrem diretamente – em medida cada vez maior e em grande parte – da *Revenue*, pesam sobre a base inferior *working* e aumentam a segurança e a potência social dos dez mil que estão por cima” (MARX-ENGELS, *Opere*, vol. 35, p. 628). “O ‘profundo pensador’ Malthus não é dessa opinião. Sua maior esperança – que ele mesmo indica como *plus ou moins* utópica – é que aumente a massa da classe *moyenne* e que o proletariado (o que trabalha) passe a representar uma parcela cada vez menor da população global (embora cresça em absoluto). Na realidade, é esse o *curso* da sociedade burguesa” (*ibid.*, vol. 36, p. 58). Marx não respondeu à questão do significado assumido pelo crescimento dessa camada média para a transformação revolucionária da sociedade capitalista.

41 Cf. E. DAVID, *Sozialismus und Landwirtschaft*, 1903. David – de modo análogo a Bernstein – busca demonstrar, através de estatísticas sociais, que não há nenhuma pauperização e polarização no âmbito da agricultura, mas sim um relativo *fortalecimento da fazenda média*. Enquanto as pequenas fazendas, com menos de 5 hectares, cresceram 3,5% entre 1882 e 1895, e as médias entre 5 e 20 hectares cresceram 8%, as grandes fazendas – acima de 100 hectares – cresceram somente 0,33%.

envolver as forças produtivas a um grau que põe como seu único limite a capacidade de consumo absoluta da sociedade” – continha uma hipótese que pouco se diferenciava da de Rodbertus. Essa afirmação tem certamente sua origem no Livro III de *O Capital*, iniciado já em 1864-1865, ou seja, cerca de quatorze anos antes do Livro II. Marx, portanto, definiu a função de renovação da cota de capital fixo como causa de crises, convencido de que a crise “constitui sempre o ponto de partida para reinvestimentos em vasta escala, e, portanto – do ponto de vista da sociedade em seu conjunto –, ‘uma base material mais ou menos nova para o próximo ciclo de rotação’”.⁴²

A necessidade de renovar as cotas de capital fixo, todavia, não se faz sentir ao mesmo tempo em todos os ramos da produção, e, de resto, pode ser modificada graças ao desenvolvimento tecnológico. Marx não se ateve à sua hipótese sobre a necessidade de uma tal renovação a intervalos cada vez mais breves. De qualquer modo, ele considerou possível que, entre 1847 e 1867, o ciclo quase decenal “tenha assumido os traços de uma alternância, de caráter mais crônico, e distribuído nos diversos países em tempos diferentes, de períodos de recuperação relativamente breves e pouco marcados, por um lado, e, por outro, de períodos de depressão relativamente longos e sem solução”. Dessa hipótese de Marx, Bernstein deduz, por sua vez, que – em decorrência do melhoramento do sistema de comunicação (o telégrafo) – as consequências negativas de crises circunscritas localmente podem ser neutralizadas melhor, e, sobretudo, que as crises de especulação podem ser evitadas ou, pelo menos, contidas. Ou seja: quanto mais progride o sistema de informações, tanto menor é o perigo de uma especulação selvagem, que tem um papel tão negativo sobretudo nos países e nos ramos da produção que se abriram há pouco tempo à penetração do capitalismo.⁴³

À crítica de Rosa Luxemburg, segundo a qual o sistema creditício seria exclusivamente um meio de aguçamento das futuras crises, Bernstein objeta que já Marx havia observado que o crédito pode também ter efeitos positivos; as cooperativas operárias, por exemplo, são consideradas como um produto do sistema de crédito. Ninguém até agora forneceu uma prova empírica em apoio das afirmações de Marx e de Rosa Luxemburg, segundo as quais o crédito aumentaria a contradição entre relações de propriedade e de produção. Ademais, quando Rosa afirma que as crises existentes até então não foram ainda de

42. BERNSTEIN, *I presupposti*, cit., p. 113-115.

43. *Ibid.*, p. 117-118.

modo algum as que Marx diagnosticara – as quais, aliás, só emergem quando do completo desenvolvimento do mercado mundial –, essa afirmação é contraditada pela precisa descrição feita pelo próprio Marx acerca dos mecanismos de crise. O esquema da crise em Marx, ou para Marx, “não era uma imagem do futuro, mas um quadro do presente”. Marx esperava apenas um crescente aguçamento de tais crises: e é precisamente sobre isso que Bernstein o contradiz.

De resto, ainda não está claro quando poderá se realizar o “mercado mundial” de que fala Rosa Luxemburg. Como se sabe, o seu desenvolvimento intensivo tem um papel bem mais destacado do que o extensivo (nos territórios de além-mar). Assim, o valor das exportações inglesas

para os dois setores coloniais em conjunto [América e Ásia] (...) não alcança nem mesmo o valor de suas exportações para a Alemanha. O seu comércio exterior com todas as suas colônias (...) não representa nem um terço de seu comércio com o resto do mundo.⁴⁴

Difícilmente, portanto, pode-se prever quando será alcançada a formação do mercado mundial, indicada por Rosa Luxemburg como momento em que está destinada a se verificar a previsão marxiana da crise.

Bernstein vê no papel das associações empresariais, dos cartéis, dos trustes, um meio para evitar as crises de superprodução. De resto, ele desmente a afirmação de Rosa Luxemburg segundo a qual tais associações podem abarcar unicamente ramos individuais da produção, em contraposição a outros ramos, sem jamais se tornarem “gerais”. Com efeito, é certamente do interesse comum de todos os empresários evitar as crises. Por outro lado, Bernstein não esconde absolutamente que tais acordos produzem efeitos negativos, sobretudo se são acompanhados por tarifas protecionistas e por exportações subsidiadas. De qualquer modo, não se deve fechar os olhos diante da evidência de que, por esse meio, torna-se possível atuar sobre o mecanismo da crise.

Jamais me veio à cabeça afirmar que os cartéis, etc., sejam a última palavra em termos de desenvolvimento econômico, e que eles sejam capazes de eliminar definitivamente os antagonismos da realidade econômica moderna. Aliás, estou convencido de que, onde os cartéis e trustes, nas nações industriais modernas, forem sustentados e fortalecidos por tarifas protecionistas, eles se destinam efetivamente a se transformar em *fatores de crise* para a indústria onde nasçam – e,

44 *Ibid.*, p. 123.

se não imediatamente, de qualquer modo também no final das contas para o país 'protegido'. Trata-se apenas de saber até que ponto os respectivos povos suportarão esse tipo de economia.

Ao contrário do protecionismo, que é "uma intrusão do poder político na economia visando a efeitos econômicos"⁴⁵, as associações industriais representam um autêntico meio econômico. Negar as vantagens de uma tal organização, quando comparada à "concorrência anárquica", significa não querer ver as vantagens da limitação da produção espontânea "em períodos de saturação do mercado" em relação a fenômenos geradores de crise.

Apesar de suas teses, Bernstein mascara muito pouco o capitalismo moderno. É o que se pode deduzir de um trecho do mesmo capítulo de onde foram extraídas as anteriores citações, na qual se resume sua concepção da tendência estrutural do capitalismo no sentido da crise:

Portanto, o que se pode estabelecer é o seguinte: que a capacidade produtiva na sociedade moderna é muito mais forte do que a demanda efetiva de produtos, a qual é condicionada pela capacidade de compra; que milhões de pessoas vivem em habitações insatisfatórias, alimentam-se e se vestem de modo insuficiente, embora existam meios em abundância capazes de lhes assegurar casa, alimentação e vestuário em medida satisfatória; que, com base nesse desequilíbrio, intaura-se nos diversos ramos produtivos uma superprodução crônica (...); que disso resulta uma grande irregularidade no emprego dos operários, o que torna a situação deles extremamente precária, mantendo-os num estado de *permanente e degradante dependência*; e que isso gera, *por um lado, trabalho excedente, e, por outro, desemprego*; finalmente, que – entre todos os meios atualmente empregados para reagir ao aguçamento extremo desse mal – os cartéis das empresas capitalistas representam, por um lado, em relação aos operários, e, por outro, em relação ao grande público, formas de associação monopolista que tendem a travar batalha, em detrimento dos operários e do público, com associações monopolistas análogas de outros ramos industriais ou de outros países, ou a adequar arbitrariamente, mediante acordos respectivamente interindustriais e internacionais, tanto a produção quanto os preços aos seus interesses de lucro. Virtualmente, o antídoto capitalista contra as crises traz consigo *os germes de uma nova e mais grave servidão* da classe operária e, ao mesmo tempo, de privilégios de produção que representam uma forma potenciada dos antigos privilégios corporativos".⁴⁶

45. *Ibid.*, p. 128.

46. *Ibid.*, p. 129-130.

Bernstein, portanto, não afirma absolutamente que a moderna economia capitalista possa, com a ajuda de créditos e de associações industriais, libertar-se das crises ou mesmo garantir o bem-estar para todos; ele simplesmente observa que o mecanismo das crises no capitalismo concorrencial clássico não é mais inteiramente operante, e que, portanto, não cabe falar de um aguçamento das crises cíclicas.

A crítica contra as “previsões” do marxismo contemporâneo, seguem-se – no último capítulo do livro – as teses de Bernstein sobre *As tarefas e as possibilidades da social-democracia*; e, a uma reexposição de sua crítica à chamada “teoria do colapso”, seguem-se suas reflexões sobre as cooperativas econômicas e, sobretudo, sobre *Democracia e socialismo*. Bernstein coloca a democracia e a ética (e não um processo histórico) na base do socialismo, sublinhando o desequilíbrio existente entre democracia política e vida econômica. Enquanto – pelo menos nas democracias ocidentais – todos os adultos (do sexo masculino) gozam no plano político de iguais direitos enquanto cidadãos, a condição da maioria é ainda uma condição de dependência na vida econômica. Níveis de vida inadequados, incerteza quanto ao emprego, ameaçam a equiparação – simplesmente legítima – de todos. O único caminho lógico para o socialismo passa, portanto, pela edificação da democracia.

“A democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo. É verdade que não pode fazer milagres. Não pode, num país como a Suíça, onde o proletariado industrial representa a minoria da população (...), atribuir a esse proletariado o poder político. Tampouco pode, num país como a Inglaterra, onde o proletariado é de longe a classe mais numerosa da população, fazer desse proletariado o dono da indústria, se o próprio proletariado, em parte, não revela o menor desejo de tornar-se tal, e, em parte, não se sente ou não se sente ainda maduro para as tarefas que se ligam a essa condição. Mas, na Inglaterra e na Suíça, na França e nos Estados Unidos, nos países escandinavos, etc., ela demonstrou ser *uma poderosa alavanca do progresso social*.⁴⁷”

A tese de Bernstein conhece, porém, um desenvolvimento ulterior: “O princípio da democracia é a supressão do domínio de classe”, embora isso “não signifique de *fato* a supressão das classes”. A social-democracia deve colocar-se, sem reticências, “no terreno do su-

47. *Ibid.*, pp. 185-186.

frágio universal e da democracia". A transição da sociedade capitalista para a socialista (não da ditadura burguesa para a proletária) deve ocorrer gradualmente, utilizando a democracia.

A social-democracia não quer destruir essa sociedade ou proletarizar a inteira massa dos seus membros; ao contrário, ela atua incessantemente para elevar o trabalhador da condição social de proletário aquela de cidadão, e, portanto, para *generalizar* o sistema civil [Burgertum] ou a *condição de cidadão* [Burgersein]. Ela não visa a substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista.⁴⁸

Embora o liberalismo tenha sido originariamente um movimento burguês e capitalista, o socialismo pode ligar-se positivamente a ele e considerar-se seu herdeiro. Assim, por exemplo, o fato de se ter estabelecido um horário máximo de trabalho não seria mais do que um aperfeiçoamento da abolição da escravidão ou da servidão da gleba. "Na realidade, não existe idéia liberal que não pertença também ao patrimônio de idéias do socialismo". Bernstein indica uma base para a construção da democracia no terreno econômico tanto nos sindicatos quanto nas "comissões de arbitragem industriais, câmaras de trabalho e outras instituições análogas, nas quais o autogoverno democrático, ainda que freqüentemente de modo imperfeito, assumiu aspectos concretos".⁴⁹ A responsabilidade individual da pessoa humana – um velho ideal dos liberais – poderá tornar-se realidade para a maioria da população trabalhadora tão-somente por meio do socialismo. Ela pode tornar-se realidade somente por meio da organização. Assim, por exemplo, alguns sindicatos já poderiam hoje "garantir aos seus membros um seguro direito ao trabalho"⁵⁰, enquanto as organizações de auto-defesa – como os institutos de seguro geridos pelos operários – e, sobretudo, as cooperativas de consumo e de produção representam formas mais desenvolvidas da afirmação da democracia na sociedade. "Nesse sentido, poder-se-ia mesmo definir o socialismo como um liberalismo organizador". Portanto, é importante que as organizações de-

48. *Ibid.*, pp. 187-190.

49. *Ibid.*, pp. 192-193.

50. Bernstein, sobretudo, considera que os operários organizados sindicalmente aumentam as possibilidades de consumo dos assalariados – em detrimento das margens de lucro – e que, portanto, amortecem as contradições de fundo da sociedade capitalista. A paralela e progressiva democratização da economia através da participação dos operários nas empresas representa, em sua opinião, um importante passo na direção do socialismo democrático.

sejadas pelo socialismo se distingam radicalmente das instituições feudais, na medida em que devem ser voluntárias e abertas a todos.⁵¹

Lucio Colletti resumiu e criticou o socialismo reformista e democrático de Bernstein, afirmando que “o ponto a que sua argumentação constantemente retorna (...) é, por um lado, o da ‘contradição’ existente entre *igualdade política* e *desigualdade social*; e, por outro, o da capacidade do governo parlamentar ou Estado representativo moderno de compor e resolver progressivamente, até chegar mesmo a extirpar suas raízes, os conflitos e tensões que derivam das diferenças de classe”.⁵² Colletti demonstrou, de modo convincente, que essa concepção do Estado democrático – embora esteja em contraste com a posição “sectária” – tem com ela um erro em comum. Ou seja: ambas são incapazes de “relacionar efetivamente o Estado moderno com suas bases econômicas”.⁵³ Diante dessa omissão, Colletti recorda com justeza as palavras com as quais Marx, em 1850, caracterizava a Constituição democrática francesa:

A contradição, porém, que envolve toda essa Constituição reside no fato de que as classes cuja escravidão social ela deve eternizar – proletariado, campesinato, pequena burguesia – são colocadas, por

51. BERNSTEIN, *I presupposti*, cit., p. 194.

52. L. COLLETTI, “Bernstein e il marxismo della Seconda Internazionale”, in *Ideologia e Società*, Bari, 1975, p. 139. Kautsky atribui ao trabalho nas condições do capitalismo industrial a característica de ser fonte necessária de consciência socialista e de disciplina de Partido: a cooperação e a igualdade das condições de trabalho desenvolvem nos operários “uma disciplina voluntária e prazerosa, que constitui a premissa de toda luta vitoriosa do proletariado contra a exploração da produção capitalista” (*Il programa di Erfurt*, cit., p. 159). “Quanto mais durar a produção capitalista, tanto mais poderosamente se desenvolverá a solidariedade proletária, tanto mais profundamente ela se enraizará no proletariado, tanto mais se tornará sua característica dominante (*ibid.*, p. 160). “É quase impossível eliminar a consciência de classe de uma camada proletária, uma vez que ela tenha fideado raízes. Por mais gravosamente que possam agir as tendências opressoras do modo de produção capitalista, elas podem oprimir essa camada *economicamente* e não *moralmente*” (*ibid.*, p. 163). “Cada vez mais se difunde nela [na classe operária] o sentido da coesão companheirística, típico do proletariado da grande indústria, o sentido da disciplina coletiva, da hostilidade ao capital; em suas fileiras, difunde-se também aquele inesgotável desejo de saber que é típico do proletariado” (*ibid.*, p. 163). “Já indicamos mais de uma vez como, graças à máquina, o proletariado (...) desenvolve uma atitude teórica, uma predisposição para os grandes problemas e objetivos que superam o campo dos interesses de momento” (*ibid.*, pp. 181-182). Contra a admiração pelo efeito de educação para a disciplina exercido pelas regras de fábrica – que Lênin partilhava –, já Rosa Luxemburg objetava que não se deve confundir esse ordenamento, arrancado à força pelo capitalismo, com a disciplina voluntária dos revolucionários.

53. *Ibid.*, p. 143.

meio do sufrágio universal, na posse da força política, enquanto subtrai as garantias políticas desse poder *à classe* cujo velho poder social ela sanciona. Põe a dominação política no quadro das condições democráticas, as quais facilitam a cada momento a vitória das classes inimigas e colocam em questão as próprias bases da sociedade burguesa. De umas, exige que não avancem da emancipação política até a emancipação social; da outra, que não retroceda da restauração social à restauração política.⁵⁴

A social-democracia – e, com ela, Schumpeter e J. Stratchey – interpretou essa rápida recapitulação das contradições da democracia burguesa, segundo Colletti, partindo do pressuposto de que exista precisamente um contraste entre a democracia política e o ordenamento econômico capitalista, que pode ser eliminado através da extensão do princípio democrático ao terreno da economia. De qualquer modo, haverá o reconhecimento de que, “para Marx, a contradição, que está no interior da sociedade, passa também no interior da Constituição. No sentido de que se, por um lado, ela – com o sufrágio universal – convoca *todos* à vida política (...), não pode, por outro, deixar de fazer desse interesse comum um interesse apenas *formal*, na medida em que os interesses reais ainda são particularistas ou contrapostos, por causa da divisão da sociedade em classes”.⁵⁵

Portanto, ainda que a democracia seja o terreno ideal para a explicitação da luta de classes, ela não pode – enquanto tal – permitir “a composição ou a superação dos contrastes fundamentais”.

Bernstein não se limitou a uma crítica empírica do marxismo corrente de seu tempo, mas criticou também – nos primeiros dois capítulos de seu livro – os pressupostos filosóficos do marxismo, tais como ele os concebia. A idéia fundamental de tais considerações é que Marx, seduzido pelas “insídias do método dialético hegeliano”, teria elaborado uma concepção da história que só é capaz de figurar um processo de desenvolvimento por meio do aguçamento das contradições, ou seja, de revoluções violentas. Não foi tanto uma observação realista da sociedade, mas antes a orientação para um modelo dialético de desenvolvimento, que induziu Marx e os marxistas a formularem a teoria da inelutabilidade da luta de classes e de seu aguçamento. Bernstein protesta contra essa orientação “dogmática”, em nome – por assim dizer – da ciência empírica. Porém, se o socialismo não pode mais ser deduzido (como ocorre, por exemplo, em Kautsky) do desenvolvimento da

54. MARX, *Rivoluzione e reazione*, cit., pp. 63-64.

55. COLLETTI, *Ideologia e società*, cit., pp. 146-147.

sociedade capitalista enquanto seu resultado necessário, ele deve então, enquanto objetivo político, ser refundado – é o que afirma uma outra tese de Bernstein – sobre bases morais. A social-democracia luta pelo socialismo não porque ele “deve chegar” (com uma “certeza cientificamente constatável”), mas porque *pode* chegar. Quanto a isso, Bernstein faz própria a fórmula de Friedrich Albert Lange e recomenda uma “volta a Kant”.⁵⁶

Também a teoria objetiva do valor não parece ser, para Bernstein, um elemento indispensável da doutrina socialista. Ela é, a seu ver, uma simples “construção intelectual”, um meio para a interpretação da realidade, e, portanto, pode tranquilamente coexistir com um meio de espécie inteiramente diversa: a teoria subjetiva do valor (ou teoria marginalista). O estudioso é, por assim dizer, livre para estabelecer o esquema interpretativo que considerar mais adequado num determinado caso, o esquema com o qual for capaz de atingir resultados melhores.⁵⁷

4. Para a crítica do revisionismo de Bernstein

A “revisão” do marxismo oficial do Partido realizada por Bernstein despertou na social-democracia alemã (e também em todos os marxistas da Segunda Internacional) duríssimas críticas. ⁵⁸ Kautsky e

56. Cf. BERNSTEIN, *I presupposti*, cit., p. 265: “A social-democracia precisa de um Kant, que condene de uma vez por todas o escolasticismo tradicional e o submeta ao crivo rigoroso da crítica; um Kant que mostre, ao mesmo tempo, como o seu materialismo aparente é a mais refinada e, por isso, a mais sutilmente deformante das ideologias, como o desprezo pelo ideal e a exaltação dos fatores materiais, convertidos em forças onipotentes do desenvolvimento, é uma ilusão que foi e é efetivamente negada, a cada momento, por aqueles mesmos que a proclamam”.

57. Cf. *Allerhand Werttheoretisches*, vol. III: *Vom Wesen und Wert des Wertbegriffs*.
58. Veja-se a condenação oficial no Congresso de Dresden do SPD, em 1903: “O Congresso condena do modo mais categórico os objetivos revisionistas tendentes a modificar a tática vitoriosa que experimentamos até hoje, baseada na luta de classes, com o objetivo de substituir a conquista do poder político através da vitória sobre nossos inimigos por uma política condescendente com o atual estado de coisas. A consequência de uma tal tática revisionista seria a de converter um partido que tem como objetivo a transformação mais rápida possível da atual ordem social burguesa numa ordem socialista – ou seja, um partido que é revolucionário no melhor sentido da palavra – em um partido que se contenta em reformar a sociedade burguesa” (*Atas do Congresso de Dresden*, Berlim, 1903, pp. 418 e ss.). As duas principais críticas a Bernstein provenientes da social-democracia foram a de K. KAUTSKY, *Bernstein und das sozialdemokratische Programm, Eine Antikritik*, Stuttgart, 1899 (o livro foi publicado também em francês, em italiano – traduzido por Bissolati –, em russo, etc.) e a de ROSA LUXEMBURG, *Sozialreform oder Revolution*, Leipzig, 1899 [ed. brasileira: *Reforma ou Revolução?*, Edições Elipse, São Paulo, s.d].

Rosa Luxemburg dedicaram a Bernstein numerosos artigos e livros inteiros, enquanto Lênin refere-se freqüentemente a ele em termos asperamente críticos, comparando alguns trabalhos de autores russos com o dele. Só algum tempo depois é que surgiram algumas palavras esporádicas de elogio e, na maioria dos casos, por parte de inimigos políticos do reformismo e do revisionismo. É o caso, por exemplo, de Georges Sorel, em 1908.⁵⁹ Indiretamente, contudo, também Jean Jaurès – o opositor de Sorel – apreciara as teses de Bernstein, chamando a atenção para a debilidade prática que transparecia por trás da intransigência teórica ostensiva da social-democracia alemã; e dirigira-se a seus representantes afirmando que, “por trás do rigor das formulações de vocês, rigor que o camarada Kautsky irá sempre lhes proporcionar até o fim dos seus dias, vocês escondem do proletariado alemão e internacional que são incapazes de agir”.⁶⁰

Arthur Rosenberg, em sua *História da República de Weimar*, sublinhou como – no período anterior à guerra – a social-democracia havia negligenciado imperdoavelmente quase todos os problemas de atualidade política:

O funcionário médio social-democrata jamais teve algum interesse real pelos problemas da política externa, do militarismo, da escola, da justiça, da economia em geral, e, em particular, pela questão agrária. Ele jamais pensou que chegaria o dia em que todos esses problemas se tornariam algo de importância decisiva para a social-democracia; por isso, ocupou-se apenas do que se referia, em sentido estrito, aos interesses profissionais e corporativos do operário industrial. Nesse campo, ele se demonstrou hábil e ativo, interessado – talvez mesmo em medida excessiva – somente com a questão do direito eleitoral prussiano.⁶¹

Até mesmo a direção do Partido compartilhava inteiramente da responsabilidade por essa ausência de interesse por problemas de rele-

59. Cf. GEORGES SOREL, *Réflexions sur la violence*, Paris, 1908: “É claro que Bernstein tinha mil vezes razão quando não queria deixar subsistir uma aparência revolucionária em contradição com o pensamento do Partido. Ele (...) não via (...) outro meio para manter o socialismo no terreno da realidade, se não o de suprimir tudo o que havia de enganoso no programa revolucionário em que os líderes não acreditavam. Kautsky, ao contrário, queria deixar subsistir o véu, que escondia dos olhos dos operários a verdadeira atividade do partido socialista. Por isso, ele teve muito sucesso entre os politiquês; porém, mais do que qualquer outro, ele contribuiu para aguar na Alemanha a crise do socialismo”.

60. No congresso da Internacional, em Amsterdã, de 1904.

61. A. ROSENBERG, *Geschichte der Weimarer Republik*, 1937.

vância política. Ao lado das questões contingentes de caráter político-profissional, ela conhecia exclusivamente os elevados cumes dos "princípios gerais", quase inteiramente separados da luta cotidiana. Em sua obra de maior destaque, Bernstein apresentou pelo menos considerações de fundamental importância sobre política externa, militar, municipal, sobre a questão agrária, reservando a tudo isso um espaço adequado. Ainda que possam ser discutidas a exatidão e a utilidade de suas teses, cabe-lhe pelo menos o mérito de ter dedicado a devida atenção a setores de notável importância. O verdadeiro mérito de Bernstein, de qualquer modo, consiste em sua corajosa denúncia da dicotomia existente entre os "princípios gerais" da teoria marxista então em voga, erigida em dogma, e a política do dia-a-dia, que era de fato reformista. Com efeito, grande parte das críticas apresenta o risco de condenar, juntamente com o reformismo de Bernstein, qualquer política de reformas.

A maior debilidade dos críticos de Bernstein consiste em terem partido – de modo análogo ao próprio Bernstein – de uma compreensão limitada da crítica da economia política de Marx. Eles interpretam *O Capital* como um retrato da realidade e de suas tendências de desenvolvimento iminentes. Para Kautsky, o socialismo é um produto necessário desse desenvolvimento. Essa concepção teve como consequência, por um lado, o completo desinteresse pela análise das formas do valor e pelas afirmações de fundo da crítica da economia política; e, por outro, um precoce e correto reconhecimento das notáveis modificações que se delineavam, de modo evidente, na economia e na sociedade capitalistas nos países altamente industrializados por volta do fim do século XIX. Em outras palavras: a errada interpretação de *O Capital*, superficial e empirista, retardou a compreensão das novas relações produzidas no capitalismo monopolista e no imperialismo. Soamente com as teorias de Rosa Luxemburg e de Hilferding – não sem carências teóricas – é que o tempo perdido foi recuperado. Bernstein, decerto, captara somente algumas consequências dessa modificação; mas, pelo menos, não fora obstaculizado na avaliação delas – como Kautsky – por deformações teóricas.

O autêntico significado da crítica da economia política em *O Capital*, evidenciado nos trabalhos de Korsch, Lukács, Lucio Colletti ⁶² e

62. G. LUKÁCS, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Berlin, 1923; K. KORSCH, *Die materialistische Geschichtsauffassung, eine Auseinandersetzung mit Karl Kautsky*, 1929, agora em *Die materialistische Geschichtsauffassung und andere Schriften*, Frankfurt, 1971; ID., *Karl Marx* (1936), Frankfurt, 1967; LUCIO COLLETTI, *Introduzione a Socialismo e socialdemocrazia*, Bari, 1968.

poucos outros, consiste numa adequada interpretação da teoria do valor e do capítulo sobre o fetichismo da mercadoria. O modo de produção capitalista se caracteriza pela formação em seu interior – através do concurso de produtores (e de classes) singulares e isolados no momento do trabalho – de uma conexão estrutural objetiva e necessária, que condensa mercadoria, capital, valor, dinheiro em “coisas” que se colocam como “autônomas” em relação aos indivíduos. Na realidade, porém, essas “coisas” são expressão das relações entre pessoas e entre classes. Manifesta-se nelas – de forma alienada – o caráter social da produção. Por isso, enquanto continuar a existir a relação estrutural gerada por indivíduos e grupos que produzem de modo independente e desordenado (inconsciente e espontâneo), “leis coercitivas objetivas” determinarão a vida de todos. O absurdo desse modo de produção assim representado, cujo mérito histórico foi sempre sublinhado por Marx, não reside no “empobrecimento material” de massa (embora esse se verifique em determinadas fases do desenvolvimento e, ainda hoje, na periferia da economia mundial), mas sim na completa dependência dos indivíduos (e das classes) em face das leis e das “coisas”, que formam uma “segunda natureza”, produzida por esses mesmos indivíduos e classes. Por esse motivo, ademais, o significado da revolução socialista não reside na simples superação da indigência material (ou mesmo em sua minimização), mas na emancipação em face daqueles vínculos estruturais que necessariamente resultam do sistema econômico da produção de mercadorias. As “relações objetivas”, às quais a teoria socialista deve sempre se referir, não são portanto as “leis” (leis tendenciais) do capitalismo, mas o movimento de emancipação da classe operária, que se inicia espontaneamente e se torna depois consciente do próprio objetivo e das próprias possibilidades graças à teoria marxista. Com a redescoberta das obras juvenis de Marx, o objetivo emancipatório da revolução socialista aparece de modo mais claro do que no período da Segunda Internacional. Para o próprio Marx, de qualquer modo, a referência à libertação em face de uma ordem externa que se impõe através de estruturas coercitivas anônimas (alienação) é algo determinante também nos *Grundrisse der Kritik der politische Ö-konomie* (1857-58) e em *O Capital*.

Korsch explicou a vulgarização do marxismo no período posterior a 1848, à luz do materialismo histórico partindo das condições objetivas de vida do movimento operário depois da derrota da revolução de 1848 e do fracasso da Comuna (1871)⁶³. A ligação da crítica econô-

63. Cf. KORSCH, *Die materialistische Geschichtsauffassung*, cit., pp. 126 e ss.

mica marxiana com uma teoria materialista da evolução, realizada por Kautsky (e, em parte, por Engels, em suas últimas obras), apresentava a vantagem teórica de dar ao proletariado, ainda débil e inseguro, a confiança na vitória e a consciência de si. Ademais, um marxismo dilatado em "concepção geral do mundo" podia servir para uma maior coesão dos militantes social-democratas, absolutamente não homogêneos do ponto de vista social.

Bernstein, novamente, quebra essa ligação. Apesar das críticas que merece, é um mérito dele ter sublinhado energicamente a necessidade de elevar o nível cultural e as capacidades dos operários, tornando-os capazes de uma direção concreta da produção. Seu colaborador Paul Kampffmeyer escrevia, em 1902:

A evolução dos operários, o fortalecimento da consciência de suas próprias faculdades, sua resoluta atividade, sua capacidade de dirigir a produção, essas são certamente dimensões precisas e definidas a serem adotadas no cálculo da política social (...). Não são forças econômicas inconscientes que geram a ordem societária socialista, através de fases dialéticas de modificações repentinas; são homens conscientes de seu próprio agir que dão forma a essa ordem, de acordo com um plano estabelecido.⁶⁴

Bernstein, certamente, não desconheceu o significado da democracia política para a elevação da consciência política e das capacidades organizativas da classe operária; todavia, mesmo sua excessiva valorização da democracia – devida à idealização da democracia britânica – liga-se sempre à necessidade, que ele defende energicamente, de democratizar a Constituição prussiana, assim como de transformar em sentido parlamentar o Império Alemão, como o próprio Engels sublinhara em sua crítica ao programa de Erfurt. Não massas proletárias extremamente empobrecidas, mas tão-somente operários industriais, conscientes de si, bem organizados e politicamente ativos na democracia, é que tornarão possível a afirmação do socialismo: essa é a tese dos revisionistas. Paul Kampffmeyer escreve:

A pobreza e a miséria, quando ultrapassam um determinado nível – como podemos ver até mesmo pelo aspecto exterior –, não atuam mais sobre o desempregado ou sobre quem caiu na miséria como fator revolucionário, mas sim como fator reacionário. Elas não o impelem para ações corajosas, mas o lançam num desespero profundo e numa impotência total. Não quem caiu na miséria, mas

64. KAMPFFMEYER, *Historisches und Theoretisches*, cit., pp. 347-348.

sim o operário que nutre concretamente aspirações e, na maioria dos casos, um social-democrata. Um proletariado economicamente em declínio pode render-se na luta de classes e, consciente da própria impotência, depor as armas diante da burguesia. Uma classe operária economicamente fortalecida pode ser encorajada pela sua crescente força econômica a ações cada vez mais corajosas contra a burguesia.⁶⁵

Mesmo considerando, nesse caso, que a disposição da burguesia ao compromisso é menor do que a prevista por Bernstein e Kampffmeyer, pode-se, de modo geral, aceitar como realistas as hipóteses sobre a ligação entre empobrecimento e capacidade de luta da classe operária.

A base de massa do revisionismo bernsteiniano era constituída por funcionários sindicais e por dirigentes da social-democracia da Alemanha meridional. Ela tinha força suficiente para impedir a expulsão do Partido do velho amigo de Engels, mas não para impor sua revisão teórica ao Partido. Somente o *Programa de Görlitz* do SPD (1921), em cuja redação o próprio Bernstein participou de modo decisivo, é que adotou *in totum* as concepções do revisionismo. Depois da reunificação dos socialistas majoritários com a ala direita do USPD, foi porém mais uma vez alcançado um compromisso (como em Erfurt), concretizado no *Programa de Heidelberg* (1925), no qual os princípios marxistas não constituíam tanto o fundamento das diretivas práticas, mas antes uma sua cobertura.

5. A resposta da esquerda: Rosa Luxemburg e a "Neue Linke"

De todos os críticos de Bernstein, somente Rosa Luxemburg considerou com atenção o nexo entre reformas e revolução, sublinhando o absurdo de uma rígida contraposição entre ambas. Era uma linha coerente com sua análise do desenvolvimento econômico capitalista, que a levaria a elaborar uma das primeiras interpretações do imperialismo.

Rosa Luxemburg, que em 1897 se diplomara em Zurique, sob a orientação de Julius Wolf, com uma tese sobre o desenvolvimento industrial da Polônia, empenhou-se imediatamente na luta contra o revisionismo de Bernstein. Já em 1899, logo após a publicação da obra de Bernstein sobre *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*, saía a sua resposta: *Reforma social ou revolução?* O significado do escrito de Bernstein consiste, em sua opinião, no fato de que forneceu ao oportunismo no Partido, pela primeira vez, uma base teó-

65. *Ibid.*, p. 350.

rica. Oportunistas eram, a seus olhos, o "socialismo de Estado" de Vollmar, o "socialismo agrário" da Alemanha meridional, as "propostas de compensação" de Heine (aprovação do orçamento militar em troca da concessão de direitos populares), as intervenções de Schippel em favor do protecionismo alfandegário, etc. No Congresso de Stuttgart, em outubro de 1898, todos os elementos oportunistas se haviam rapidamente agrupado sob a égide do "estandarte bernsteiniano". No prefácio, Rosa Luxemburg observa:

A corrente oportunista do Partido, que encontrou em Bernstein sua própria expressão teórica, não representa mais do que uma inconsciente aspiração a assegurar a hegemonia aos elementos pequeno-burgueses que entraram no Partido, de modelar a práxis e as finalidades do Partido de acordo com o espírito desses elementos.⁶⁶

E, na conclusão do ensaio, escreve:

A construção bernsteiniana foi a *primeira* – mas também a *última* – tentativa de dar um fundamento teórico ao oportunismo. Dizemos 'a última' porque, no sistema bernsteiniano, foram tão longe, negativamente, o renegamento do socialismo científico, e, positivamente, o ecletismo e a confusão teórica, que não resta muita coisa a acrescentar. Com o livro de Bernstein, o oportunismo levou a cabo seu próprio desenvolvimento teórico, tirando as últimas consequências.⁶⁷

Precisamente por isso, a refutação de Bernstein assume, na opinião de Rosa Luxemburg, uma importância fundamental.

Rosa Luxemburg não polemiza com Bernstein sobre o fato de que o desenvolvimento do capitalismo se tenha ou não realizado com a rapidez prevista por Marx; disso, com efeito, poderia resultar, no final das contas, apenas "um ritmo mais moderado da luta".⁶⁸ A questão consiste, no fato de que Bernstein abandona o objetivo socialista – a socialização do processo produtivo e sua gestão pelos produtores associados –, substituindo-o por um progressivo melhoramento, segundo uma concepção social-reformista, das condições de vida dos operários no âmbito da ordem social existente. Essa seria, de qualquer modo, a autêntica essência de sua revisão do marxismo. O tributo verbal que Bernstein constantemente presta à teoria de Marx e ao socialismo não deve gerar enganos a esse respeito.

66. R. LUXEMBURG, *Scritti scelti*, aos cuidados de L. Amodio, Turim, 1976, p. 65.
As citações pertencem ao livro *Reforma ou Revolução?*

67. *Ibid.*, pp. 150-151.

68. *Ibid.*, p. 69.

Rosa Luxemburg contesta a Bernstein um uso acrítico das estatísticas, que freqüentemente não expressam o que ele deduz delas. Em algumas passagens, por outro lado, ela demonstra como Bernstein capta somente de modo superficial as complexas conexões implícitas no desenvolvimento econômico. Portanto, ela pode facilmente mostrar que, embora as pequenas e médias empresas capitalistas não desapareçam efetivamente da cena, sua duração diminui porém incessantemente:

Segundo a hipótese de Marx, no processo geral de desenvolvimento capitalista, o pequeno capital assume o papel de pioneiro da revolução técnica; e isso de dois ângulos, tanto em relação a novos métodos de produção em ramos antigos e estáveis, já solidamente enraizados, quanto também em referência à criação de novos ramos produtivos, ainda não explorados pelo grande capital. É absolutamente falsa a concepção de um declínio gradual e retilíneo da média empresa capitalista.⁶⁹

A cifra das pequenas e médias empresas é periodicamente “destroçada” pela grande empresa, o que não impede, porém, que regularmente surjam empresas de pequeno e médio porte. De qualquer modo, para a criação de tais novas empresas, é necessário um capital marginal em contínuo crescimento; e, além disso, a existência dessas empresas autônomas se torna cada vez mais breve.

O que Bernstein definia como “capacidade de adaptação” do capitalismo às condições de contínuo crescimento econômico, e que se traduziria na possibilidade de evitar ou atenuar ao máximo as crises, aparece a Rosa Luxemburg, em 1908 – por ocasião da segunda edição do seu livro –, como uma tese suficientemente negada pela crise que explodira nesse meio tempo: uma crise destinada a se revelar bastante áspera, precisamente nos países com um grau de cartelização particularmente forte e desenvolvido e com um sistema creditício evoluído. Por outro lado, no que se refere ao papel positivo dos sindicatos como meio para a diminuição da taxa de lucro industrial e para o aumento da taxa salarial, Rosa Luxemburg está convencida de que os sindicatos

não estão verdadeiramente em condições de desenvolver uma política econômica agressiva em face do lucro, porque eles não são mais do que a *defesa* organizada da força-de-trabalho contra os assaltos do próprio lucro, não são mais do que a resposta da classe operária à tendência compressora da economia capitalista”.⁷⁰

69. *Ibid.*, pp. 82-83.

70. *Ibid.*, p. 119.

Portanto, os sindicatos podem simplesmente fazer com que a mercadoria-trabalho seja, pelo menos, retribuída por seu "valor", mas não podem reduzir ao mesmo tempo a taxa de lucro e a mais-valia dos empregadores; podem ajudar o proletariado a tirar vantagens, de tanto em tanto, da situação do mercado de trabalho, mas não são capazes de influir na própria conjuntura, nem menos ainda de abolir a exploração, que, quando muito, conseguirão conter dentro dos limites considerados, em cada oportunidade, como "normais". Assim, a luta sindical – segundo Rosa Luxemburg – é uma "espécie de trabalho de Sísifo", embora "sempre indispensável, se é que o trabalhador em geral deve obter aquele nível salarial que lhe cabe conjunturalmente e [se é que] a lei capitalista do salário deve ser realizada".⁷¹ Nem o cooperativismo, que é capaz quando muito de contribuir para a distribuição dos bens de consumo, nem os sindicatos podem – pensa Rosa Luxemburg – desempenhar a função que lhes é atribuída por Bernstein. Uma influência direta dos sindicatos sobre o processo produtivo, além do mais, seria prejudicial. Se os sindicatos chegassem, por exemplo, a influir sobre a técnica produtiva, tornar-se-ia evidente que, enquanto o empresário individual está interessado no melhoramento da técnica produtiva, "a posição do trabalhador isolado é exatamente inversa". Com efeito,

toda transformação técnica entra em choque com os interesses dos trabalhadores diretamente atingidos e piora a sua posição imediata, na medida em que envilece a força-de-trabalho, intensifica o ritmo de trabalho, tornando-o mais monótono e penoso. O sindicato, portanto, só pode se imiscuir no lado técnico da produção (...) do ponto de vista dos grupos singulares de trabalhadores diretamente interessados, ou seja, opondo-se às inovações. Nesse caso, todavia, ele não agiria no interesse da classe trabalhadora como um todo e de sua emancipação, que, ao contrário, adequa-se melhor ao progresso técnico, ou seja, ao interesse do capitalista singular; mas agiria num sentido reacionário".

Por outro lado, se os sindicatos quisessem determinar o volume da produção, isso se reduziria "a um cartel dos trabalhadores e dos empresários contra (...) a sociedade consumidora".⁷² Será o caso de notar, nesse ponto, como a previsão de Rosa Luxemburg tenha se revelado fundamentalmente exata no que se refere a essas questões de conduta puramente sindical, que hoje se tornaram claramente evidentes, sobretudo nos sindicatos americanos. Sindicatos que pensam no

71. *Ibid.*, p. 120.

72. *Ibid.*, pp. 86-87.

inteiro corpo social não mais se opõem hoje, em princípio, à introdução de novas tecnologias que possibilitem economizar trabalho (como, por exemplo, no caso da indústria tipográfica), mas pedem apenas disposições transitórias socialmente toleráveis para aquelas categorias de trabalhadores especializados, cuja qualificação é desvalorizada pela modernização.

Tampouco o Estado democrático – como Rosa Luxemburg replica a Bernstein – pode ser um instrumento para a transformação gradual da sociedade de capitalista em socialista: qualquer “reforma social encontra (...) seus próprios limites naturais (...) nos interesses do capital”. Konrad Schmidt, que comentara favoravelmente no *Vorwärts* as teses de Bernstein, colocava suas esperanças em “um movimento de reforma social em favor da classe operária que progrida até o infinito”, sem reconhecer, porém, que tanto o Estado quanto o movimento sindical enfrentam barreiras insuperáveis no âmbito da ordem social existente.⁷³ A própria evolução no sentido de uma limitação do direito de propriedade pelo Estado, defendida por Bernstein e por Schmidt, não pode fazer pensar em uma tendência “socialista”. Rosa Luxemburg opõe a tais afirmações a observação de que, com a passagem das funções de direção a funcionários pagos e a executivos, “o direito de propriedade capitalista chega finalmente à sua completa realização”. Com efeito,

o esquema histórico da evolução do capitalismo, tal como é descrito por Konrad Schmidt (do proprietário ao puro administrador), aparece assim como a inversão do desenvolvimento real, que, ao contrário, leva do proprietário e administrador ao simples proprietário (...). O que hoje funciona como ‘controle social’ – proteção do trabalho, vigilância sobre as sociedades anônimas, etc. – não tem na realidade nada a ver com uma participação no direito de propriedade, com uma ‘superpropriedade’. Ele não funciona como limitação da propriedade capitalista, mas, ao contrário, como sua proteção (...). Não constitui uma violação da exploração capitalista, mas uma sua normalização, uma sua regulamentação.⁷⁴

Quanto a isso, Rosa Luxemburg iria ainda mostrar, com maior precisão, *por quê* a normalização legal das relações de trabalho não pode ultrapassar limites precisos, traçados pelas relações de propriedade. Para o empresário individual, toda normativa representa na prá-

73. *Ibid.*, p. 89.

74. *Ibid.*, pp. 91-92.

tica uma limitação a seu direito de propriedade (o "*jus utendi e abutendi*"), o que, ao contrário, não ocorre para a classe enquanto totalidade, a qual aliás, tem sua posição consolidada, de fato, precisamente pela legislação social.

A tese fundamental da concepção bernsteiniana do socialismo é que "a democracia é a grande lei do processo histórico geral", em cujo âmbito se realiza o socialismo; de passagem, Rosa Luxemburg sublinha que, "entre o desenvolvimento capitalista e a democracia, não se pode construir nenhuma relação geral absoluta".⁷⁵ Depois de sua vitória sobre o feudalismo, a democracia tornou-se mesmo, sob muitos aspectos, algo supérfluo para a burguesia, um obstáculo para ela. Por um lado, colonialismo e "oceanismo", ou seja, aspiração ao predomínio sobre os mares (em 1899, Rosa Luxemburg ainda não conhece a expressão "imperialismo"), e, por outro, medo da burguesia diante do proletariado em ascensão, fazem com que a democracia apareça como algo cada vez mais indesejável às classes burguesas. De resto, tudo isso foi abertamente reconhecido pelo próprio Bernstein, que solicitou ao Partido que "retirasse outra vez da toca reacionária o liberalismo aterrorizado", através de uma conduta prudente e da renúncia ao "objetivo final". Tais preocupações demonstram, de qualquer modo, que a burguesia liberal – tão logo for ameaçada em seus próprios interesses – saberá abandonar a democracia e dará seu aval a um golpe de Estado.

A democracia se torna vital não na medida em que a classe trabalhadora renuncia à sua luta de emancipação, mas, ao contrário, na medida em que se torna bastante forte para lutar contra as consequências reacionárias da política de potência e da direção burguesa. Quem deseja reforçar a democracia, deve desejar também o fortalecimento – e não o enfraquecimento – do movimento socialista.⁷⁶

Mesmo que o proletariado conseguisse defender a democracia política burguesa, a revolução – ou seja, a conquista do poder político – não se tornaria por isso supérflua, como afirma Bernstein. Reformas legislativas não podem remover a condição de exploração do trabalho assalariado enquanto tal:

Todas as relações fundamentais do domínio capitalista de classe não podem ser modificadas através de reformas legais sobre uma base burguesa, porque não são fruto de leis burguesas nem conservaram sua forma (...). Não é a força coercitiva de nenhuma lei que subjuga o proletariado à burguesia, mas sim a situação de necessidade, a

75. *Ibid.*, pp. 124-125.

76. *Ibid.*, pp. 127-128.

carência de meios de produção. Todavia, no quadro da sociedade burguesa, não há nenhuma lei que possa decretar a posse desses meios pelo proletariado, já que ele foi despojado dos mesmos não através de uma lei, mas de um processo econômico.”

De qualquer modo, isso não quer dizer que a democracia seja supérflua; ela aparece, ao contrário, como o meio decisivo de que o proletariado deve se valer para organizar seu próprio poder enquanto classe e para revolucionar a sociedade. O erro de Bernstein consiste em ter pressuposto a possibilidade de “introduzir o socialismo” gradualmente, através do caminho dos compromissos de classe. Rosa Luxemburg, assim como todos os demais expoentes da esquerda, não rechaçam absolutamente as reformas sociais, mas se limitam a entrever nelas um meio de aumentar a força da classe operária e sua capacidade de luta.

Nessa perspectiva, Anton Pannekoek assumirá em seguida uma posição análoga, também em contraste com Kautsky. Na época do debate sobre a greve geral de massa (1910-1912), ele chama a atenção para a urgente necessidade da luta extraparlamentar do proletariado alemão, com vistas à conquista e defesa de seus direitos políticos. Na greve geral, “a luta entre a vontade de guerra da burguesia e a vontade de paz do proletariado se transforma num elemento da impetuosa luta de classe”.⁷⁸ Pannekoek não afirma a necessidade de consolidar a democracia através de um fortalecimento do movimento operário, mas a de dissolver o Estado burguês. Todavia, ele pretende ao mesmo tempo “construir progressivamente [através da luta] um poder popular duradouro”, de tal modo que a totalidade da classe se torne finalmente um sujeito capaz de agir.

Anton Pannekoek tem certamente razão quando atribui “as diferenças táticas no movimento operário” (1909) às diferenças de classe existentes na social-democracia alemã. Por outro lado, ao afirmar que – em países de democracia parlamentar – é mais difícil para o proletariado desenvolver uma consciência de classe, ele desconhece o fato de que, em sociedades não democráticas, são sempre apenas minorias restritas que se tornam politizadas. Porém, se se assume com convicção a tese marxista de que a revolução socialista deve ser “uma revolução de maioria em favor da maioria”, essa maioria não pode deixar de ser politicamente consciente, sensível às necessidades da luta política.

77. *Ibid.*, p. 133.

78. A. PANNEKOEK, “Massenaktion und Revolution”, in *Neue Zeit*, XXX, 1912.

Decerto, é difícil concordar com Bernstein em sua suposição de que a democracia parlamentar seja, de modo absoluto, a forma adequada para a modificação revolucionária da sociedade; e que essa modificação possa sempre proceder de modo gradual e sem o uso da força. Todavia, os discutíveis sucessos daquelas revoluções que foram conduzidas por minorias militantes, e que se apoiaram apenas em massas momentânea e emocionalmente mobilizadas, mostram quanto é perigoso negligenciar o fundamento democrático do socialismo. Por outro lado, para uma avaliação dos erros e dos méritos de Bernstein, é preciso considerar que uma política prática fundada sobre suas teses seria mais radical, e seguramente mais conseqüente, do que a efetivamente promovida pelo SPD nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. Bernstein teria certamente apoiado as greves de massa e as agitações em favor do "sufrágio universal igual para todos na Prússia" de modo bem mais enérgico do que a direção do Partido, que terminou por desautorizá-las; teria provavelmente, em várias ocasiões, negociado com os liberais no Reichstag, e aprovaria a aceitação por um deputado social-democrata do cargo de vice-presidente da Câmara. Embora ele tenha expresso posições problemáticas sobre a questão colonial, foi um dos primeiros deputados socialistas no Reichstag, em 1915, a denunciar a trégua com o governo e a votar contra novos créditos de guerra. Também nessa ocasião, não lhe faltou coragem. Já se tentou fazer uma comparação entre o rigor antiimperialista de Bernstein, do revisionista mais denegrido, e o recuo patriótico de alguns "esquerdistas", como o francês Hervé. Uma historiografia maniqueísta da esquerda marxista impediu, até agora, na maior parte dos casos, uma avaliação serena desse homem.

MASSIMO L. SALVADORI

Kautsky entre ortodoxia e revisionismo

Não é fácil situar a figura de Karl Kautsky na história do marxismo. As dificuldades se apresentam tão logo nos deparamos com a multiplicidade de interpretações sobre o seu papel de teórico no interior do marxismo; interpretações que, em última instância, se contra-põem frontalmente e são excludentes. Ninguém nega a importância, se se quer usar esse termo em sentido "neutro", que ele teve na história do marxismo depois da morte de Marx e, sobretudo, de Engels. Kautsky é, indubitavelmente, uma enorme presença. Sobre a importância e o peso dessa sua presença, não há dúvidas nem contestações possíveis. Sem Kautsky, é impossível escrever a história do marxismo nos anos da Segunda Internacional. O problema reside no juízo sobre o papel que ele desempenhou. As interpretações dividem-se, de modo drástico, precisamente a esse respeito. Esquematizando, creio que podemos encontrar os seguintes "tipos" de avaliação: 1) houve quem visse em Kautsky o continuador *par excellence* de Marx e Engels no curso de toda a sua atividade de teórico e de estudioso; 2) quem, como Lênin, considerou-o um "mestre de marxismo" durante um certo período, até o momento em que traiu o marxismo; 3) quem, como primeiro Rosa Luxemburg e depois Mehring, chegou à conclusão de que Kautsky estudou bastante Marx, mas sem entender o nexó entre teoria e prática revolucionária, reduzindo por isso o marxismo a um doutrinari-

mo "filisteu"; 4) quem, como Karl Korsch, definiu a obra de Kautsky como uma verdadeira deformação do "espírito" do marxismo, em consequência da incompreensão radical das "categorias" de Marx e de sua matriz dialética e hegeliana; 5) quem, finalmente, como os revisionistas alemães depois da polêmica do final do século sobre a relação entre desenvolvimento social e teoria marxista, acusou Kautsky de se ter tornado o pontífice de uma doutrina reduzida a falsa consciência da realidade, incapaz de sobreviver a não ser como ideologia, ou seja, como não-ciência da realidade. A essas interpretações maiores, ligadas em sua matriz às lutas políticas, conservaram-se substancialmente vinculadas as análises dos estudiosos de variadas orientações, no curso já agora de décadas, análises que foram freqüentemente divididas e articuladas por aquelas interpretações.

Sob essa multiplicidade de posições, esconde-se em larga (e mesmo em predominante) medida uma preocupação, na verdade inteiramente compreensível, embora não necessariamente aceitável, própria de diversas gerações de marxistas, os quais sentiram como problema dominante e tarefa fundamental os de responder ao imperativo de "continuar" Marx, na convicção de que não só era possível fazê-lo, mas de que a própria idéia do marxismo devia ser erigida em medida à qual relacionar, em termos de aprovação ou de condenação, os outros modos de ser "marxista".

O estudioso que aborde a análise histórica do marxismo encontra-se, ao contrário, diante da obrigação de partir de uma tarefa preliminar diferente. Ele se situa numa posição pré-determinada pelo fato de que historicamente, depois de Marx, o marxismo não continuou como uma teoria unitária, mas se dividiu em "marxismos". Ora, para o historiador, a tarefa não é – e não pode ser – a de reconstruir uma própria imagem unitária e privilegiada do marxismo, com a qual realizar investigações ideologicamente "corretas" de seu ponto de vista; mas sim a de explicar a dinâmica histórica que presidiu a gênese e o desenvolvimento desse ou daquele "marxismo". Aplicando à obra de Kautsky esses pressupostos metodológicos, podemos dizer que a questão essencial não está em relacionar continuamente Kautsky a Marx, mas – se se quer – em adotar uma posição oposta: captar a raiz e a motivação histórica do fato de ter Kautsky dado do marxismo uma interpretação definida, em relação a específicas condições históricas.

É necessário, a esse respeito, dizer que precisamente Kautsky – o qual, por um lado, considerava como ponto de honra ter vivido e morrido como um "marxista irredutível"¹ – recusava, por outro lado,

1. K. KAUTSKY, *Das Werden eines Marxisten*, Leipzig, 1930, p. 150.

como afirmou em suas memórias escritas no fim da vida, e com palavras significativas, uma caracterização de seu próprio marxismo como ortodoxia e escolástica. Ou seja: ele estava consciente da especificidade de seu caminho para o marxismo, reivindicando a sua significação:

Tentaram me caracterizar como 'marxista ortodoxo', como alguém que jura sobre a palavra do Mestre e não quer ouvir nada mais, ao contrário dos espíritos livres (...). Quem acompanhou a obra de toda minha vida sabe o quanto é ridícula essa condenação. É um argumento que não se sustenta, a partir do momento em que considerarmos ser inteiramente impossível jurar sobre a palavra do Mestre, já que mais de uma vez tais palavras estão em contradição entre si. O marxismo não veio ao mundo como um dogma, estabelecido de uma vez por todas, mas como uma concepção surgida em relação à observação da realidade, e que se desenvolve junto com essa realidade, graças aos métodos da observação. Desde o *Manifesto dos comunistas*, de 1847, até o último artigo de Engels, de 1895, o pensamento de nossos Mestres sofreu muitas modificações. Esse simples fato impede qualquer ortodoxia. E uma tal ortodoxia não era de nenhum modo possível após a morte deles, já que tinham emergido no mundo vários problemas sobre os quais Marx e Engels nada podiam saber, que nós tínhamos de resolver autonomamente.

Dito isso, Kautsky indicava no método e na investigação constante de uma visão unitária da realidade o fundamento estável do marxismo. Com efeito, no curso de sua atividade, afirmara infinitas vezes que o "método", ou seja, o elemento permanente, vital e duradouro, e não os "resultados", elemento historicamente condicionado e passageiro, constituía a alma do marxismo. O "seu" marxismo, portanto, quis ser o produto histórico da união do método e dos resultados que emergiam no curso da investigação:

O meu marxismo jamais foi ortodoxo. Eu mesmo tenho críticas a fazer a muitas afirmações de Marx e de Engels. Mas sempre me esforcei por alcançar uma unidade coerente. Sempre fui inimigo de qualquer ecletismo, que é na verdade bem mais cômodo do que um pensamento unitário.²

1. *Marxismo e darwinismo*

"Não pertenço à categoria dos 'homens de ação'", escreveu Kautsky na obra autobiográfica da velhice, na qual reconstrói seu próprio caminho, desde a infância até a fundação da *Neue Zeit*. Se não era

2. ID., *Erinnerungen und Erörterungen*, s' Gravenhage, 1960, p. 437.

homem de ação – prosseguia –, a finalidade de sua vida de estudioso marxista tornara-se, porém, a de contribuir para mudar o mundo e servir à “verdade”.³ Com efeito, nessas palavras, encontramos delineado o que foi sempre a vocação fundamental de Kautsky: uma pedagogia socialista a serviço da ação política do proletariado, conduzida com as armas da crítica intelectual.

Nascido em Praga, a 16 de outubro de 1854, filho de uma escritora e atriz austríaca e de um pintor tcheco, Kautsky sofrera uma primeira influência intelectual importante, a de um seu professor, Adolph Chlumsky, que o levou a amadurecer um nacionalismo tcheco, que se alimentava de mal-estar em face da política austríaca e de admiração pelo rebeldismo teológico hussita. Sua conversão ao socialismo teve, ao mesmo tempo, uma raiz ética e uma raiz política. Animado, segundo o testemunho do próprio Kautsky, pela ânsia de libertação dos oprimidos, “ponto de partida de toda aspiração e pensamento socialistas”, encontrou em *Le péché de Monsieur Antoine*, o “mais socialista” dos romances de George Sand, uma fonte de inspiração e de meditação. Mas o que constituiu o evento fundamental, a viravolta de sua consciência política, foi a Comuna de Paris, que fez dele um internacionalista convicto, pondo fim ao seu “nacionalismo democrático”.

Na Universidade de Viena, Kautsky consagrou-se a estudos históricos e de ciências naturais, determinando os dois filões que iriam assinalar toda a sua atividade intelectual futura. Se 1871 fora o ano da Comuna, havia sido também o ano em que apareceu a obra de Darwin sobre *A origem do homem*. De Darwin, Kautsky iria receber uma influência determinante e inapagável. Em 1875, passou a fazer parte da social-democracia austríaca; mas, não conseguindo encontrar seu próprio espaço na Áustria, acolheu o convite para transferir-se para Zurique, em 1880, um convite feito por Karl Höchberg, um rico judeu socialista, que exercia na Suíça atividades jornalísticas. Em Zurique, Kautsky fez-se amigo fraternal de Eduard Bernstein, redator de *Der Sozialdemokrat* (no qual Kautsky colaborou), órgão da social-democracia alemã.

Em 1881, Kautsky – já conquistado pelo marxismo – fez uma peregrinação em visita aos dois mestres, Marx e Engels, em Londres. A impressão que causou em Marx, com quem teve um rápido encontro, não foi muito feliz: Marx o julgou medíocre, trabalhador e destinado ao fracasso.

Kautsky afirma que leu *O Capital* por volta do fim de 1875, mas que só foi capaz de compreendê-lo mais tarde. Sua verdadeira inicia-

3. *Ibid.*, p. 26.

ção ao marxismo se deu com a leitura do *Anti-Dühring* de Engels (1877-1878), do qual diria que "contribuiu para que se entendessem as doutrinas marxistas mais do que poderiam fazê-lo todas as breves e apodíticas sentenças de Marx sobre o modo pelo qual queria ser entendido quanto a esse ou aquele ponto".⁴ Não é difícil compreender por que ele se sentiu atraído pela forma sistemática e enciclopédica da análise engelsiana.

No início dos anos 80, Kautsky já era um dos jovens intelectuais mais destacados da social-democracia, colaborador íntimo e protegido de Engels. Em 1883, ano da morte de Marx, Kautsky tornou-se redator do novo órgão teórico da social-democracia alemã, *Neue Zeit*, destinado a se tornar a tribuna teórica mais autorizada do socialismo internacional no período da Segunda Internacional. O objetivo que Kautsky se propunha era o de "popularizar o saber, iluminar o operário, de modo que ela possa em todo momento estar de acordo com a ciência".⁵ Pode-se compreender os resultados da atuação de Kautsky, enquanto divulgador e intérprete do marxismo, no período que vai da fundação da *Neue Zeit* até 1914, tendo-se presente o que Georges Haupt escreveu: "A paternidade das noções de 'marxista' e de 'marxismo', no sentido que assumiram em nosso vocabulário, deve-se a Kautsky".⁶ Com efeito, a autoridade de Kautsky como teórico do marxismo tornou-se imensa na social-democracia alemã e no socialismo internacional, porque ele apareceu, por um lado, como um sistematizador do marxismo, e, por outro, como um pesquisador capaz de continuar e ampliar a obra dos fundadores da doutrina.⁷ Mas o que era propriamente o "marxismo" de Kautsky, quando ele iniciou sua obra de divulgador e sistematizador?

Por ocasião da morte de Marx, Engels não encontrou melhor elogio para a obra do amigo do que afirmar que ele fora "o descobridor da lei fundamental que regula o curso e o desenvolvimento da história humana", tal como Darwin fora quem descobrira "a lei de desenvolvimento da natureza orgânica em nosso planeta".⁸ Pois bem: a forma-

4. K. KAUTSKY, *Le dottrine economiche di Carlo Marx*, Milão, 1945, p. 2.

5. *Friedrich Engels' Briefwechsel mit Karl Kautsky*, Viena, 1955, p. 64.

6. G. HAUPT, "Marx e o marxismo", nesta *História do Marxismo*, ed. brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, vol. 1, 1980, pp. 347 e ss.

7. Cf. W. BLUMENBERG, *Karl Kautsky literarisches Werk. Eine bibliographische Übersicht*, s' Gravenhage, 1960. Trata-se de uma obra que permite dispor de uma rigorosa documentação da atividade científica de Kautsky e, através da indicação das traduções, do eco que ela teve no mundo do socialismo internacional.

8. K. MARX e F. ENGELS, *Werke*, vol. 19, Berlim, 1962, p. 333.

ção intelectual de Kautsky se dera precisamente através da obtenção de uma síntese entre darwinismo e marxismo, de acordo com uma evolução na qual o darwinismo fora a base para a passagem ao marxismo, que terminou por englobar, de modo substancialmente permanente, a primeira das duas correntes. O que marxismo e darwinismo tinham em comum, segundo Kautsky, era o fato de serem ambas teorias da evolução. Darwin, por seu lado, fornecera os instrumentos para acertar contas definitivamente, com qualquer concepção espiritualista e idealista, e para fundar um materialismo não estático, abstrato, mas capaz de explicar as estruturas da realidade como organismos, frutos de um desenvolvimento e abertas a um desenvolvimento em permanente evolução. Nos anos de sua formação pré-marxista, Kautsky estivera animado pela busca de uma coerente concepção "monista" do mundo; e, em sua elaboração, sofrera a influência determinante de Haeckel. Encontrou assim na concepção da "revolução do espírito", de Buckle, um motivo inspirador essencial para sua vocação pedagógico-ideológica. Os autores que mais o marcaram no campo da teoria econômica e social foram J. Stuart Mill, Smith e Ricardo, mas sobretudo Albert Lange, o autor do *Arbeiterfrage*, sob cuja influência escreveu seu primeiro livro orgânico, tratando do influxo do aumento de morfológico sobre o progresso da sociedade (*Der Einfluss der Volksvermehrung auf den Fortschritt der Gesellschaft untersucht*, 1880); nesse livro, ele examinava a questão da relação entre incremento populacional, questão social e socialismo, numa perspectiva de discussão crítica com o malthusianismo, à qual o marxismo era substancialmente estranho, apesar da afirmação de que Marx era "a pedra angular do moderno socialismo científico".⁹ Kautsky rechaçava a face conservadora do malthusianismo, mas aceitava sua problemática, chegando à conclusão de que, se para se conseguir "a felicidade e a saúde da humanidade" não bastava limitar o aumento da população, também não era possível deixar de promover uma limitação da mesma.¹⁰

Sob a especial influência de Haeckel e de Büchner, Kautsky se tornara um materialista ateu. Um materialismo "sem conhecimento da dialética".¹¹ Na realidade, mesmo quando encontrou no marxismo seu ponto firme e sua teoria, chegou a esse resultado sem a dialética e

9. K. KAUTSKY, *Socialismo e malthusianismo. L'influenza dell'aumento della popolazione sul progresso della società*, Milão, 1884, p. 89.

10. *Ibid.*, pp. 371-378.

11. *Id.*, *Erinnerungen*, cit., p. 213.

sem Hegel. E a dialética permaneceu sempre, para ele, algo abstruso e, em última instância, secundário, até o final de sua obra.¹²

Dissemos que o darwinismo constituiu a base de partida de onde Kautsky chegou ao marxismo. O encontro com Darwin lhe ofereceu não só uma concepção nova sobre a natureza e sua evolução, mas – em certa medida – também uma concepção da sociedade. A influência mais duradoura do darwinismo foi a “teoria dos instintos sociais”, que tornou-se um *leitmotiv* do pensamento kautskyano. A “luta pela existência”, como Darwin lhe ensinara, era luta em face da natureza travada pelas espécies singulares, mas não luta entre os componentes da espécie, em cujo interior se desenvolve um instinto de solidariedade. Não foi difícil a Kautsky, mas até mesmo natural, traduzir “luta entre as espécies” por “luta entre as classes”, e “solidariedade entre as espécies” por “solidariedade de classe”. A emancipação das classes oprimidas tornou-se, antes de sua chegada ao marxismo, um problema de fortalecimento dos “instintos sociais” de classe e de educação dos instintos sob o controle e a direção do intelecto. A teoria dos instintos sociais aparece-lhe como a refutação definitiva de toda moral, tanto religiosa quanto kantiana. Pode-se compreender facilmente por que Kautsky, num ensaio de 1876, podia concluir com estas palavras:

A luta pela existência do proletariado só pode ser travada através de organizações que reforcem seus instintos comunistas (...). A experiência ensina que todos os meios individualistas da classe operária fracassaram, enquanto todos os meios que fortalecem os instintos comunistas são indestrutíveis.¹³

Ainda em 1883, em *Neue Zeit*, Kautsky – numa mesma comunidade de pensamento – podia não só reafirmar a importância da teoria dos “instintos sociais” para a vida humana, mas também afirmar que a teoria da evolução de Darwin era uma chave essencial não apenas para as ciências naturais, mas igualmente para a “vida espiritual do homem”, lançando “nova luz sobre as doutrinas da economia política e até mesmo sobre as nossas leis morais”.¹⁴

Kautsky não chegou a Marx “superando” o darwinismo, mas integrando-o no marxismo. O conhecimento da obra de Marx serviu ao

12. Cf. ID., *Die materialistische Geschichtsauffassung*, vol. I, Berlin, 1927, pp. 130-136.

13. O ensaio “Entwurf einer Entwicklungsgeschichte der Menschheit” (de 1876) encontra-se integralmente reproduzido em ID., *Die materialistische Geschichtsauffassung*, cit., vol. I; o trecho citado está na p. 165.

14. ID., “Die sozialen Triebe in der Tierwelt”; o ensaio está integralmente contido em *Die materialistische Geschichtsauffassung*, cit., vol. I; o trecho citado está na p. 441. Cf. também “Die sozialen Triebe in der Menschenwelt”, *ibid.*, pp. 442-475.

teórico social-democrata para captar e aprofundar uma dimensão que o ensinamento de Darwin não estava em condições de lhe oferecer: “a técnica, a criação dos órgãos artificiais”.¹⁵ Portanto, o marxismo ofereceu a Kautsky a chave para adquirir a compreensão da ação humana social e economicamente, organizada, em sua relação com o desenvolvimento técnico. Se Darwin lhe deu a chave para entender a evolução natural e para situar o homem no interior dessa evolução, Marx lhe deu o meio para situar o homem em suas épocas históricas e sócio-econômicas. Nenhuma obra de Kautsky testemunha de modo tão evidente e conceitualmente orgânico a integração de darwinismo e marxismo, por ele realizada, do que a célebre obra *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung* (1906). A seus olhos, portanto, o marxismo era a teoria da história mais adequada, a teoria por excelência, capaz de explicar a história do homem a partir do momento em que esse chegou a “produzir meios de produção”, com o que se iniciou “a passagem do homem-animal para o homem” e começou a história humana propriamente dita.¹⁶

O mérito de Marx, segundo Kautsky, fora essencialmente o de fornecer os instrumentos para uma leitura científica da história social e o de mostrar, sempre de modo científico, o sentido historicamente necessário da história; em suma, o de dar uma base científica à política socialista e à relação entre passado, presente e futuro. Com sua concepção histórica, escrevia Kautsky em 1886, expressando um ponto de vista e uma interpretação da qual jamais se afastaria.

Marx realizou a união do socialismo com o movimento operário, na medida em que provou que a finalidade do socialismo não é algo arbitrário, nem um princípio ‘eterno’ (...), mas que as finalidades do socialismo realizam-se necessariamente através do desenvolvimento do modo de produção e da luta de classes, e podem ser reconhecidas apenas por meio do estudo do modo de produção, de seus efeitos e de sua gênese.

Em estreita relação com essa imagem da concepção materialista da história, era delineada a tarefa dos partidos socialistas: emprestar uma direção ao movimento prático, sobre um fundamento científico e coordenado, subtraindo assim esse movimento, por um lado, às contradições da empirie, à adaptação oportunista às condições cotidianas, e, por outro, ao subjetivismo voluntarista:

Além do mais, é certo que a finalidade do movimento não é arbitrária, mas algo dado pelas condições específicas. É claro, porém,

15 ID., *Erinnerungen*, cit., p. 216.

16 ID., *Etica e concezione materialistica della storia*, Milão, 1958, p. 102.

que – para a *marcha* do movimento operário e para o *modo* pelo qual consegue seu próprio objetivo – não é a mesma coisa se ele reconhece claramente esse objetivo e o conserva firmemente diante dos olhos, ou se se deixa arrastar pelas situações e modifica a sua direção de acordo com as exigências contingentes. É nesse terreno que se coloca a tarefa dos partidos socialistas. Eles não podem nem *criar* o movimento operário, nem lhe *prescrever* a finalidade que deve adotar.

Os partidos têm a tarefa de *reconhecer* essa finalidade e de assumir a direção que lhe corresponde.¹⁷

O marxismo, portanto, enquanto instrumento cognoscitivo da história social e direção do movimento prático no rumo do socialismo, é assimilado por Kautsky como uma teoria que, por um lado, complementava a teoria darwinista, e, por outro, explicava o que o darwinismo não era capaz de explicar. Por isso, Kautsky chegou a reivindicar a autonomia do marxismo contra os que pretendiam atribuir ao darwinismo uma extensão indébita, transformando-o em filosofia a serviço de uma concepção politicamente conservadora e justificatória da eternização da luta pela existência, do primado dos fortes sobre os fracos, das classes superiores sobre as inferiores, dos povos desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. O marxismo se apresentava, por isso, tanto como descoberta das leis de um processo civilizatório que levava à igualdade social, quanto como ciência autônoma da sociedade humana e dos seus modos de desenvolvimento¹⁸.

Na obra sobre a concepção materialista da história, publicada no fim de sua vida, e onde se expressa sua tentativa de construção de uma “enciclopédia” do marxismo, Kautsky resumiu claramente o que, a seu ver, era a tarefa do cientista social moderno, a tarefa à qual se ativera durante sua longa e operosíssima atividade de estudioso marxista: ou seja, a determinação das leis que regulam o desenvolvimento, e cujo conhecimento permite ao homem organizar do modo mais eficaz possível a sua práxis. O “irracional” é, precisamente, tanto a ignorância teórica das leis quanto a incapacidade prática de utilizá-las. A con-

17. ID., “Das ‘Elend der Philosophie’ und ‘Das Kapital’”, in *Neue Zeit*, IV, 1886, pp. 15 e 165.

18. Cf., sobre esse ponto, E. RAGIONIERI, “Alle origini del marxismo della Seconda Internazionale”, in ID., *Il marxismo e l’Internazionale*, Roma, 1972, pp. 85-86; M.L. SALVADORI, *Kautsky e la rivoluzione socialista 1880-1938*, Milão, 1976, pp. 20-21. Sobre a formação intelectual e política de Kautsky, em geral, cf. a “Introduzione” de G. Procacci a K. KAUTSKY, *La questione agraria*, Milão, 1959; o ensaio de W. HOLZHEUER, *Karl Kautskys Werk als Weltanschauung*, Munique, 1972; e G.P. STEENSON, *K. Kautsky 1854-1938. Marxism in the classical years*, Pittsburgh, 1978.

quista permanente do materialismo histórico consistiria no fato de ser ciência específica e autônoma da sociedade, diversa da ciência natural, embora pudessem ser descobertas coincidências e generalizações válidas tanto para ciência social quanto para a ciência natural:

As leis sociais podem ser encontradas tão-somente por meio do estudo da sociedade, enquanto as leis naturais implicam o estudo da natureza. Mas, quando no curso do estudo da sociedade, descobrem-se leis que concordam com as leis naturais, devemos constatar essa concordância com satisfação e considerá-la como um fortalecimento dessas leis em ambos os campos. O que vale, por exemplo, para a relação da concepção materialista da história com a doutrina do desenvolvimento do ser vivo, na qual esse desenvolvimento é relacionado à modificação do ambiente. "

Kautsky realizou o seu modo de ser marxista agindo em três direções: a investigação histórica, a pesquisa sobre a economia e a sociedade contemporâneas, a intervenção enquanto ideólogo nas lutas de partido. A imensa autoridade que Kautsky conquistou na social-democracia alemã e no movimento operário baseou-se precisamente no fato de que, mais do que qualquer outro expoente do marxismo, ele apareceu nas vestes de quem continuava – de modo orgânico e com completicidade – o “tipo” de cientista-político a serviço do proletariado, um tipo que havia sido encarnado antes por Marx e Engels. Foi assim que Kautsky pôde assumir o papel de “mestre do marxismo”.

2. O conhecimento histórico como arma revolucionária

Não é fácil – aliás, em última instância, é impossível – separar a obra do Kautsky “historiador” da obra do analista sócio-econômico e também da do ideólogo. E isso porque a obra kautskyana, pelo mesmo modo através do qual Kautsky assimilou primeiro o darwinismo e depois o marxismo, é toda ela um discurso sobre a evolução enquanto história, sobre a práxis enquanto produto histórico, sobre a ideologia enquanto sistema historicamente condicionado e orientado. De qualquer modo, nesse quadro metodologicamente unitário, Kautsky dedicou algumas obras específicas à investigação propriamente histórica, as quais foram amplamente lidas e difundidas, merecendo ser recordadas, antes de mais nada, para evidenciar a relação delas com o momento da ideologia. Ao escrever obras como *Thomas More und seine Utopie* (1888), *Die Klassengegensätze von 1789. Zum hundertjährigen Gedenktag der grossen Revolution* (1889), *Die Vorläufer des Neueren*

Sozialismus (1895), *Der Ursprung des Christentums. Eine historische Untersuchung* (1908), a intenção de Kautsky correspondia à finalidade que, em 1884, ele indicara do seguinte modo:

Nós estudamos o passado não para elaborar fantasias, ao modo de Rousseau, sobre o retorno ao estado de natureza, mas sim com a finalidade de obter por meio desse estudo a convicção de que os nossos esforços não são utopias e, mais ainda, que eles são fundados tanto sobre o ser do homem quanto sobre o decurso do desenvolvimento histórico.²⁰

As metas que Kautsky se propôs, em suas obras propriamente históricas, foram sobretudo três: 1) dar uma demonstração de como o estudo da história é necessário para fornecer ao proletariado uma memória do passado, de seu próprio ponto de vista; 2) mostrar como somente uma memória histórica é capaz de fundar a consciência política, isto é, uma consciência informada de que a ação não é arbitrária; 3) combater o “marxismo vulgar”, que julga compreender passado e presente à luz de simplificações conceituais e de palavras de ordem baseadas sobre generalizações abstratas e atemporais.

A raiz do “marxismo vulgar” – insistia Kautsky – estava em considerar que, com a obra de Marx e Engels, o sistema conceitual já estava concluído e que tratava apenas de aplicá-lo. Ao contrário, o que sobretudo contava no marxismo era o método de investigação, que devia ser continuamente testado através de novas investigações específicas. No prefácio ao seu estudo sobre a *Utopia* de Thomas More, Kautsky sublinhava que sua meta era oferecer um exemplo do “inteiro método de investigação” marxista, a fim de alcançar “novos pontos de vista dignos de investigação”.²¹ E, republicando em 1908 o escrito de 1889 sobre os conflitos de classe na Revolução Francesa, afirmava que o objetivo do trabalho era combater os que reduziam “o marxismo a uma fórmula e a um esquema fixo”, considerando poder assim dispor de “uma chave para toda sabedoria”, bem como provar – mediante uma pesquisa específica – como era elevado o grau de complexidade das relações sociais.²² Decerto, para Kautsky, a meta da investigação histórica não era separável da finalidade prática de contribuir para a formação de uma consciência socialista. O historiador marxista devia ter como meta, através da investigação da especificidade, indicar os

20. ID., “Die sozialen Triebe in der Menschenwelt”, cit., p. 475.

21. ID., *Thomas More und seine Utopie*, Stuttgart, 1913, p. IV.

22. ID., *Die Klassengegensätze im Zeitalter der französischen Revolution*, Stuttgart, 1908, p. 4.

elementos que levam à compreensão das causas gerais do desenvolvimento histórico:

A tarefa da ciência consiste em extrair da intrincada "riqueza da história" dos fenômenos em geral aquilo que é essencial e, com isso, atingir um fio condutor graças ao qual orientar-se no labirinto da realidade.²³

Disso resulta a possibilidade de unir ciência histórica e consciência política proletária:

Para levar o proletariado ao conhecimento histórico, à consciência de si e ao amadurecimento político, a um pensamento de amplas perspectivas, é indispensável o estudo do processo histórico, realizado à luz da concepção materialista da história. Assim, para nós, longe de ser uma curiosidade antiquária, a investigação do passado torna-se uma poderosa arma nas lutas do presente, cuja meta é alcançar um futuro melhor.²⁴

Não é possível, aqui, analisar em sua especificidade as obras históricas de Kautsky. Mas é útil assinalar, após ter revelado as finalidades políticas da atividade historiográfica, um dos resultados a que Kautsky chegou em sua investigação, especialmente na reconstrução histórica do pensamento dos "precursores do socialismo": ou seja, a relação entre os intelectuais e as classes inferiores, que, num âmbito mais propriamente ideológico-político, ele delineou como sendo uma relação entre os que, por sua posição social e cultural, são capazes de elaborar uma visão consciente do sentido da história e têm, portanto, a tarefa de transmitir essa "consciência" às massas trabalhadoras a partir "de fora". Se Kautsky combateu toda concepção idealista – e sublinhou a dependência das idéias em face das condições econômicas – valorizou, todavia, o papel dos intelectuais que, mesmo no interior daquela dependência, tiveram a capacidade de antecipar a análise das condições favoráveis à emergência de novos tempos. Em geral – escrevia – "é claro que as idéias se formam antes de poderem exercer um efeito sobre as massas".²⁵ Em particular, portanto, o intelectual ligado às massas tem a tarefa de pôr a serviço do proletariado a sua consciência (por assim dizer) antecipada. O comunismo utópico constituía a demonstração histórica dessa "consciência antecipada", de onde decorria o papel particular dos intelectuais, os quais, por um lado, graças à sua posição social, tinham podido desfrutar de uma instrução supe-

23. *Id.*, *Der Ursprung des Christentums*, Stuttgart, 1920, p. XI.

24. *Ibid.* p. XVI.

25. *Id.*, *Thomas More*, cit., p. 207.

rior, e, por outro, por causa de sua sensibilidade humana e pelo tipo de conclusões alcançadas no plano da ciência social, eram levados a romper as relações de solidariedade com as classes privilegiadas. Kautsky expressou limpidamente esse ponto de vista em 1895, na introdução ao seu estudo sobre os precursores do socialismo:

A social-democracia moderna, internacional, tem historicamente duas raízes. Ambas se aprofundam no mesmo terreno: a ordem constituída da economia e da propriedade. Ambas têm a mesma meta: a extinção dos inenarráveis sofrimentos que nossa sociedade inflige a muitos dos seus membros, porém particularmente aos mais fracos, aos que nada têm, através da abolição dessa ordem da economia e da propriedade. Mas uma e outra são inteiramente diversas em sua essência.

A primeira dessas raízes – o comunismo utópico – nasce das classes elevadas: os portadores desse utopismo pertencem aos cumes espirituais da sociedade. A outra das raízes da social-democracia – o comunismo igualitário – desenvolve-se entre as classes inferiores da sociedade, as classes que até poucas décadas atrás pertenciam, também do ponto de vista espiritual, aos estratos mais atrasados. O utopismo deve sua gênese à penetrante visão de homens de alta cultura, que não se deixaram dominar pelos interesses da classe de onde emergiram. O comunismo igualitário é grosseiro e primitivo; foi criado não por uma visão social, não por um pensamento e um sentimento desinteressados, mas sim a partir de necessidades materiais urgentes, da luta por interesses de classe.²⁶

Por ocasião do 25º aniversário da morte de Marx, refletindo sobre o significado histórico de sua obra, Kautsky o encontrava precisamente no fato de ter Marx fornecido ao movimento operário uma base científica de orientação para a ação, também ela amadurecida – como no caso do comunismo utópico – junto aos estratos superiores da sociedade: “O socialismo só podia nascer, inicialmente, em um ambiente burguês”, escrevia; e continuava sublinhando que, se era verdade que “o proletariado não pode se libertar a não ser com as próprias forças”, era igualmente verdade que a meta só poderia ser indicada por uma teoria oferecida ao proletariado pela cultura a ele externa, já que a “espontaneidade” não está em condições de fornecer a própria meta e de indicar a conexão racional dela com os meios. A organização é o local onde a teoria se encontra com o movimento operário, onde esse último pode se libertar das influências ideológicas das outras classes.

26. ID., “Die Vorläufer des neuen Sozialismus”, Erster Band, erster Teil, in Vários Autores, *Die Geschichte des Sozialismus in Einzeldarstellungen*, Stuttgart, 1895, p. 1.

Assim, a ciência social do proletariado, o socialismo, serve também para isto: tornar possível o emprego racional das forças com relação à finalidade e, com isso, a máxima expansão das próprias forças (...). A sua [do proletariado] arma principal é constituída pelo agrupamento de sua massa global em organizações poderosas, independentes, livres de toda influência burguesa. O que não é possível alcançar sem uma teoria socialista, que é a única capaz de revelar o interesse comum do proletariado diante da multiplicidade decomposta dos diversos estratos proletários (...). Para uma tal tarefa, é inadequado um movimento operário que confie em sua espontaneidade e seja carente de qualquer teoria.²⁷

Passando do Kautsky mais especificamente historiador socialista e do socialismo para o Kautsky analista da economia contemporânea e do pensamento econômico de Marx, é necessário dizer – desde já – que esse papel aparece de modo mais utilmente determinável e compreensível quando é examinado, como buscaremos fazer em seguida, no contexto do desenvolvimento histórico da social-democracia alemã. Mas acreditamos ser necessária a referência a uma das obras mais afortunadas da atividade de Kautsky como divulgador da teoria marxista, ou seja, a *Karl Marx' ökonomische Lehren*, republicada muitas vezes depois de 1887 e traduzida em dezoito línguas. A finalidade que Kautsky (o qual se valeu da colaboração de Bernstein para a redação de algumas partes) se colocou foi dupla: fornecer uma exposição popular dos resultados atingidos por Marx em *O Capital*, e, sobretudo, iniciar os leitores na compreensão do método marxiano: a análise histórica como instrumento novo para compreender a historicidade do capitalismo, em contraposição à análise abstrata, ou melhor, não histórica, e, portanto, ideologicamente orientada para a demonstração da “eternidade” do capitalismo. “*O Capital*, em sua essência, é uma obra histórica”; e o sentido do método histórico marxiano é o recurso à história passada para determinar a gênese – que as leis sociais tornaram necessária – de uma nova história. *O Capital* de Marx, “sob a forma de uma crítica da economia política, funda um novo sistema histórico e econômico”. “Quase quarenta anos depois, introduzindo uma tradução francesa de *O Capital*, Kautsky – segundo uma posição que não sofreu interrupções – indicava a importância da obra de Marx em dois pontos fundamentais: 1) ter sabido analisar a produção capitalista, captando “as tendências que, superando-a, conduzem a uma forma social superior”; 2) ter “renovado profundamente a ciência histórica”,

27 ID., *Die historische Leistung von Karl Marx*, Berlin, 1908, pp. 30-31.

28 ID., *Le dottrine economiche di Carlo Marx*, cit., p. 3-4.

superando "o abismo entre as ciências da natureza e as ciências do espírito".²⁹

3. *A batalha ideológica de Kautsky desde os anos 80 até a polêmica anti-revisionista*

Poder-se-ia dizer que toda a obra de ideólogo desenvolvida por Kautsky entre o início dos anos 80 e os anos imediatamente anteriores ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial foi dominada por um problema essencial: determinar, uma vez inscrita a passagem do capitalismo para o socialismo na "necessidade histórica" da evolução social, os tempos e as condições dessa passagem. Por uma conexão indissolúvel, uniu-se a esse problema o de garantir o desenvolvimento ideológico do agente histórico que se pressupunha ser a parteira da nova ordem social: o partido. Durante três décadas, Kautsky não cessou de bater e rebater na mesma tecla, afirmando que pressupor a possibilidade do capitalismo de conduzir a sociedade a relações e equilíbrios mais elevados significava destituir o socialismo de sua motivação histórica e o partido de sua função política.

Típica foi a atitude diante das reformas com as quais Bismarck, no início dos anos 80, criou, por um lado, os pressupostos de uma eficiente legislação social dirigida no sentido de "integrar" as classes trabalhadoras no sistema dominante, e, por outro, fez valer a força de um inicial intervencionismo estatal na regulação do desenvolvimento econômico. Kautsky, significativamente, comparou o reformismo bismarckiano e seu "socialismo de Estado" às tentativas de Turgot, Necker e Calonne, ou seja, a um tardio e fracassado projeto de salvar uma sociedade em estado de bancarrota.³⁰

A decadência do capitalismo era julgada agora como um fato irreversível. Nesse quadro, o partido assumia a característica de um organismo no qual a coletividade dos militantes realizava a consciência da dupla necessidade da decadência da velha ordem e do advento da nova, e fornecia os meios para transformar a consciência teórica em ação revolucionária. Diante do partido, o indivíduo tinha "apenas deveres, nenhum direito".³¹ O partido se configurava como uma Igreja

29. ID., "Introduction à l'ensemble du marxisme", in K. MARX, *Le capital*, tomo I, Paris, 1924, pp. VI e XIII.

30. ID., "Der Staatssozialismus und die Sozialdemokratie", in *Der Sozialdemokrat*, 6 de abril de 1881.

31. ID., "Klassenkampf und Sozialismus", in *Der Sozialdemokrat*, 29 de setembro de 1881.

laica, na qual a "necessidade histórica", ou seja, a garantia oferecida pelas leis de evolução, desempenhava a função que a graça divina tinha na teologia calvinista.

Com a queda das leis excepcionais impostas por Bismarck, Kautsky interpretou o destino da social-democracia como o de uma força votada a um crescimento ininterrupto, até a revolução social; crescimento que deveria encontrar as melhores condições na utilização e na extensão das liberdades democráticas. Essas liberdades se haviam tornado espaço e luz para a social-democracia, e haviam sido abandonadas, enquanto ideal, por uma burguesia como a alemã, que subira no carro do *Junkertum*, espantada com a marcha do socialismo, sentindo-se tranqüila somente com o autoritarismo. As razões históricas e políticas da "necessária" vitória da social-democracia foram ilustradas por Kautsky, em tons realmente quase eclesiais, no comentário ao texto do programa que a social-democracia alemã aprovava no Congresso de Erfurt, em 1891 (um texto redigido, em parte, pelo próprio Kautsky, e em parte por Bernstein). Com efeito, era precisamente Kautsky a interpretar o papel da social-democracia em termos eclesiais, falando da "parte combatente do proletariado" como de uma "*ecclesia militans*"³² e do socialismo como de uma "boa nova", um "novo evangelho".³³ Analisando as tendências do desenvolvimento econômico e social, proclamava a inevitabilidade do advento do socialismo:

O que não pode ser motivo de dúvidas, para todo aquele que acompanhou o desenvolvimento econômico e político da sociedade moderna, especialmente no curso do último século, é a *necessidade da vitória final do proletariado*".³⁴

Deve-se notar que a categoria da "necessidade", na mesma medida em que servia a Kautsky para afirmar a inevitabilidade da revolução em termos históricos gerais, servia também para rechaçar o uso da violência no curso do processo rumo à própria revolução. O que é historicamente necessário não tem necessidade de forçamentos violentos. As formas da ação socialista são ligadas ao desenvolvimento da democracia moderna; o socialismo é a inserção de um conteúdo social novo na democracia. O socialismo necessita (e aqui se expressa sua natureza antagonista, revolucionária, com relação à ordem estabelecida) é da plena autonomia organizativa e ideológica. Em *Ein sozialdemokratis-*

32. *Ibid.*, *Das Erfurt Programm*, Berlim, 1965, p. 216.

33. *Ibid.*, p. 230.

34. *Ibid.*, p. 228.

der Katechismus (1893), Kautsky esclareceu que o proletariado devia recorrer à violência não para afirmar seus objetivos socialistas, mas para defender – se indispensável – as condições de sua existência política e de sua marcha, contra um capitalismo que jogasse com a carta da reação. No quadro da democracia, a violência era inútil e prejudicial ao proletariado. Ora, dizer democracia, na época moderna, significava antes de mais nada dizer sistema parlamentar.

Já no comentário ao Programa de Erfurt, Kautsky atacara a utopia de contrapor o sistema parlamentar à legislação direta, afirmando que essa última podia certamente constituir um elemento de complementação e articulação do parlamentarismo, mas não uma alternativa a ele. Num escrito de 1893, *Der Parlamentarismus, die Volksgesetzgebung und die Sozialdemokratie*, ao submeter de fato a uma nítida revisão o ponto de vista de Marx em seus escritos sobre a Comuna, Kautsky fixava um ponto de metodologia política que devia permanecer algo irreversível para a social-democracia alemã:

Só um cego político pode afirmar ainda hoje que o sistema representativo fortaleça, inclusive em regime de sufrágio universal, o domínio da burguesia; e que, para destruir essa dominação, seja necessário eliminar em primeiro lugar o sistema representativo. Já agora começa a aparecer de modo claro que um autêntico regime parlamentar tanto pode ser um instrumento da ditadura do proletariado quanto da ditadura da burguesia. A tarefa mais importante da classe operária, em sua luta pela conquista do poder político, não consiste em suprimir o sistema representativo, mas sim em quebrar o poder dos governos diante do parlamento, e, ao mesmo tempo, em libertar o mais possível o caminho do proletariado para ele.³⁵

Pode-se claramente compreender como para Kautsky, desde esse período, ditadura do proletariado equivalesse ao uso do Parlamento, por uma maioria social-democrata, com a finalidade de encaminhar o processo de transformação da sociedade. O que permanecia para ele um ponto firme e irrenunciável era que, para tal tarefa, seria necessário um governo que expressasse apenas o poder do proletariado. Antes de alcançar tal objetivo, o proletariado não devia aceitar nenhum compromisso com as outras classes: nisso consistia a marcha revolucionária e, para isso, o proletariado devia conservar e fortalecer sua própria autonomia. As reformas deviam ser arrancadas aos governos

35. ID., *Der Parlamentarismus, die Volksgesetzgebung und die Sozialdemokratie*, Stuttgart, 1893, p. 118.

através da luta e não obtidas através de entendimentos políticos de qualquer tipo. A propaganda, a organização e as vitórias eleitorais constituíam os três pressupostos do caminho para o poder da social-democracia. E, sobre tais questões, Kautsky – na primeira metade dos anos 80 – polemizou contra as posições de Georg von Vollmar, o líder da social-democracia da Baviera. O tema central foi a relação com o reformismo capitalista e as alianças sociais. A Vollmar, que não excluía a utilidade de apoiar, dentro dos limites do interesse da social-democracia, o *Staatssozialismus* – ou seja, o reformismo governamental –, Kautsky respondeu que isso significaria pôr as premissas para permitir às classes superiores dividirem o proletariado. A direção em que a social-democracia deveria trabalhar, ao contrário, era a constituição de uma aliança com os camponenses e os intelectuais; mas tanto uns como os outros deviam ser levados a aceitar o programa da social-democracia.

O problema da relação entre social-democracia e camponeses tornou-se, em particular objeto de uma análise sistemática por Kautsky, uma análise que culminaria na *Agrarfrage* (1899). A discussão sobre a estratégia a adotar em face dos camponeses tornou-se para ele um verdadeiro campo de batalha ideológico contra os que, como Vollmar, David, Schölk, Quarek, reclamavam imperiosamente uma política de apoio aos pequenos e médios camponenses, com o objetivo de subtraí-los da influência (sobretudo na Alemanha meridional) do Partido do Centro Católico, na convicção de que as coisas não estavam absolutamente marchando no sentido de uma perda de importância da produção camponensa. Entre a metade dos anos 80 e o final do século, Kautsky insistiu constantemente na tese de que a ruína dos pequenos proprietários era inevitável, em face das conseqüências da concentração capitalista, e de que a elaboração de um programa social-democrata de medidas em favor dos camponenses terminaria por levar à criação de um socialismo pequeno-burguês, incompatível com o programa marxista da social-democracia. Ele afirmava, além do mais, que os camponenses – em todos os países avançados – estavam perdendo, cada vez mais, não somente peso econômico, mas também peso político.

A agricultura dependente da indústria ou a ela ligada entra, tal como a própria indústria, num estágio de transformações ininterruptas, que criam sempre – continuamente – formas novas. Esse processo de revolucionamento da agricultura está apenas em seus inícios, mas avança rapidamente. A defesa do camponês, a tentativa de defender a velha agricultura camponesa independente, só pode agir como obstáculo em face desse desenvolvimento (...). Um programa

agrário social-democrata que se fundasse sobre a defesa do pequeno camponês seria, portanto, não apenas sem finalidade, mas, pior ainda, prejudicaria do modo mais sério a social-democracia.³⁶

Os camponeses poderiam ser levados a uma posição de “neutralidade”, ou, na melhor hipótese, a apoiar a social-democracia na luta entre as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, somente se compreendessem as raízes capitalistas da sua ruína e as possibilidades oferecidas pelo socialismo para um renascimento do mundo agrário.

As posições de Vollmar e dos outros sobre a questão agrária foram os primeiros e intensos prenúncios da emergência de uma corrente “revisionista”, os pródromos da tempestade suscitada por Eduard Bernstein, até aquele momento um dos mais eminentes marxistas da social-democracia alemã, quando ele começou a publicar na *Neue Zeit*, em 1896, uma série de artigos – *Probleme des Sozialismus* – nos quais apresentava abertamente a exigência de submeter a revisão à análise de Marx sobre o capitalismo. Coagido pelas polêmicas, Bernstein foi depois induzido a sistematizar seu pensamento na celeberrima obra sobre “os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia”, *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (1899). Bernstein atacava a “teoria do colapso” capitalista, afirmando que o capitalismo havia alcançado novos equilíbrios e criado novos instrumentos para submeter a controle a anarquia do mercado; negava a exatidão da previsão de Marx sobre a concentração capitalista, desmentida pela vitalidade das pequenas e médias empresas; sublinhava a importância política e social da persistência das camadas médias, as quais tendiam a aumentar ainda mais; atacava o conceito marxista de revolução, que, a seu ver, era uma generalização das experiências históricas passadas (o “quarenta-e-oitismo”); indicava nos pressupostos dialético-hegelianos o fundamento de uma abstrata metafísica revolucionária. Não a revolução, mas as reformas; não o isolamento do proletariado, mas as alianças com os setores democráticos da burguesia; não uma teoria da “necessidade” do socialismo, mas uma teoria da sua “possibilidade”: era isso que constituía as premissas do próprio socialismo e que podia fundar as tarefas da social-democracia. Finalmente, Bernstein – convencido de que a social-democracia já era, nos fatos, um partido reformista –

36. ID., *La questione agraria*, Milão, 1959, pp. 362-363 [ed. brasileira: *A questão agrária*, Laemmert, Rio de Janeiro, 1968].

exortava-a a libertar-se da concha vazia do revolucionarismo, obstáculo à sua ulterior expansão.

A influência da social-democracia – afirmava Bernstein – seria bem maior do que é efetivamente hoje, se ela encontrasse a coragem suficiente para se emancipar de uma fraseologia que está de fato superada e quisesse aparecer como o que é hoje na realidade: um partido reformista democrático-socialista.

E prosseguia, perguntando a todo o Partido:

Mas o que é hoje a social-democracia, se não um partido que se esforça para conseguir a transformação socialista da sociedade através das reformas democráticas e econômicas? ³⁷

No quadro da polêmica que irrompeu na social-democracia alemã e internacional em torno das teses de Bernstein, o livro de Kautsky – *Bernstein und das sozialdemokratische Programm. Eine Antikritik* – foi, ao lado do conhecido opúsculo de Rosa Luxemburg (*Sozialreform oder Revolution?*), a resposta mais importante dada ao revisionismo teórico, na qual é sistematizado o que já havia sido afirmado em numerosíssimas intervenções na imprensa do Partido. Kautsky – a todas as posições de Bernstein – contrapõe outras, tendentes a confirmar a natureza “revolucionária” da social-democracia, segundo o ponto de vista de que uma social-democracia reformista seria um contra-senso e representaria o desnaturamento dela num partido subalterno à burguesia. É significativo que Kautsky não tivesse esboçado nenhuma defesa da “teoria do colapso” do capitalismo em sentido econômico. Uma tal teoria, em suas palavras, devia ser atribuída a uma interpretação vulgar do pensamento de Marx, o qual certamente não era um defensor da tese da pauperização absoluta do proletariado. O “colapso” do capitalismo dependeria de fatores sócio-políticos, certamente condicionados pela economia capitalista. Uma economia que, por um lado, funda-se na exploração do proletariado, exploração capaz de colocar essa classe, sempre, em condições de empobrecimento relativo, contra as quais os operários lutavam constantemente com suas organizações; e que, por outro lado, é incapaz de superar as crises determinadas pelas tendências ao subconsumo e, portanto, à superprodução. A crise do capitalismo dependeria do aguçamento dos conflitos de classe. Bernstein se equivocava tanto sobre a concentração capitalista quanto

37. E. BERNSTEIN, *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*, Stuttgart, 1899, p. 165 [ed. brasileira: *Socialismo Evolucionário*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964].

sobre a posição das classes médias. O poder capitalista está cada vez mais concentrado, e o desenvolvimento das classes médias ocorre sob o seu crescente controle. Os estratos intermediários não têm outra alternativa senão a de aceitar a subordinação ou voltar-se politicamente para a social-democracia, num quadro de intensificação constante de conflitos sociais e políticos. O desenvolvimento da democracia coincide com os progressos do proletariado; tanto é assim que um sistema democrático, "uma democracia progressista num Estado industrial moderno, só é possível agora como democracia proletária, isto é, em relação a uma nova estrutura social".³⁸ Se tudo isso correspondia à realidade, então o partido social-democrata deveria a todo custo rejeitar a exigência de Bernstein de transformar-se num partido democrático-reformista.

Uma vez que o proletariado se organiza em partido político independente – afirmava Kautsky, como conclusão –, que trava conscientemente a luta de classes, então a abolição da propriedade privada dos meios de produção capitalistas e a abolição da produção privada capitalista deve se tornar sua finalidade; ele deve levantar a própria bandeira do socialismo não como realização, mas como superação do liberalismo; ele não pode ser um partido que se limita às reformas democrático-sociais, mas deve se tornar o partido da revolução social.³⁹

Nos anos decorridos entre o fim do século XIX e o início do XX, Kautsky travou uma compacta e articulada ação na frente da teoria, com o objetivo de justificar organicamente as razões da perspectiva revolucionária, e, portanto, da necessidade absoluta da autonomia ideológica do proletariado. A social-democracia deveria continuar a ser um partido revolucionário e preparar-se para governar como única força. Intervindo na polêmica desencadeada em torno do "caso Millerand", depois do ingresso desse expoente do socialismo francês no Governo Waldeck-Rousseau, ele defendeu com intransigência a tese de que toda colaboração socialista em governos burgueses – que não fosse algo excepcional, com finalidades tais como a defesa contra a reação, mas expressasse uma ideologia gradualista e reformista – devia ser rejeitada nitidamente. A ação de governo socialista podia ser tão somente o resultado de um proletariado "suficientemente forte para

38. KAUTSKY, *Bernstein und das sozialdemokratischen Programm, Eine Antikritik*, Stuttgart, 1899, p. 193.

39. *Ibid.*, p. 181.

empreender vitoriosamente a luta contra a totalidade do mundo burguês".⁴⁰

Assim como combateu o revisionismo teórico e o ministerialismo socialista, Vantsux travou também uma tenaz polêmica contra as tendências – que então vigoravam nas fileiras dos “sindicatos livres” ligados à social-democracia – orientadas no sentido da “neutralidade” política. É certamente verdade, dizia, que os sindicatos não são organismos políticos; mas, enquanto expressão organizativa do proletariado, têm a tarefa de não entrar politicamente em tensão com a social-democracia; mas eles são levados a uma tal tensão pela “neutralidade”, por trás da qual se faz sentir o impulso em direção à defesa de interesses particulares e corporativos dos setores singulares da classe operária e a perda de uma visão global. O que disso deriva, portanto, é a defesa dos “interesses profissionais em detrimento dos interesses da classe”.⁴¹

Numa situação em que tanto o revisionismo teórico quanto as tendências “neutralistas” dos sindicatos faziam pesar uma ameaça sobre o “finalismo” revolucionário, Kautsky desenvolveu um forte ataque contra o particularismo, o empirismo, ou, em última análise, contra o “espontaneísmo” enquanto expressão da aderência aos interesses imediatos; afirmou, com força, que o espontaneísmo é fragmentação, que o socialismo é o oposto disso, e que, para vencer o espontaneísmo, é preciso aceitar o papel do marxismo como ciência global do desenvolvimento social: ciência que, enquanto visão global, só pode ser elaborada pelos cientistas sociais, ou seja, pelos intelectuais, e só pode ser levada ao proletariado a partir de fora. Isso não significava, para Kautsky, nenhum primado político dos intelectuais em relação aos proletários, mas a determinação específica de sua função profissional. O proletário vive a experiência concreta da exploração e traz para a organização política a experiência da luta de classe; o intelectual compreende teoricamente as bases da exploração e interpreta o “sentido” da luta pela sua superação. O partido é a síntese onde os dois componentes encontram sua unidade. “O que o proletariado requer dos acadêmicos – escrevia Kautsky – é o conhecimento do *fim*; ao contrário, o proletariado não precisa dos intelectuais para a direção de seu próprio movimento de classe”.⁴² E, sobre o ponto central da ciência

40 ID., “Die sozialistischen Kongresse und der sozialistischen Minister”, in *Neue Zeit*, XIX, 1900-1901, vol. I, p. 44.

41 ID., “Die Neutralisierung der Gewerkschaften”, *ivi*, XVIII, 1899-1900, vol. II, p. 389.

42 ID., “Akademiker und Proletarier”, *ivi*, XIX, 1900-1901, vol. II, p. 90.

socialista como algo trazido "de fora" (ponto que, como se sabe, deveria ser utilizado por Lênin para justificar o papel dos "revolucionários profissionais", sobretudo em *Que Fazer?*), Kautsky concluía: "A consciência socialista, portanto, é um elemento importado na luta de classe do proletariado a partir de fora, e não algo que se forma espontaneamente".⁴³

Mas se, para conseguir seus objetivos, o partido precisa de unidade teórica, essa não pode dar frutos se a organização que deve ser sua expressão não for unida praticamente. Por isso, Kautsky – em direta polémica com o revisionismo – defende a disciplina de partido, ou seja, a submissão da minoria às decisões da maioria, assim como as razões da luta pela reconquista da unidade de pensamento como pressuposto da unidade de ação, já que "a unidade do pensamento e da ação dos membros é a premissa necessária de uma sua ação eficaz".⁴⁴

Outro componente – necessário – da batalha teórica kautskyana, dirigida no sentido de defender as razões históricas da perspectiva revolucionária, foi o da análise acerca do "futuro do capitalismo". Em contraste com Bernstein, Kautsky afirmara que a "teoria do colapso" automática do capitalismo, atribuída a Marx, era pura e simplesmente uma deformação, embora sublinhasse a tendência objetiva do capitalismo a gerar crises determinadas pelo subconsumo. Em 1902, dessa feita em contraste com Tugán-Baranóvski, Kautsky deu uma explicação teórica articulada de seu ponto de vista, segundo o qual os limites objetivos colocados pelo capitalismo ao desenvolvimento econômico terminavam, não por provocar uma impossibilidade econômica de funcionamento, mas sim por agravar os contrastes de classe, de modo a produzir a luta revolucionária pelo socialismo. O subconsumo, determinado pela exploração, era o pai da crise de superprodução; e as crises eram a base do aguçamento da luta entre capitalistas e proletários.

A continuação da produção capitalista permanece, naturalmente, como algo possível mesmo nesse estado de depressão crônica; mas ela se torna inteiramente insuportável para a massa da população, que é obrigada a buscar uma saída para a miséria geral, saída que só poderá encontrar no socialismo.⁴⁵

43. ID., "Die Revision des Programm der Sozialdemokratie in Oesterreich", *ivi*, XX, 1901-1902, vol. I, p. 79.

44. ID., "Der Rückzug der Zenhstausend", *ivi*, p. 777.

45. ID., "Krisentheorien", *ivi*, vol. II, p. 141.

O texto mais orgânico que Kautsky dirigiu contra o revisionismo, fixando os temas fundamentais por ele abordados nos anos da acesa controvérsia entre reformistas e revolucionários, foi *Die soziale Revolution* (1902). O *leitmotiv* essencial era a negação de que se pudesse contar – como, ao contrário, os revisionistas-reformistas acreditavam – com uma era de reformas democráticas. Uma tal tese era contraditada pelos fatos. A era que se anunciava na Europa seria caracterizada por um fortalecimento geral do poder estatal, por trás do qual estava a determinação das classes privilegiadas de se oporem ao proletariado. No seio das classes altas, em consequência do ininterrupto processo de concentração capitalista, assumia uma influência crescente um capitalismo financeiro que, em política interna, era defensor de uma resistência frontal às reformas democráticas e sociais; e, em política externa, era o mais ativo fautor de uma linha agressivamente imperialista. Ao mesmo tempo, porém, o processo capitalista fortalecia cada vez mais a consistência do proletariado, guiado agora por partidos socialistas cada vez mais fortes. Precisamente dessa antinomia historicamente insolúvel (por um lado, o bloco conservador que se inclina para a reação e o imperialismo, e, por outro, um proletariado voltado para o socialismo e o internacionalismo), a época histórica derivava a sua natureza de era da luta entre reação e revolução. Mas qual a garantia de que, no curso de um tal confronto, fosse o proletariado o vitorioso? Kautsky apresentou um argumento que devia se manter como uma sua idéia fixa: a burguesia é o elemento historicamente “supérfluo”, enquanto o proletariado é historicamente necessário.

Assim, juntamente com os meios através dos quais se expressa o poder do proletariado, desenvolvem-se também os do capital; e o fim desse desenvolvimento só pode ser uma grande luta decisiva entre um e outro, uma luta decisiva que não pode terminar enquanto o proletariado não houver conseguido a vitória. E isso porque a classe capitalista é *superflua*, ao passo que o proletariado tornou-se a classe insubstituível da sociedade. A classe capitalista não é capaz de eliminar ou de extirpar o proletariado. Após cada derrota, ele volta a se erguer, mais ameaçador do que nunca; já o proletariado não pode fazer outra coisa, depois de sua primeira grande vitória sobre o capital, que colocará em suas mãos o poder político, do que utilizá-lo para abolir as relações capitalistas.⁴⁶

Kautsky – e temos aqui um ponto importante – sublinhava o fato de que a burguesia capitalista conseguia condicionar politicamente a

46. *Id.*, *Die soziale Revolution, I: Sozialreform und soziale Revolution*, Berlim, 1902, p. 46.

maioria da pequena burguesia, dos camponenses e muitos intelectuais; por isso, o proletariado socialista deveria preparar-se para uma luta contra um bloco conservador amplo e articulado.

Quanto às “formas e armas da revolução social”, Kautsky expressava a convicção de que, dadas as relações políticas e sociais típicas das sociedades industriais, não era mais de prever que, na Europa Ocidental, “as insurreições armadas, com lutas de barricada e fatos bélicos semelhantes”, pudessem exercer ainda “um papel decisivo”. Ao contrário, ele estava convencido de que a arma decisiva do confronto social seria a greve.⁴⁷ Kautsky, sob o influxo da revolução russa de 1905, mudaria de opinião sobre esse ponto; mas tratou-se de uma modificação temporária.

Em 1903-1904, o teórico social-democrata convenceu-se de que os “sinais” da história falavam inequivocamente em favor de suas interpretações. O congresso do Partido Social-Democrata realizado em Dresden, em 1903, terminaria com uma clara derrota da ala revisionista; no mesmo ano, a social-democracia alemã obtivera uma grande vitória eleitoral. Na Bélgica, na Holanda, na Suécia, na Itália, tinham se verificado grandes greves de claro significado político. Na Rússia, ele sentia a aproximação de uma revolução democrática, cuja vitória desfecharia um fortíssimo golpe no conservadorismo internacional, com o resultado final de “trazer, na Europa Ocidental, o domínio político do proletariado, e de oferecer ao proletariado da Europa do Leste a possibilidade de abreviar os estágios de seu próprio desenvolvimento”.⁴⁸

4. O caminho para o poder

A revolução que Kautsky farejava tornou-se realidade em 1905. A Rússia conheceu sua primeira revolução. Pareceu, na verdade, que a hipótese kautskyana – segundo a qual o Império Tzarista, com seu naufrágio, estava chamado a abrir a era das revoluções – estivesse se traduzindo em realidade.⁴⁹

47. *Ibid.*, p. 49.

48. *Id.*, “Allerband Revolutionäres”, in *Neue Zeit*, XXII, 1903-1904, vol. I, pp. 625-637.

49. Para a atitude de Kautsky diante da revolução russa e de suas repercussões na social-democracia alemã, cf. M. I. SALVADORI, “A social-democracia e a revolução russa de 1905”, incluída nesta *História do Marxismo*, vol. II, tomo 2, de próxima publicação. Limitar-nos-emos aqui a uma rapidíssima síntese.

1905 não foi apenas o ano da primeira revolução russa: foi também, na Alemanha, um ano de grandes movimentos de massa, econômicos e políticos, que encontraram suas expressões mais intensas na grande greve dos mineiros do Ruhr e nas agitações na Saxônia e na Prússia em favor da modificação do iníquo sistema eleitoral das "três classes", que impedia o ingresso da social-democracia nos Landstage. No curso desse mesmo ano tumultuado, houve a primeira crise marroquina, que fez pesar sobre o país a ameaça de tensões interimperialistas. Nesse contexto, teve lugar uma cisão entre os "sindicatos livres" e o Partido sobre a questão do uso ou não da greve de massa como arma política na Alemanha. No Congresso de Colônia (maio de 1905), os sindicatos rejeitaram essa arma como perigosa; ao contrário, no Congresso de Iena, em setembro de 1905, o Partido – tomado de entusiasmo pelos eventos russos – adotou-a como meio para rechaçar ataques reacionários ou para obter algum novo direito essencial para o proletariado. Kautsky apoiava decididamente a opção do Partido, em forte polémica com os sindicatos; e reivindicou, coerentemente com as posições que assumira no passado, o direito do Partido à supremacia em termos de estratégia geral do movimento operário.

Intervindo repetidamente sobre a "natureza" da revolução russa, ele traçou uma análise das tarefas da social-democracia russa que lhe valeu a admiração e o aplauso de Lênin. Ele mostrou como na Rússia, sendo o proletariado a força motriz da revolução, ele não deveria recuar diante da perspectiva do poder político, ainda que o atraso social do país não lhe consentisse, certamente, ter como objetivo a instauração da sociedade socialista. O que teria lugar na Rússia era uma República democrática, baseada na aliança entre os operários industriais e os camponeses, capaz de encaminhar a modernização econômica capitalista. Kautsky considerava a revolução russa como um poderoso impulso para a radicalização do confronto social em toda a Europa; e, além disso, a vitória do socialismo em países como a Alemanha seria a condição para favorecer, num país atrasado como a Rússia, a passagem para uma base econômica nova, adequada à implantação de um sistema produtivo socialista.

Finalmente, Kautsky – revendo as conclusões a que chegara em *Die soziale Revolution*, sob a influência das "lições" da insurreição armada de Moscou (dezembro de 1905) – chegou a afirmar que não era de excluir que, também no Ocidente, a luta armada readquirisse um papel na fase do choque frontal entre o proletariado e o Estado capitalista.

Com efeito, a convicção de Kautsky de que a social-democracia alemã estivesse – mais do que nunca – penetrada pelo espírito revolu-

cionário era negada pela realidade, que ele demonstrou não compreender. No curso de 1905-1906, o choque entre os sindicatos e o Partido terminou em uma pura e simples capitulação do segundo diante dos primeiros. O congresso social-democrata de Mannheim (setembro de 1906) sancionou a unidade reconquistada, valendo-se de fórmulas que, por um lado, previam o uso da greve de massa, e, por outro, adiavam sua aplicação para as calendas gregas. Assim como, por ocasião do Congresso de Dresden, Kautsky alimentara a ilusão de que o revisionismo estivesse realmente morto, do mesmo modo – depois de Mannheim – ele se iludiu com a idéia de que a substância estivesse na letra das fórmulas ideológicas e que a unidade reencontrada ocorresse sobre o denominador comum do espírito revolucionário. 1907 foi um ano negro por causa da derrota eleitoral que o Partido sofreu em janeiro, uma derrota que deixou Kautsky verdadeiramente consternado. A marcha irresistível para o socialismo, ritmada em termos eleitorais, tinha sofrido uma brusca paralisação. O termômetro assinalava incontestavelmente mau tempo: a revolução russa fora derrotada; na Alemanha, von Bülow conseguira transformar as eleições num plebiscito contra a social-democracia, partido que combatia o futuro de grande potência do país, obtendo com isso o apoio maciço dos estratos intermediários; a crise econômica, iniciada em 1907, teve o efeito de provocar uma queda no número de inscritos nos “sindicatos livres”; tanto nas fileiras sindicais quanto na corrente dos reformistas-revisionistas, dizia-se que era preciso reagir às dificuldades buscando sair do isolamento, através de iniciativas inspiradas no gradualismo e no reformismo, abandonando-se o radicalismo passivo. Emergia, sobretudo entre os políticos “práticos” do Partido, a exigência de rechaçar a todo custo a imagem de que a social-democracia fosse “antinacional”, já que uma tal imagem era a arma mais eficaz para isolá-la. Com tal finalidade, Noske tomou a iniciativa – num discurso ao Reichstag em abril de 1907 – de declarar não apenas que os social-democratas não se opunham à eficiência do exército nacional, mas que em caso de agressão se colocariam nas primeiras filas em defesa do país. Uma tal posição foi defendida por Bebel, o líder do Partido, que por seu turno, em agosto de 1907, no Congresso da Internacional, afirmou que a social-democracia alemã, em caso de guerra, não apoiaria uma greve geral.

Entre 1905 e 1907, Kautsky interveio em várias oportunidades no debate sobre a posição que a social-democracia poderia e deveria assumir diante de um perigo concreto de guerra, que se tornava real a partir da primeira crise marroquina. Diferenciando-se de Bebel, partiu de uma colocação segundo a qual toda distinção entre guerras de agressão e guerras de defesa era em si algo formal; o único critério válido de

distinção, dizia ele, estava na substância: nos interesses do proletariado. Mas ele considerava também insustentável a idéia de que um proletariado sem força para impedir a eclosão de uma guerra fosse capaz de iniciar um processo revolucionário, uma vez começada a guerra, mediante uma greve militar: uma pura e simples "tolice heróica". Porém, se a burguesia tivesse desencadeado uma guerra, essa – afirmava ele em 1905 – teria em certo momento levado a uma crise política e social, criando as condições "para uma revolução, capaz de fundar um regime proletário".⁵⁰ Uma tal colocação era reafirmada nos artigos escritos depois da eclosão do "caso Noske", os quais foram depois recolhidos no opúsculo *Patriotismus und Sozialdemokratie* (1907), no qual se sublinhava uma exigência fundamental: a de que a social-democracia, em caso de guerra, não adotasse nenhuma estratégia extralegal, pois essa – escrevia – "nos quebraria por muito tempo a espinha dorsal". Uma estratégia prudente, fundada essencialmente na agitação ideológica contra a guerra, permitiria obter "grandes sucessos" "depois da guerra".⁵¹ Emergia claramente como, para Kautsky, a salvaguarda da existência legal da organização constituía a estrela polar de toda estratégia social-democrata e o limite extremo das formas de ação do movimento operário. No congresso do Partido em Essen (1907), Kautsky advertiu que, se a social-democracia regulasse sua atitude de acordo com a natureza "ofensiva" ou "defensiva" de uma guerra, nada seria mais fácil aos governos do que confundir as coisas.

1907 fora também o ano em que eclodira, no Congresso da Internacional realizado em Stuttgart, o debate sobre a questão da relação entre partidos socialistas e política colonial. No Congresso, emergira abertamente a corrente dos defensores de uma política colonial "positiva", à qual os socialistas eram convocados a dar seu apoio. Kautsky dirigiu contra eles – e, em particular, contra o holandês Van Kol, contra David e Bernstein – um ensaio em que destruía qualquer ilusão de que os socialistas pudessem se transformar em paladinos de qualquer política colonial "positiva". Na Alemanha, a questão era de grande atualidade, depois das intensas discussões suscitadas pela política a seguir nas colônias alemãs do sudoeste da África, onde há alguns anos estava em andamento uma feroz repressão contra os hereros.

Podia a social-democracia diferenciar-se da brutal política colonial das classes dirigentes, favorecendo, por um lado, uma humaniza-

50. K. KAUTSKY, "Patriotismus und Sozialdemokratie", in *Neue Zeit*, XXIII, 1904-1905, vol. II, 370-371.

51. ID., *Patriotismus und Sozialdemokratie*, Leipzig, 1907, p. 5.

ção do regime colonial, mas respeitando, por outro, as regras da evolução econômica e, portanto, a sujeição dos países coloniais ao capitalismo, fase histórica necessária do desenvolvimento? Kautsky afirmou que não era possível emprestar uma face socialista à política colonial, necessariamente marcada pelas técnicas do domínio político e econômico do capitalismo expansionista. Portanto:

Se nossa concepção é justa, disso decorre que o proletariado deve se opor energeticamente, em toda parte, à conquista de novas colônias, e deve favorecer, com igual energia, todo movimento que expresse a aspiração dos habitantes de uma colônia à independência. Nossa meta deve ser: renúncia às colônias e libertação das nacionalidades que nelas habitam.³²

É importante notar como Kautsky negava o argumento mais "indoloso" dos defensores de uma política colonial "positiva", ou seja, o de que os países coloniais teriam inevitavelmente de passar através do capitalismo. Kautsky objeta que os países atrasados singulares podem muito bem passar ao socialismo saltando o capitalismo, graças à ajuda dos países desenvolvidos que tiveram se tornado socialistas.³³

A situação, na opinião de Kautsky, estava evoluindo cada vez mais no sentido de um confronto decisivo entre capitalismo e proletariado. No interior da Alemanha, as classes dirigentes se opunham a qualquer reforma em sentido democrático do sistema político; e os empresários enfrentavam os efeitos da crise econômica – o aumento do desemprego e a subida dos preços – com espírito de intransigência, apoiados por uma fortíssima unanimidade e organização. A situação internacional se caracterizava pela crescente tensão anglo-alemã e pelos contrastes entre a Áustria, apoiada pela Alemanha, e a Rússia na disputa pelos Bálcãs. Determinava-se assim uma situação na qual, por um lado, crescia a contraposição entre burguesia e proletariado, e, por outro, a contraposição dos Estados imperialistas entre si, com o perigo concreto de uma guerra mundial. As raízes da política reacionária no interior e da política externa imperialista estavam no fato de que o imperialismo tornara-se "a política do capital *tout court* em todos os Estados modernos".³⁴ O proletariado – ao qual se contrapunha um bloco reacionário, que contava com o apoio decidido de uma parte consistente das camadas intermediárias – estava agora numa situação de isolamento:

32. *Id.*, *Sozialismus und Kolonialpolitik*, Berlim, 1907, p. 45.

33. *Ibid.*, pp. 58-59.

34. *Id.*, "Oesterreich und Serbien", in *Neue Zeit*, XXVII, 1908-1909, vol. I, p. 863.

O isolamento do proletariado é cada vez maior, de modo que sua influência política não cresce, no atual estágio, na mesma medida do seu número, de sua organização e de sua importância econômica. ⁵⁵

O problema dominante que se apresentava à social-democracia, portanto, era o de quebrar o isolamento do proletariado e consolidar sua potência enquanto classe econômica aumentando seu poder enquanto classe política. Isso só podia ser feito mediante uma estratégia revolucionária, não através de uma política reformista; o que Kautsky explicou organicamente em seu opúsculo de 1909, *Der Weg zur Macht*. Nele, Kautsky afirmava uma série de teses: 1) que as relações entre proletariado e classes dirigentes eram de tal natureza, na Alemanha, que só podiam ser superadas com a revolução socialista, de modo que não se podia “mais falar de revolução prematura” ⁵⁶; 2) que o impulso do proletariado no sentido do progresso social era obstaculizado por uma “estagnação geral” não superável “com base nos atuais fundamentos estatais” ⁵⁷; 3) que, em conclusão, a alternativa era entre o imperialismo – “a única esperança, a única idéia que ainda sorri à burguesia” – e o socialismo. Em tal estágio, o proletariado tinha apenas uma tarefa a se colocar: adquirir “a força suficiente para determinar a política do Estado” ⁵⁸, opondo-se ao bloco antiproletário, constituído numa única “massa reacionária”. ⁵⁹

Mas quando e como se determinariam as condições necessárias e favoráveis à revolução social? Quais as formas da luta pelo socialismo? Kautsky indicou as seguintes condições para a abertura de um processo no rumo do socialismo: a perda de confiança da massa do povo no regime dominante; a direção firme do Partido no sentido de uma “irredutível oposição”; e, finalmente, elemento importantíssimo, a crise do aparelho burocrático e do exército. ⁶⁰ Quanto ao uso da violência, Kautsky reafirmava a argumentação apresentada desde 1893, em seu *Catecismo social-democrata*, ou seja, que a violência não tinha valor ofensivo, mas sim defensivo. Quanto às formas de luta, ele indicava o desenvolvimento incessante da organização; um crescente consenso

55. *Id.*, “Oesterreich und die Mächte”, *ivi*, p. 942.

56. *Id.*, *Der Weg zur Macht*, Berlim, 1909, p. 97 [ed. brasileira: *O Caminho do Poder*, Hucitec, São Paulo, 1979].

57. *Ibid.*, p. 79.

58. *Ibid.*, p. 90.

59. *Ibid.*, p. 103.

60. *Ibid.*, p. 55.

eleitoral, capaz de levar à maioria parlamentar; e a greve de massa. Decerto, a análise de Kautsky deixava em aberto uma questão fundamental: que fazer enquanto o governo alemão continuasse a ser, segundo uma expressão que ele tinha usado e voltaria a usar, "o mais forte do mundo", contando por trás de si com um aparelho de poder econômico e político tão sólido, com um exército disciplinadíssimo e com um aparelho burocrático tão fiel? Para responder a tal questão, Kautsky não sabia dizer outra coisa além de: prosseguir na estratégia utilizada até agora.

5. Estratégia do desgaste e superimperialismo

O pensamento expresso pelo teórico social-democrata em seu opúsculo sobre o caminho para o poder valeu-lhe não apenas uma atividade de distanciamento por parte da direção do Partido, mas foi também abertamente indicado pela direita revisionista (apoiada pelos dirigentes sindicais) como uma plataforma ideológica que só poderia ter como resultado lançar o movimento operário alemão num verdadeiro gueto. Mas, se Kautsky aparecia aos revisionistas como um revolucionário tão perigoso quanto abstrato, logo iria ser definido pelos mais radicais do que ele como um doutrinário da revolução, por trás do qual se ocultava um moderado filisteu. A retomada dos movimentos de massa em 1910, sobretudo na Prússia, onde a classe dirigente recusou energeticamente qualquer modificação no regime eleitoral, provocou uma fratura no movimento operário alemão, que tinha algumas analogias precisas com a ocorrida em 1905, embora as linhas da divisão não fossem exatamente as mesmas. A ala mais radical do Partido sentia renascer o espírito de 1905 e punha suas esperanças nas lutas extraparlamentares de massa, como meio para modificar a correlação de forças. Mas, dessa feita, a direção do Partido, as cúpulas sindicais e os revisionistas estavam unidos na recusa dessa estratégia, temerosos de um contragolpe do Estado e das classes dominantes. Nesse contexto, surgiu um contraste ideológico violento entre Kautsky e Rosa Luxemburg. O deslocamento de Kautsky levou-o assim a se colocar no que foi chamado de sua posição "centrista".

Rosa Luxemburg estava convencida de que chegara o momento de experimentar em grande-estilo, na Alemanha, a lição dos movimentos de massa russos de 1905, segundo a teorização que ela havia feito em seu ensaio de 1906 sobre *Massenstreik, Partei und Gewerkschaften*. Kautsky, por seu lado, argumentou que não se podiam empreender ações de massa generalizadas na ausência daquelas condições de debilitamento do Estado e das classes dirigentes que eram as únicas condições de seu sucesso. Ele rejeitou, portanto, o apelo à "lição" da Rús-

sia, afirmando que – se o proletariado russo não conseguira derrubar o Estado czarista, bastante fraco – não se podia pensar que o proletariado alemão seria capaz de dobrar o Estado bem mais forte que existia na Alemanha naquele momento. Com o exemplo russo, afirmou Kautsky, “não se pode começar nada atualmente entre nós”.⁶¹ Rosa Luxemburg queria começar por onde se deve acabar: queria aniquilar o inimigo antes de tê-lo enfraquecido como condição para aniquilá-lo. Na Alemanha, ao contrário, era necessário continuar a batalha para acumular forças. Foi nesse quadro que Kautsky introduziu seu raciocínio sobre a “estratégia do desgaste” e sobre a “estratégia do aniquilamento”:

A ciência militar moderna distingue duas espécies de estratégia: a do aniquilamento e a do desgaste (...). A estratégia do desgaste diferencia-se da do aniquilamento apenas pelo fato de que a primeira não visa diretamente à batalha decisiva, como o faz a segunda, mas a prepara durante um longo tempo e só se dispõe a travar essa batalha quando considera o inimigo suficientemente enfraquecido.⁶²

Para Rosa Luxemburg, só havia uma alternativa: “ou esmagar o inimigo ou ser esmagado por ele”.⁶³ O que Rosa queria introduzir no movimento operário alemão era “uma nova estratégia”, inspirada na experiência russa de 1905. Kautsky assumia agora, diante de Rosa Luxemburg, a atitude que os chefes sindicais e revisionistas tinham assumido diante dele nas polêmicas de 1905-1906. Não é casual que ele contrapusesse à linha de Rosa Luxemburg a defesa do caminho histórico da social-democracia alemã:

Por estratégia do desgaste, entendo o conjunto da prática até aqui realizada pelo proletariado social-democrata a partir dos anos 60 (...). Desse conjunto, faz parte não apenas o parlamentarismo, mas também os movimentos salariais e as demonstrações de rua realizadas com sucesso.⁶⁴

A réplica de Rosa Luxemburg foi cortante: Kautsky se tornara o ideólogo do zum-zum parlamentar e o porta-voz de uma tendência geral voltada no sentido de

construir uma nítida contradição entre a Rússia revolucionária e a “Europa Ocidental” parlamentar, e de apresentar o importante papel

61. K. KAUTSKY, “Was nun?”, in *Neue Zeit*, XXVIII, 1909-1910, vol. II, p. 36.

62. *Ibid.*, p. 37.

63. *Ibid.*, p. 72.

64. *Id.*, “Eine neue Strategie”, in *Neue Zeit*, XXVIII, 1909-1910, vol. II, p. 419.

que a greve política de massa desempenhou na revolução russa como um produto do atraso econômico e político da Rússia.⁶⁵

A polêmica com Rosa Luxemburg permitiu evidenciar claramente o ponto a que Kautsky chegara: uma interpretação da revolução segundo a qual essa consistia em formar um governo apenas do proletariado, rechaçando qualquer forma de ação que fosse além dos meios oferecidos pelas instituições parlamentares e pelas manifestações de massa sob controle direto dos sindicatos e do Partido. Pouco depois da polêmica com Rosa, Kautsky travou uma outra com Anton Pannekoek, cujo elemento de fundo foi a mais decidida defesa do caminho parlamentar e a recusa de qualquer perspectiva de subversão das instituições estatais no curso do processo de passagem para o socialismo.

Depois que Kautsky expressou (no ensaio *Die Aktion der Masse*) toda sua aversão pelo ativismo espontaneísta implícito na estratégia do movimento de massa proposta pelos novos radicais, assim como pela subestimação da importância da organização e pela exaltação das virtudes potencialmente revolucionárias dos “desorganizados”, que graças ao espontaneísmo revolucionário introduziriam na luta um elemento “inteiramente imprevisível”⁶⁶, Pannekoek – que na polêmica entre Kautsky e Rosa Luxemburg se sentira mais próximo dessa última – replicou que a crise do reformismo, determinada pelo imperialismo, podia ser superada apenas mediante ações de massa, ou seja, colocando o peso predominante em uma estratégia extraparlamentar. Não se tratava apenas de meios novos, mas também de fins novos. Esses fins se expressavam num Estado que tomasse sua fisionomia do proletariado, em contraposição ao Estado modelado pela burguesia: “A luta do proletariado – escrevia Pannekoek – não é simplesmente uma luta contra a burguesia *pelo* poder estatal como objeto, mas uma luta *contra* o poder estatal”, a qual se expressa segundo “os instrumentos de poder do proletariado”.⁶⁷ Era uma tese que entrava em aberto contraste com a de Kautsky, que defendia a necessidade de usar a máquina do Estado parlamentar para finalidades socialistas. Igualmente explosiva era a tese de Pannekoek segundo a qual, em caso de guerra, o proletariado deveria iniciar o choque decisivo com o poder estatal, dirigindo “sua força contra os instrumentos de força do governo”.⁶⁸

65. R. LUXEMBURG, “Die Theorie und die Praxis”, in *Gesammelte Werke*, Berlin, 1972, p. 395.

66. KAUTSKY, “Die Aktion der Masse”, in *Neue Zeit*, XXX, 1911-1912, vol. I, p. 116.

67. A. PANNEKOEK, “Massenaktion und Revolution”, *ibid.*, vol. II, pp. 541-543.

68. *Ibid.*, p. 615.

Kautsky acusou Pannekoek de se ter feito porta-voz de um puro e simples "cretinismo da ação de massas", caracterizado pela mística da espontaneidade revolucionária. Quanto à posição que Pannekoek propunha em caso de guerra, tratava-se de uma ilusão total: se a classe dirigente tivesse a possibilidade de desencadear uma guerra, e se o proletariado não tivesse sido capaz de impedi-la, o proletariado estaria derrotado; e uma força derrotada não pode certamente dar início a uma revolução. Quanto ao Estado e à estratégia parlamentar, Kautsky afirmava que a impotência do reformismo e, portanto, do parlamento dependia da força ainda insuficiente do proletariado, insuficiência que fazia com que fossem inadequadas não só as ações parlamentares, mas também as ações de massa. As "táticas novas" não serviam para nada. E, finalmente, no que se referia aos devaneios sobre a criação de novas instituições estatais, eles expressavam apenas uma total incapacidade de compreender as razões históricas, não transitórias, do Estado parlamentar representativo, que não é senão o próprio Estado moderno. Em conclusão,

o objetivo de nossa luta política continua a ser o que sempre foi até agora: conquista do poder estatal através da conquista da maioria no parlamento e elevação do parlamento a senhor do governo. Não, certamente, a destruição do poder estatal.⁶⁹

Os pontos de vista de Pannekoek significavam, segundo Kautsky, a reproposição – no âmbito da social-democracia – de teses anarquistas.

O contexto histórico político que servia de pano de fundo para essa controvérsia era, com efeito, de graves dificuldades para todas as correntes da social-democracia, como pode ser visto por um dado preocupante: o isolamento do Partido Social-Democrata e, em geral, do movimento operário. Para sair desse isolamento, nenhuma das propostas avançadas no campo social-democrático revelou-se útil: nem o projeto de um entendimento entre social-democracia e liberais progressistas, do qual os revisionistas se fizeram defensores; nem as lutas de massa, que eram a menina dos olhos dos radicais. Entre 1910 e 1913, fracassaram ambas as estratégias. Não se obtiveram reformas através do entendimento com a burguesia progressista; nem se conquistaram vitórias por meio das lutas de massa. As agitações de 1910 em favor da reforma eleitoral na Prússia esgotaram-se, mais uma vez, sem obter a finalidade proposta: grandes greves ocorridas em 1912 e 1913 não conseguiram nada. Também no plano parlamentar, a força

69. KAUTSKY, "Die neue Taktik", *ivi*, vol. II, p. 147.

da social-democracia estava como que congelada: com efeito, era uma força bastante grande, já que em janeiro de 1912 a social-democracia – graças a uma linha que insistira nos tons moderados em política externa, especialmente depois da segunda crise marroquina de 1911, e que se expressara em política interna numa eficiente luta contra novos encargos fiscais – conseguira uma grande vitória eleitoral, obtendo 34,8% dos votos, tornando-se assim o maior partido do Reichstag. Mas essa vitória fora como um canto de cisne, já que o Partido – diante da resistência das classes altas alemãs – permaneceu politicamente impotente até 1914.

Kautsky reagiu, propondo uma política que poderíamos chamar de resistência ou mesmo de expectativa, aguardando novos avanços parlamentares, que porém não ocorreram. O que ocorreu foi a guerra. Ele se entusiasmou com a vitória eleitoral, convencido de que iriam se abrir novas possibilidades de iniciativa no Reichstag; mas, no fim de 1913, teve de admitir que essas esperanças eram pouco fundadas.

Nos anos imediatamente anteriores à eclosão da guerra, Kautsky analisou as perspectivas internas em estreita relação com as internacionais, e, em particular, enfrentou o problema da natureza do imperialismo, investigando substancialmente a possibilidade de evitar o desencadeamento de um conflito interimperialista, que era uma ameaça evidente; e, portanto, a possibilidade ou não, para a social-democracia alemã, de prosseguir na direção dos sucessos parlamentares no quadro da paz internacional. A ala radical da social-democracia afirmava que o imperialismo e a guerra constituíam o “destino” inevitável do capitalismo; e que, portanto, a luta contra eles era incompatível com uma transformação pacífica da correlação de forças parlamentar, a ser aguardada no tempo. Nesse terreno, Kautsky – que, em 1909, no ensaio sobre “o caminho para o poder”, afirmara que o imperialismo era a única perspectiva do capitalismo, e que, ainda em 1910, definira como algo impensável uma séria política de desarmamento – sofreu uma evolução, entre 1911 e 1913, que o levou a modificar suas posições. Ele afirmou que, sem dúvida, era verdade que o imperialismo representava uma ameaça mais que nunca real, que por trás dele estava o capitalismo financeiro, reacionário em política interna e agressivo em política externa; mas disse também que existiam setores do capitalismo industrial que, ao contrário, visavam a uma expansão econômica pacífica, ligada ao livre comércio. O imperialismo representava um aspecto, uma política do capitalismo como sistema, não a essência inevitável, não a única política possível do capitalismo enquanto tal. A tarefa da social-democracia internacional consistia em apoiar essa última tendência e trabalhar no sentido do desarmamento. Era um fato,

nesse terreno, Kautsky se aproximara substancialmente das posições dos revisionistas. As posições teóricas de Kautsky receberam um coroamento oficial no congresso do Partido realizado em Chemnitz, em 1912.

Depois de agosto de 1914, Kautsky recusou-se a revisar suas novas teses, claramente condicionadas pela hipótese de que o capitalismo podia ter ainda um futuro e, de qualquer modo, o movimento operário devia ter como objetivo retomar o caminho que a guerra tinha interrompido. Assim, em setembro de 1914, ele publicou um ensaio, *Der Imperialismus*, no qual sistematizou conceitualmente os pontos de vista elaborados depois de 1911, afirmando a possibilidade de que o capitalismo chegasse a uma fase de "ultra-imperialismo", ou seja, à formação de um acordo internacional do capital. Isso indicava claramente que ele não mais acreditava que necessariamente, depois da explosão imperialista, o capitalismo devesse ser sucedido pelo socialismo. Era possível, de um ponto de vista econômico, que o capitalismo internacional encontrasse um acordo para regulamentar pacificamente suas relações recíprocas. Continuava sempre possível, certamente, que o capitalismo não conseguisse se desenredar dos conflitos interimperialistas; mas isso ocorreria apenas em função de uma incapacidade política das classes dirigentes dos Estados.

De um ponto de vista econômico – afirmava Kautsky – não é de se excluir portanto, que o capitalismo venha a conhecer uma nova fase, ou seja, a passagem da política dos cartéis à esfera da política externa, uma fase de ultra-imperialismo.⁷⁰

As grandes transformações que ele esperava da guerra eram as seguintes: a emergência a nível mundial, enquanto principal potência capitalista, do colosso estadunidense, depois do fim da ilusória luta entre Alemanha e Grã-Bretanha pelo domínio mundial; o desencadeamento da luta anticolonial; a destruição da Rússia czarista.

Em um tal quadro, caberia aos partidos socialistas lutar por uma paz democrática, reconstituir depois da guerra as bases de sua ação política, reconstruir a Internacional.

Nada disso significava para Kautsky a perda de atualidade do socialismo, inclusive a curto prazo, uma vez concluído o conflito; mas significava a convicção de que existia uma dupla possibilidade, para a qual o movimento socialista deveria estar preparado: a possibilidade da sobrevivência do capitalismo e a possibilidade do advento do socialismo. Os partidos socialistas, para fazerem triunfar a segunda possibi-

70. ID. "Der Imperialismus", *ib.*, XXXII, 1913-1914, vol. II, p. 921.

lidade, não tinham outro meio senão conquistar a confiança da maioria do proletariado, após a conquista de uma plena democracia política. O socialismo já era atual: para transformá-lo em realidade, era necessário o "dado subjetivo" da maturidade política do proletariado. Portanto, a retomada do caminho interrompido no quadro da democracia política tornava-se, para Kautsky, a *conditio sine qua non* do futuro do socialismo na Alemanha e na Europa.

6. "*Não existe socialismo sem democracia*". Kautsky depois de 1914

Como se sabe, depois da eclosão da guerra mundial, Kautsky perdeu aquela posição de grande líder ideológico do socialismo internacional. É fácil compreender as razões dessa queda (por assim dizer) de *status*. No período da Segunda Internacional, ele representara o teórico – quase o "garantidor" – da marcha necessária do socialismo rumo ao poder. A violência do conflito interimperialista desmanchou o castelo de cartas armado por Kautsky. Ele continuou ainda a ser, para muitos marxistas social-democratas, um "venerado mestre"; mas, ao mesmo tempo, foi um sobrevivente, ainda que não tenha deixado de ter, em alguns momentos, um posição de vanguarda nas lutas políticas e, sobretudo, nas grandes controvérsias ideológicas. Foi a perda de unidade do movimento socialista internacional, antes de mais, que privou Kautsky da função que tinha no passado construído para si mesmo, ou seja, a função de teórico e de guardião da unidade organizativa e política dos partidos do movimento operário.

No curso da guerra, ele foi submetido a um fogo cruzado: foi combatido pelos revolucionários como Rosa Luxemburg e Lênin, que consideravam Kautsky (com suas teses sobre o caminho interrompido a ser retomado, com a defesa de uma democracia parlamentar considerada por eles como "burguesa", com sua teoria do "ultra-imperialismo", que negava a identificação do imperialismo com a fase suprema do capitalismo) como um teórico do "pântano" socialista; quanto pelos "social-imperialistas" alemães e de outros países, que viam no "pacifismo democrático" kautskyano a posição de um ideólogo abstrato, incapaz de compreender as tarefas da guerra nacional.

Quando, na social-democracia alemã, teve lugar a cisão que levou ao nascimento do Partido Social-Democrata Independente (USPD), em abril de 1917, Kautsky ingressou na nova formação política, que terminou sendo um amálgama de posições divergentes, unidas tão-somente pela recusa do "social-imperialismo" da social-democracia majoritária. No novo Partido, encontraram-se Kautsky e

Bernstein, Rosa Luxemburg, Mehring e Clara Zetkin, Ledebour e Haase. É significativo que Kautsky tivesse apoiado a cisão pensando na reconstituição de um partido único, depois que o fim da guerra tivesse criado as condições para eliminar os venenos que ela produzira.

Depois da revolução de novembro na Alemanha, Kautsky viu-se numa posição contrária tanto a Noske quanto aos espartaquistas, ambos considerados culpados por sepultarem a retomada democrático-parlamentar do país e as condições de uma convivência ordenada. Ele defendia a recuperação produtiva, uma confrontação pacífica entre as classes no quadro de uma República democrática, a reconstituição da unidade política do proletariado alemão como premissa para a conquista de um governo socialista e para uma gradual socialização da economia. Dada uma tal colocação, pode-se facilmente compreender como Kautsky terminou por se encontrar, no após-guerra, cada vez mais próximo da social-democracia majoritária (em cujas fileiras ingressou em 1922) e em agudo antagonismo com os comunistas alemães e russos. Saudara com entusiasmo a segunda revolução russa de fevereiro de 1917, e não se mostrara preconceituosamente hostil à tomada do poder pelos bolcheviques, cuja superioridade estratégica sobre mencheviques e social-revolucionários ela havia compreendido. Mas, depois da dissolução da Assembléia Constituinte pelos bolcheviques e do evidente sepultamento na Rússia de qualquer possibilidade de um caminho democrático-parlamentar, depois da formação da ditadura política do Partido Bolchevique e depois que o bolchevismo se constituiu em alternativa revolucionária internacional ao socialismo "capitulacionista", na perspectiva generalizada da ditadura do proletariado segundo o modelo bolchevique, Kautsky tornou-se intérprete da oposição ideológica da social-democracia ao bolchevismo. E, nessa função, readquiriu por certo tempo uma influência internacional como teórico. As duas maiores obras que Kautsky escreveu contra o bolchevismo foram *Die Diktatur des Proletariats* (1918) e *Terrorismus und Kommunismus* (1919), que lhe valeram numerosas réplicas dos comunistas e, sobretudo (o que indicava precisamente a importância da polémica), de Lênin e de Trótski, para os quais Kautsky caíra irremediavelmente na condição de "renegado".

A tese que Kautsky pôs no centro do ensaio sobre a ditadura do proletariado era que a ditadura não podia ser um parâmetro para a supressão da democracia, já que sem democracia (entendida nas formas que ele considerava próprias de todo Estado democrático moderno, ou seja, baseada no princípio representativo, no sufrágio universal, na pluralidade de partidos) não se pode alcançar o objetivo socialista.

Para nós – escrevia – o socialismo é inconcebível sem democracia. Por socialismo moderno, entendemos não apenas uma organização social da produção, mas também uma organização democrática da sociedade; por isso, o socialismo para nós é indissolivelmente ligado à democracia. Não existe socialismo sem democracia.⁷¹

Uma ditadura de minoria, como a dos bolcheviques, só podia se manter baseando-se em meios policiais e burocráticos, que tinham como efeito inevitável abater moral e politicamente o proletariado, desacreditando a própria idéia do socialismo. A ditadura do proletariado, no sentido de Marx, era certamente o Estado determinado pelo advento do Partido ao governo “único” da sociedade, mas baseado nos instrumentos da democracia política e, portanto, produzido pela vontade majoritária constatada no corpo social: não a ditadura do partido que, com instrumentos despóticos, se eleva à condição de intérprete da classe operária e de dominador de toda a sociedade.

Em *Terrorismus und Kommunismus*, Kautsky afirmou que a ditadura do Partido bolchevique, só podendo se manter através do terrorismo, terminava por produzir um regime de privilegiados políticos e sociais: uma autêntica “nova classe de funcionários”⁷², cuja vocação era uma nova forma de bonapartismo, ou seja, de despotismo exercido por uma minoria armada sobre a maioria inerme.

A polêmica contra o bolchevismo continuou como uma constante de toda a atividade de Kautsky até sua morte, em 1938; e ele a disseminou em inumeráveis escritos. Diante do stalinismo consolidado, considerou ter a prova do “destino” que impelia o bolchevismo no sentido de uma tirania cada vez mais monstruosa, até o “cesarismo”.

Depois de ter assistido àquela derrota do socialismo que, em sua opinião, era representada pela consolidação do bolchevismo, o velho teórico assistiu à derrota da República de Weimar e ao advento do nacional-socialismo. Kautsky se havia iludido, refletindo uma ilusão comum aos social-democratas e aos comunistas alemães, a de que na Alemanha o movimento operário era suficientemente forte para que acontecesse naquele país o que ocorrera na Itália. Depois que o nazismo conquistou o poder, Kautsky – em polêmica não só com os comunistas, mas também com as correntes de esquerda da social-democracia – reafirmou que o fim da luta contra o fascismo podia e

71. K. KAUTSKY, *Die Diktatur des Proletariats*, Viena, 1918, pp. 4-5 [ed. brasileira. *A Ditadura do Proletariado*, in Kautsky/Lênin, *A Ditadura do Proletariado: A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, Ciências Humanas, São Paulo, 1979, pp. 3-87].

72. ID., *Terrorismus und Kommunismus*, Berlin, 1919, pp. 134-135.

devia ser um só: a reconquista da democracia política como base da luta pelo socialismo. Rejeitava assim qualquer perspectiva de que o fascismo fosse sucedido por uma "ditadura marxista".

"A questão aberta – escrevia em 1933 – é saber que finalidade política pretendemos colocar e divulgar na luta contra o fascismo: a conquista da democracia ou uma 'ditadura marxista'?"⁷³ E respondia, deixando aparecer uma "metodologia" política que continuava a ser a mesma que aplicara durante a guerra mundial: "Onde perdemos a democracia, nosso primeiro e mais importante dever é o de reconquistá-la".⁷⁴

Mas há uma outra dimensão da atividade de Kautsky depois da guerra que é importante recordar, a saber, a revisão pura e simples de pontos decisivos da teoria de Marx: uma revisão que, sob certos aspectos (mas não sob todos), foi também uma revisão de seu próprio pensamento passado. Em seu livro de 1921 sobre *Die proletarische Revolution und ihr Programm*, ele formulou abertamente uma crítica – que, na realidade, já estava implícita nos escritos dos anos 90 sobre o Estado – à teoria da destruição do Estado parlamentar e da abolição da separação dos poderes, teoria que Marx formulara ao comentar a obra da Comuna de Paris. Definuiu também como um contra-senso o projeto de destruir a burocracia profissional, que devia ser submetida ao controle do Parlamento e da opinião pública, mas que era – segundo ele – um instrumento indispensável de gestão racional da administração. Onde, ao contrário, submeteu a revisão não só o pensamento de Marx, mas também seu próprio pensamento, foi a respeito da ditadura do proletariado. Refletindo e justificando a experiência da social-democracia alemã, afirmou que a época se pronunciava claramente – nos países democráticos – em favor da aceitação da fórmula dos "governos de coalizão" como fase intermediária entre governos do capital e governos puramente socialistas (o que significava deixar de lado a ditadura do proletariado, expressão que – em sua opinião – era melhor abandonar em favor de "dominação do proletariado").

Isso valerá – dizia ele – em todos os lugares onde a conquista do poder político ocorrer com base na democracia, e isso representa o caminho normal para tal meta, depois do colapso das grandes monarquias militares. Quem hoje continuar rejeitando por princípio a política de coalizão é cego diante dos sinais do tempo, é incapaz de enfrentar suas tarefas."⁷⁵

73. *Id.*, *Neue Programm*, Viena-Leipzig, 1933, p. 31.

74. *Ibid.*, p. 34.

75. *Id.*, *Die proletarische Revolution und ihr Programm*, Berlim, 1921, pp. 105-106.

Esse "revisionismo" kautskyano encontrou sua sistematização orgânica na grande obra da velhice, uma autêntica enciclopédia – segundo as intenções do autor – do marxismo (na verdade, do kautskyanoismo): *Die materialistische Geschichtsauffassung* (1927). Nela, ao lado da retomada dos temas acima referidos, há uma crítica enérgica da "utopia" comunista de Marx. A perspectiva da abolição da divisão do trabalho e do desaparecimento do Estado, entendidos segundo a letra de Marx, são expressão – disse ele – de influências do utopismo, que devem ser depuradas a fim de que o marxismo receba uma face plenamente realista e científica. O objetivo, certamente, deve ser uma sociedade sem classes, mas não sem Estado. O Estado deve continuar como aparelho técnico no quadro de uma sociedade inevitavelmente enraizada na divisão do trabalho e na competência profissional, embora privada dos efeitos do capitalismo. Um Estado "social", baseado em uma "democracia sem classes", mas racionalmente organizado no plano do trabalho e da organização administrativa: eis o que podia e devia ser entendido como "Estado do futuro".⁷⁶

76. ID., *Die materialistische Geschichtsauffassung*, Berlim, 1927, vol. II, p. 612.

HISTÓRIA DO MARXISMO

II O MARXISMO NA ÉPOCA DA SEGUNDA INTERNACIONAL

Eric J. Hobsbawm, Franco Andreucci, Oskar Negt, Massimo L. Salvadori, Hans-Josef Steinberg, Iring Fetscher e Marek Waldenberg examinam neste volume o que aconteceu com as idéias de Marx após a morte do pensador alemão: como elas se difundiram rapidamente, que influência exerceram e quais as modificações que lhes foram impostas. O método adotado no trabalho é o mesmo do primeiro volume (já lançado por esta editora): o pluralismo é tão imprescindível à reconstituição do passado como à busca da verdade, em geral. Por isso – escreve Hobsbawm – “as interpretações dos autores são pessoais e não se buscou de nenhum modo chegar a fundir posições diversas ou mesmo contrastantes”.

